

**ADILSON RODRIGUES SILVA**

**SERTÃO DE COXIM: Aposseamentos de terras, conquistas e  
relações de trabalho (1830-1898)**

**DOURADOS-2013**

**ADILSON RODRIGUES SILVA**

**SERTÃO DE COXIM: Apossamento de terras, conquistas e relações de trabalho (1830-1898)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil.

**DOURADOS-2013**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

Silva, Adilson Rodrigues

SERTÃO DE COXIM: Aposseamento de terras, conquistas e relações de trabalho (1830-1898) / Adilson Rodrigues Silva. – Dourados, MS : UFGD, 2013.

p.204

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Brazil

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Sertão de Coxim 2. Aposseamento de Terras 3. Relações de Trabalho. I. Título.

**ADILSON RODRIGUES SILVA**

**SERTÃO DE COXIM: APOSSAMENTO DE TERRAS,  
CONQUISTAS E RELAÇÕES DE TRABALHO (1830-1898)**

**COMISSÃO JULGADORA**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

Prof. Dra. Maria do Carmo Brazil (UFGD)\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Julio Ricardo Quevedo dos Santos (UFSM)\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos (UFGD)\_\_\_\_\_

Dourados, 31 de agosto de 2013.

## **APRESENTAÇÃO**

### **PERCURSOS...**

“[há que] reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra [rá] realização e expressão” (...) (THOMPSON, 1981, p. 189).

A história da cidade de Coxim esta intimamente ligada à história e memória da ocupação e povoamento do sul de Mato Grosso no século 19. Nele, se instalaram fazendeiros oriundos do Triângulo Mineiro, Goiás e interior de São Paulo, principalmente, da região de Franca. Povoados se formaram na região do sertão dos Garcia, Coxim, Miranda e Vacaria (região que se localiza a cidade de Campo Grande).

Ainda criança, quando morava em Campo Grande, ouvia histórias da cidade, sobretudo, a fundação da Fazenda Bálsamo, lugar dos primeiros moradores da cidade. Cresci nas redondezas da sede da fazenda, onde realizava visitas constantes. No ano de 1990, numa dessas visitas, comecei a questionar como se deu a ocupação da região, como eram as viagens e quais eram os propósitos de ocuparem os campos abertos do sul de Mato Grosso. O marco da visita foi ouvir a professora de Estudos Sociais falar da fundação de Campo Grande. Contava que o mineiro José Antonio Pereira e sua família no ano de 1872, em busca por terras pastais na região de Nioaque, acabou por estabelecer-se na região denominada Vacaria, na serra de Maracaju. No entendimento de uma criança, à figura de José Antônio Pereira ligava-se a uma mistura de explorador, aventureiro e viajante. Como que aqueles homens deixavam suas terras para explorar outros lugares? Para quê? Mal sabia que as respostas viriam anos mais tarde com o desenvolvimento de minha dissertação de Mestrado.

No avançar da década de 1990, período conturbado na política brasileira, percebi outro lado da história. O que acontecia no país? Impeachment, renúncia, plebiscito...

Com o recorte temporal do trabalho sobre Coxim entre os anos de 1830 e 1898 perpassaria o período monárquico brasileiro e início da República. As leituras sobre a administração imperial trouxeram-me informações fundamentais às dúvidas do passado político do país e, sobretudo, à política de ocupação e povoamento do oeste brasileiro.

No início do século 21, já estava inserido profissionalmente no campo da história passei a refletir sobre o passado mato-grossense. Numa época em que a juventude buscava respostas sobre as questões sociais contemporâneas e, então, passei a participar como militante no movimento negro. A essa época passei a me dedicar aos estudos sobre o escravismo no Brasil, com destaque para Mato Grosso.

No ano de 2001 ingressei na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no curso de História no *campus* de Coxim. A partir daí que me aproximei de meu objeto de pesquisa. Minha vida acadêmica, no primeiro momento da graduação foi importante para o amadurecimento enquanto pesquisador, professor e, sobretudo, militante das causas sociais. Como havia aproximação com a temática escravidão, participei de seminários e fóruns sobre a situação do negro no Brasil. A militância no movimento negro direcionou minha decisão de

realizar um estudo sobre o fenômeno quilombola em Mato Grosso (quilombos contemporâneos), como trabalho de conclusão do curso.

No ano de 2007, concluí minha graduação em História, com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Fenômeno Quilombola: as tradições culturais da comunidade Quintino Elias na cidade de Pedro Gomes (1960-2007)”. A partir desse momento passei a me dedicar em estudar sobre relações de trabalho no século 19, com o propósito de desenvolver um projeto para ingressar no Programa de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na Universidade Federal da Grande Dourados.

No ano de 2006, casei com Fernanda Reis, também historiadora, compartilhamos estudos juntos, projetos juntos, dificuldades juntos. Ela com dedicação em estudos culturais, eu em movimentos sociais. Da nossa união nasceu em 2008 na cidade de Coxim nossa filha Bethânia. No ano de 2011, participamos do processo seletivo no PPG História/UFGD, no qual obtivemos sucesso. Sob orientação da professora Maria do Carmo Brazil, passei a desenvolver a pesquisa acerca do estabelecimento de fazendas pastoris no sul de Mato Grosso e as relações de trabalho que se desenvolveram no sertão de Coxim (1830- 1898).

Com o retorno simbólico ao meu passado, àquela fazenda Balsamo, passei a estudar a implantação das fazendas no sertão de Coxim. Avancei sobre os arquivos, parti do estudo das atividades econômicas desenvolvidas entre o período em questão. O contato com os arquivos me fascinou, as descobertas correspondiam ao que foi traçado na proposta do projeto.

Um lugar onde ecoava a memória de Coxim é o estabelecimento do senhor José Guedes, o Bar do Guedes, onde funciona a Confraria do Piau, um grupo de artistas e interessados na cultura de Coxim que se reúnem nas noites das quartas-feiras. Minha participação é de ouvir boa música regional e conhecer a história contada pelos moradores daquela cidade. Lá tive a oportunidade de conhecer o historiador e artista plástico, já falecido, Henrique Spengler, que me incentivou muito em estudar a história local. Recordo-me que apresentei um trabalho na disciplina de Prática de Ensino em História I, a defesa do Bar do Guedes como Patrimônio Histórico e Cultural de Coxim, foi muito “bacana”, pois possibilitou-me expor a história da cidade e do evento que acontecia no estabelecimento do Zé Guedes.

Através do contato boêmio com os artistas de Coxim, do cotidiano acadêmico durante a graduação, das participações em movimentos sociais, e da empolgante infância pude aproveitar parte dessa vivência na construção da minha pesquisa. Esse trabalho é o retorno às raízes, sobretudo uma contribuição à história de uma região e da sociedade que se estabeleceu neste local.

## RESUMO

Propomos análise sobre o desenvolvimento da produção pastoril e as relações de trabalho na região de Coxim do antigo sul de Mato Grosso – 1830-1898. A ocupação das terras que atualmente compreendem o atual município de Coxim e a atividade criatória na região teve início a partir da década de 1830. Sob extensão da ocupação do chamado sertão dos Garcia, pelos migrantes mineiros, capitaneados por José Garcia Leal e Joaquim Francisco Lopes, a onda migratória e expansionista, a despeito da presença dos indígenas, senhores daquele espaço, alcançou Coxim dando início ao processo de ocupação, povoamento e afirmação das propriedades da terra no sul de Mato Grosso. O estudo desenvolveu-se através da investigação histórica, utilizando-se de documentos e bibliografias, a partir da definição dos fatos, fenômenos sociais e políticos, seus encadeamentos necessários. Elegemos Coxim como objeto de análise com objetivo de ir além dos estudos realizados acerca do fluxo monçoeiro, ou de um local que serviu de rota às minas auríferas de Cuiabá, ou ainda de um entreposto de abastecimento e descanso. Buscamos evidenciar a realidade da sociedade de Coxim no século 19 sob orientação do método dialético investigativo, que procura descrever o particular (a região) à luz do contexto econômico, político, social e cultural (nacional, sobretudo). O estudo partiu da análise de memórias, crônicas produzidas no século 19, documentos disponíveis nos arquivos públicos como inventários *post-mortem*, testamentos, cartas de alforrias, listas de classificação de escravos e relatórios de presidentes de províncias. Nosso recorte temporal 1830-1898 envolve o período do surgimento de fazendas de gado nesta região e alcança o período que se consolidou a definitiva ocupação da região com a elevação de Coxim a município.

Palavras-chave: terra e trabalho, história agrária, história regional.



## **ABSTRACT**

We propose analysis on the development of pastoral production and labor relations in the region to Coxim the old southern Mato Grosso - 1830-1898. The occupation of the lands that now comprise the current municipality of Coxim and stock breeding activity in the region began from the 1830s. Under extent of occupation of the hinterland called Garcia, the migrant miners, led by Jose Garcia Leal and Joaquim Francisco Lopes, migration and expansion wave, despite the presence of indigenous, lords of that space, reached Coxim and start the process of occupation, settlement and statement of land properties in southern Mato Grosso. The study was developed through historical research, using documents and bibliographies, from the definition of events, social and political phenomena, their linkages needed. Coxim elected as an object of analysis in order to go beyond the studies about monçoeiro flow, or a place that served as the route to the gold mines of Cuiabá, or a warehouse supply and rest. We seek to highlight the reality of Coxim society in the 19th century under the guidance of investigative dialectical method, which seeks to describe the particular (the region) in the light of economic, political, social and cultural context (national, above). The study started from the analysis of memoirs, essays produced in the 19th century, documents available in public records as postmortem inventories, wills, letters of manumission, ranking lists of slaves and reports presidents of provinces. Our 1830-1898 time frame includes the period of the emergence of cattle farms in this region and reaches the period consolidated the final occupation of the region with the elevation of the municipality Coxim.

**Keywords:** land and labor, agrarian history, regional history.

## AGRADECIMENTOS

No decorrer da elaboração de uma dissertação, aparentemente, nos sentimos isolados. São horas a pesquisar, ler e escrever, conversando consigo mesmo, mas existem pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para o desenvolvimento dessa dissertação. Pessoas dotadas de paciência, compreensão, e inspiradas em me apoiar. Por isso, agradeço sinceramente:

À minha orientadora professora Maria do Carmo Brazil, pela amizade de mais de dez anos, pela inspiração, carinho, confiança, compreensão e apoio durante a pesquisa.

À minha esposa, que junto a mim realizou mais este sonho de nossa vida. Pelo amor, companheirismo, compreensão. Por mais que tenhas sentido minha ausência, sabes que devo muito a ti, minha “pequena”.

À minha filha Bethânia, que compreendeu cada segundo de ausência nas horas que deveria dar atenção. Compreendeste que o papai tinha que escrever, e o “joguinho” no computador ficar para depois. Agora pode, filha. O papai brinca contigo.

A meus queridos pais Ilson e Maria Fátima, meus irmãos Edilson, Cristina, Cristiane e Ilson (este que me ajudou na “correria” da impressão do trabalho) mesmo achando que estudo demais, foram eles que me fizeram assim. Devo meu amadurecimento, humildade e honestidade a vocês, fonte de inspiração.

À minha sogra Lulu, que foi mais que uma “sogra” (com aspas), foi uma mãe, amiga, ajudou na medida do possível, quando tive que ausentar no decorrer dessa pesquisa.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão do governo federal que promove ações em prol da pesquisa nacional, que viabilizou financeiramente meu projeto de pesquisa, através de bolsa de estudos durante todo período.

Às minhas colegas de viagem, Silvana e Eliene, parceiras de estudo e de músicas, sentirei falta das músicas “bregas” que ouvimos durante as viagens de Rio Verde a Dourados. Aos professores Paulo Roberto Cimó, Eudes Fernando Leite, Nauk Maria de Jesus, e João Carlos de Souza por terem contribuído com meu amadurecimento intelectual e de suas observações sobre meu trabalho.

Na figura do Cléber, secretário do Programa de Pós Graduação em História, agradeço a todos da administração da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados.

Aos meus colegas Elaine, Arnor, Saulo, Isabel, Wilker que ajudaram na revisão dessa dissertação, obrigado.

À professora Maria Teresa Garritano Dourado, pela disposição em realizar alguns apontamentos em nosso trabalho, agradeço com muita admiração.

Aos professores Carlos Martins Junior e Solimar Oliveira de Lima pelos apontamentos e contribuições na Qualificação desse trabalho.

Aos professores Cláudio Vasconcelos e Julio Quevedo que gentilmente aceitaram avaliar minha dissertação. Agradeço pela disponibilidade e contribuição.

A todos os funcionários do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande, pela atenção, cuidado e deferência destinada a todo pesquisador que realiza estudos nesse arquivo.

Ao meu colega de graduação e responsável pelo Arquivo de Coxim, Douglas Proença, pela atenção, apoio e incentivo.

A todos, obrigado.



Vou falar de Mato Grosso do estado onde eu nasci  
Foi lá em Vila Pequena na cidade de Coxim;  
Eu longe da minha terra a saudade não tem fim.

Pois o moço que sonhava naquele tempo era eu  
Sinto falta dos meus rios sempre foi os sonhos meus  
Preciso muito de ti Coxim sagrada por Deus.

Falando em Vila Pequena sempre foi bela e formosa  
Nas matas os passarinhos, no jardim cheiro das rosas;  
Onde nasceu o poeta cidade maravilhosa.

Também em Vila Pequena eu não posso recordar  
Aquela linda morena que tanto me fez chorar  
Pois sinto muita saudade pra Coxim quero voltar

(Mococa e Moraci)

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

<b>Figura nº 1-</b> Região de Santana de Paranaíba - sertão dos Garcia	64
<b>Figura nº 2-</b> Localização do Destacamento do Piquiry	67
<b>Figura nº 3-</b> Localização dos campos de vacaria de Mato Grosso e da rota da expedição de Joaquim Francisco Lopes realizada em 1847, partindo do vale do Rio Tibagi (PR) rumo aos Campos de Miranda (MT).	81
<b>Figura nº 4-</b> Planta da propriedade São Bento de Joaquim José Santana	132
<b>Quadro nº 1-</b> Mapa da população de Mato Grosso em 1849	91
<b>Quadro nº 2-</b> Municípios da Província de Mato Grosso em 1849.	104
<b>Quadro nº 3-</b> Bens arrolados no inventário <i>post-mortem</i> de D. Isabel Nunes da Silva (1883)	131
<b>Quadro nº 4-</b> Processo de Partilha de bens e Inventário <i>post-mortem</i> de Amélia de Alvin Gaudie de Albuquerque (1918)	133
<b>Quadro nº 5-</b> Inventário <i>post-mortem</i> de Antonio Eulálio Fagundes (1895)	133
<b>Quadro nº 6 -</b> Arrolamento dos bens de Idalécio Antonio Maciel (1903)	134
<b>Quadro nº 7-</b> Ato de Execução: adjudicação dos bens de Antônio Alves Ferreira em favor de Antonio Luiz da Silva Albuquerque (1899)	135
<b>Quadro nº 8-</b> Inventário do Espólio de José Faustino da Silva Ruivo (1898)	136
<b>Quadro nº 9-</b> Inventário de João Baptista da Silva Albuquerque (1907)	137
<b>Quadro nº 10-</b> Inventário dos Bens pertencentes ao Espólio de D. Canuta Ambrozina de Oliveira (1910)	142
<b>Quadro nº 11-</b> Bens arrolados no inventário <i>post-mortem</i> de D. Isabel Nunes da Silva (1883)	143
<b>Quadro nº 12-</b> Espólio de Tompsom Meyer (1909)	144
<b>Quadro nº 13 -</b> Espólio de José Faustino da Silva Ruivo (1898)	145
<b>Quadro nº 14 –</b> Requerimentos de Título Gratuito de Terras no município de Coxim	150
<b>Quadro nº 15 –</b> Requerimentos de Compra ao Estado de Terras no município de Coxim	154
<b>Quadro 16 -</b> Relação de proprietários e negros escravizados de São José de Herculânea - 1874-1888.	175
<b>Quadro nº 17 -</b> Escravizados arrolados no Inventário <i>post-mortem</i> de D. Isabel Nunes da Silva (1883)	178
<b>Quadro nº 18-A –</b> Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877	180
<b>Quadro nº 18-B –</b> Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877	181
<b>Quadro nº 18-C –</b> Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877	182
<b>Quadro nº 18-D –</b> Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877	183
<b>Quadro nº 18-E –</b> Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877	184

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>CAPÍTULO I</b>	
1 APOSSAMENTOS DE TERRAS EM MATO GROSSO: CONSIDERAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS	26
1.2 ESTUDOS REFERENCIAIS	35
1.3 ESCRITOS REGIONAIS	41
1.4 QUESTÕES DE TERRA EM MATO GROSSO	49
<b>CAPÍTULO II</b>	
2 “SERTÃO” DE COXIM: MEMÓRIAS, DISPUTAS E CONQUISTAS.	56
2.1 REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA	57
2.2 COXIM OU ARRAIAL DO BELLIAGO?	60
2.3 MIGRAÇÕES FRANCANO-MINEIRAS RUMO AO PIQUIRY	63
2.4 CAMINHOS FLUVIAIS (TAQUARY E PIQUIRY) E A OCUPAÇÃO DO “SERTÃO DE COXIM	70
2.5 AOS INDÍGENAS, "GRÃOS DA CIVILIZAÇÃO"	71
2.6 DE TROPEIRO A BARÃO: O BARÃO DE ANTONINA E SUAS RELAÇÕES DE PODER (1844-1857)	73
2.7 JOAQUIM FRANCISCO LOPES: RUMO AOS SERTÕES DE MATO GROSSO	74
2.7.1 OS ITINERÁRIOS DE JOAQUIM FRANCISCO LOPES	76
2.8 A RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS	81
2.9 FREI MARIANO DE BAGNAIA: O FREI CAPUCHINHO	82
2.9.1 LENDAS SOBRE FREI MARIANO	89
2.10 A POPULAÇÃO DO PIQUIRY	91
2.11 AS FAZENDAS DO PIQUIRY	92
2.12 FRONTEIRAS EM MOVIMENTO	93
2.13 DISPUTA TERRITORIAL COM GOIÁS	99
2.14 A CRIAÇÃO DA FREGUESIA NOSSA SENHORA DAS DORES DO RIO VERDE	102
2.15 O SURGIMENTO DE HERCULÂNEA (COXIM)	106
2.16 DIAS DE GUERRA E DE “SERTÃO”	110
<b>3. CAPÍTULO III</b>	
3 TERRA E TRABALHO NO SERTÃO DE COXIM	118
3.1 FAMÍLIA E PROPRIEDADE	121
3.1.1 A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE E DA FAMÍLIA NO SERTÃO DE COXIM	125
3.2 A FORMAÇÃO DE UMA ELITE AGRÁRIA NO PÓS GUERRA DO PARAGUAI	129
3.2.1 REDE DE PARENTELAS	138
3.2.2 PATRIMÔNIO MATERIAL	141
3.2.3 PRÁTICAS CORONÉLÍSTICAS NA REGIÃO	145
3.2.4 REQUERIMENTOS E EMISSÕES DE TÍTULOS DE TERRAS	147
3.2.5 LEGITIMANDO O LATIFÚNCIO	153
3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERTÃO DE COXIM	157

3.3.1 SOBRE O "CÓDIGO DO SERTÃO"	158
3.3.2 POBRES LIVRES	160
3.3.3 ESCRAVIZADOS	169
<b>4. CONSIDERAÇÕES</b>	188
<b>5. REFERENCIAS</b>	192
5.1 FONTES DOCUMENTAIS	192
5.2 CRÔNICAS E OBRAS MEMORIALÍSTICAS	192
5.3 DESCRIÇÕES E DISCURSOS	194
5.4 BIBLIOGRAFIA	195



## **INTRODUÇÃO**

A economia criatória nos primeiros séculos da ocupação e povoamento do Brasil esteve à sombra de atividades econômicas desenvolvidas tradicionalmente no litoral, com destaque para a plantação da cana-de-açúcar. A grande lavoura litorânea promoveu a condensação humana pela sua pujança e rentabilidade reduzindo a atividade criatória em simples atividade complementar.

A cultura pastoril, o desdobramento dos rebanhos e sua atração sobre os agrupamentos humanos fixaram focos de condensação humana em direção ao Oeste, “Tudo o que o Oeste ainda hoje é quase se deve ao regime pastoril” (SODRÉ, 2009, p. 76). Dada a importância da economia pastoril para o Oeste brasileiro, privilegamos neste estudo a região de Coxim, com o arco temporal que envolve o período de 1830-1898, com destaque para o processo de apossamento das terras e as formas de utilização da mão de obra decorrentes desse processo.

Nossa preocupação no desenvolvimento desta pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao sul do antigo Mato Grosso, é também dar visibilidade aos indígenas, aos trabalhadores escravizados e aos camponeses pobres que mais do que nunca vivenciaram o processo de transformação de Mato Grosso, a partir de 1850, momento em que ocorreu o processo de legitimação e revalidação das terras mato-grossenses. Esses atores sociais são ainda hoje despojados da merecida historicidade. Os escassos escritos sobre o segmento social subalternizado encontram-se restritos a depoimentos isolados, memórias da elite regional e local, dados dispersos nos inventários, documentos cartoriais ou detalhes quase imperceptíveis ou ligeiramente registrados nas narrativas dos viajantes que passaram pela região nos séculos 19 e 20.

Nossas interpretações e nossas análises das fontes tiveram a pretensão de se nortear pela “história vista de baixo”. Ao contrário do procedimento que privilegia os “grandes acontecimentos”, as “grandes personagens”, os setores hegemônicos das sociedades, a “[...] historiografia positiva e *évènementielle* – conforme designam F. Simiand e P. Lacombe –” (SCHWARCZ, 2001, p. 7), nesta pesquisa buscamos a voz dos “mudos” da história, aqueles/as coisificados/as como o “[...] resto da humanidade, [aos/às quais] foi destinado um papel secundário no drama da história” (BURKE, 1992, p. 12). A visão de cima, a partir do “olimpico” era, e de certa forma ainda é, apreciada pela ortodoxia. Na realeza de parte da Europa oriental, por exemplo, emblematizou-se essa atitude. Burke (1992, p. 12) nos historia: “Quando o grande escritor russo Alexandre Pushkin estava trabalhando em um relato de uma revolta de camponeses e de seu líder Pugachev, o comentário do czar Nicolau foi que ‘tal homem não tem história’”. Stella M. Bresciani, na introdução a “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros” (1988, 2001), analisa que Michelle Perrot, autora desse

livro, dá “[...] a dimensão de sujeitos da história” (p.10) a essas pessoas, entre quais, aqui na história do Brasil, podemos incluir camponeses/as, peões escravos/as, camaradas, agregados, homens e mulheres pobres.

No entanto, Peter Burke (1992), mesmo ao tecer duras críticas à escrita tradicional que privilegiava os segmentos dominantes ou, a partir da valorização das personalidades ilustres como imperadores, generais, estadistas, entre outros; mesmo censurando os historiadores que se silenciam diante da história dos sujeitos comuns, desconsiderando que estes constroem também a história, Burke alerta que é preciso considerar tanto a história de vista de cima como também a vista de baixo, aproveitando a participação dos diferentes atores sociais nos processos históricos. A esse respeito o historiador Ângelo Emílio da Silva Pessoa (2003, p. 242), em sua tese “As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D’ávila. Família e propriedade no nordeste colonial”, faz uma consideração, pertinente para se pensar a questão: “Não é simplesmente anulando as classes dominantes do horizonte da produção historiográfica que estaremos produzindo uma história na perspectiva dos vencidos... a dominação e a resistência são duas faces da mesma história, só podemos entendê-las nessa relação dialética”.

### **Revisando a produção historiográfica**

Para discutir a ocupação e o povoamento do oeste brasileiro, vinculado ao desenvolvimento da produção criatória, foram elencadas algumas obras de cronistas dos séculos 16, 17 e 18 que contribuem para compreensão desse processo, assim como publicações de estudos sobre a economia e a sociedade brasileira no século 19.

Foram utilizadas obras clássicas da historiografia brasileira sobre o povoamento nas áreas internas do Brasil, assim como a pecuária na formação histórica do país: “Caminhos antigos e povoamento”, de João Capistrano de Abreu, publicado em 1930, no qual o autor retrata o avanço do povoamento no “sertão” brasileiro, o desenvolvimento da pecuária e a descoberta do ouro; “Casa-grande & senzala”, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, obra já celebrada sobre as relações sociais no Brasil colonial – o autor destaca a importância do gado na economia açucareira; e “História econômica do Brasil 1500-1820/1889-1948”, de Roberto Simonsen, publicada em 1937, que dedica um capítulo sobre a pecuária no país como fator de ocupação.

As obras de Caio Prado Júnior – “Formação do Brasil contemporâneo (1973) e Colônia e História econômica do Brasil” (2004) –, editadas respectivamente em 1942 e 1945,

apresentam uma análise de influência marxista nos aspectos sociais e econômicos do país. O primeiro livro trata de colonização e povoamento, assim como a sociedade e política; o segundo apresenta as características estruturais da sociedade brasileira.

Nas décadas de 1950 e 1960 encontraram-se obras de estudos socioeconômicos sobre o Brasil. Entre elas destacam “Formação econômica do Brasil” (1959), de Celso Furtado, “Brasil do boi e do couro” (1965), escrito por José Alípio Goulart, publicado em dois volumes e “Da senzala à colônia” (1966), de Emília Viotti da Costa. Sobre o processo escravista, terá contribuição o trabalho de Jacob Gorender, “Escravidão colonial” (1978).

Dos estudos clássicos sobre ocupação e povoamento, bem como da produção criatória em Mato Grosso, elencamos dois autores: Virgílio Corrêa Filho e Nelson Werneck Sodré. Nas obras “A propósito do boi pantaneiro” (Monografias cuiabanas), “Pantaneiros mato-grossenses” e “Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense”, respectivamente publicados em 1926, 1946 e 1955, Virgílio Corrêa Filho aponta aspectos econômicos da região do Pantanal, bem como a criação de gado. “Oeste – ensaio sobre a grande propriedade pastoril”, de Nelson Werneck Sodré, apresenta reflexões sobre aspectos significativos sobre a ocupação de Mato Grosso no século 19.

Sobre estudos acadêmicos referentes à economia pastoril em Mato Grosso, levantamos: “Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso (1830-1870)”, de João Antonio Botelho Lucídio, dissertação de mestrado defendida em 1993 na Universidade Federal Fluminense (UFF); “As charqueadas em Mato Grosso”: subsídio para um estudo de história econômica, de Luis Miguel do Nascimento, dissertação de mestrado defendida em 1993 na Universidade Estadual Paulista (Unesp); “A pecuária no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense”, de Paulo Marcos Esselin, tese de doutoramento defendida em 2003 na Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); “O lugar da pecuária na formação sócio-espacial Sul-mato-grossense”, de Anderson Bertholi, dissertação de mestrado de Geografia defendida em 2006 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e “Cativos nas terras dos pantaneiros: escravidão e resistência no Sul do Mato Grosso – séculos 17-19”, de Zilda Moura, dissertação de mestrado defendida em 2008 na Universidade de Passo Fundo (UPF).

Sobre as publicações que retratam a história de Coxim, registramos escassez de escritos acadêmicos a respeito. Com a exceção do trabalho de Marcos Lourenço Amorim em O “SEGUNDO ELDORADO” BRASILEIRO - Navegação e sociedade na terra do ouro - de Ararituaba à Cuiabá - 1719-1838 (2004), o que encontramos foram trabalhos de cunho

memorialístico, desprovido de suporte empírico. Mesmo assim selecionamos algumas obras que serão objetos de nossas análises. Analisamos os trabalhos de Ronan Garcia da Silveira com a obra “História de Coxim” (1996), de João Ferreira Neto que publicou “Raízes de Coxim” (2004), Acyr Vaz Guimarães em “História de Coxim”, publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (1998); Hildebrando Campestrini em “História de Mato Grosso do Sul” (1991) e Alfredo Sganzerla que publicou “História de Frei Mariano” (1992).

## **Métodos**

O estudo desenvolveu-se através da investigação histórica, utilizando-se de documentos e bibliografias, a partir da definição dos fatos, fenômenos sociais e políticos, seus encadeamentos necessários. Realizamos inicialmente detidas análises sobre a produção de escritos memorialísticos ou memórias escritas locais e regionais, organizados sob a forma de biografias, genealogias, diários e narrativas. A ideia foi superar os limites e fragilidades desse material recorrendo às críticas textuais, nos valendo de procedimentos de análises objetivas.

A investigação dos rastros históricos de uma sociedade rural, conforme já sugerimos, terá a possibilidade de fazer uso dos inventários como fonte. É salutar que observemos que não é a única ou principal fonte desta pesquisa. O ajustamento à proposta teórico-metodológica da Nova História, que apresenta uma renovação documental, a possibilidade de fontes diversas a serem inquiridas pelo/a historiador/a, torna-se incisivo para novos enfoques e abordagens na pesquisa.

Buscamos evidenciar a realidade da sociedade de Coxim no século 19 sob orientação do método dialético investigativo, que procura descrever o particular (a região) à luz do contexto econômico, político, social e cultural (nacional, sobretudo). O aprofundamento do estudo da realidade social específica (região) e se insere num contexto mais amplo (nacional). Ou seja, o método pressupõe a descrição do singular. A totalidade não pretende conhecer todos os aspectos da realidade.

No entanto, procuramos considerar também as novas possibilidades oferecidas pela historiografia recente (francesa e inglesa) na forma de ler e fazer história, tentando identificar a forma como foi construída a realidade social de Coxim, em suas singularidades espaciais e temporais.

Paolo Nosella e Ester Buffa, instrumentados no método dialético histórico de Marx, afirmam que o fundamental “é relacionar o particular (singular, o dado empírico) com o geral,

isto é, com a totalidade social” (2005; 362). Com isso, o/a pesquisador/a estabelece uma conexão objetiva entre o particular e a totalidade através da análise do dado empírico levantado, alcançando primordialmente a análise das trajetórias individuais e coletivas. No decorrer da pesquisa, a metodologia adotada torna-se evidente quando concentramos a investigação nas famílias que ocuparam determinada região.

Não foi nossa intenção apresentar conflitos paradigmáticos e muito menos construir um modelo teórico-metodológico específico para esta pesquisa histórica, sobretudo ao lidar com fontes primárias. Partimos da base teórica de Edward Palmer Thompson (1981). Suas contribuições salientam a consciência de classe e as experiências manipuladas dentro dos termos culturais. Thompson ressalta que grande parte dessa experiência determinou as relações produtivas dentro das quais os homens e as mulheres se movimentam cotidianamente e constroem sua vida social. As orientações teóricas de Thompson atendem à perspectiva da história total, envolvendo a história do trabalho, da cultura e, principalmente, a história social. Tais estudos inspiraram pesquisas referentes aos movimentos sociais, instituições (escola, sindicato, igreja e família), relações de trabalho etc.

### **Fontes históricas**

No primeiro levantamento referente ao material empírico sobre o tema, elegemos como ponto de partida os itinerários sertanistas, como “Memórias do sertanista Joaquim Francisco Lopes e Itinerário das viagens de Joaquim Francisco Lopes a serviço do Barão” (1870) disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no Arquivo do Estado de São Paulo, artigos publicados em periódicos regionais, Relatórios Presidenciais/Assembleia Legislativa de Mato Grosso (1822-1889), disponíveis no Centro de Documentação Regional (CDR), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) da Universidade Federal de Mato Grosso, além de inventários *post-mortem* e testamentos, reunidos no arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, cujo acervo reúne documentos do período de 1894 a 1920 em caixas catalogadas a respeito de Coxim.

Esse material possibilitou-nos ter contato com informações referente à região, como suas primeiras fazendas levantadas por Joaquim Francisco Lopes. Suas memórias descrevem-se em grande parte suas expedições em busca de terras com o objetivo de implantação da atividade pastoril. Encontramos informações sobre a cidade de Coxim, que, de distrito de Corumbá, foi elevada a freguesia em 1862 e a vila em 1872. Nos Relatórios Provinciais

podemos encontrar a população recenseada, o número de escravizados, Relatórios Policiais, Notas orçamentárias, entre outras. Através dos discursos dos Presidentes Provinciais, tivemos a oportunidade de levantar dados significativos sobre o papel de Coxim na economia de Mato Grosso. Levantamos os Relatórios que compreendem o período de 1834 a 1900.

Nos inventários disponíveis nos arquivos locais e regionais encontramos registros estimativos da extensão da maioria das propriedades, valor da terra, benfeitorias, valorização dos rebanhos por períodos, espécie e subdivisão do gado, quantidade e valor da escravaria por idade, profissão, nacionalidade, gênero etc. Grande parte dos dados foi extraída dos inventários *post-mortem*. Outros inventários encontram-se no arquivo da Comarca do Fórum de Coxim, referentes ao período de 1895-1899.

Em Campo Grande realizamos pesquisas no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, para localizar requerimentos de sesmarias, anais e correspondências, inventários, heranças, relatórios etc. Nessa cidade encontra-se ainda o acervo do Memorial do Tribunal de Justiça, onde estão disponíveis os processos-crime envolvendo proprietários, trabalhadores escravizados e livres, além de testamentos e inventários *post-mortem* gerados nas cidades de Corumbá, Miranda e Paranaíba.

Nossa intenção foi tirar os documentos elencados da opacidade e revelar o cenário singular dessa região envolvida por um passado político de expansão, construção social e identitária e memória. Além disso, de posse dessa documentação, procuramos discutir a organização da propriedade pastoril, o processo de ocupação, o povoamento e as relações de trabalho na região de Coxim realizado pelas ondas migratórias ocorridas a partir de 1830.

Entre os documentos referentes à escravidão, que estão disponíveis no livro “Como de ventre livre nascido fosse” (1994), organizado pelo Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, encontramos cartas de liberdade, além de informações sobre compra e venda de escravos. Nos livros de notas referentes à Santa Cruz de Corumbá e Corumbá, encontramos cartas de liberdade de escravos de moradores de São José de Herculânea (atual Coxim).

### **Organização estrutural da dissertação**

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo foi desenvolvido em três capítulos. No primeiro capítulo, “Apossamentos de terras nos sertões de Mato Grosso” (século 19), buscamos definir pressupostos para entender o apossamento que se deu no sul de Mato Grosso, sobretudo, a partir da onda migratória oriunda de Cuiabá, pós o episódio da Rusga (1834), do Triângulo Mineiro e de Franca, a partir de 1830, alcançando a região delimitada

por nosso estudo: o sertão de Coxim, área tradicionalmente habitada por indígenas. Nesse capítulo retomaremos discussões sobre o século 18, quando se iniciou o fluxo de exploradores, sobretudo paulistas, que percorriam caminhos fluviais à caça de índios para escravização. A descoberta do ouro cuiabano possibilitou a fundação de arraiais, povoados e entrepostos que abasteciam e/ou serviam de pousos para as expedições que passaram a remar rumo ao segundo “eldorado” brasileiro (AMORIM, 2004).

A abordagem dependeu de leituras e discussões de obras pertinentes aos apossamentos e relações de trabalho, termos que permearam todo o trabalho. Analisamos obras clássicas da história socioeconômica, assim como estudos recentes que abarcaram estudos sobre o universo agrário brasileiro. Ainda, neste capítulo, buscamos analisar produções regionais que tratam da ocupação do oeste brasileiro, a formação de grandes latifúndios assim como a fundação de povoados que depois se transformaram em municípios, como é o caso de Coxim.

No segundo capítulo, “Sertão de Coxim: memórias, disputas e conquistas de terras”, procuramos considerar a contribuição das produções memorialísticas, que, não raro trazem, no dizer de Certeau (2007, p.65-106), vestígios do “lugar social”, de seus autores, cuja veracidade precisam ser relativizadas, considerando o grau de ufania, influências políticas e ideológicas. Uma característica desse material é o fato de que algumas figuras locais tomam para si a tarefa de narrar fatos da região ou da terra natal, incorporando o papel de “guardiões” dessa memória, deixando indícios consideráveis.

Procuramos analisar as obras que foram produzidas sob ordem cronológica e genealógica, sobretudo abordando personagens que fizeram parte da história política e econômica da região. Confrontamos com fontes documentais, algumas utilizadas por estes e percebemos lacunas consideráveis e equívocos que permaneceram na memória social do município. Também neste capítulo procuramos realizar a revisão da literatura sobre o tema e a análise documental para, aí sim, construir parte da história agrária de Coxim.

Outro fator relevante neste capítulo trata-se da região que corresponde ao sertão de Coxim ser motivo de disputas pelas províncias de Goiás e Mato Grosso durante o século 19. Goiás com pretensões de estender seu território para o sul, que facilitaria o desenvolvimento do comércio com o sudeste brasileiro. Nessa ocasião anexou Goiás a região ao seu território, criando a freguesia Nossa Senhora das Dores do Coxim. A reação mato-grossense contribuiu para a fundação do atual município. Com a criação de São José de Herculânea, atual Coxim, consolidava a ocupação da região, cujo fluxo aumentou após a Guerra contra o Paraguai.

O terceiro capítulo dessa dissertação foi dedicado à análise da formação das fazendas criatórias na região, com destaque para os atores envolvidos no processo, assim como as



relações de trabalho decorrentes dessa atividade. Buscamos da análise de inventários, cartas de liberdade de escravizados e títulos de terras constituir o cotidiano e a formação social de Coxim na segunda metade do século 19.

Esperamos através da pesquisa, apresentar parte da história da ocupação e povoamento do sul de Mato Grosso e avançar o entendimento do que realmente constituía-se o chamado sertão de Coxim.

## **CAPÍTULO I**

### **APOSSAMENTOS DE TERRAS EM MATO GROSSO: Considerações historiográficas**

*“Para dizer do espaço que fica além dos grandes centros urbanos, falou-se durante muito tempo em “fronteiras”. Elas também eram conhecidas como “sertões”, desde que os cronistas dos séculos XVII e XVIII, como Frei Vicente do Salvador ou Antonil, assim designaram o imenso espaço que não estivesse no litoral. A eles se seguiram Pedro Taques e Gaspar Madre de Deus, narradores das peripécias graças às quais se rasgaram entradas para o interior do continente. Aos cronista coloniais se sucedem, no século XIX, os viajantes e naturalistas, como Karl von Martius que continuaram a reclamar mais atenção para a história dos sertões. Tal história demorou a ser escrita. Capistrano de Abreu talvez tenha sido o primeiro moderno historiador brasileiro a enfatizar, em seu “Capítulos de História Colonial” (1907), o “sertão” como formador de um estilo de vida nacional”. (Mary Del Priori e Renato Venâncio, 2006).*

Na abertura deste capítulo esboçamos uma epígrafe retirada da obra “uma história da vida rural no Brasil”, organizada Mary Del Priori e Renato Venâncio (2006) por entender que ela resume o entendimento sobre conceito de sertão desenvolvido pela produção historiográfica brasileira. A historiografia tradicional que se referia ao sertão como formador de um estilo de vida nacional” (Priori & Venâncio, 2006), ainda é bastante vigorosa nas produções atuais. No entanto, cabe destacar que, em análise apurada sobre a questão, a historiadora Lylia Galetti (2000, p. 26-30) mostrou que a intelectualidade e as lideranças políticas da segunda década do século 19, percebiam os “sertões da pátria” como uma fronteira entre civilização e barbárie dentro do próprio território nacional”. Na segunda metade do século 19, essa visão, segundo a autora, passou a ser removida para dar lugar a uma imagem do país como “terra de progresso”. Esta imagem era bastante favorável para a construção da nacionalidade brasileira. No que se refere a Mato Grosso, Galetti infere que a referida Província ainda era vista como uma “região ainda próxima da barbárie: abundante em recursos naturais, seu imenso território encontrava-se quase “vazio”, dominado por indígenas e por uma população mestiça, indolente e sem espírito empreendedor, razão pela qual seu progresso só seria possível com a introdução de imigrantes e capitais europeus”. Mas essa leitura a respeito desse espaço, sobretudo em relação às populações nativas, fazia-se pela “ótica da Nação, mas tendo como referência o modelo europeu”, ensejando imagens imprecisas e depreciativas sobre Mato Grosso, “em razão das distâncias geográficas, históricas e culturais que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, também o era positivamente como “sertão e fronteira” da pátria, noções fundamentais para a própria ideia de nacionalidade brasileira no período em foco”.

Como Mary Del Priori e Renato Venâncio (2006), pensamos em superar o conceito impreciso de sertão e avançar no debate, a partir do diálogo com a historiografia recente, com destaque para as reflexões de Galetti, no sentido de explicar parte de nossa história rural. Nessa esteira, procuramos abordar o papel das principais instituições de Mato Grosso no cenário nacional, superando os discursos limitados à “vida dos grandes homens aí nascidos ou a repercussão dos fatos nacionais e internacionais em seu chão”. Como Priori e Venâncio, procuramos nesta dissertação abarcar o processo de ocupação da região, as relações de trabalho (livre e escravizada), a estrutura de dominação, ocupação de terras, a cultura material, entre outros. A ênfase será dada ao intenso apossamento de terras verificado no período de 1830 a 1890; os escritos sobre grupos sociais, poder familiar e estruturas de poder, movimento norteador de grande parte da formação histórica da sociedade brasileira.

\*\*\*

A economia criatória desde 1530, início da ocupação e povoamento do Brasil esteve à sombra de atividades econômicas desenvolvidas tradicionalmente no litoral, com destaque para o plantio da cana de açúcar. A grande lavoura litorânea promoveu a condensação humana pela sua pujança e rentabilidade reduzindo a atividade criatória em simples atividade complementar. Para discutir a ocupação e povoamento do oeste brasileiro, sobretudo, pela criação pastoril elencamos algumas obras de cronistas dos séculos 16, 17 e 18 que possivelmente contribuíram para compreensão desse fator. Entre elas estão: “Tratados da Terra e Gente do Brasil” de Fernão Cardim, obra publicada em 1580, que apresenta tratados e cartas que relata aspectos históricos da população brasileira neste período. “Diálogos das grandezas do Brasil” de Ambrósio Fernandes Brandão, publicado em 1618, que trata dos aspectos físicos e econômicos, com destaque para a pecuária nordestina. A obra de Frei Vicente do Salvador, “História do Brasil”, publicada em 1627, descreve as características econômicas e sociais do Brasil colônia. Outra obra que ganha destaque é “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e mina” de André João Antonil, publicada em 1711, que sob o enfoque da pecuária, aponta os caminhos das boiadas no “sertão” brasileiro, bem como a produção pastoril.

As impressões deixadas nas narrativas desses cronistas revelam importante contribuição para o estudo da formação sócio histórica do Brasil colônia, no decorrer dos séculos 16 e 17. Seus escritos elucidam questões historiográficas que embasaram teses cujo objetivo era traçar uma compreensão sobre a formação histórica, econômica e social do Brasil.

Encontramos descrições distintas quanto à finalidade que objetivou a viagem destes europeus ao recém-colonizado Brasil. Do posicionamento laico ao religioso, não há uma homogeneidade nestas narrativas. Segundo a historiadora Dora Sherllard Correa, que estudou a formação da paisagem do Brasil colônia através que cronistas dos séculos 16 e 17, em seu artigo “Historiadores e cronistas e a paisagem do Brasil Colônia” (2006):

A ideia de que as narrativas são homogêneas ou equivalentes e que podemos generalizar a informação contida num texto para as demais, é questionável em determinadas situações. (...) devemos levar em conta que os cronistas descreveram a partir de dados locais concretos e que tinham intentos singulares publicando os seus relatos. (2006, p. 72)

Dessa forma a visão de mundo destes é distinta. Percebe-se em suas narrativas o enfoque que deram aos elementos são influenciados pelas situações vividas. Para a autora, as descrições evidenciam o momento que cada um deles vivenciou na colônia. As descrições

encontradas nas narrativas apresentam distinções entre os autores por situações, interpretações e, sobretudo em relação à formação intelectual, seja laica ou religiosa.

Nos escritos produzidos no século 19, encontramos impressões deixadas por estrangeiros que descreveram os hábitos, cultura e costumes da população, seja ela rural ou urbana. Podemos destacar os olhares de Francis de Laporte de Castelnau (1849) em “Expedição às regiões centrais da América do Sul” que buscou registrar aspectos botânicos, geológicos, além de dedicar em descrever a população, história e comércio do Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso, também dos países Peru, Paraguai e Bolívia.

Destacaram-se informações sobre os trajetos pelos rios as populações indígenas que se encontravam em Goiás e Mato Grosso. Ao relatar das povoações indígenas em Mato Grosso, Castelnau faz referências à produção agrícola e a criação de alguns animais pelos nativos. O francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1820), em suas viagens pelo país, coletou material de origem zoológica e geológica e forneceu impressões sobre aspectos econômicos, políticos e culturais da sociedade em geral. Das informações registradas por Saint-Hilaire foram publicadas diversas obras em que descrevem paisagens de regiões do país visitadas pelo naturalista, com evidências da riqueza da natureza brasileira. Os relatos da expedição científica dos naturalistas Johann Baptist Von Spix Carl Friedrich Phillipp Von Martius (1829), publicadas em “Viagem pelo Brasil”, deixaram impressões sobre a população indígena e a relação homem e natureza, seus escritos embasariam teses sobre a necessidade da miscigenação como processo civilizatório no Brasil (LISBOA, 1995, p. 88).

Também foram registradas informações fruto de expedições nacionais e estrangeiras com o intuito de conhecer o país, destas elencamos o grupo austríaco de Johann Natterer (1822); a de Georg Heinrich Langsdorff (1825), da qual participou Hercules Florence; a expedição de Joaquim Ferreira Moutinho (1850); a italiana de Bartolomé Bossi (1862); a missão Morgan, com Carlos Hartt e Herbert Smith (1870); e no final do século 19, a belga de Ferdinand Nijs.

Muitas destas narrativas evidenciam a existência da atividade criatória no país. É unânime entre alguns estudiosos, a existência da pecuária desde as primeiras décadas da colonização no Brasil, assim como o avanço para as áreas internas do país. Para citar alguns exemplos, obras clássicas da historiografia brasileira que trataram sobre o povoamento no interior do Brasil, assim como a pecuária na formação histórica do país publicadas nas décadas de 1930 e 1940, destacam-se: “Caminhos Antigos e povoamento”, de João Capistrano de Abreu, publicado em 1930, o autor retrata o avanço do povoamento no sertão brasileiro, o desenvolvimento da pecuária e a descoberta do ouro. “Casa Grande & Senzala”

de Gilberto Freire, publicado em 1933, obra já celebrada sobre as relações sociais no Brasil colonial, o autor destaca a importância do gado na economia açucareira. “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, obra escrita em 1936, que retrata o Brasil escravocrata, bem como a família rural. “História econômica do Brasil 1500-1820/1889-1948” de Roberto Simonsen, publicada em 1937, dedica um capítulo sobre a pecuária no país como fator de ocupação. As obras de Caio Prado Jr. “Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia e História Econômica do Brasil”, publicadas respectivamente 1942 e 1945, apresentam uma análise de influência marxista dos aspectos sociais e econômicos do Brasil. No primeiro livro o autor tratou da colonização e povoamento, assim como sociedade e política; o segundo apresenta as características estruturais da sociedade brasileira.

Nas décadas de 1950 e 1960 encontramos obras de estudos socioeconômicos sobre o Brasil, nelas destacam: “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado, com publicação em 1959; “Brasil do Boi e do Couro” de José Alípio Goulart, dois volumes, publicados em 1965 e “Da Senzala à Colônia” de Emília Viotti da Costa, publicado em 1966.

Mas é a partir da década de 1970 que os estudos rurais se expandiram com a ampliação dos cursos de pós-graduação no país e investimentos de agências governamentais. A pesquisa sobre os modos de produção ganharam destaque nessa década, principalmente, estudos teóricos que buscaram compreender a formação econômica do Brasil, como “Sete ensaios sobre a economia do Brasil”, publicado em 1971, escrito por Antonio de Barros Castro; “Modos de Producción en América Latina” de Carlos Sempat Assdourian e Ciro Flamarion Cardoso, publicado em 1973. Sobre o estudo o processo escravista, teve a contribuição o trabalho de Jacob Gorender, “Escravidão colonial”, publicado em 1978. Nessa década organizou-se um programa de pesquisa sobre o espaço rural brasileiro na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a coordenação da historiadora Maria Yedda Linhares, o programa reuniu diversos pesquisadores (LINHARES, 1999, p. 104-112).

A guisa também das considerações nos estudos da historiadora Maria Yedda Linhares (1979) foi patente a contribuição da pecuária no processo de interiorização do Brasil, sobretudo no sertão de Mato Grosso, com a contribuição João Antônio Botelho Lucídio de Lucídio (1993) na dissertação “Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870”, defendida nos idos de 1993, junto ao Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Neste trabalho Lucídio discorreu sobre a organização da sociedade instalada no Planalto Sul de Mato Grosso, com destaque para Sant’Anna de Paranaíba, através do sistema agrícola e pastoril e das suas relações de comércio, verificando os mecanismos de inserção daquela

economia na ordem imperial. As reflexões iniciadas por João Antônio Botelho Lucídio para explicar a singularidade da paisagem agrária sul-mato-grossense dos oitocentos representam uma das vertentes primordiais para se centrar esforços investigativos acerca dessa temática.

Outros trabalhos se destacaram a partir da iniciativa de Linhares, na década de 1970, como os de Márcia Maria Menendes Motta (1996), Sheila Siqueira de Castro Faria (1994); Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990) e João Fragoso (1990).

Com base nas tendências levantada a partir de Linhares sobre a história agrária pela autora, procuramos abordar o uso e a posse da terra em Mato Grosso. Enfocamos a questão dos apossamentos territoriais no século 19 relacionada dos à necessidade de produção de alimentos para o abastecimento de habitantes estabelecidos nas referidas terras e conseqüentemente, os estudos das famílias que adentraram e ocuparam parte das terras sertanejas de Mato Grosso no período de 1830 a 1898.

A apropriação de terras e o desenvolvimento da agricultura no período colonial em consonância com a atividade comercial não passara das vistas metropolitanas, sobretudo quanto à sua legislação. O consumo local era um contraponto à produção que se destinava ao comércio metropolitano. As intenções da coroa portuguesa quanto ao desenvolvimento da monocultura se justificava, fundamentalmente, às atividades rendosas, provocando a metrópole a montar organizações administrativas em diversos espaços na colônia (LINHARES & SILVA, 2009, p. 118). Contudo, a produção para autoabastecimento foi relevante para a interiorização da colônia, principalmente, para a subsistência dos núcleos urbanos que se formavam.

Nesse sentido, havia necessidade da efetivação do controle metropolitano, com o intuito de incentivar a ocupação e o desenvolvimento de atividades que pudessem garantir o retorno rentável à coroa portuguesa. Em Mato Grosso no cenário colonial, diante da atividade aurífera, desenvolveram-se outras formas de exploração econômica (sobretudo a produção de alimentos).

O abastecimento da população na colônia não deixava de preocupar o governo metropolitano, sobretudo em áreas que já dispunham de Câmaras Municipais. Conforme Linhares assinala:

O abastecimento incluía-se, pois, nas atribuições das câmaras municipais. Por outro lado, assegurar, por meio de medidas disciplinares, a cultura de subsistência básica à alimentação contra, na maioria das vezes, o interesse da grande lavoura exportadora constituía-se como um dever social da coroa, decorrência de um poder que se situava, em princípio, acima das ordens e dos privilégios

individuais. Tratava-se, para ela, de promover o bem geral do Estado. (2009, p. 120)

Nesses espaços da produção da agricultura monocultora exportadora, assim como nas minas de exploração do ouro, o cultivo de subsistência era necessário, a legislação implementada pelas câmaras municipais não assegurava as limitações à propriedade privada. Com referência a Linhares, do apossamento de terras (doação, compra ou herança) à produção mercantil existia um largo caminho, pois a penúria que a população colonial se encontrava, a legislação tornava-se ineficaz.

Ao analisarmos o apossamento de terras como necessidade da interiorização da colônia, a produção de subsistência torna-se necessária, sobretudo, para o abastecimento dos núcleos mineradores ou famílias que se estabeleciam em grandes extensões de terras. Não era difícil adquirir terras na forma de doação real ou pelo apossamento em áreas do interior da colônia, bastava sobreviver, enfrentando índios e a desconhecida selva. Conforme a historiadora Emília Viotti da Costa em seu livro “Da monarquia à república: momentos decisivos” (1977), tratando da política de terras, a autora assinala:

durante todo o período colonial, a disponibilidade de grandes extensões de terra tornou-a acessível àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência. A organização da colônia como uma base comercial do século XVI não implicou a supressão da economia de subsistência, que sobreviveu não apenas nas áreas das plantations, como também era típica no restante do país (1999, p. 115).

Nesse sentido, o cultivo para subsistência veio garantir o abastecimento interno, sobretudo dos próprios colonos, e assim suprir a falta de alimento nas regiões de extração do ouro. Grande parte das ocupações de terras no interior da colônia não atendia a produção comercial, mas o abastecimento das minas auríferas. Com a descoberta do ouro nas Minas Gerais (1693) a produção de alimentos sofrera transformações significativas. Portugal promoveu o povoamento do interior da colônia e a ampliação da economia de subsistência em extensas áreas, assim como a implantação da pecuária nos sertões (LINHARES & SILVA, 2009, p. 122).

Com a descoberta do ouro em Mato Grosso (1718) não foi diferente, também havia preocupação com o abastecimento dos sítios auríferos de Cuiabá. José Alipio Goulart em sua obra “Brasil do boi e do Couro” (1965), afirma que com o início da mineração em Cuiabá o gado foi introduzido com incentivo do governador de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, para atender a região das minas (1965, p. 41).



Na obra “Cativos do sertão”: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888” (1993), em que a historiadora Luíza Volpato estuda a vida cotidiana dos escravizados, sua luta e resistência diante da escravidão, dedica parte de seu estudo sobre as relações sociais que ocorrem nas minas de Cuiabá. Segundo a autora, nas proximidades das minas formaram-se propriedades que desenvolviam vários tipos de atividades, em sua maioria para suprir o mercado cuiabano. A criação de gado e a produção de gêneros de abastecimento (mandioca, banana e cana de açúcar) eram comuns nas propriedades (1993, p. 36).

O enfraquecimento da extração dos sítios auríferos devido à exploração predatória promoveu o deslocamento de capitais para atividades alternativas. No estudo de Celso Furtado (1997), já referido anteriormente, verificamos que não se criou nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas, a exceção de alguma atividade de subsistência, como roças, engenhos e criação de gado (1997, p. 84).

Quanto aos apossamentos no século 19, atentamos às definições desenvolvidas por Márcia Menendes Motta em “Posseiros nos oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)”, artigo publicado na obra “Formas de Resistência Camponesa” (2009), em cuja abordagem relaciona a noção de posseiros ao desbravamento de terras, em contraste com o termo sesmeiro, possuidor de um título de propriedade, a sesmaria (MOTTA, 2009, p. 85). Com o fim da concessão de sesmarias no ano de 1822, terminou a disputa de legitimidade das terras ocupadas, contudo reafirmava a propriedade de muitos, que nem sequer cumpriam a legislação quanto ao cultivo de terras. Conforme Motta:

(...) a consagração da primazia da posse em detrimento do documento de sesmaria parecia refletir o reconhecimento daquele que detém a posse como legítimo ocupante, já que ao ocupá-la o lavrador estaria a exercer o cultivo, princípio legitimador do acesso à terra, desde a instalação do sistema sesmarial em áreas coloniais. O reconhecimento da posse para pôr fim àquele sistema era o ápice de um processo de questionamento acerca do direito do sesmeiro, que, mesmo descumprindo a exigência de cultivo, se consagrara como proprietário de terra. Desde pelo menos o fim do século XVIII, havia claros indícios de disputas entre sesmeiros e cultivadores e denúncias de invasões chegavam à Coroa, para que ela encaminhasse uma solução aos problemas oriundos das várias formas de concessão e embates sobre limites territoriais (MOTTA, 2009, p. 87).

Segundo Márcia Motta, possuidores de terras não as cultivavam e, portanto, não cumpriam a legislação, cuja orientação era obrigar o cultivo nessas áreas condicionando a propriedade ao desenvolvimento efetivo da mesma. O cumprimento da Lei de Sesmarias era deficitário, o objetivo colonizador se focalizava na exploração dessas terras, com isso

proporcionou os terríveis problemas na questão latifundiária da América portuguesa. Com o “descontrole” da jurisdição latifundiária, a aquisição de terras se deu mediante “posseiros”, ou seja, o apossamento de terras tornou-se o principal caminho para formar propriedades rurais.

A facilidade de obtenção de terras, entre o período da revogação da Lei de Sesmarias (1822) e a implantação da Lei de Terras de 1850 possibilitou a formação de fazendas, graças ao regime de posses livres, quando apenas a ocupação de fato da terra garantia direitos de propriedades. Com isso o requerente garantia a ocupação de várias áreas dando-lhes o direito de propriedade (MAESTRI, p. 2006). A aquisição de terras e a ocupação ocorriam, portanto, sem nenhum instrumento jurídico. Anterior à promulgação da Lei de Terras de 1850, o apossamento de terras ocorria de forma desregrada, ou seja, o apossamento como modo de aquisição de terras estabeleceu-se aos poucos como costume, para afirmar-se mais tarde como um direito à propriedade.

Conforme afirma o economista Nelson Nozoe, em artigo “Sesmaria e apossamento de terras no Brasil colônia” (2006), a legislação fundiária aplicada no período colonial foi implantada de modo descontinuado, dispersa em um amplo número de avisos, resoluções administrativas, cartas de doação, forais e os textos das Ordenações. Com isso dispôs de uma legislação fragmentada, que beneficiou muitos proprietários de terras (NOZOE, 2006, p. 588). Portanto, as apropriações territoriais no oeste brasileiro ocorreram com certa facilidade, levando-se em conta a não regularização das áreas ou o desconhecimento de como foram ocupadas.

Em muitos casos o Estado não intervia na situação dos posseiros, que de certa forma além de cultivarem para sua subsistência, também acabavam por abastecer as grandes propriedades voltadas para a produção exportadora.

A regularização das propriedades de terras somente ocorreu com advento da lei de 1850, que deveria reconhecer o direito dos pequenos posseiros pelo registro paroquial, contudo, como a própria origem da legislação foi resultado de acordos firmados entre o governo e os grandes fazendeiros, direito de propriedade destes pequenos posseiros fracassou (MOTTA, 2009, p. 95). Ou seja, o pequeno posseiro raramente conseguia legitimar suas terras. Com a Lei de 1850, estabelecia a legalização das propriedades, abolindo definitivamente o regime de sesmarias e regularizando a questão das posses de terras. Porém era difícil assegurar a legitimidade da terra frente ao grande proprietário, conforme assinalou Márcia Motta:

A ameaça representada pela possibilidade dos pequenos posseiros virem a limitar a terra dos grandes fazendeiros impunha um esforço destes últimos para impedir que aqueles viessem, de fato e de direito, a ocupar pequenos quinhões de terra. Por isso era também preciso que a decisão da justiça estivesse de acordo com uma das interpretações possíveis acerca do direito à terra. O fato de os fazendeiros se autodenominarem senhores e possuidores significava que eles tinham o domínio sobre a terra e sobre os homens que ali habitavam (2009, p. 99).

A formação das grandes propriedades se deu com a facilidade do registro de terras, pois inúmeros latifundiários, sem empecilhos, venciam a burocracia em legalizar suas propriedades, contrário do colono pobre. O apossamento de terras cultiváveis por colonos “constituía-se uma decorrência direta do fato de o sistema sesmarial privilegiar os homens de qualidade e/ou de cabedal” (NOZOE, 2006, p. 596). Com isso favoreceu a formação de extensos latifúndios no período colonial.

Portanto, formação de uma elite latifundiária e conseqüentemente a concentração de terras em Mato Grosso foi possível, pois a própria legislação não controlou eficazmente e de forma estratégica beneficiou o grupo de fazendeiros dotados de riqueza e poder em se instalarem nessas terras. Desde o período aurífero, sob os interesses da metrópole, as intrépidas expedições paulistas e as oficiais não só possibilitaram a exploração do ouro, mas ao domínio lusitano sobre o extremo oeste da América meridional. Isso reflete o apossamento de terras, que vão dinamizar o século 19 sob as terras mato-grossenses, pois já na fase imperial do Brasil, recém independente, a legislação estava preocupada em povoar e defender as regiões fronteiriças, assim como desenvolver o comércio exportador dessa região.

### **1.1. Estudos Referenciais**

O avanço português para as terras ocidentais do Brasil (século 18), não representava somente a expansão do território colonial, mas o enriquecimento, a busca pelo “eldorado”, consequência da descoberta do ouro na região do Cuiabá em 1718, além da captura dos indígenas para escravização. A necessidade de expandir a atividade mineratória sobre o oeste brasileiro do século 18 proporcionou em décadas a formação populacional.

O sertão oeste do Brasil colonial esteve no imaginário do português como terras longínquas, ausente de limites, espaços obscuros, dificilmente proporcionaria uma extensão da geografia territorial. Nas definições da historiadora Lyliá Galetti, que desenvolveu a tese “Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato

Grosso” (2000), trabalho germinal, buscou compreender a constituição identitária matogrossense que emergiu da fronteira e do proprio sertão, sob o olhar do entrante europeu e do habitante nativo. O termo sertão ganhou uma análise mais etmológica, mas, sobretudo o entendimento do termo significou o encontro do bandeirante com o mundo “selvagem” coberto por matas e índios. Segundo Galetti:

a noção de barbárie estava atrelada à de “sertão” sobretudo quando a referência eram as regiões interiores habitadas por sociedades indígenas caracterizadas como inteiramente selvagens. É, portanto, na acepção de terras incultas, desertas e/ou sob domínio de grupos indígenas que o “sertão” se diferencia de outros espaços - vilas, cidades e terrenos cultivados em seus arredores – mesmo situados no interior da Colônia, nos quais a ordem colonial implantara-se de modo efetivo e, sob muitos aspectos, em sintonia com a civilização característica da Metrópole. (2000, p. 45)

O que encontrariam neste sertão, sob a valente incursão paulista em terras desconhecidas? Poder, privilégios, riquezas, índios? Ao passo que a colonização se efetivou no oeste brasileiro, o termo sertão ganhou novas definições. No pensamento colonial do século 18, o termo “sertão”, para a autora, tanto designava o interior da colônia, terras distantes do litoral, quanto a áreas sob o domínio de grupos indígenas. Portanto, sertão definiu-se como áreas que a metrópole não havia colonizado. A presença indígena significava a barbárie, lugar onde havia a necessidade de civilizar. A ocupação e colonização desse sertão significava isso, apropriar-se do território indígena e impor domínio sobre esses nativos. Assim, Galetti penetra nesse imaginário sertanista, através de um diálogo metrópole/colônia galgando encontrar qual seria a identidade de Mato Grosso, principalmente, o que seria esse Mato Grosso no olhar estrangeiro, no olhar do colonizador e no olhar do nativo.

No século 18, já era de conhecimento por parte dos paulistas as terras que compreenderam todo o sertão ocidental brasileiro, contudo o interesse era o apresamento dos nativos. Nem os espanhóis ocuparam a região de fato, pois almejavam tracejar caminhos que levariam às minas peruanas. Nos primeiros séculos da conquista da região central da América Latina ficou sob o empreendimento jesuíta. Diversos roteiros foram traçados nos sertões na busca incessante ao nativo. Com a descoberta do ouro em Cuiabá, a redefinição fronteiras foi necessária. Por parte da coroa portuguesa, o redesenho do território colonial garantiria a possibilidade de desenvolver a mineração frente às terras.

A ocupação e povoamento do território brasileiro, de certa forma, foram tratados por algumas obras publicadas no país, em descrições de cronistas dos séculos 16, 17 e 18, e trabalhos científicos que buscaram compreender o país pós-emancipação política. Em estudo

recente e de grande relevo, Isabel de Camilo Camargo, em sua dissertação de mestrado “O sertão de Paranaíba: Um perfil da sociedade Pastoril-escravista no sul do antigo mato Grosso (1830-1888)” (2010), levantou e catalogou obras publicadas em território nacional abrangendo contribuições nos primeiros séculos do período colonial à historiografia recente. No primeiro capítulo a pesquisadora apresenta obras germinais que trataram da economia pastoril no país, avançando para o estudo sobre Mato Grosso. Neste capítulo, Camargo, constrói um quadro cronológico das obras que contribuíram para a discussão sobre a ocupação e povoamento do oeste brasileiro, sobretudo, pela criação pastoril. Com referência a seu estudo foram elencadas algumas obras de cronistas do século 16, 17 e 18 que contribuíram para compreensão da ocupação do oeste brasileiro, assim como a economia e sociedade colonial no Brasil.

O trabalho de André João Antonil, “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e mina”, obra publicada em 1711, é de grande relevância para a presente abordagem acerca da ocupação e a exploração econômica do oeste brasileiro. Além de oferecer elementos para nossas reflexões sobre o cenário social e econômico do período colonial brasileiro, Antonil discute escravismo na colônia, a gênese do povoamento das áreas internas da colônia. Sob o enfoque da pecuária, Antonil aponta os caminhos das boiadas no sertão brasileiro, bem como a produção pastoril.

Mesmo com o início das explorações do ouro nas Minas Gerais, a obra de Antonil, publicada nas primeiras décadas do século 18, concentrou sua atenção maior na produção açucareira. Também dedicou seu estudo ao plantio do tabaco, à criação de gado e ao comércio do couro, como se estivesse produzindo um manual para os produtores rurais. Antonil descreveu os vários caminhos que levariam as regiões da lavra do ouro, do litoral (Salvador, Rio de Janeiro) e São Paulo à região do ouro, seria um roteiro para alcançarem o oeste da colônia, isto é Minas Gerais.

A quarta parte de “Cultura e Opulência” é dedicada à criação de gado e ao comércio do couro na colônia. O interesse neste estudo para nosso trabalho refere-se às informações sobre a existência de currais espalhados pelo sertão nordestino, e do proveito da pecuária como abastecimento do mercado interno e da comercialização da carne e do couro.

O autor informa os caminhos das boiadas e das relações de trabalho destinadas a essa atividade, assim como o emprego da mão de obra escrava tanto na lavoura, na extração do ouro e na condução de bois pela colônia. Ainda sobre o trabalho nas boiadas, o autor sugere que assim como os brancos, o negro e os indígenas poderiam lucrar com essa atividade, mesmo com a diferenciação de valores, quanto ao pagamento dos condutores do gado.

A obra “Cultura e Opulência” de André Antonil (1711) se diferencia das obras de Fernão Cardim (1580) e Ambrósio Fernandes Brandão (1618) ou as supera, não pela temporalidade – produzida no início do século 18 – mas pelo detalhamento das atividades desenvolvidas na colônia com destaque para dois pontos da obra.

O primeiro ponto sobre a atividade do engenho, Antonil discorre sobre o processo de organização dessa empresa agrícola destinado à cultura da cana e à fabricação do açúcar nos moldes do escravismo colonial. O autor defendia certa proximidade entre os poderes, isto é a presença do poder eclesiástico na sociedade de engenho. A presença da Igreja numa unidade produtora exercia um papel social, sobretudo, porque realizava casamentos, batizados, rezas e missas, além de estabelecer relações com o senhor de engenho, que lhes beneficiariam luxo, riqueza e poder. Segundo ponto: “Cultura e Opulência” foi escrita no período da crise açucareira e o desenvolvimento da mineração no interior da colônia. A atividade mineradora provocou deslocamento populacional para região das minas desvalorizando a atividade canavieira, com isso deu-se início à ocupação e povoamento do oeste brasileiro.

Em Mato Grosso a ocupação ocorreu nas primeiras décadas do século 18, com a mineração em Cuiabá, formando vilas por toda a região envolta das minas. Já no século seguinte, com o enfraquecimento da extração aurífera, o deslocamento para outras atividades foi inevitável, sobretudo a pecuária e junto a ela o povoamento de regiões como o Pantanal mato-grossense e terras ao sul de Mato Grosso.

Entre as obras clássicas da historiografia brasileira que trataram do povoamento nas áreas internas do Brasil, assim como a pecuária na formação histórica do país destaca-se: “Caminhos Antigos e povoamento”, de João Capistrano de Abreu, obra publicada em 1930. O autor retrata o avanço do povoamento no sertão brasileiro, o desenvolvimento da pecuária e a descoberta do ouro, além de analisar a documentação disponível acerca da chegada lusitana no Brasil em 1500. Capistrano de Abreu estudou a formação dos núcleos urbanos no século 16 como São Vicente (São Paulo), Salvador (Bahia), Pernambuco e Rio de Janeiro. Através dessa formação territorial e populacional se deu o avanço para o sertão, constituindo as rotas terrestres e fluviais para o interior do Brasil, a introdução da atividade criatória e a descoberta do ouro.

Em “Raízes do Brasil”, obra publicada em 1936 sob a autoria de Sérgio Buarque de Holanda, encontramos na análise do autor indícios das origens do Brasil, assim como de Portugal, além de um estudo minucioso sobre a formação de propriedades rurais e escravocratas no país. Segundo Buarque de Holanda a grande lavoura, principal atividade produtiva na colônia, constituiu-se em condições primitivas e a utilização do trabalho

escravizado era resultante da inadequação lusitana à atividade manual, além de ensejar lucro através dessa modalidade de trabalho. O autor analisa a estrutura rural da sociedade colonial desde o século 16, que sofreu transformações a partir de 1850 com o fim do tráfico de escravos.

A obra de Buarque de Holanda aponta as consequências da colonização portuguesa desde 1500, bem como a vinda da família real para o Brasil consequente configuração do território nacional. As relações interpessoais caracterizaram a dinâmica de exploração econômica assim como a administração colonial no Brasil, conforme o autor : “o tipo primitivo de família patriarcal existente no Brasil tornava difícil aos detentores das posições públicas, formados em tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 1995, p. 145), uma das questões que revelam a compreensão da sociedade rural no Brasil. Outro ponto importante da obra refere-se à valorização do indígena, sobretudo quanto a descrição de caminhos terrestres abertos pelos nativos, fundamental para a expansão bandeirante ao interior do Brasil.

No oeste de onde, narrativas produzidas no século 19 por autores como Luiz d'Alincourt em “Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá” (1825) e Hercules Florence em “Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff no interior do Brasil desde setembro de 1825 a março de 1829” (1875), apontam o movimento populacional, assim como impressões do sertão que no ritmo da busca pelo ouro e o apresamento dos nativos passara a ser conhecido por aventureiros, por expedições oficiais, bem como missões estrangeiras.

Os primeiros passos da ocupação luso-brasileira no sul de Mato Grosso, nas primeiras décadas do século 19, compreenderam na formação de propriedades rurais entorno de povoados já existentes no período da extração mineratória no século 18. Nas duas expedições organizadas pelos referidos encontramos localizações de povoados, descrições de caminhos terrestres e fluviais. Seus relatórios foram publicados na Revista do IHGB, ainda no século 19.

O sargento-mor engenheiro Luís d'Alincourt descreveu informações de viagem realizada entre Santos e Cuiabá no ano de 1818. Luís d'Alincourt era oficial engenheiro português e participou de missões importantes na Bahia (1816), Pernambuco (1818) e no Espírito Santo (1841). Publicou diversas memórias sobre o Brasil e assuntos militares. Em “Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá” (1825), apresentou dados sobre população, atividades econômicas existentes, origem das vilas e arraiais, além de descrever rios e serras nos caminhos Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Luís d'Alincourt

sugeriu com suas descrições o aproveitamento das estradas, assim como interesses em desenvolver as vilas e arraiais.

Com financiamento do governo russo, a “Expedição Langsdorff”, organizada nos anos de 1825 a 1829, foi uma das primeiras expedições que registraram a flora, a fauna e a população indígena brasileira. O Hercules Florence, responsável em registrar as informações da expedição, escreveu um diário com importantes registros etnográficos, informações sobre a fauna, flora, hábitos e costumes do século 19. Seus escritos foram traduzidos e publicados por Alfredo d’Éscagnolle Taunay sob o título “Esboço da viagem feita pelo Sr. Langsdorff pelo interior do Brasil, de setembro de 1825 à março de 1829” no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1875. Também foi publicado “De Porto Feliz à Cuiabá (1826-1827) (Diário de viagem de um naturalista da expedição do Barão Langsdorff)”, em 1929, na Revista do Museu Paulista e, reeditada pela Editora Melhoramentos em 1941 e 1948, com o nome “Viagem fluvial do Tiête ao Amazonas, de 1825 a 1829”.

As descrições de d’Alincourt e Florence se encontram, sobretudo, ao revelar as populações estabelecidas no sul de Mato Grosso. As informações são, principalmente, sobre Camapuã, local que servira de entreposto para as expedições, denominadas “monções”, no século 18. Conforme os dois relatos, o povoado que se formou em volta da fazenda Camapuã era cerca de 306 habitantes, em sua maioria escrava. Luiz d’Alincourt esboçou um mapa estatístico da população dessa localidade, segundo os dados apresentados no relatório do autor, a população livre chegava a 167 e a população escrava alcançava 139 (d’ALINCOURT, 1857, p. 335-336). Para Florence a maioria da população é “de pretos crioulos; poucos são os mestiços. D’essa cor era o commandante” (FLORENCE, 1875, p. 404). Conforme as impressões dos autores a convivência de livres, forros e escravos era tranquila, o que causava temor para as expedições era a presença indígena, sobretudo a ameaça de ataques durante a viagem.

Outra descrição que ambos realizam é sobre a prática de atividades agrícolas e de criação em Camapuã. Florence exalta a extrema miséria na localidade, destacando o cultivo de cana de açúcar, feijão e milho. Sobre a criação de animais, segundo Florence, era boa, sobretudo a criação de porcos e galinhas. No relato de d’Alincourt há mais informações, sobretudo indicando a quantidade de animais e valores, especificando o comércio desenvolvido na localidade.

No avanço das expedições, a passagem pela região que envolve o sertão de Coxim, não há descrição senão, dos caminhos fluviais, sobretudo informações do percurso realizado nos rios Coxim e Taquary, dos caminhos terrestres que levavam a Goiás.



No decorrer da década de 1830 os sertanistas oriundos da região de Franca (São Paulo) e de Minas Gerais se propuseram a penetrar nos sertões de Mato Grosso. O que Contribuiu para a expansão lusitana a oeste, aspecto que determinou a abertura de rotas e a organização de pousos, fazendas e vilas. As informações deixadas sobre essas entradas estão presentes nos relatos de Joaquim Francisco Lopes produzidos durante a entrada no sertão mato-grossense. Os Lopes penetraram no sul de Mato Grosso em 1830 junto com os Garcia Leal e os Barbosa. Sobre essa entrada, encontramos em “A Bandeira de Joaquim Francisco Lopes” publicado no Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo no ano de 1943. Outro relato deixado pelo sertanista é o “Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o baixo Paraguai na Província de Mato Grosso, feitas nos anos de 1844 e 1847 pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo mapista inglês João Henrique Elliot”. No início da década de 1830, acompanhando os Garcia Leal, Joaquim Francisco Lopes fixou-se nas margens inferiores do rio Quitéria, fundou a fazenda Monte Alegre em Santana do Paranaíba. Além de reconhecer as terras sul-matogrossenses, demarcou posses e abriu uma estrada de Santana de Paranaíba a Miranda, Vacaria (centro do atual Mato Grosso do Sul) e parte da Serra de Maracaju e a serviço do Barão de Antonina registrou várias posses em 1848.

## **1.2. Escritos Regionais**

Dos estudos clássicos sobre a ocupação, povoamento e produção criatória em Mato Grosso destacam-se Virgílio Correa Filho (1946) e Nelson Werneck Sodré (1941). Seus estudos são indispensáveis para a reflexão sobre a produção pastoril como fator de ocupação do sertão mato-grossense.

Nelson Werneck Sodré nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1911, então capital federal do Brasil. Sodré seguiu a carreira militar, na qual ocupou o posto de general de brigada, mas também dedicou-se aos estudos na área da sociologia e da história. Entre os anos de 1938 e 1945 publicou centenas de artigos e algumas de suas principais obras, a citar: “História da Literatura Brasileira” (1938) e “Formação da Sociedade Brasileira” (1944), tornaram-se obras essenciais, sobretudo quanto à minuciosa coleta de dados.

Na obra “Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril”, publicada em 1941, reúne análises sobre a expansão das propriedades pastoris no Mato Grosso. Sua obra dividida em 10 capítulos envolve o período do esgotamento da atividade mineratória e o fluxo migratório de mineiros, goianos e paulistas para Mato Grosso, até então ocupada por

indígenas. O autor tece referências à implantação de latifúndios e a pecuária no oeste brasileiro.

Virgílio Alves Correa Filho nasceu em Cuiabá (MT), em 1887. Era engenheiro, jornalista e historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1931) foi primeiro secretário e 3º vice-presidente. Também foi colaborador do *Jornal do Comércio*, da *Revista Brasileira de Geografia* e da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Correa Filho dedicou parte de sua produção intelectual a estudos históricos e geográficos do estado de Mato Grosso. Publicou uma série de obras dedicadas à compreensão da região mato-grossense. “Pantanaís Mato-grossenses – devassamento e ocupação”, obra publicada em 1946, é um exemplo da proposta do autor em apresentar a região pantaneira, inserindo-a no contexto histórico e geográfico do país.

As obras dos referidos autores tecem importantes contribuições sobre o apossamento de terras no oeste brasileiro, contudo as obras discordam entre si, mas oferece caminhos evidentes para o entendimento sobre o avanço luso-brasileiro sobre as terras mato-grossenses. Os autores destacam as atividades estabelecidas nessa região, onde a pecuária tornou-se o principal fator econômico da sociedade que se formou no sul de Mato Grosso.

O autor Nelson Werneck Sodré enfatiza a atividade pastoril como propulsora da ocupação não-índia das terras mato-grossenses. Sodré lembra que a conquista do oeste brasileiro se deu pelo movimento das bandeiras e as monções no século 18. Mas seu estudo acrescentou a ocupação pastoril como consolidação do povoamento do Oeste brasileiro no século 19. Os primeiros grupos não-índios que ocuparam a região sul de Mato Grosso no século 19 eram originários de Minas Gerais, de onde levaram quantidade do gado que se estabeleceu nas fazendas. De acordo com Sodré, o desenvolvimento da economia pastoril foi a passagem das terras de Minas Gerais para o oeste, para os chapadões goianos e o território de Mato Grosso em direção aos campos de vacaria, região compreendida entre o rio Paraná, cabeceiras do rio Pardo e as serras de Maracajú e Amambaí (SODRÉ; 2009; 49). Iniciava-se assim a conquista do espaço a partir do desenvolvimento criatório cuja conquista e expansão pastoril daria novas linhas, na sua marcha permanente.

Segundo a historiadora Maria do Carmo Brazil, que estudou sobre a ocupação dos Campos de Vacaria no sul de Mato Grosso no século 19, algumas frentes migratórias partiram do Triângulo Mineiro, do Nordeste brasileiro e do interior de São Paulo. Os migrantes ocuparam os campos limpos e cerrados do planalto sul-mato-grossense, situado na bacia do Paraná (LUCÍDIO, 1993). A partir da fixação dessas famílias a criação de gado foi introduzida nos sertões mato-grossenses (BRAZIL, 2009, p. 233-234). Para Isabel Camilo de

Camargo que se dedicou ao estudo da ocupação pastoril em Santana de Paranaíba, os ocupantes da região eram oriundos do Triângulo Mineiro, área conhecida como sertão da Farinha Podre, aonde se dedicavam à criação de gado. Segundo Camargo, com o esgotamento da atividade mineratória nas Gerais, a população se dispersou e a região se transformou em núcleo irradiador de povoadores (CAMARGO, 2010, p. 64).

A expansão pastoril ocorreu em terras já ocupadas pelo movimento de expansão, proporcionado pela descoberta de sítios auríferos em Cuiabá (1718). Explica Sodré que a cultura pastoril era rústica e pobre, contudo proporcionou a dispersão humana pelo oeste. Enquanto o movimento bandeirante e monçoeiro formavam núcleos populacionais isolados, a cultura pastoril apresentava uma continuidade lenta, que ocupava os intervalos, com a introdução da pecuária e cultivo de roças para abastecer as fazendas.

A abordagem de Correa Filho, de certo modo, determinista, volta-se à minuciosa descrição do Pantanal, preocupado com a geografia que condicionou a ocupação não-índia nessa região. A exemplo disso, o autor dedica parte de seu livro a detalhar toda a localidade do Pantanal, uma espécie de cartografia, que dividi-se em sub-regiões.

A organização da obra parte de ordem cronológica, ou seja, uma densa descrição histórica, geográfica e geológica do Pantanal, assim como o estudo da relação humano e meio ambiente. Nessa esteira apresenta a história da ocupação da região e o advento de atividades econômicas praticadas em Mato Grosso.

Correa Filho realiza sua crítica a Sodré, com uma correção ao próprio título “Oeste”, que segundo o autor, conforme a delimitação espacial refere-se à Mato Grosso, ou melhor, ao sul do referido estado. “Oeste”, por quê? É uma indagação esclarecedora pelo autor que apresenta o título como abrangente, incongruente, que o oeste denominado por Sodré refere-se a Mato Grosso. Com isso a conquista do oeste, na verdade se limita à conquista do sul de Mato Grosso.

Ignorância litorânea, tratada assim por Correa Filho, “Oeste” segundo o autor, se baseou numa bibliografia geral, desprezando publicações já existentes de reporte regional. Conforme assinala Correa Filho:

Não apontou as monografias do visconde de Taunay, de seu filho, A. de Taunay, sagaz historiador das *Bandeiras*, os relatórios da Comissão Rondon, indispensáveis ao conhecimento da parte norte ocidental do Estado, de Arrojado Lisboa, de Glycon de Paiva, Milward, Erichsen, e outros, que estudaram a região sulina e oriental, de Leverger, historiador e geógrafo, assim como Ricardo Franco e Luiz D’Alincourt, de fase anterior, as memórias de Barbosa de Sá,

Nogueira Coelho, J Costa Siqueira, as contribuições dos naturalistas H Smith, C Von Den Steinen, Lindmann, M. Schmidt, Ehrenreich, Evans, os ensaios de José de Mesquita e seus companheiros do Instituto Histórico de Mato Grosso (1943, p. 99).

A vasta bibliografia regional citada por Correa Filho refutou a interpretação que ora fora realizada por Sodré. As anacronias encontradas por Virgílio Correa Filho não pararam por aí, principalmente, quando se tratou da economia pastoril. Sodré generalizou ao se referir que a gênese populacional pastoril girava em torno dos troncos “mineiro, gaúcho e paraguaio”, para Correa Filho a região cuiabana seria a mais antiga e fundadora da pecuária mato-grossense. Segundo o autor:

A pecuária teve princípio no distrito de Cuiabá onde o primeiro Capitão General de Mato Grosso D. Antonio Rolim de Moura testemunhou que sobejava para o consumo a criação bovina. (carta de 5 de julho de 1761). [...] Daí se espalhou pelos pantanais, alcançou a região de Miranda, antes da entrada dos mineiros em Paranaíba. As fazendas em terras banhadas pelo Araguaia e seus afluentes são de época ulterior (1943, p. 101).

Sendo assim, o marco introdutório da pecuária em Mato Grosso compreende o período da extração mineratória em Cuiabá (século 18), anterior às entradas de sertanistas oriundos de Minas Gerais e de Franca (São Paulo) já nas primeiras décadas do século 19. Virgílio Correa também discorda de que fora Coxim o primeiro foco distribuidor. Para o autor Coxim, enquanto povoado, não era conhecido (1943, p. 103), a formação de propriedades rurais dedicadas à atividade pastoril no sul de Mato Grosso compreendeu a região de Santana de Paranaíba e alguns rebanhos em Miranda e Camapuã. Conforme o historiador Paulo Esselin, após o movimento liberal denominado “Rusga”, que confrontou proprietários liberais e federalistas regionais com comerciantes portugueses em Cuiabá, diversos fazendeiros que fugiram da justiça se estabeleceram no Pantanal. Segundo Esselin, os fazendeiros poderiam se estabelecer no planalto, próximo de Minas Gerais e São Paulo, mas escolheram o Pantanal, conforme assinala:

[...] embora mais bem localizadas e muito menos insalubre que o Pantanal, além de disporem de uma rede de vias de comunicação e transporte, lá não havia um grande rebanho bovino e equino alçado, campos extensos de pastagens nativas, terras devolutas, barreiros e baías de água salobra esperando pelos colonizadores, como era o caso do Pantanal (2009, p.317)

A ocupação de outras áreas pelo gado bovino oriundo de Minas Gerais, também foi introduzido, conforme o autor, podemos estabelecer que a região de Coxim foi ocupada pelas duas frentes, a cuiabana e a francano-mineira, contudo a galaria que se encontrava na região era oriunda dos rebanhos abandonados pelas reduções jesuítas e soltos pelo Pantanal.

Segundo Sodré, a grande conquista do oeste se deu ainda no período colonial quando da destruição do povoado de Santiago do Xerez, fundado pelos espanhóis nas nascentes do rio Aquidauana, no decorrer do ano de 1632. Sodré ressalta que a ocupação do sul de Mato Grosso e a expulsão dos espanhóis deu início ao apossamento da Vacaria (2009, p. 49)

Cabe lembrar que a descoberta de toda a região do sul de Mato Grosso se deu pelas monções, no decorrer do século 18. O período de conquistas e ocupação do “sertão” mato-grossense compreende o período das bandeiras paulistas, expedições que singravam pelos rios do oeste brasileiro em busca de ouro nas minas de Cuiabá, promovendo a ocupação do centro-oeste brasileiro, que à época pertencia à Espanha, conforme o Tratado de Tordesilhas (1494). Essa ocupação “geoestratégica” de Mato Grosso ganhou força nos 25 anos em que os destinos portugueses e coloniais foram controlados por Marquês de Pombal. Esse período, segundo as análises de Brazil, foi relevante para a consolidação metropolitana portuguesa no processo de configuração territorial dos domínios coloniais. O caminhar dos expansionistas paulistas rumo ao espaço castelhano determinou a configuração da colônia portuguesa rumo ao oeste. Conforme Brazil:

A epopéia de Pascoal Moreira Cabral teve um significado mais amplo porque, ao partir do ponto básico de Xerez do Paraguai, o bandeirante subiu o rio Paraguai e remontou o São Lorenzo e o Cuiabá, abrindo acesso ao estratégico lugar onde se assentou Cuiabá, possibilitando também a ocupação e o povoamento rápido de Mato Grosso. (2000, p. 6)

Segundo o historiador Marcos Lourenço de Amorim (2004), essas expedições paulistas rumo aos sertões intencionavam a caça ao nativo e, conseqüentemente, a descoberta do segundo “Eldorado brasileiro” (Mato Grosso), provocando a ampliação do território brasileiro e traçando novos caminhos para a navegação terrestre e fluvial (AMORIM, 2004, p. 224)

Conforme assinalado o avanço bandeirante para o oeste brasileiro determinou o surgimento de portos, fazendas, povoados e vilas, muito deles estrategicamente localizados para darem suporte às intrépidas comitivas de canoeiros, engajados nas expedições monçoeriras que percorriam os rios das Bacias do Paraná e Paraguai em canoas, pirogas e batelões.

A população das regiões auríferas de Mato Grosso além de enfrentarem os perigosos caminhos fluviais para chegar ao oeste brasileiro vivia numa profunda miséria, em decorrência da longa distância que ficava as minas mato-grossenses até São Paulo. Conseqüentemente, as monções, que pode ser entendida como expedições fluviais de povoação e de caráter comercial, supriam esses núcleos que se formaram no oeste brasileiro. As principais mercadorias eram aves, cativos, sal, artigos de luxo, gado equino, muar e vacum. Segundo Werneck Sodré (2009) as penetrações do gado no oeste se deu já no final do século 18.

a vegetação limpa, os campos abertos, as passagens obrigatórias e os pontos em que as vias fluviais permitiam vau, ofereceram a oportunidade por certo feliz da passagem, das terras de Minas Gerais para o Oeste, para os chapadões goianos e para o território de Mato Grosso dos rebanhos que aumentavam progressivamente e que marchavam sem termo (2009, p. 68).

Assim, segundo o autor, os caminhos terrestres abertos durante as monções, os campos abertos próximos desses caminhos e também dos rios interessou os sertanistas a formarem fazendas de criar, aproveitando todo o espaço visitado durante as expedições. Para o autor esses chapadões centralizaram a condensação dos rebanhos advindos de Minas Gerais.

Trabalho divergente da publicação de Sodré, Corrêa Filho centra seu estudo na ocupação na região cuiabana, considerando a primeira fase de ocupação a região entorno das lavras de Miguel Sutil. Essas lavouras cultivadas próximas dos sítios auríferos abasteceriam a vila que se formara no rio Cuiabá (CORREA FILHO, 2009, p. 119). No capítulo destinado à expansão pastoril, o autor prefere se dedicar à ocupação cuiabana, não se referindo ao sul de Mato Grosso. Tratando da economia latifundiária desenvolve um estudo sobre a Fazenda Jacobina de propriedade do Barão de Vila Maria, grande fazenda que se localizava na atual cidade de Corumbá, única localizada fora das mediações cuiabanas.

Segundo o autor, a fundação de fazendas pastoris em Mato Grosso devia abastecer a região aurífera, contudo com o esgotamento das lavras a pecuária tornou-se elemento fundamental à economia.

Se já pelo meio do século 18 a pecuária cuiabana excedia as solicitações do mercado regional, daí por diante, a medida que esmoreciam as minas de ouro, pelo esgotamento das aluviões empiricamente lavradas, maiores esforços, desviados da mineração evanescente, iriam aplicar-se na lavoura e criação de gado, ainda que escasseassem consumidores (CORREA FILHO, 2009, p. 178).

A ocupação pastoril do sul de Mato Grosso, segundo análises documentais de Sodré, teve início com os empreendimentos da família Lopes e Garcia, oriundos de Minas Gerais, que levantaram fazendas por todo sul de Mato Grosso. A penetração do gado se deu pela região de Santana de Paranaíba, se espalhando por Coxim, pela região rio Sucuriú e do rio Verde. Sobre a documentação referida por Sodré, “Memórias do Sertanista Joaquim Francisco Lopes”, trata-se dos relatos de Lopes sobre suas incursões pelos sertões de Mato Grosso, nos quais o sertanista narra os caminhos percorridos, localização de rios, assim como terras a serem ocupadas. Segundo Sodré as descobertas de terra para o pastoreio da zona do Paranaíba foi possível pela aproximação dos Lopes com os Garcia e os Sousa, oriundos do triângulo mineiro. Os Garcia e os Sousa já possuíam propriedades próximas do rio Grande e Paranaíba, e com a aliança dos Lopes promoveram uma grande entrada em Mato Grosso (SODRÉ, 2009, p. 71).

Nessa análise documental Sodré destacou que o sul de Mato Grosso fora ocupado por moradores do triângulo mineiro, afazendendo-se nas zonas de Santana de Paranaíba, os rios Sucuriú, Verde, Anhanduí e Vacaria. Com isso deu-se início à ocupação das terras no oeste brasileiro, sobretudo com a penetração do gado.

Sobre a obra de Sodré o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz ao apresentar a edição da obra publicada em 2009, assinala que “Oeste” deve ser tratada como fonte de reflexões acerca do passado sul-mato-grossense: “Oeste deve ser hoje, caracterizado, essencialmente, como um testemunho de sua época”. (2009, p. 11). De fato, a obra tem o papel de enunciar os primeiros estudos sobre a ocupação do sul de Mato Grosso mediante a introdução da economia criatória.

O debate promovido em meados do século passado pelos autores buscou constituir a trajetória histórica dos entrantes pastoris no sul de Mato Grosso, com isso enfocamos o “sertão” de Coxim, localizado na região em questão. Trata-se de uma discussão historiográfica, e através dos caminhos que estes pesquisadores realizaram no projeto de suas obras, evidenciamos novas descobertas, novos enfoques, enfim, cabe ao ofício do historiador, atentado por Marc Bloch, alertar-se no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos” (2001, p. 89).

Contudo, cabe-nos lembrar da generalização de Sodré, dita por Virgílio Correa, o autor tratou do sul de Mato Grosso, por essa razão, remetemos à obra, mesmo com estes percalços, pois esse Oeste na verdade é a região sul do referido estado. Nesse caso nosso objetivo é entender a formação populacional do espaço em questão, por isso o estudo de Nelson Werneck Sodré não entra em descrédito. Nossa intenção era utilizar tal bibliografia

elucidando o trabalho de desvendar a inserção do pastoreio, bem como do surgimento do município de Coxim, no sul de Mato Grosso, no século 19.

Muitos trabalhos serviram de suporte para a presente pesquisa, mesmo sendo refutados por estudos posteriores, “Oeste” de Sodré, publicado na década de 1940, a despeito de inúmeras críticas tecidas por pesquisadores contemporâneos. Conforme os dizeres de José Honório Rodrigues (1969), quanto às fontes: “não possuímos prova documental – e tantas outras vezes nunca a possuiremos –, mas são tantos os indícios, que a presunção pode firmar-se, embora de forma leve, grave ou gravíssima, como também pode ser temerária, e, como tal rechaçada” (1969, p. 33). É certo que o autor não utilizou a bibliografia regional, equivocou-se na construção da cartografia demográfica quanto ao pastoreio, mas sua iniciativa germinal propôs perspectivas históricas, em sua época, que preencheu lacunas que ora estavam abstrusas no passado do sul de Mato Grosso. Tratamos então, ambas os autores como pontos de vista distintos e referenciais para o estudo da ocupação, povoamento e desenvolvimento do oeste brasileiro.

O estudo da historiografia de apossamentos de terras, relações de trabalho e a gênese da ocupação e povoamento do Mato Grosso no século 19 traduz nossa preocupação em evidenciar formas de relações com a terra, evidenciando posses, trabalho e desenvolvimento econômico. Estudo patente à nossa pesquisa sobre o surgimento do sertão de Coxim, sobretudo a formação de propriedades latifundiárias na região em questão, que evidenciaremos no capítulo seguinte, onde dedicaremos a compreender o sertão de Coxim, sua história e relevância para a ocupação do oeste brasileiro no século 19.

Diferente de Sodré, Virgílio Correa Filho, em suas obras, partiu do estudo sobre a região pantaneira, sobretudo a ocupação pastoril. Em “Pantanais mato-grossenses” procurou entender como se deu a penetração do gado na planície pantaneira, bem como no sul de Mato Grosso. Virgílio Correa Filho afirma que foi ainda no século 18 que a pecuária foi introduzida em Mato Grosso, no período da mineração. O autor dedica parte de sua obra a estudar os trajetos que levavam às minas de Cuiabá. Nestes espaços que se encontravam entre São Paulo e Cuiabá foram ocupadas por roças e criação de gado.

Virgílio Correa Filho prefere se dedicar aos estudos sobre a expansão pastoril em Mato Grosso, partindo do desenvolvimento da atividade em Cuiabá. São relevantes as duas obras dedicadas ao assunto, pois este oeste ocupado tem impressões distintas da obra de Sodré. Cabe ressaltar que “Pantanais Mato-grossenses” e “Fazendas de Gado no Pantanal” envolve a implantação da criação bovina, a produção de alimentos para Mato Grosso limitando-se à região pantaneira. Já a obra “Oeste” de Nelson Werneck Sodré se direciona ao



estudo das frentes de ocupação que se desenvolveram a partir do levantamento de fazendas no sudeste mato-grossense, partindo da ocupação de Santana de Paranaíba estendendo para o Vale do Miranda.

Devemos estabelecer nosso entendimento sobre a ocupação e colonização do sul de Mato Grosso e a introdução da atividade bovina através de três portas de entrada ao espaço que hoje conhecemos por Mato Grosso do Sul: o Pantanal, o Planalto e o Sul (BERTHOLI, 2006, p. 24), interessa-nos as entradas de frentes do Pantanal e do Planalto, fazendeiros de Cuiabá que se fixaram no Pantanal e do interior de São Paulo e Triângulo Mineiro que se estabeleceram na região de Santana de Paranaíba e Coxim.

Cabe ao nosso estudo traçar linhas interpretativas ensejando entender o desenvolvimento da atividade pastoril no sul de Mato Grosso, sobretudo direcionar as informações da bibliografia analisada para nos revelar como se deu a ocupação e povoamento do sul de Mato Grosso.

### **1.3 Questões de terras em Mato Grosso**

Na ocupação do sul de Mato Grosso nas primeiras décadas do século 19, os grupos que apossaram-se desse espaço adotaram como elemento de fixação a atividade criatória. No âmbito regional, os proprietários de terras de Mato Grosso tiveram benefícios jurídicos para adquirir terras possibilitando uma ascensão econômica, proporcionada pelas práticas pastoris no período do primeiro império brasileiro.

Desde a descoberta do ouro em Minas Gerais (1693), sob os interesses da metrópole, as intrépidas expedições paulistas não só possibilitaram a exploração do ouro, mas garantiram o domínio lusitano sobre o extremo oeste da América meridional. Isso refletiu o apossamento de terras que dinamizaram o século 19 sob as terras mato-grossenses, pois o interesse após a independência de 1822 era povoar e defender as regiões fronteiriças.

Importa analisar nesta abordagem a estratégias utilizadas pelo segmento dominante desde o século 19 para conquistar e garantir a terra, gestando assim a formação da elite agrária brasileira, com destaque para o espaço sul-mato-grossense e garantir, em que a combinação terra, trabalho e técnica nem sempre estiveram numa mesma sintonia. A explicação sobre esse fenômeno de ocupação direcionou as relações de trabalho para outras atividades, trata-se de uma transição do grande volume da mão de obra, principalmente escravizada, nas lavras mineratórias ao emprego de trabalhadores escravizados destinados às lavouras e ao pastoreio. A estratégia econômica é outra e a exploração do trabalho escravizado somente mudou de

cenário. Cabe atentar-se também para a inserção do trabalho livre. É certo que também havia trabalhadores livres nos espaços da mineração, mas acentua-se na atividade agropastoril. Conforme assinala o historiador Divino Marcos de Sena em sua dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal da Grande Dourados, “Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)”, no ano de 2010, nas propriedades de criação, os livres pobres e camaradas trabalhavam no serviço de vaqueiro, contudo havia a existência de cativos trabalhando nessa função (2010, p. 112). Isto é, a existência de propriedades com escravizados ou não era corrente, sobretudo em pequenas propriedades.

Permite-nos dizer que as ocupações, não “índia”, desde 1830 nos sertões de Mato Grosso, podem ser explicadas no modelo de Ernest Labrousse, que segundo Maria Yedda Linhares (1997) configura o chamado “antigo regime econômico”, em que na economia predomina-se a atividade agrícola, extrema precariedade dos meios de transporte e fragilidade da produção industrial voltada para os bens de consumo, com isso predomina o caráter familiar da indústria rural (1997, p. 179).

Portanto, baseando-se na explicação de Labrousse, a atividade agrícola, bem como do pastoreio deram o ritmo da ocupação, da defesa das terras apossadas e de suporte aos grupos que se estabeleceram nestes sertões. A atividade praticada era de subsistência, ou seja, nas primeiras décadas do século 19 o que se produzia não visava o mercado externo. Uma característica das primeiras fazendas surgidas no sul de Mato Grosso, a partir de 1830, era a constituição basicamente familiar. Conforme foram ocupando esses espaços, os sertanistas levaram toda sua família, bem como, camaradas e escravizados para trabalharem no campo.

A produção de base familiar não significou que o trabalho escravizado fora deixado de lado, sobretudo quanto à instalação e exploração da empresa agrícola. Para êxito da colonização era necessário impor a posse sobre as terras indígenas e submeter pela força os povos nativos e os povos africanos que eram postos a trabalhar. Com isso, os contingentes de escravos garantiram o desenvolvimento de uma agricultura voltada para a produção de alimentos e matérias-primas tropicais.

A formação de uma sociedade escrava e a conquista de terras tanto nas áreas litorâneas como no interior da colônia não era uma garantia de domínio do território. A própria historiografia já tratou de desmistificar que a ocupação não foi pacífica, e que a liberação de sesmarias foi distinta. É superada a ideia de que o sistema de arrendamentos de terras permitiu a constituição de latifúndios em virtude da apropriação das terras. Para Maria Yedda Linhares (1995) a apropriação de terra não foi pacífica, a reação indígena foi violenta, ou seja, houve resistência às imposições de domínio das terras e incorporação da força de trabalho.

Havia uma grande preocupação por parte da Coroa em defender a fronteira oeste, a instalação de uma administração municipal e mesmo de destacamentos militares eram mecanismos de defesa desses espaços. Segundo a historiadora Maria Adenir Peraro (1999), que desenvolveu estudos sobre a constituição de famílias em Cuiabá, o recrutamento da população era fundamental em defesa do território. Segundo a autora:

Viver na fronteira oeste significava, tanto para o homem comum como para o abastado, participar e, ou, custear despesas de expedições contra espanhóis e índios, assim como devassar os sertões em busca de riquezas e de mão-de-obra. Por meio dos discursos das autoridades civis e militares constata-se que a prática de recrutamento no século XIX é justificada pela necessidade de conter os ataques indígenas sobre as cidades e povoações (1999, p. 63).

Nesse sentido, a defesa do sul da província mato-grossense também tratava-se da própria implantação da atividade agrícola e pastoril, como já referido. Para o empreendimento colonizador foi fundamental como meio de expansão da fronteira assegurar o território, como forma de manter consolidado o avanço da coroa portuguesa sobre as terras indígenas.

É o caso do sertão mato-grossense nas primeiras décadas do século 19. Uma imensidão de terras com o empreendimento de poucos homens, com isso contribuiu para que o apossamento fosse um meio comum de fixação e de exploração. Muitos espaços foram ocupados, alguns distantes dos caminhos controlados por nativos, os sertanistas já sabiam da violência que outros foram recebidos. Mas o interesse em levantar roças, capturar gados soltos, ou mesmo levar animais para criar nessas terras era o anseio de muitos. Dessa forma, entendemos as posses de terras no sul de Mato Grosso como estímulos da parte da Coroa, legalizados ou não, esses domínios territoriais, conforme a localização, propiciaram espaços para pastagens e para a agricultura de subsistência.

No período colonial (século 18) a apropriação de terras, segundo Maria Yedda Linhares (1995), obedecia a um macro modelo agrário. Isto é uma política que atenderia a produção para o abastecimento, para fins comerciais e para a pecuária extensiva. Segundo a autora

Assim, no macro-modelo da economia colonial torna-se fundamental o papel que cabe à produção de alimentos a baixo custo a qual se deve associar, de algum modo, a criação de animais, de pequeno, médio e grande porte. Por outro lado, tanto nas fazendas de criação extensiva quanto nas áreas reservadas às culturas comerciais, tanto para exportação quanto para o mercado interno, é decisivo também o espaço ocupado, no primeiro caso, pela produção de alimentos no sistema de roça, e, nos outros dois casos, a pequena criação para o

consumo local, sobretudo aquela que se localiza tão persistentemente e destinada ao mercado urbano (1995, p. 6)

Com isso, percebemos a diferenciação existente nas formas de ocupação e desenvolvimento dessas terras, tanto para pequenos produtores e os que formaram grandes latifúndios. No século posterior (19) de certa maneira resquícios do macro modelo colonial permaneceu. Em Mato Grosso houve a implantação da pecuária extensiva, assim como o desenvolvimento de roças, atendendo o a sociedade local, mas sua utilização definiu meios de garantia de posse desses territórios.

Os colonizadores das terras do sul de Mato Grosso, chegaram no século 19, oriundos da região de Franca (São Paulo) e Uberaba (Minas Gerais). Segundo o historiador Paulo Esselin (2009) estes tomaram posse e exploram grandes áreas, uma forma de adquirir prestígio social, pois assim como o título de nobreza era dado aos senhores de engenho, ao fazendeiro era similar, principalmente os proprietários de grandes extensões (2009, p. 316). Segundo o autor, a Lei de Terras de 1850 cumprira seu papel, limitou o acesso às terras por parte dos trabalhadores rurais e reconheceu a posse aos grandes proprietários da época.

A lei de 1850 buscou reorganizar a questão agrária no Brasil, com vistas às exigências do sistema capitalista e a promoção de um ordenamento jurídico das propriedades agrárias no Brasil. Segundo Lígia Osório da Silva, que publicou a obra já celebrada “Terras devolutas e Latifúndio – efeitos da lei de 1850” (1996), uma de outras razões para a aplicação da lei foi justamente a intervenção governamental no processo de apropriação territorial. No artigo “Leis agrárias e o Latifúndio improdutivo” (1997) a autora assinala que era uma tentativa de retomarem o domínio sobre as terras chamadas devolutas, que estavam perdendo em função da vertiginosa ocupação que se processava então sob a iniciativa privada (SILVA, 1997, p. 17). Para autora a implantação da lei de 1850 foi importante para delimitar o espaço entre o poder público e os proprietários de terras, ou seja, era uma forma de resolver a questão dos sesmeiros em situação irregular e o direito de propriedade dos posseiros das terras que ocupavam. Contudo, a aplicação da lei não obteve êxito. Por mais que o governo indicasse inspetores para fiscalizar a medição das propriedades e consequentemente legitimar as terras, a demarcação e a delimitação era informada pelos próprios ocupantes. Dessa forma a concentração de terras em grandes latifúndios foi inevitável.

Para a historiadora Helen Scorsatto Ortiz (2008) que dedica estudo sobre a implantação da lei de 1850 e sua aplicação no norte do Rio Grande do Sul, a regulamentação da lei das Terras em 1854 criou a Repartição Geral das Terras Públicas, e sua atuação era pôr em prática o que a lei determinava. Registrar e reavaliar as terras possuídas, fiscalizar a

medição e organizar a distribuição competia a esse órgão (ORTIZ, 2008, p. 37). Os governos provinciais seriam responsáveis pela repartição. Nas províncias caberia ao vigário da paróquia. Conforme assinala o artigo 97 da referida Regulamentação decretada em 30 de janeiro de 1854:

Art. 97. Os Vigários de cada uma das Freguesias do Império são os encarregados de receber as declarações para o registro das terras, e os incumbidos de proceder a esse registro dentro de suas Freguesias, fazendo-o por si, ou por escreventes, que poderão nomear, o Ter sob sua responsabilidade. (BRASIL, 1854)

As declarações para registro de terras eram entregues a esse vigário, com a responsabilidade em documentar as declarações e emitir relatórios sobre as inscrições dos proprietários. Segundo Ortiz as declarações apresentadas no registro possuíam dados falsos, assim como informações omitidas. Muitos proprietários sequer registravam suas terras (ORTIZ, 2008, p. 39). Com isso o domínio sobre as terras e a ampliação dos limites das propriedades era assegurado, numa forma omissa por parte dos vigários. A posse era reconhecida em sua maioria pelos vizinhos das propriedades, “reconhecidos por todos não havia necessidade de declaração” (ORTIZ, 2008, p. 39).

A ineficácia da Lei de Terras de 1850 deu-se pelas irregularidades na medição de terras, assim garantiu a formação de grandes latifúndios. Para o historiador Cristiano Luis Christillino, que compartilha do posicionamento de Osório da Silva, a implantação da lei de 1850 não significou totalmente um fracasso. Em sua tese de doutoramento “Litígios ao sul do império: a lei de terras e a consolidação política da coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)” (2010), o autor afirma que a lei de terras não conquistou seus objetivos iniciais, contudo, consolidou o poder imperial sobre os fazendeiros (2010, p. 214). Assim, com as conquistas de grandes propriedades barganhadas por causa de maior ligação política, os fazendeiros concentraram imensidões de terras. .

O ano de 1850 foi estratégico para o crescimento do número de grandes propriedades de terras no Brasil, assim como o governo imperial consolidou seu poder político no interior do país. Segundo a historiadora Maria do Carmo Brazil (2009) a lei de terras de 1850 assegurou a hegemonia dos fazendeiros escravistas sobre as terras. Com a extinção do tráfico de escravos, no mesmo ano, e previsões de leis emancipadoras, o reconhecimento das grandes propriedades era um mecanismo de dificultar o acesso à terra por parte dos trabalhadores livres (2009, p. 241). Para Emilia Viotti da Costa, muitos destes grandes proprietários acreditavam que a escravidão ainda era a melhor forma de trabalho, daí a resistência ao

trabalho livre (1999; 179). Ou seja, com a possibilidade da extinção do trabalho escravizado, os fazendeiros deslocaram o poder sobre o cativo para a terra.

Conforme Virgílio Correa Filho na obra “Questões de Terras”, publicada em 1923, em Mato Grosso com a exploração dos aluviões auríferos muitas terras foram ocupadas para a introdução da atividade agropastoril. Ainda no século 18, para facilitar o povoamento da capitania de Mato Grosso foram expedidas concessões de terras, as sesmarias, para quem requeresse com a disposição de cultivar (CORREA FILHO, 1923, p. 38-39). A concessão dessas sesmarias em sua maioria tinha o propósito de abastecer os grupos que se formavam em torno da exploração mineratória. Segundo o autor, havia condições estabelecidas ao conceder as sesmarias, obrigando o requerente a satisfazer as exigências (CORREA FILHO, 1923, p. 42). Muitos proprietários de terras não obtiveram a confirmação de sua sesmaria, e mesmo medir as terras que apossaram. Com o advento da lei de 1850, e a extinção da concessão de sesmarias, quem não possuísse o título legítimo perderia sua propriedade. Nesse caso conforme a lei de terras seria considerada devoluta.

Dessa forma quem possuísse título legítimo anterior à lei, sobretudo à regulamentação de 1854, garantiria a posse das terras, com qualquer extensão que se apresentasse. A própria carta de sesmaria definia a posse. Segundo o autor, com isso formou-se grandes latifúndios em Mato Grosso, sem restrições à abrangência do tamanho da propriedade. (CORREA FILHO, 1923, p. 45). Quem não tivesse condições de provar a legitimidade das terras ou perderia sua área para o grande latifúndio ou para o próprio poder público.

Os ocupantes de terras no sul de Mato Grosso (século 19) beneficiaram-se juridicamente desse benefício. Segundo Eduardo de Moraes Andrade (2010) que discorre sobre a ocupação de Goiás no mesmo período (século 19), os apossamentos praticados anterior a 1850 foram efetivados com o advento da lei de terras (ANDRADE, 2010, p. 6). Os grupos de fazendeiros que apossaram das terras do Mato Grosso, oriundos das migrações francano-mineiras introduziram a pecuária extensiva na região de Santana do Paranaíba a partir das décadas de 1830 e 1840. Estes foram beneficiados com a reivindicação do direito de propriedade após a implantação da lei de 1850.

Muitos aumentaram seus rebanhos alçando o gado deixado pelas reduções jesuíticas abandonadas ainda no século 18. Segundo Paulo Esselin (2009) ao tomar posse das terras o pioneiro tinha a tarefa de reunir o gado alçado em sua propriedade. Conforme assinala:

Para manter esse gado nas proximidades do núcleo da fazenda, sob os olhos dos criadores, usava-se o seguinte estratagema: cortava-se a ponta do casco, para que a dor da pisada impedisse de fazer longas

caminhadas; com relação às fêmeas, aproveitava-se seu instinto materno: prendiam-se as crias para que as mães não se alongassem (2009, p. 324)

Dessa forma, o gado foi reunido. Para Esselin, a captura e a reunião do gado em torno de ranchos deram início à formação de grandes fazendas. Diferente de pequenas propriedades destinadas a roças, por exemplo, que deveriam respeitar limites de área. Ao lado da atividade criatória, seguindo a tese de Maria Yedda Linhares (1995), o posseiro teve que desenvolver sua subsistência, ou seja, outros gêneros alimentícios foram cultivados para dar suporte à atividade pastoril. Essas Pequenas Propriedades, não excederiam uma sesmaria para criação, que media aproximadamente 13 mil hectares (CORREA FILHO, 1923, p. 48). Para Virgílio Correa Filho em “Pantaneais Mato-grossenses – devassamento e ocupação” (1946, 2009) os principais alimentos consumidos nas fazendas pastoris eram mandioca, carne, farinha de milho e de mandioca, leite e açúcar (2009; 215). Geralmente toda fazenda consumia o alimento cultivado no próprio estabelecimento, mas não deixou de existir propriedades com a produção voltada para o sustento de outras.

O poder econômico e político, exercido por esses grandes latifundiários, transcorreram por todo o século 19, com a formação de uma sociedade escravista e que submeteu o pequeno produtor à condicionante autoridade, o grande fazendeiro era o coronel da localidade, a ele deviam respeito e subserviência.

A influência desses grandes fazendeiros tornou-se evidente ao consolidarem seu poder político, isto é, o envolvimento na política garantiu a hegemonia econômica e prevaleceram seus interesses nas relações estabelecidas na sociedade agrária. Dessa forma verificamos a solidificação do poder de um grupo agrário que estendeu suas propriedades e definiu os papéis sociais e políticos em Mato Grosso, como veremos no segundo capítulo, ao tratarmos da formação de Coxim e da organização social nessa localidade.

## CAPITULO II

### SERTÃO DE COXIM: MEMÓRIAS, DISPUTAS E CONQUISTAS

Bandeirante

No chão dos caiapós  
Em curvas de Taquary  
Navegando em Remanço  
Canoa de Tamburi  
A união das águas  
Norte, Sul a encontrar  
Caminhos encharcados  
Da nação Paiaguá  
Vai Pirá, vai Anhanguera  
Um Sertão a desbravar...  
Uma mina dos martírios  
Na serra de Tangará  
Na vida de São Gonçalo  
Ouro em pó a retirar  
Pra enfeitar sua coroa  
Urucum lado dubá  
O ouro brota do chão  
No céu flechas a voar  
Vingança de uma tribo  
Do coração de Pirá  
Vai Pirá, vai Anhanguera  
Um sertão a desbravar...  
Uma mina dos martírios  
Na serra de Tangará  
Caiapó e Paiaguá  
Anhanguera e Vai Pirá

(Kuricaca)



A poética da canção *Bandeirante* do compositor coxinense Kuricaca reflete o sentimento do poeta por sua terra. São palavras que emitem o amor ao lugar onde o artista constrói seus laços e dali inspira-se nas suas produções artísticas. Kuricaca é um desses artistas locais que transformam o sentimento pela sua cidade em poesia. As longas noites no bar do Guedes, na cidade de Coxim, as chamadas “Quartaneiras” é lugar de encontro de artistas e moradores da cidade ligados direta ou indiretamente com a produção cultural local. É aquele lugar típico das cidades do interior, em que a música é o elo entre os amigos que ali se encontram. Muito além de um “bar”, a Quartaneira é um espaço cultural onde seus frequentadores além das bebidas e conversas compartilhadas produzem canções, poesias e pinturas voltadas afirmação da identidade local e para preservação da memória de Coxim, enaltecendo a cultura indígena, as paisagens naturais e principalmente as histórias da cidade.

A escolha dessa canção para abertura desse capítulo também não foi aleatória. A narrativa poética da canção traduz parte da memória do Sertão de Coxim, desde o período monçoeiro do século 18 até a formação do município com as migrações francano-mineira do século 19. A canção de Kuricaca trás em si não só a história e a memória de Coxim traduzida no canto do poeta, mas carrega a continuidade e a vontade de seus moradores de contar, através da poesia musicada o passado e o presente de sua terra.

\*\*\*

## **2.1. Reflexões sobre memória e história**

A produção historiográfica sobre Coxim dá conta de que predomina ainda a visão tradicional da história traduzida na glorificação da história nacional, da história política, apesar do empenho e inserção da cultura no centro dessas preocupações. Com esse pressuposto buscamos investigar o passado da cidade, avançando sobre os estudos até então produzidos, em sua maioria, oriundos da produção de memorialistas, como as obras de Ronan Garcia da Silveira (1996) e João Ferreira Neto (2004).

A maneira como Coxim aparece em livros distintos é muito semelhante. As obras abordam assuntos como o desenvolvimento, política e as famílias ilustres da região. Os autores enfocam ainda os feitos, as obras públicas, os modos de vida, sobretudo da elite daquela cidade. A intenção traçada pelos memorialistas transcorre na forma de ocultar ações, fatos, períodos que também compuseram a história de Coxim. Segundo Paul Ricceour (2007): “O ato de fazer memória vem inscrever-se na lista dos poderes” (2007, p. 71). Portanto, a produção memorialística, no caso de Coxim, não é uma ação inconsciente, busca construir

uma “história” através da memória de seus moradores, mas edifica a personificação de grupos ligados ao poder. Estes na memória reafirmam sua autoridade na história.

À luz do referencial de Jacques Le Goff, entendemos que o papel do historiador é desconstruir o discurso que age como instrumento de legitimador de um determinado segmento, num dado lugar. A crítica a ser feita ao referido discurso que, não raro, é apresentado como “verdade histórica”, leva em conta a forma como o material foi produzido, a quem interessava e como circulou. A crítica do documento deve esclarecer sua vinculação com o poder:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio ( LE GOFF, 1996, p. 537-8).

Como lembra Le Goff, a memória coletiva tem sido usada para justificar os feitos dos que a dominam, senão vejamos:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (1996, p. 426).

Esquecer muito e lembrar só o que interessa; e o que interessa no discurso dos ditos “pioneiros” ou “desbravadores” são seus grandes feitos, apagando dessa lembrança os agentes sociais subalternizados, também sujeitos ativos na construção histórica de Coxim – de simples povoado a importante cidade do norte do atual Mato Grosso do Sul. Existe, portanto uma fronteira entre o dizível e o não dizível, na disputa pelo seu controle com o fim de esclarecê-la ou não (QUEIROZ, 1988 p. 14-43). Como fenômeno coletivo, a memória de Coxim pertence a todos os segmentos envolvidos em seu processo de ocupação e povoamento:

[...] se as imagens se fundem tão intimamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar a estas sua substância, é que nossa memória não é tabula rasa, e que nos sentimos capazes, por nossas próprias forças, de perceber, como num espelho turvo, alguns traços e contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado (HALBWACHS, 1990, p. 28).

Para Ricoeur “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si” (2007, p. 101). O que os memorialistas encobriram ou “esqueceram”? Por que encobriram? A leitura do contraponto da memória oficial deve revelar novas interpretações e revelar na escrita da história suas contradições e entrelinhas.

Os memorialistas não usam a memória para fazer “justiça”, mas para falar de si ou de outrem a eles ligados, para através dela, no caso de Coxim, reafirmar autoridade na história da cidade daqueles que a ocuparam ou a “desbravaram”, não com foices e enxadas, mas com papéis amarelados a lhes comprovar as posses feitas a olho e estaca.

Destaca-se que alguns memorialistas são aparentados, ou mesmo financiados pelo poder local, o que caracteriza certa “obrigatoriedade” em elaborar uma fala que reafirme a legitimidade desses grupos dominantes. Segundo o historiador Jackson Novais Santos (2009):

O que se verifica na análise da produção bibliográfica sobre a política regional é que profissionais de outras áreas do conhecimento (jornalistas, advogados, médicos, etc.) reclamam para si a incumbência de contar a história da região, atuando como “guardiões da memória regional”. Estes autores, geralmente com o intuito de narrar a “história” das cidades onde nasceram, ou residiram a maior parte do tempo, dão uma característica muito peculiar a história regional, ou seja, a possuir uma considerável produção bibliográfica sobre a política local, sem que, no entanto, tal produção seja feita por historiadores. (2009, p. 7)

As produções memorialísticas buscam linearmente escrever a história da região conforme o grupo, a posição política ou o espaço familiar em que se inserem. Contudo, procuramos não dispensar a produção dos memorialistas para o estudo da história regional, principalmente, pela vasta fonte documental apropriada por estes, embora sem critérios críticos. Nosso objetivo é avançar sobre essas discussões, investigando os espaços lacunares e/ou ocultos em suas narrativas, obtendo informações que não tencionavam fornecer (BLOCH, 2002, p. 95). Conforme assinala a historiadora Loiva Otero Felix, a memória possui traços afetivos e de pertencimento, [...] é aberta e em permanente evolução e liga-se à repetição e à tradição, sacralizando o vivido do grupo social. A história, ao contrário, dessacraliza a memória, constituindo-se tão-só em representação do passado (1998; 43). Neste sentido cabe ao historiador de ofício transformar memória em história.

Para Le Goff, a memória é mítica, anacrônica e deformada, constitui o vivido numa relação nunca acabada com a história, o desejável é a história construída pelo historiador de forma a desmistificar a história tradicional falseada, “A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros [...]” (1990, p. 29). Daí a necessidade de se problematizar a

memória, ou do contrário não se faz história. Pierre Nora (1994), por sua vez, ao refletir também sobre memória e história, asseverou que

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p.9).

A construção da escrita da História sobre Coxim, objeto privilegiado deste trabalho, pretende problematizar a representação do passado (memória) de grupos ligados por laços afetivos ou de pertencimento, com destaque para as construções identitárias da cidade. Nesse sentido, o diálogo com as produções memorialísticas para nós foi considerado relevante, na medida que oferece parte da formação social da referida cidade. Vale lembrar que nossos instrumentos de análise ou mesmo de escrita da história, teve a ambição de se distinguir dos escritos memorialísticos, pois os dados advindos dos mesmos foram considerados tão-somente como representação do passado (NORA, 1998, p. 43).

## **2.2. Coxim ou o Arraial de Belliago**

A escassa historiografia sobre o tema e a “dispersão humana” pelo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul; o silêncio sobre a região desde a estagnação do Arraial de Belliago com a desarticulação das monções, no ano de 1838; o papel das novas frentes de ocupação (cuiabana e francano-mineira), na primeira metade da década de 1830, reforçou a convicção da necessidade de se pesquisar com mais profundidade o fenômeno da ocupação, do povoamento e do desenvolvimento, tendo como foco a expansão das propriedades agropastoris no século 19.

Expressivas incursões de criadores de gado procedentes do Triângulo Mineiro, do nordeste brasileiro e São Paulo nas primeiras décadas do século 19 adentraram os pantanais e o planalto sul de Mato Grosso, abrindo fazendas, desencadeando o processo criatório na região. Entre as terras ocupadas por esses entrantes estava a confluência entre os rios Coxim e Taquary (MAZZA, 1994, p. 14-15), cujo núcleo inicial de povoamento deu-se com o estabelecimento do Destacamento do Piquiry, criado em 1835.

A produção historiográfica existente de Coxim é fruto da memória coletiva perpetuada pelos poderes políticos constituídos e pela própria sociedade, mas ainda arraigada aos monumentos (herança do passado) e pouco alicerçada pela crítica documental.

Partimos do pressuposto que a área ocupada no período colonial refere-se ao Arraial do Belliago, fundado em 1727 por Domingos Gomes Belliago. Nesse local formaram-se roças, pousos, povoados e atividades criatórias e agrícolas (plantação de mandioca e milho, sobretudo). Domingos Belliago reivindicou junto à Coroa Portuguesa a concessão da posse na condição de sesmarias. Sobre essa concessão às margens do Rio Taquary, Virgílio Correa Filho em “Pantanaís Mato-grossenses” (2009), asseverou que os ocupantes oriundos do litoral obtiveram pouco êxito no processo de ocupação da região em razão da resistência dos indígenas, principalmente os índios guaicuru e paiaguá instalados, sobretudo na região de Coxim. Com isso o desaparecimento do núcleo de Belliago foi inevitável (2009; 117-118).

O dito arraial está presente na parca produção historiográfica, com destaque para Marcos Lourenço Amorim na dissertação de mestrado em História, “O SEGUNDO ELDORADO BRASILEIRO: navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararítaguaba a Cuiabá (1719-1838)”, apresentada na Universidade Federal da Grande Dourados (2004) e em nos discursos memorialísticos sul-mato-grossenses, como os livros de Ronan Garcia da Silveira, “História de Coxim” (1996), e João Ferreira Neto, “Raízes de Coxim” (2004).

Segundo o memorialista Ronan Garcia da Silveira em seu livro “História de Coxim” (1996), destaca que esse povoado surgiu para estabelecer um ponto de apoio às expedições fluviais em direção à Cuiabá (1996; p. 25). Contudo, fora colocado como gênese do povoamento de Coxim até as primeiras décadas do século 19, sem interrupção, como se o referido povoado tivesse se transformado no município de Coxim, ou seja, aquele território evoluiu para o atual município. É inegável sua existência, entretanto, há controvérsias em relação a sua duradoura permanência no século 19.

O historiador Marcos Lourenço Amorim (2004), em sua pesquisa sobre ouro de Cuiabá e os caminhos fluviais que conduziam a esse “Segundo eldorado brasileiro”, elenca fatores acerca da existência do Arraial de Belliago. Em seu estudo sob os documentos históricos existentes, podemos definir algumas hipóteses a respeito do referido núcleo:

Os registros sobre o Arraial de Belliago parecem se iniciar com o pedido de legalização dessa faixa de terra, atendido pelo Governador Rodrigo Cezar de Meneses, no dia 31 de dezembro do ano de 1727. (...) [Hércules] Florence ressaltou que a travessia dessa cachoeira precisava ser iniciada pela manhã se estendendo até o anoitecer. As

narrativas mostram que a localidade era adequada para a criação de um arraial e [Domingos] Belliigo, certamente, observou esse detalhe e como afirmou em sua petição, no documento já citado, sendo as terras devolutas, requereu-as para si. (...)As informações trazidas por Rolim de Moura e Lacerda e Almeida mostraram a práxis das canoas de guerra de Cuiabá escoltarem até a barra do rio Coxim, as canoas de comércio por causa dos ataques da nação Paiaguá. Quando possível, escoltavam outra caravana na viagem de volta, levando a crer que essa organização às margens do rio Taquari, podia durar algum tempo, até alguns dias de trabalho, o que reforça o ponto estratégico para a fundação de um arraial (2004, p. 173).

Mas o próprio historiador avança sobre os documentos buscando definir pressupostos que garantam, tanto de Florence como o próprio relatório de Rolim de Moura, sejam de fato o Arraial de Belliigo. Ao analisar os caminhos que levavam as expedições de São Paulo à barra do rio Coxim com o rio Taquary, Amorim contesta a existência do povoado, ou mesmo das roças de Domingos Belliigo. Segundo o autor, os documentos de Hércules Florence (1829) e de Gervásio Leite Rebelo (1726), informam sobre os perigos nas travessias das cachoeiras próximas da barra do Coxim, mas não informa acerca de algum povoado ou roças cultivadas naquelas paragens. Mais adiante Amorim destaca:

A produção historiográfica disponível, nas fontes coloniais consultadas, nos escritos dos cronistas coevos e nos documentos oficiais acessados no Arquivo Público de Mato Grosso e no NDIHR/UFMT, contribuíram para mostrar a efemeridade do sítio de Belliigo. Sobre este Arraial pairou um silêncio lacunar, sobretudo, em relação às atividades desenvolvidas e às relações cotidianas ocorridas. Segundo os relatos da época, os monçoeiros desciam e subiam o Coxim e, praticamente, em todos os textos apenas se referiram ao lugar para relatar as penúrias enfrentadas com a cachoeira ou as bebedeiras para festejar a passagem pelo precipício. Ou seja, praticamente, nada se escreveu sobre o suposto aconchego que Belliigo havia garantido, em 1727, quando pediu e recebeu a Carta de doação da Sesmaria (2004, p. 181).

Silveira (1996) por sua vez define o povoado como sendo uma extensa sesmaria<sup>1</sup>, oriunda de doação de terras condicionada à prestação de auxílio às expedições. Entretanto, Domingos Belliigo não era o primeiro a propor auxílio às expedições, essa maneira de reivindicar posses de sesmarias era comum durante o período colonial, principalmente nos caminhos das minas de ouro.

O Arraial de Belliigo ainda tratado de forma romanceada, obscura, principalmente, por existir pouca documentação que remetam à formação deste povoado. O discurso criado

---

<sup>1</sup> Sesmaria foi um sistema jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção e ao povoamento. Consultar: NEVES, E. F. *Uma comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio* (um estudo de História Regional e Local). Salvador: Ed. UFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

sobre a gênese de Coxim trajado pelo Arraial do Belliagio faz parte da produção memorialística, enfatizando feitos heróicos, com objetivo político de inserir Coxim no contexto nacional. Acompanhamos as considerações do historiador Marcos Lourenço Amorim que refuta essa equivocada e anacrônica origem de Coxim, assinala o autor:

as explicações memorialistas sobre a ocupação, o povoamento e a formação histórica do município de Coxim e sua relação intrínseca com a rota das monções não se sustentam nos relatos monçoeiros e pouco se sabe do cotidiano e da vida dos pioneiros (sic) ou da evolução do povoamento inicial da região, onde hoje está situado o município de Coxim. (...) O esclarecimento dessas questões é imprescindível para o entendimento dessa fase embrionária da história do município de Coxim, que se emanciparia somente, em 1898, e por isso se constitui anacronismo relacionar sua história de povoamento e emancipação àquele arraial que existiu cerca de 170 anos antes (2004, p. 182).

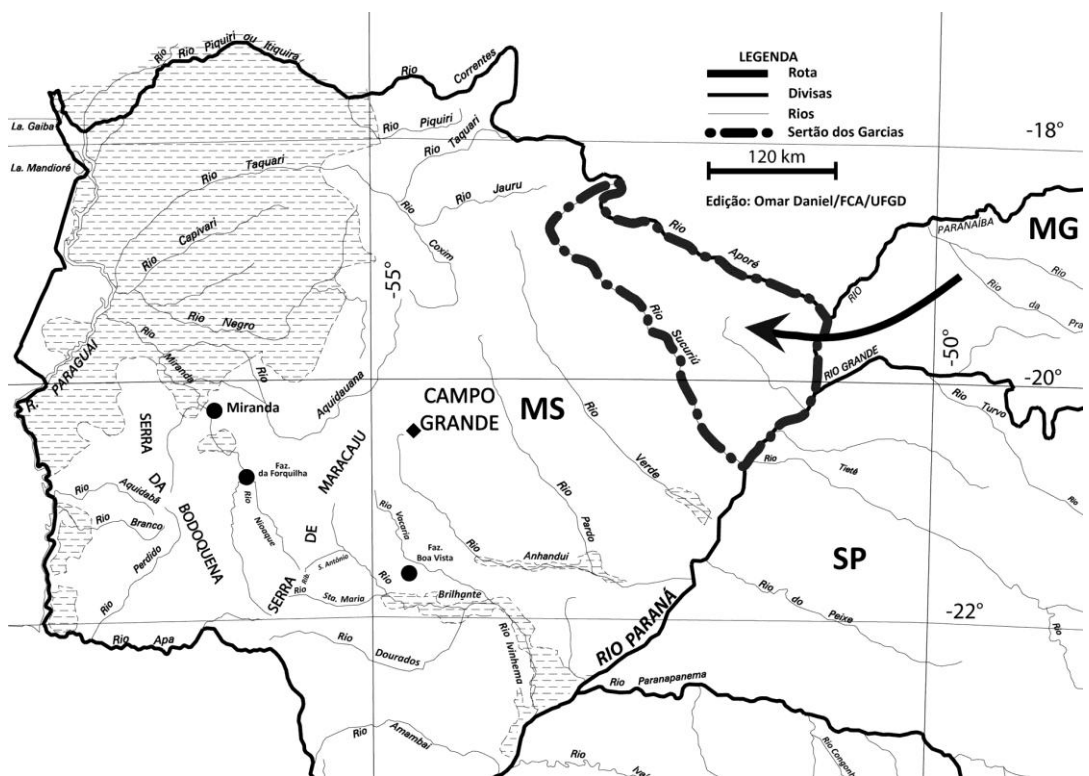
A existência do arraial do Belliagio não se sustenta como marco fundador de Coxim, pois a constituição do município envolve outros movimentos de povoamento da região. Nesse sentido, a abordagem memorialística sobre o surgimento de Coxim ignora a formação de núcleos populacionais que se formaram na segunda metade do século 19, exemplo disso, as fazendas estabelecidas na região dos rios Taquary e rio Piquiry a partir da década de 1830. As famílias que formaram fazendas próximas do Destacamento do Piquiry deram origem ao que corresponde ao município de Coxim.

### **2.3. Migrações francano-mineiras rumo ao Piquiry<sup>2</sup>**

Nas primeiras décadas do século 19 o sul do antigo Mato Grosso começou a ser objeto da cobiça expansionista de sertanistas paulistas e mineiros. A partir da década de 1830 a atividade criatória alcançou a região de Coxim, empreendimento econômico desenvolvido como extensão da ocupação do chamado “sertão dos Garcia”, pelos migrantes mineiros e paulistas, capitaneados por José Garcia Leal e Joaquim Francisco Lopes. O sertão dos Garcia (Figura 1), formado por homens e mulheres de elite política, por pobres livres, agregados e escravizados, corresponde a atual cidade de Santana de Paranaíba, região leste do Estado de Mato Grosso do Sul.

---

<sup>2</sup> Optamos pela grafia Taquary e Piquiry com o uso do Y, pois buscamos aproximar da origem etimológica e por ser utilizada em grande parte da documentação consultada. Sobre a Toponímia dos rios Taquary e Piquiry, partilhamos das definições de Visconde de Taunay: Taquary significa Tacoára hy, através da língua Tupi Garani, Tacacoára = Taquarais e hy = água, ou seja Rio dos Taquarais. Piquiry através da língua Tupi, significa picá = pomba, (r) hy = água, ou seja, rio das pombas. Consultar: TAUNAY, Alfredo d’Escragno. *Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Americana, 1868.



**Figura 1:** Região de Santana de Paranaíba - sertão dos Garcia. Fonte: BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso: Considerações sobre a terra e escravidão (1830-1889). In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 219-250. (Coleção Malungo, 17).

Os sertanistas José Garcia Leal e Joaquim Francisco Lopes, levantaram as primeiras fazendas na região que corresponde ao espaço denominado “sertão dos Garcia”. Através da ação dos dois, com “familiares, camaradas e trabalhadores escravizados, conduziram gado, aviamentos e ferramentas, para a empreitada de ocupação e colonização” (CAMARGO; 2010; 69). A descoberta de campos viáveis para o desenvolvimento da pecuária, dos permitiu ampla penetração de oriundos das fazendas de Franca (região nordeste de São Paulo) e Triângulo Mineiro.

Para Nelson Werneck Sodré, rebanhos de gado foram introduzidos no sul de Mato Grosso pela região de Paranaíba, quando a penetração estava iniciada: “chegando aos chapadões da região central da província do Mato Grosso e constituindo Coxim em grande pouso obrigatório, novo foco distribuidor [...] Deve ter sido Coxim a origem da primeira marcha em direção a planície aluvional do Paraguai”. (SODRÉ, 2009, p. 69). Outro empreendimento na década de 1830 foi provocado pelo conflito denominado “Rusga” (1834) em Cuiabá que colocou em tensão cuiabanos e portugueses.

Esse conflito se explica porque no período regencial (1831-1840), ocorreram problemas políticos decorrentes do processo de independência, iniciado em 1822, e de



questões de ordem econômica, referentes, sobretudo à superação da economia escravista exportadora. Este aspecto redundou, segundo Brazil (2009, p. 233) “na escassez de recursos e no clima de insatisfação entre as Províncias e o Governo Central, constituídas por revoltas populares que se estenderam, igualmente, por todo o Império.”

Na cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, houve vários ataques contundentes principalmente contra portugueses, “vistos como privilegiados dentro do ordenamento social, ou como ‘perigosos’ para os propósitos políticos dos ‘verdadeiros brasileiros’. Eram percebidos assim tanto por parte da elite política local como por boa parcela da população em geral” (SENA, 2012, p. 12). No dia 30 de maio de 1834, grupos de cuiabanos se reuniram para expulsar os portugueses e seus parentes da província de Mato Grosso, segundo Ernesto Cerqueira de Sena:

[...] além de saquear suas posses e combater seus aliados. Se muitos já haviam deixado a capital, vários foram pegos, seviciados e mortos. Olhos foram furados com bastões. Orelhas eram enviadas de outras partes da província para comprovação tanto da degradação como da morte de brancos peninsulares. (SENA, 2012, p. 14)

Brazil salienta que o episódio da Rusga trouxe significativos desdobramentos para a Província de Mato Grosso:

Expressivo número de revoltosos rumou para o sul de Mato Grosso, foragidos da justiça por crimes praticados contra portugueses em várias cidades da Província e arredores de Cuiabá. Alguns se internaram pela região ao longo do rio Paraguai, povoando as margens dos rios Taboco e Nioaque, avançando para os vales dos rios Miranda, Aquidauana e Negro, chegando até as proximidades do rio Apa (fronteira com o Paraguai). (2009, p. 233)

Muitos fugitivos desceram para o sul de Mato Grosso à procura de terras e gado para se fixarem. Segundo Ernesto Cerqueira Sena (2006) que dedicou parte de sua tese de doutoramento a entender esse conflito, assinala:

O resultado imediato do movimento de “30 de maio”, (que ficou sendo chamado posteriormente de *Rusga*), foram assassinados 44 portugueses e 3 brasileiros. Muitas propriedades foram destruídas e várias famílias seviciadas. Além disso, a antiga nata política [cuiabana] parecia que não voltaria mais para suas atividades na província (2006, p. 47).

Os foragidos, oriundos de Cuiabá, se estabeleceram no Piquiry e Taquary, conformando duas frentes de ocupação a francano-mineira e a cuiabana. De acordo com Mario Monteiro de Almeida, o encontro efetivo das duas frentes deu-se a partir de 1844

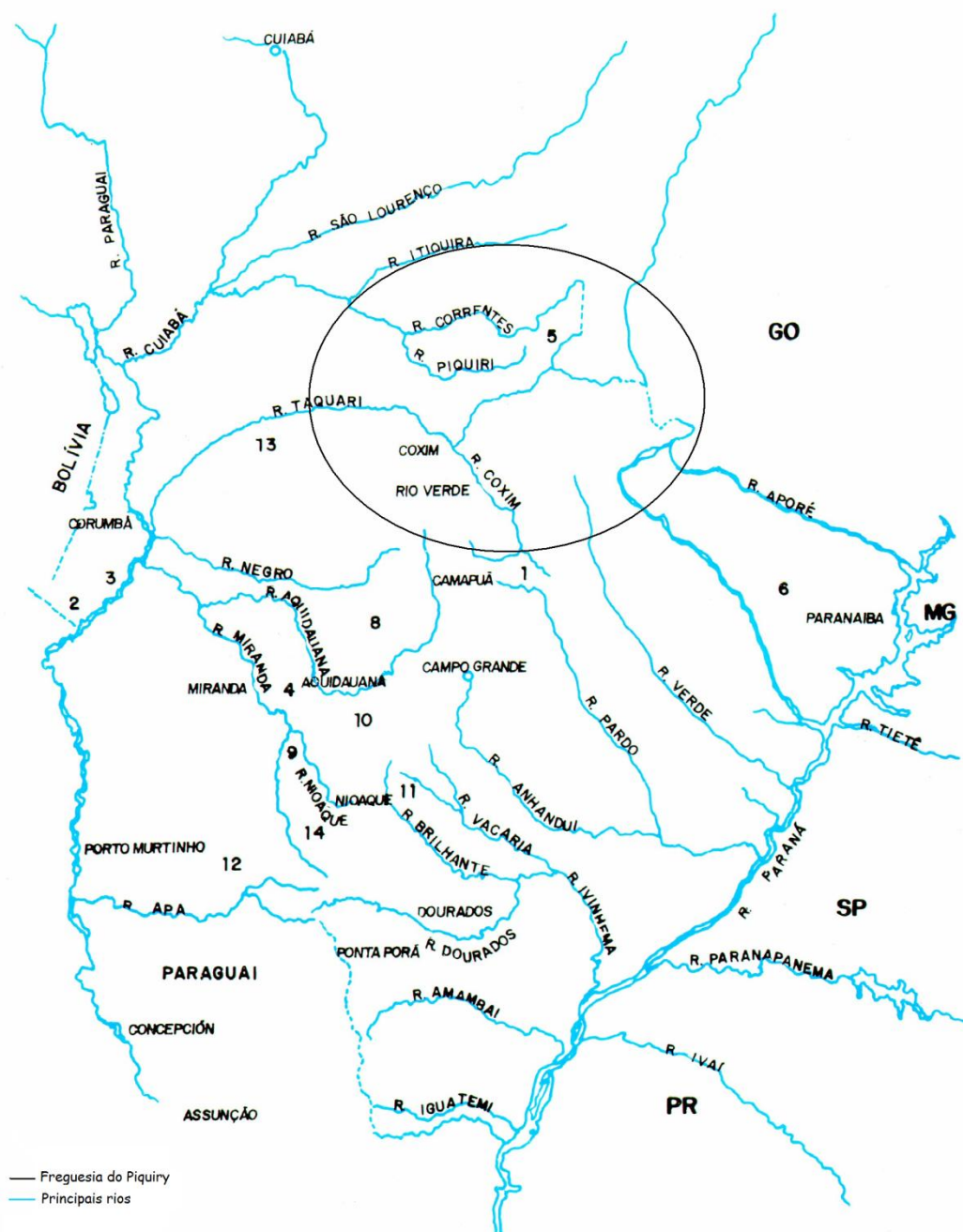
(ALMEIDA 151, p. 230), quando famílias de migrantes mineiros e paulistas se deslocaram, facilitadas pelas entradas de Joaquim Francisco Lopes, e afixaram-se no vale do rio de Miranda e de seus afluentes. Nas áreas ocupadas do Vale do Rio Miranda, a atividade pastoril exerceu papel de relevo na sua expansão, condensação humana e formação de latifúndios.

Contudo, tomemos os primeiros passos da ocupação do sertão de Coxim, com a abertura da estrada do Piquiry, logo a implantação de um núcleo populacional nessa região, que sobremaneira deu início ao povoamento e a formação de fazendas na região. No ano de 1838, através da Lei Provincial nº 4, o então Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno elevou a localidade à freguesia. Sua intenção era que o povoado prosperasse, conforme o artigo 9:

O Governo fará estabelecer por conta do Cofre Provincial no lugar juncto a uma das trez Freguezias que melhores circunstancias offereça uma Fazenda de criação de gado vaccum, e cavallar, que irá augmentando a proporção do grão de prosperidade que for promettendo: o serviço della será feito pelos Indios Caiapós, admittindo-se alem delles somente os demais trabalhadores, cujos serviços indispensaveis, não possam ser suppridos por aquelles; e a vista do que a experiencia demonstrar informará a Assembléa Legislativa da Provincia sobre a conveniencia de reproduzir tal estabelecimento. Desta Fazenda vender-se-ha aos que vierem estabelecer-se nos Districtos das ditas Freguezias, e que assim requererem as porções de gado que as forças, della permittirem segundo as occurencias, tendo-se quanto ao preço em vistas a possivel equidade, mormente em relação as familias numerosas. (MATO GROSSO, 1838)

A política do governo era de promover a ocupação da região, além de gerar rendas à Província. O aldeamento dos nativos e o incentivo da instalação de estabelecimento para a criação de gado transformou os povos originários em trabalhadores escravizados, e ao submetê-los ao trabalho forçado o governo de Mato Grosso possibilitou o desenvolvimento da atividade criatória na região.

Antes das migrações francano-mineiras no Piquiry formou-se um pequeno povoado, conhecido como núcleo colonial do Taquary (Coxim), destacando-se duas grandes fazendas de propriedade de Antonio Theodoro de Carvalho e de Luiz Theodoro da Silva. Sobre as referidas fazendas trataremos mais adiante, sobretudo quanto à estadia de Visconde de Taunay nestas localidades, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).



**Figura 2:** Localização do Destacamento do Piquiry. Material delineado e editado por Adilson Rodrigues Silva. Fonte: MAZZA, Maria Cristina Medeiros. et al. Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal. Corumbá: 1994, p. 12.

A região em que se localizava o destacamento, conforme a Figura 2, se estendia entre os rios Piquiry (norte), Camapuã (sul), Taquary (oeste) e Sucuriú (leste), já era solicitada pelo governo da província de Mato Grosso a exploração e possibilidade de desenvolvimento. Anterior à Lei de 1838, já havia intenções do governo mato-grossense em estabelecer formas de aproveitamento econômico da região. De uma possível criação de rendas para Mato Grosso, o Presidente da Província, Pimenta Bueno, em 30 de novembro de 1836, sugeriu:

Deverá equivaler, por que faria possível, a uma importante renda a abertura da nova estrada pelo Piquiry à Província de São Paulo: vós conheceis. Senhores, todo o valor e transcendência dessa obra, será pois conveniente levar ao Conhecimento e à Sollicitude do Governo Imperial, e da Assembléa Geral Legislativa o verdadeiro estado da Província o reclamar sua proteção a respeito (BUENO, 1836, p. 16).

A Província necessitava de uma nova rota comercial com a capital do Império (Província do Rio de Janeiro), e com a viabilidade que representava a estrada do Piquiry, seria uma possibilidade de expandir os negócios de Mato Grosso. Sendo assim estabeleceria um intercambio com o restante do Império. Em outro Relatório de Pimenta Bueno, em março de 1837, dirigido a Assembleia Legislativa, evidenciou a intenção do governo mato-grossense:

A Província será por bastante tempo à dependências mercantis da praça do Rio de Janeiro, e em todo o tempo há ocorrência do Pará, que como agora fecharão a navegação assim, e pela curta extensão ao porto de Santos e mais conveniências da estrada do Piquiry, Ella simbolisa por essa face a prosperidade da Província e nutre as suas esperanças (BUENO, 1837, p. 16).

O governo mato-grossense buscava mecanismos para aumentar as relações mercantis com a Corte, sobretudo, por ser o Rio de Janeiro o centro que recebia grandes fluxos de mercadorias no Império. A capital do Império brasileiro passou a ser o principal alvo das exportações mato-grossense, ao mesmo tempo em que ocorria o enfraquecimento da extração do ouro em Mato Grosso. Se por um lado havia a impossibilidade de traslado de mercadorias pelos rios do Pará, por outro, havia dificuldades no trajeto das mesmas pela estrada de Goiás. Foi por esse motivo que Pimenta Bueno esboçou confiança na abertura da estrada do Piquiry. O trajeto iniciava no rio Piquiry, nas proximidades do destacamento, alcançava Santana de Paranaíba e enfim terminava no rio Paraná.

Sobre a construção da estrada que ligasse Mato Grosso, sobretudo Cuiabá a São Paulo Hidelbrando Campestrini, em seu livro “Santana do Paranaíba: dos caiapós à atualidade” (1994), ressaltou a realização de um antigo sonho dos governantes mato-grossenses:

Iniciada em 1829, sob as ordens do sargento J. Martins de Carvalho, a estrada tomou rumo do Piquiri (em cujas cabeceiras havia, em 1830, um destacamento militar), com o destino ao rio Paraná, no porto Tabuado, (pouco abaixo da atual cidade de Aparecida do Tabuado) (1994, p. 91)

A instalação de um núcleo populacional desencadeou o apossamento “voluntário” e sob incentivo do governo da província. Desde a promulgação da lei provincial nº 7 de 1835, o presidente da Província Antonio Pedro de Alencastro já determinava a instalação de uma

colônia entre os rios Sucuriú, Taquary e Piquiry. Através lei o estabelecimento devia abrigar o agrupamento de índios caiapós, contudo a mesma lei incentivou a colonização dessas terras. Conforme os seguintes artigos da Lei:

Artº. 8º. A jurisdição Policial, conferida no Artigo sexto ao Director, cessará logo que a Colonia e suas immediações contiverem numero de fogos [*casas*] (não compreendidos os dos colonos indigenaes) para ter hum Juiz de Paz.

Artº. 9º. Fica desde já creada huma Parochia na referida Colonia, e o Parocho para ella nomeado vencerá a Congrua de trezentos mil reis, e terá huma Caza de rezidencia com seu quintal a custa da Fazenda Publica Provincial que passara aos seus sucessores, e ao primeiro se dará em propriedade e a sua escolha hum terreno que todavia não excederá a de huma Sesmaria.

Artº. 10º. Ficão isentos de Disimos, e outros quaesquer Impostos por vinte annos, não só os Colonos, como todos os outros individuos, que se forem estabelecer desde as margens do Piquiri até as do Paraná, na direcção da nova estrada.

Artº. 11º. Todos os Habitantes da Colonia serão sustentados no primeiro anno á custa dos dinheiros publicos para isto destinados, e fornecidos dos instrumentos agrarios, ferramentas, armas, e mais utensis indispensaveis a taes estabelecimentos e da mesma fórma lhes serão ministradas as primeiras Sementes. (MATO GROSSO, 1835).

O referido núcleo populacional idealizado pelo Governo Provincial se constituiu a partir da colônia (essencialmente constituídas de colonos indígenas), em cujas imediações ergueram-se as casas dos moradores não índios, paróquia e infraestrutura básica, mantida, inicialmente, pela fazenda pública. No entanto, logo os indígenas rebelaram-se contra os ocupantes brancos do povoado. No Relatório do Presidente da Província Estevão Ribeiro de Rezende, informava a resistência dos indígenas aos moradores e aos viajantes que percorriam a então nova estrada do Piquiry. Segundo Rezende:

Descontentes com a passagem desta última estrada [Piquiry] por hum dos sítios em que tinhaõ alojamento, parece que assentaraõ a desafronta pelas armas, ou ao menos alterar quanto possível, no intuito de evitar a freqüência de viadantes que ella começa a ter, e de conseguir ainda o exclusivo de antigas possessões (REZENDE, 1840).

A presença dos Caiapós por muito tempo inibiu sobremaneira a instalação de moradores brancos na região. Segundo Campestrini os caiapós eram menos resistentes que os coroados (CAMPESTRINI, 1994, p. 94). Daí a criação das freguesias de Santana do Paranaíba e do Piquiry e a utilização de mecanismos como o aldeamento dos Caiapós como forma de conter as reações dos originários da terra. O núcleo não prosperou como esperava o governo provincial, mas a estrada que ligava Mato Grosso a São Paulo possibilitou o desenvolvimento, sobretudo de Santana de Paranaíba.

## 2.4. Caminhos fluviais (Piquiry e Taquary) e a ocupação do sertão de Coxim.

Os caminhos abertos pelos irmãos Lopes - Joaquim Francisco e Gabriel - alcançaram, em 1836, as terras que correspondentes ao Piquiry, espaço onde prosperou o município de Coxim. Ao adentrar na região, início do mês de julho de 1836, os sertanistas buscavam o caminho aberto anteriormente por J. Martins de Carvalho. Pela descrição de Joaquim Francisco Lopes sobre o local, sobretudo das proximidades dos rios Taquary ou Piquiry, é possível inferir que se tratava de terras ocupadas por Carvalho, senão vejamos:

Sabbado, 23 [julho de 1836], passamos os animais muito cedo marchemos ao Suldueste em Campos feixado e ruins Pastos e procurei humTaboleiro. Topei a trilha, e pique que abrio o Snrº Carvalho, e cortei páos ao atravessar para signal, e procurei huma vertente de hum ribeirão e avistei fogos, respondido aos meus que tinha posto muito perto de mim; gritei e me responderão; busquei ao ribeiro a escapar do fogo, e pouzei; ao depois atraz do fogo me apareceo hum Patrício conhecido da vila de Franca do Imperador, Manoel Pereira; nos fez ver que tinha vindo com o Cabo Fagundes pela trilha do Carvalho e não deo boa informação do que avistou até á Fazenda do Cadete Jerônimo, que tudo era inferior, e mesmo Jaurú abaixo distancia de 12 a 14 legoas que era muito Serradão, assentei procurar Camapoã em rumo do Sul, e o dito Snrº Pereira ajuntou-se em nossa companhia com 2 animais, 1 cargueiro, 1 sella, e mandou 2 Indios seus Camaradas para a Piquiri ao Destacamento donde tinha sahido, 1 por nome Joaquim, e outro Maximiano; eu escrevi ao d.º Cabo do mando regente Jozé Glz', dando-lhe parte dos meus gyrios.(LOPES, 1943).

O destacamento do Piquiry possuía poucos moradores brancos, em sua maioria fazendeiros que se estabeleceram em razão do incentivo do Governo provincial. Os memorialistas que escreveram sobre Coxim, sobretudo os primeiros moradores da região dão conta de que Antonio Theodoro de Carvalho pode ter sido aquele que teria levantado a primeira fazenda entre os caminhos entre os rios Piquiry, Taquary e Sucuriú<sup>3</sup>.

Mas, a existência de um quartel no Piquiry não foi ressaltada pelos memorialistas como fator importante para a abertura do referido caminho. No entanto, isso consta nos relatórios dos Presidentes de Província, com destaque para a instauração de uma força policial para conter a luta dos indígenas em defesa do espaço na medida em que estes acometiam de surpresa a população não índia ali fixada.

---

<sup>3</sup> FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande: EDUFMS, 2004; SILVEIRA, Ronan Garcia da. *História de Coxim*. Campo Grande: Ed. Ruy Barbosa, 1996

## 2.5. Aos indígenas, “grãos de civilização”.

Em 1840, no Relatório do Presidente Estevão Ribeiro de Rezende, ao noticiar sobre a estrada do Piquiry, informou sobre os índios Coroados que frequentemente investiam sobre o povoado formado próximo à estrada.

Através de seu Relatório identificamos a existência de um quartel nessa região como base avançada para conter a reação dos coroados, considerando que a estrada do Piquiry, que ligava Cuiabá a São Paulo, era muito frequentada por viajantes e comerciantes que transitavam entre as províncias com mercadorias.

No Relatório de Ribeiro Rezende de 1840, também consta sua intenção de estabelecer um quartel como mecanismo de marcação de fronteira e como frente de combate aos indígenas. Concretizado o intento presidencial, organizou-se junto ao quartel um núcleo de aldeamento de índios caiapós, que acabou dando suporte ao processo de apossamento de terras empreendido por migrantes oriundos da região do Triângulo Mineiro.

Anterior ao Relatório de Ribeiro Rezende, no ano de 1837, o então presidente José Antonio Pimenta Bueno já se preocupava com a violenta reação dos indígenas. Nesse Relatório Rezende admitia que o sistema de aldeamento fosse algo pouco seguro para os transeuntes e/ou novos ocupantes:

Como o sistema de conservar os índios em aldeas não é seguramente o melhor, antes repellido pela longa experiencia, que o Brasil tem tido, ou por que nunca prosperão, ou por que chegão muitas vezes [...] a fugir todos, quando devera supporte, que o decurso de muitos annos os tivessem civilisado (1837, 19).

Na obra “O Processo Civilizador” (1994) Norbert Elias infere o processo de formação do homem “civilizado” se dá pelo rompimento de hábitos e costumes de grupos isolados, os quais se entrelaçam com ações e estratégias de outro grupo, de forma amistosa ou hostil.

Desse pressuposto, é possível explicar que a razão de “civilizar” os índios caiapós não passava de uma estratégia de dominação, valendo-se de mecanismos de interação do grupo. A ordem social sofreu mudanças através do entrelaçamento de grupos opostos que gerou a interdependência, cujo efeito coibia a vontade dos nativos.

Os poderes constituídos viam na atração de habitantes para a região como uma saída para a intenção de explorar a região. O aldeamento representava uma “providencia” voltada para “civilizar” os nativos, conforme assinala Pimenta Bueno:

Parece que todas as providências resumem-se na fortuna de achar homens zelosos, que se apliquem com interesse diridido ao trabalho de dar-lhes aquelle grão de civilização necessário para que elles se desprendão da vida selvagem, cumprindo desde então separal-os para que percão no todo os costumes bárbaros, que juntos nunca deixão, e sobre indo aproveitar os filhos, que com facilidade recebem nossos hábitos (1837, p. 19-20)

Na fala de Pimenta Bueno a inserção de “costumes e hábitos civilizados” aos indígenas era uma forma de submetê-los para, mas facilmente apossar de suas terras. Nesse sentido, o “amansamento” de índios rebelados facilitaria o desenvolvimento econômico nas regiões mais longínquas de Cuiabá. Foi com essa lógica que o segmento branco promoveu a utilização dos nativos como força de trabalho e possibilitou a abertura de estradas como vias de comunicação de Mato Grosso com o litoral. A estrada do Piquiry fazia parte desse projeto, como assinala Pimenta Bueno:

O começo da abertura da estrada do Piquiry tem sido para nós, o começo da estrada de povoadores, que de cada vez mais recebemos vindos da Província de Minas Gerais, onde elles não achão as férteis e despovoadas campanhas, que aqui os prendem com vantagem sua e nossa (*Ibidem*. p. 20).

Conceder terras a migrantes oriundos de Minas Gerais, criar mecanismos de apossamentos de terras, oferecer vantagens a esses colonos significaria a segurança e a tranquilidade para Província de Mato Grosso. Para tanto era preciso conter a resistência do índio frente à estrutura de dominação montada na região. O desafio de ligar a região sul de Mato Grosso a São Paulo teve a frente Joaquim Francisco Lopes, grande conhecedor do interior brasileiro e dos hábitos sertanejos que, para cumprir tão grande empreendimento, levantou inúmeras propriedades. Inúmeros fazendeiros oriundos de Minas Gerais e da região de Franca- São Paulo recorreram aos serviços do referido expedicionário.

O expedicionário Joaquim Francisco Lopes nasceu no dia 7 de setembro no ano de 1805, numa fazenda no distrito de Piumhi, próximo à cidade de São Roque de Minas – Minas Gerais. Na década de 1820 mudou-se para a região de Franca do Imperador – São Paulo. Junto com seus irmãos, seu pai, Antônio Francisco Lopes, e sua mãe levantaram a fazenda Morro Redondo do Pontal (ALMEIDA, 1951, p. 236). Era comum pessoas não ligadas à atividade mineratória empreender em tarefas laboriosas e difíceis como embrenhar no interior brasileiro em busca de aventuras, riquezas ou forma de sobrevivência. Os Lopes tinham este perfil e, assim, vamos encontrá-lo na história de Mato Grosso, a partir do final da década de



1820, como uma figura que, em busca de terras, liderou deslocamentos, abertura de estradas, fundações de fazendas.

No ano de 1829 os irmãos Lopes – Gabriel, José, Manuel, João, Romualdo e Joaquim receberam o convite por parte dos fazendeiros Garcia Leal para deixarem a região de Franca e ocuparem terras no sudeste de Mato Grosso. Os Lopes, acompanhado de familiares, agregados e escravizados partiram de Franca e se estabeleceram no sertão de Santana do Paranaíba, já ocupado pelos Garcia Leal.

Através de relatos deixados por Joaquim Francisco Lopes, procuramos refletir sobre sua trajetória de vida pelo interior de Mato Grosso. Suas viagens foram realizadas de 1829 a 1857 custeadas tanto pelo poder público como pelo privado, com destaque ao financiamento realizado por João da Silva Machado “Barão de Antonina”, da Comarca de Curitiba. Nessas explorações contratadas em 1848, com a ajuda do mapista inglês João Henrique Elliot, Lopes demarcou terras pelo sul de Mato Grosso e pelo Paraná que pertenceriam ao Barão de Antonina. As terras devolutas do sul de Mato Grosso foram asseguradas pelo Barão de Antonina anterior a aplicação da lei de 1850, considerando que a lei já era anunciada anos antes, sobretudo para grandes proprietários com influencia política.

## **2.6. De tropeiro a Barão: O Barão de Antonina e suas relações de poder (1844-1857).**

Durante os anos de 1844 e 1857, João da Silva Machado, o Barão de Antonina, promoveu nove expedições de exploração e reconhecimento dos sertões meridionais do Brasil. Dentre estas, a expedição de estabelecimento de comunicação fluvial entre a Comarca de Curitiba e a de Cuiabá, por meio da ligação entre as bacias dos rios Paraná e Paraguai, é a que nos interessa nesta pesquisa, considerando que esta via de comunicação só passou a ser utilizada como rota preferencial para o transporte de cargas e passageiros a partir de 1870. A respeito desta e demais expedições o Barão contou com os trabalhos do sertanista, Joaquim Francisco Lopes e do norte-americano João Henrique Elliott e que sob suas ordens, adentraram em “território desconhecido” e estabeleceram contato com populações indígenas, mantiveram tratado de amizade, estimularam o deslocamento de indígenas e marcaram imensas posses territoriais para o Barão, às vésperas da promulgação da Lei de terras de 1850.

O antigo tropeiro João da Silva Machado tornou-se, segundo Caio Prado Jr. um dos maiores arrematadores de gado das feiras de Sorocaba e grande fornecedor ao exército brasileiro e à Corte. A patente de Barão foi lhe destinada graças a sua atuação, contra o levante paulista liderado por Rafael Tobias de Aguiar. Sua ascensão social por sua vez, se deu

por intermédio das relações familiares e compadrio, somado a sua carreira militar, na condição de Coronel da Guarda nacional e Comandante das Tropas do sul da Província.

Como observou Maria Cortez (1995) o Barão de Antonina, por meio dos vínculos pessoais mantidos com os “Ministros do Império e com o próprio Imperador [...] tornou-se, em nome do poder central, um dos principais executores dos planos de colonização e de comunicação na área de seu domínio”. Também foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e nesta condição procedeu aos registros dos relatos de autoria de Lopes e Elliot de todas as expedições, o que nos sugere a intenção de mapear e fundar território para ampliação de seus domínios e posses e que poderiam, ser legitimadas a partir de 1850.

Contudo, há um silêncio considerável em relação a este personagem que transitava entre territórios extremamente diversificados e antagônicos o que faz com que nosso interesse central se volte para a investigação da trama elaborada pelo Barão de Ananias e os demais atores envolvidos em jogos de poder, voltado para interesses diversos, como prestígio, enriquecimento, sonhos e desejos.

Assim, o exame detalhado da correspondência produzida e recebida pelo Barão, como também os relatos de Lopes e Elliot e demais registros produzidos pelo Barão junto ao IHGB, podem possibilitar aproximação com este personagem e a complexa rede elaborada e protagonizada pelo mesmo.

## **2.7. Joaquim Francisco Lopes: Rumo aos sertões de Mato Grosso**

Como já referido, o Barão de Antonina possuía um grande patrimônio latifundiário, terras que se estendiam do norte do Paraná ao sul de Mato Grosso. Com ambição de se apossar de terras entre as bacias do rio Paraná e rio Paraguai, o fazendeiro contratou os serviços de Joaquim Francisco Lopes no ano de 1848. Segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach, em “Desbravamento e Catequese na Constituição da Nacionalidade Brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil meridional” (1995):

[...] Em abril de 1848, após completarem a sexta expedição, Elliot e Lopes consideraram realizado o objetivo maior das viagens a eles encomendadas: o de estabelecer a comunicação fluvial entre a comarca de Curitiba e a de Cuiabá, interligando as grandes bacias dos rios Paraná e Paraguai. Desbravando florestas e campos circundantes a esses rios, consideraram cumpridas também as instruções adicionais que haviam recebido: entraram em contato com as populações indígenas que dominavam esses “territórios desconhecidos”, mantiveram tratados de amizade com as lideranças guaranis existentes no sul de Mato Grosso e puderam, posteriormente, deslocar parcelas

dessas tribos para os aldeamentos indígenas criados na época. Finalmente, em diversos pontos da rota Curitiba-Cuiabá, sobretudo nas regiões de campos e pastos, marcaram as imensas posses territoriais para seus mandatários, um pouco antes da efetivação da lei de Terras de 1850 (1995, p. 138)

A expansão da fortuna pessoal de Silva Machado deu-se pelo bom relacionamento que possuía com os ministros do Império Brasileiro, além de colaborar com os serviços públicos, também empreendeu ações que lhe garantiram um grande patrimônio territorial. Para Wissenbach, a proximidade de Silva Machado com a elite política do Império, o tornou conhecido como grande empreendedor dos sertões, articulador de importantes rotas e caminhos, protetor dos índios e crítico à escravidão (1995, p. 140). Graças a seu prestígio, o Barão de Antonina confiou verbas públicas para as expedições de Joaquim Francisco Lopes.

Em sua primeira entrada nos sertões mato-grossenses, em 1829, a convite dos senhores Januário de Souza e José Garcia Leal, que eram fazendeiros conhecidos do Triângulo Mineiro e já haviam conquistado terras na região de Santana de Paranaíba, Joaquim Francisco Lopes com 24 anos se aventurou pelas matas e campos e rios. Alcançou o sertão de Santana do Paranaíba nas margens do rio Sucuriú, atual leste do estado de Mato Grosso do Sul, no dia 29 de julho. Lopes fundou duas fazendas confiadas a moradores de Franca, Ignácio Furtado e Domingos Rodrigues, próximas do referido rio.

Nos primeiros meses de 1830, Joaquim Francisco Lopes penetrou mais uma vez nos sertões de Mato Grosso. Organizou uma entrada pelo rio Grande em busca de terras devolutas e uma estrada para São Paulo. Na companhia de três camaradas e um escravizado explorou terras no curso do rio Grande, contudo não encontraram campos que pudessem apossar:

Segui escoteiro para Paranaíba e cheguei no Monte Alto à casa do Sr. Capitão José Garcia Leal, o qual há pouco tinha chegado do sertão, e me fez ver boas fazendas que achou, e o sertão que seguia, e demarcou de olho uma fazenda para mim nas margens do rio Paraná [...]. (Lopes, 1943).

José Garcia Leal lhes ofereceu mantimentos e cedeu a Joaquim Francisco Lopes uma propriedade próxima do rio Paraná para morar. O que percebemos foi a necessidade de Garcia Leal manter Lopes seguro com uma propriedade, bem como considerá-lo membro do clã familiar Garcia Leal, pois se a terra fosse devoluta (denominação após a lei de Terras de 1850) não cabia a ele vender ou ceder, pelo menos do ponto de vista jurídico, a seus familiares ou amigos. Se a terra era devoluta eles deveriam tê-la comprado do Estado. Dessa forma, presentear com terras, não era uma forma de corresponder aos feitos de Lopes, mas de garanti-lo próximo de Garcia Leal com a possibilidade de novos empreendimentos.

### **2.7.1. Os Itinerários de Joaquim Francisco Lopes**

Lopes deixaria esse local para continuar sua exploração nos sertões de Mato Grosso no ano seguinte. Percebemos então que não era de interesse de Lopes apossar-se das terras cedidas por Garcia Leal naquele momento, o sertanejo ensinava explorar novas terras, muitas encomendadas por moradores de Franca, localizada na região nordeste de São Paulo.

No mês de abril de 1831, Lopes mudou-se definitivamente para o sertão de Mato Grosso, com a intenção de explorar novas terras e formar junto com sua família sua propriedade, contudo “distraído por penetrações varias, a que o convidavam parentes e amigos, deixou para dezembro a sua transferência às novas terras” (SODRÉ, 2009, p. 72). Antes explorou terras próximas do rio Verde. Seria dessa forma que Lopes lidaria com o sertão, sem nenhum propósito de fixação e com ânsia de explorar ambientes desconhecidos. Era realmente o que Taunay caracterizaria no livro “Inocência”, o legítimo sertanejo:

O legítimo sertanejo, explorador dos desertos, não tem, em geral, família. Enquanto moço, seu fim único é devassar terras, pisar campos onde ninguém antes pusera pé, vadear rios desconhecidos, despontar cabeceiras e furar matas, que descobridor algum até então haja varado. Cresce-lhe o orgulho na razão da extensão e importância das viagens empreendidas; e seu maior gosto cifra-se em enumerar as correntes caudais que transpôs, os ribeirões que batizou, as serras que transmontou e os pantanais que afoitamente cortou, quando não levou dias e dias a rodeá-los com rara paciência. (TAUNAY, p. 1987)

Dessa forma suas viagens pelo sertão de Mato Grosso durariam meses e anos, enquanto seus familiares buscariam lugares fixos para se estabelecerem, Lopes conheceu lugares, campos devolutos e rios, o que possibilitou a ocupação do sul de Mato Grosso. Lopes através de seus relatos mostrou-se um aventureiro e mais um incessante explorador de caminhos que ligaram as terras do sul de Mato Grosso com Cuiabá, além de contribuir com a formação de diversos municípios.

Em seu relato no ano de 1831, Joaquim Francisco Lopes formou um grupo de 9 pessoas, seu pai Antonio Francisco Lopes, seus irmãos João, Manuel e Gabriel, os camaradas José Gonçalves e Manuel Pião e os escravizados Francisco e Vicente. Percorreram o rio Verde, onde apossou-se de terras, como nominou riachos e lagoas encontradas nos caminhos percorridos. No ano de 1832, adoeceu, junto com seu irmão Gabriel e permaneceram por seis meses em Santana do Paranaíba. Em novembro do corrente ano seguiu viagem com seu irmão

Gabriel formando roças nas margens do rio Paraná, contudo seu irmão enfermo, não tinha condições de continuar, retornaram a Santana, onde ficou seu irmão adoentado.

Cabe ressaltar, que a formação de roças e pousos no século 18 estava voltada para a produção de gêneros que atendiam consumo e o abastecimento dos viajantes que percorriam os caminhos monçoeiros rumo a Cuiabá. A produção de gêneros para o mercado interno no século 19 era para atender o abastecimento de áreas exportadoras. Cabe lembrar que a formação de roças também era um mecanismo de assegurar a posse das terras, dessa forma legitimava a propriedade. Os pousos garantiram posteriormente a formação de povoados. Esses núcleos localizados estrategicamente nos caminhos dos viajantes, comercializavam o que produziam, era uma forma de estimular a economia do local.

No terminar do ano de 1832 e início de 1833, Joaquim Francisco Lopes e sua família mudara-se para as terras demarcadas e doadas por José Garcia Leal. Às margens do rio Paraná fixou moradia, contudo neste lugar não tiveram uma boa estadia. Durante a mudança, 4 de seus filhos adoeceram de malária. Após a melhora de seus filhos, com a ajuda de 12 famílias de índios caiapós, que chegaram em suas terras, construiu sua morada, além de permitir a permanência dos índios, que também fixaram moradia. Sua fazenda recebeu a denominação de Monte Alegre. Durante as construções Joaquim Francisco Lopes sofreu com a morte de uma filha e com a doença de sua esposa.

Sua esposa, cujo nome não é mencionado em seu relato, estava grávida quando adoeceu de malária, segundo Lopes, se recuperando da enfermidade, deu a luz a criança sem nenhuma complicação. Após 15 dias do parto, sua esposa ficou impedida de amamentar a criança, pois estava com algumas “sarnas” em seus seios. A criança passou a ser alimentada por mingau de raspa de mandioca, farinha de milho e mel. A criança não resistiu à alimentação e viera a falecer meses depois. Como a região onde se encontrara era distante de Santana do Paranaíba e desprovida de alguma assistência, Joaquim Francisco Lopes resolvera partir junto com sua família, antes que ele mesmo adoecesse.

No início do ano de 1834, partiram rumo a Santana, deixando suas terras e seus pertences. Em um carro puxado por 4 bois viajaram, contudo ao chegar numa região denominada Santa Quitéria, em que o carro de boi não tinha como prosseguir, deixou sua família nesse lugar e foi atrás de socorro. Joaquim Francisco Lopes com a ajuda de seu pai levaria sua família de volta para Franca no mês setembro.

No ano de 1835 Lopes empreenderia novas explorações pelo sul de Mato Grosso, pois seu objetivo era retificar posses feitas em 1831 e conduzir seu irmão José Francisco Lopes

(Guia Lopes) à região do rio Taquarussú, este junto com sua família se estabeleceria nessas paragens.

Os apossamentos promovidos por Joaquim Francisco Lopes na década de 1830 possibilitaram a formação de propriedades que pertenceriam a vários moradores de Franca, entre eles sua própria família. Seu pai e seus irmãos se afazendaram pelo sul de Mato Grosso, Joaquim ainda percorreria outros caminhos antes de fixar moradia. As descobertas do exímio conhecedor dos sertões chamariam a atenção do presidente da Província de Mato Grosso Pimenta Bueno, que lhe incumbiu de abrir uma estrada ligando o sertão de Santana de Paranaíba com a Província de São Paulo.

No ano de 1836, Joaquim Francisco acompanhado de seu irmão Gabriel, de seu cunhado Antonio Vieira e de um escravizado, de nome Domingos, percorreriam praticamente todo sul de Mato Grosso. O grupo partiu no dia 1º de julho de Santana do Paranaíba e alcançaria Miranda no dia 29 do mês de agosto. O grupo explorou a região dos rios Taquary, Piquiry, Sucuriú e Aquidauana durante a viagem. Conforme assinala em seu relato:

[...] chegemos e fizemos ver aos de Miranda as nossas investigações; advirto que o dito forte tem quatro frentes de casas, duas arruadas, cercas de taquaruçus e as outras só a frente. O forte, no meio, cercado de madeira em pé, apontadas de quatro quinas, aterrado alto por dentro, e tem sentinela viva de dia e de noite; tem os índios aldeados ao pé do forte com suas lavouras, engenho de bois e fazem rapaduras e melado e fabricam a farinha de mandioca; as nações são estas: uaicurus, guanás, guaxis (estes são aliados) há outras nações que existem arretirados assim como ipagmas, caiubás e outras mais, etc. (LOPES, 1943).

Um aspecto que deve ser levado em consideração no relato de Lopes é a presença de índios aldeados que produziam em suas lavouras cana de açúcar e mandioca. Outro aspecto é a produção de melado, rapadura e farinha de mandioca. O cultivo desses gêneros abastecia a região do forte, assim como atendia a alimentação dos próprios nativos. A presença do gado facilitava a instalação de engenhos que supriam a necessidade de adquirir tais gêneros de outras regiões.

Ao chegar no Forte de Miranda, Joaquim Francisco Lopes recebeu ajuda com mantimentos e animais do Capitão João José Gomes. O responsável pelo forte interessou-se pelas informações de Lopes, logo patrocinou viagem de Lopes para a capital da Província. Em Cuiabá Lopes narrou suas explorações e apresentou mapas que interessou muito ao governo de Mato Grosso.

Joaquim Francisco Lopes um explorador conhecido, ou melhor, profissional, foi contratado pelo Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno para identificar uma via de comunicação terrestre entre o sul da referida Província à vila de Piracicaba – São Paulo. O expedicionário após alcançar o interior paulista deveria retornar à Cuiabá onde apresentaria um Relatório da estrada e dos terrenos encontrados nessa bandeira.

O encontro com Presidente Pimenta Bueno e das informações apresentadas sobre o sul da Província, suas explorações passaram a ser de interesse do governo de Mato Grosso. A abertura de uma estrada que ligasse Cuiabá a São Paulo permitiria um avanço para as atividades comerciais de Mato Grosso. Lopes continuou a estrada do Piquiry, a partir do rio Paraná até Piracicaba, São Paulo.

A abertura dessa via de comunicação atenderia os interesses das províncias de Mato Grosso e São Paulo. Já era de interesse dos governos uma estrada que ligasse ao litoral, mas agradava muito a elite agrária que se formou desde o Triângulo Mineiro ao sudeste mato-grossense.

No mês de julho do ano de 1837, a abertura da estrada teve início em terras de Antonio Francisco Lopes, pais de Joaquim Francisco, próxima do rio Paraná. No percurso do rio Paraná a Piracicaba, Joaquim Francisco recebera ajuda e investimentos de fazendeiros e políticos, entre eles o influente senador Campos Vergueiro.

O Senador Nicolau de Campos Vergueiro (1778-1859), grande proprietário de terras da Província de São Paulo, possuía fazendas de plantio de café. Também Campos Vergueiro era político importante, defensor do trabalho livre e incentivador da migração estrangeira no país.

Antes do início da abertura da estrada, em fins do mês de março e início do mês de abril de 1837, em Cuiabá, Lopes já havia recebido investimentos por ordem do Presidente Pimenta Bueno, conforme o relato:

Recebi da mão do Snr' Cap.<sup>am</sup> Antonio Jozé da Silva, a q.<sup>tia</sup> de trinta mil reis e moedas de cobre de quarentinha = arrecebi mais do mesmo Snr' dezoito mil e oitocentos, para oito libras de pólvora com seu competente Chumbo – arecebi mais do mesmo Snr quatro foices e quatro facoens e dois machados, os quaes arecebi dia trinta de Março, e de tudo passei recebido ao dito Snr' Cap.<sup>am</sup> Antonio Jozé da Silva. (LOPES, 1843)

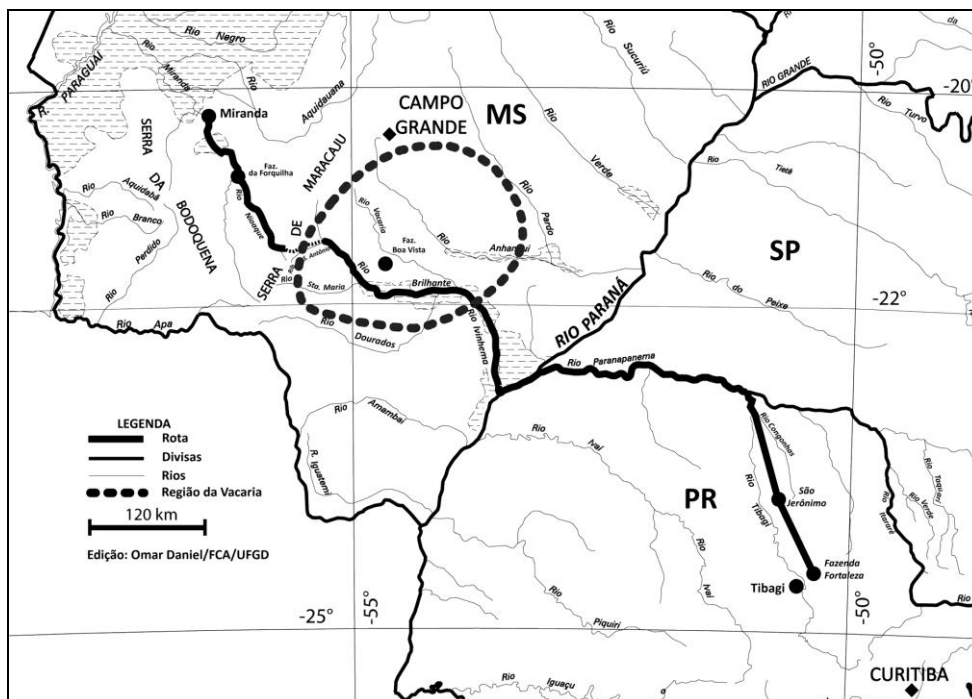
Em seus relatórios, Lopes se preocupava em descrever o que recebia de investimento e detalhava as despesas, a fim de prestar contas com seus contratantes no futuro. Com ordens do Presidente da Província Pimenta Bueno, Lopes, recebera do capitão Antonio José da Silva

dinheiro para que pudesse retornar ao sul de Mato Grosso. O sertanista foi acompanhado por quatro soldados rumo ao destacamento do Piquiry. No dia 3 de maio, chegaram ao destacamento militar. Dois dos soldados que o acompanhava ficariam nessas paragens. Nesse lugar Lopes prestou contas ao Cabo José Gonçalves da relação das despesas de viagem e seguiu viagem para Santana de Paranaíba, na fazenda de José Garcia Leal.

Nos meses de julho, agosto e setembro de 1837, Joaquim Francisco Lopes trabalhou na abertura da picada do rio Paraná até São Paulo. Em outubro Lopes alcançou o rio Tietê. O sertanista também informou o governo paulista da estrada, por intermédio do senador Vergueiro, conseguiu auxílio de 100 mil réis do Presidente Provincial de São Paulo Bernardo José Pinto Gavião para terminar a estrada. Lopes também recebeu do governo paulista trabalhadores locais. A estrada do Piquiry foi concluída no ano de 1840, quando Lopes prestou contas ao governo de São Paulo, que faria as devidas retificações.

As narrativas das viagens exploratórias de Joaquim Francisco Lopes foram publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1848. O manuscrito do documento foi doado à instituição pelo Barão de Antonina (4/3/1847) quando este ainda era sócio correspondente do Instituto. As seis entradas organizadas pelo Barão foram dirigidas por Joaquim Francisco Lopes - agosto de 1845 a junho de 1847. Estas expedições contribuíram para a exploração de rios, afluentes e cursos d'água desde os rios Tibagi, Paranapanema, Paraná e Paraguai (Figura 3). Nos relatos de Lopes constam registros de roças, pousos, vales, rios e serras, povoados, dando conhecimento sobre uma região até então ignorada pelos entrantes não-índios.





**Figura 3:** Localização dos campos de vacaria de Mato Grosso e da rota da expedição de Joaquim Francisco Lopes realizada em 1847, partindo do vale do Rio Tibagi (PR) rumo aos Campos de Miranda (MT). Fonte: BRAZIL, M. do C. “Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso: Considerações sobre a terra e escravidão (1830-1889)”. In: MAESTRI, M. & BRAZIL, M. do C. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: Estudos sobre a economia pastoril no Brasil*, p. 219-250.

Tanto a estrada do Piquiry, como o povoado de Coxim, nas intenções do governo de Mato Grosso levaria progresso à região, como principal ponto de ligação da Província com São Paulo.

## 2.8 A resistência dos povos originários

No bojo das expedições empreendidas por Lopes havia a resistência dos indígenas contra a invasão de seus domínios. As tensões envolviam saques e mortes nos pousos, acampamentos e roçados. A solução encontrada pelos entrantes foi militarizar a região e transferir a população para localidades mais seguras. Essa medida consta no Relatório do Presidente de Mato Grosso Estevão Ribeiro Rezende:

Tomei essa resolução em Junho do anno recém passado, no mesmo mez partio desta Cidade [Cuiabá] o Tenente de primeira Linha José Maria de Albuquerque Nunes, a quem conferi o comando militar daquele ponto, e encarreguei de mandar edificar não só hum espaçoso Quartel, com proporções para acomodar effectivamente de 40 a 50 praças, mas também duas outras casas igualmente espaçosas, próprias para arrecadações do Destacamento alem de dous grandes Telheiros

destinados a Ferraria, e outro para a Carpintaria (REZENDE, 1840, p 19)

Esse grande incentivo do Presidente da Província também era uma forma de povoar a região, além de conter a reação dos índios coroados contra invasores de seus espaços. O envio de um comandante junto com alguns trabalhadores era uma forma de “investir” no sertão, como sugeria Rezende. O governo também buscava arrecadações para a Província, com isso investiu em serviços como a construção de barracões para serralheria e carpintaria. Numa outra passagem do Relatório de Rezende há registros de novas preocupações: a resistência dos caiapós e a penúria da povoação em questão:

Logo em agosto tive parte da sua [Comandante José Maria de Albuquerque Nunes] chegada a velha povoação, que achava quasi por si mesma extincta, pela miséria de mantimentos, intencidade de febres intermitentes, total ruína dos poucos e acachados ranchos de palha, que mesmo assim eram habitados pelo Destacamento de 1ª Linha e pelos Índios, e no mesmo mez começou o corte de madeiras conducção de telha, e pronplificação de outros materiais para aquelas obras no [rio] Taguá (1840, p. 19)

O local conforme o Relatório possuía poucos moradores e o que existiam eram de construção simples, cobertos de palha. O destacamento estava abandonado, com falta de alimentos e com doenças que se espalhavam pelo povoado. O discurso do Presidente Rezende era de tirar do abandono aquele destacamento, transferir a população para outro local, como citado próximo do rio Taguá, oferecer ajuda na construção das moradias e organizar a região, que com a via de comunicação possibilitaria ao Estado maiores chances de rendas.

Outra preocupação do governo mato-grossense residia no projeto de viabilizar a navegação pelos rios, muito utilizada na região. O incentivo veio através da construção de batelões, espécie de barcos para transporte de cargas, e melhoramento nas vias fluviais, como dos rios São Lourenço, Itiquira, Correntes e Taquary, estes que ligavam ao rio Piquiry e faziam parte da ligação da região com a freguesia de Santana de Paranaíba (*Idem*, p. 20).

## **2.9. Mariano de Bagnaia: o frei capuchinho**

Outra fonte produzida nas primeiras décadas do século 19 que mencionam parte do universo ribeirinho do Piquiry são os relatos do Frei missionário Mariano Bagnaia, aprisionado 1865 pelo exército de Solano Lopez na Guerra contra o Paraguai (1864-1870). Numa de suas viagens pela região no caminho que levava à Santana do Paranaíba, Frei Bagnaia menciona um pouso denominado de Cemitério (SGANZERLA, 1992, p. 189), no

vale do Piquiry. Segundo Campestrini o “Cemitério” localizava-se na estrada do Piquiry (1994, p.93), sendo assim era o referido povoado em que Bagnaia havia batizado cerca de 22 crianças. Entendemos que destas famílias visitadas muitos eram os índios caiapós, aldeados na região.

Frei Mariano de Bagnaia foi um missionário que pregou nas freguesias de Corumbá, Miranda, Coxim e Santana do Paranaíba entre as décadas de 1840 e 1880, A Guerra contra o Paraguai (1864-1870) interrompeu suas visitas missionárias nestas localidades.

Frei Mariano nasceu na cidade de Bagnaia, região central da Itália, no ano de 1820. No ano de 1846 foi ordenado padre. Na década de 1840, depois de tensas relações entre o governo brasileiro e a Santa Sé, foi solicitado o retorno de missionários capuchinhos, oriundos da Itália, ao Brasil. Com isso foi reativadas as missões (PALÁCIOS, 2012, p. 196). Entre os missionários que vieram para o país estava Frei Mariano. O frei chegou ao ano de 1847 na cidade do Rio de Janeiro para depois ser destinado a Mato Grosso, lugar pouco procurado por brasileiros pelo difícil acesso (FERREIRA NETO, 2004, p 50). Suas primeiras viagens na região de Coxim ocorreram na década de 1840, com o objetivo de evangelizar os nativos. Bagnaia realizava o trajeto do Rio de Janeiro à Cuiabá, conforme Alfredo Sganzerla na obra “História de Frei Mariano de Bagnaia” (1992). Para o autor o ambiente era de se estranhar, principalmente as matas, os mosquitos, os caminhos percorridos, era “o mais infeliz de todos os lugares do Brasil” (SGARZELA, 1992, p. 177).

No ano de 1850, Frei Mariano tornou-se missionário no aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho junto ao povoado de Albuquerque, ali montou uma escola que reuniu por volta de 3 mil índios. Segundo Marta Rosa Amoroso em “Mudança de Hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos” (1998) a escola funcionou por pouco tempo, era mantido por um professor, Frei Mariano, que era pago pelo governo.

A pouca duração da escola remete-nos a análise do perfil do religioso. Frei Mariano, cobrava muito das autoridades providências como melhorias estruturais nas regiões em que era missionário.

Em Albuquerque, localizado na fronteira com a Bolívia, o aldeamento era administrado por um militar, e os desentendimentos eram constantes entre o frei e o diretor do aldeamento, segundo Sganzerla: o frei relatava “as situações [de dificuldades] constantes entre os elementos do Governo e o trabalho da catequese.” (1992, p. 183). Para o frei o diretor era um problema para o trabalho missionário, sobretudo porque devia se submeter às ordens do militar. Com isso a escola formada por Frei Mariano foi fechada em poucos anos. Segundo Amoroso:

Frei Mariano era figura controvertida, vítima de surtos psicóticos que o levaram, anos mais tarde, a cometer suicídio em pleno campo, em um outro aldeamento, no Paranapanema, São Paulo. Nos poucos anos em que funcionou, a escola do aldeamento Nossa Senhora do Bom Conselho manteve uma banda filarmônica uniformizada, formada por 20 alunos indígenas, que o missionário orgulhosamente apresentava aos visitantes, tocando um rico repertório musical (1998).

Após o impasse em Albuquerque, região próxima de Corumbá, Frei Mariano, voltou a suas viagens missionárias por povoados no Sul de Mato Grosso, entre eles Freguesia do Piquiry e Taquary. Frei Mariano teve um papel fundamental na formação social do sertão de Coxim. Através dele o Governo Provincial tinha notícias de um pequeno povoado que se formou na barra do rio Coxim com o rio Taquary, que a partir de 1862 passou a ser denominado “Núcleo Colonial do Taquary”.

Com a criação do Núcleo Colonial do Taquary em 1862, Bagnaia passa a visitar constantemente a região, onde fazia casamentos, catequese, batizados e pregações destinadas aos moradores da localidade. A aproximação do Império com a Cúria Romana, com o pedido do retorno de missionários Capuchinhos, resultou na expansão da Igreja para lugares distantes dos grandes centros. Também representou a preocupação do governo Imperial em estabelecer controle sobre os nativos. Segundo Palácios:

Por outro lado, a solicitação marcava o início da longa e ativa participação dos capuchinhos italianos, principalmente sicilianos, no equacionamento da problemática agrária brasileira, não mais apenas em torno de problemas de catequização indígena e, sim, sobretudo, de controle de populações camponesas através de um instrumento que os frades tinham aperfeiçoado: as missões populares (2012, p. 197).

As atribuições do frei capuchinho extrapolavam sua “missão” a desempenhar nos povoados em que se estabeleciam. O envio de missionários para os sertões, sobretudo em Mato Grosso, não só avançariam sobre os índios aldeados, mas desempenhariam um papel importante de interlocução entre a população – das regiões mais longínquas – e o governo provincial. Segundo Alfredo Sganzerla:

O relacionamento maior do Frei Mariano de Bagnaia era com o governo da província. Com a corte era mais burocrático e legalista. Com o Presidente da Província era executivo e prático. Desde sua anunciada vinda, os Presidentes foram simpáticos e mesmo no início compreensivos com os missionários que não falavam bem a língua; às vezes havia alguma reserva, não conseguiam se ausentar dos povoados e que os dois não se ausentavam (1992, p. 254).

A importância de Bagnaia em Mato Grosso, quando direcionado para atender as regiões de Miranda e Coxim, atendeu os propósitos do governo provincial. Além do atendimento espiritual, o clérigo lançou informações da população para o governo. Sua presença também denotava força político, pois interagiu, não só com os indígenas, mas com o poder local. Frei Mariano também era uma autoridade, era através dele que se articulavam investimentos e obras públicas promovidas pelo governo provincial. Segundo Sganzerla:

Todos os relatórios [dos Presidentes de Província] falam do Culto Público com uma função de estado, bom como a Catequese e Civilização dos índios. O governo estadual ou Provincial como era na época, quando fala dos missionários não os coloca como eclesiásticos mas os coloca como funcionários da catequese e civilização dos índios. Poucas vezes a ação dos missionários vem sob o Culto Religioso (1992, p. 255).

Dessa forma o governo provincial, que ensejava o controle dos índios em Mato Grosso, estendia a função aos missionários. Contudo alguns religiosos utilizaram essa função para obter prestígio e interferir na política local. A presença de Bagnaia entre as autoridades locais era uma forma também de conquistar prestígio, ou seja, não envolvia apenas a realização de batismos ou mesmo cerimônias de casamento. Como o frei era uma espécie de representante do governo, tanto provincial como imperial, concedia títulos a indivíduos cujas ações eram dignas de merecimento, sobretudo ao religioso.

Na obra “Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda” de Visconde de Taunay (1868), narra reconhecimento que fez durante a viagem em 1866, como engenheiro militar na Comissão Expedicionária de Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), pelo sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Ao narrar os momentos que vivenciou durante as viagens que percorreu com as tropas brasileiras em Mato Grosso durante a Guerra do Paraguai. Durante a viagem em direção a Aquidauana, as tropas acamparam próximas ao rio Taboco, em um aldeamento de índios, comandados pelo Capitão José Pedro de Souza, este relatou informações sobre o local antes da guerra.

Nesse aldeamento, José Pedro de Souza havia montado uma escola para os indígenas, segundo Taunay, o capitão foi aluno da escola de Frei Mariano de Bagnaia, para Taunay:

Era digno, debaixo de todos os títulos, de obter do governo imperial a confirmação do posto, que lhe fora concedido pelo virtuoso frei Mariano de Bagnaia, sob cujas vistas, foi educado, na aldêa dos Quinquináos do Bom-Conselho, além do rio Paraguay (TAUNAY; 1868, p. 72).

Dessa forma, evidenciamos o trânsito privilegiado de Frei Mariano no Império, quanto a sua presença nos aldeamentos indígenas. Anterior a Guerra, o frei conseguiu articulações importantes para atuar nas regiões em que visitava.

Outro representante eclesiástico, atuante na região, que somava poderes políticos era o padre Francisco de Sales Souza Fleury, “juntamente com os fazendeiros, detinha poder de mando local sobre terras, cativos, agregados e homens livres de poucas posses” (CAMARGO, 2010, p. 78). Com isso relacionamos o poder político do referido padre a mecanismos para atender interesses privados, entre eles o poder político e econômico exercido sobre os segmentos subalternizados. Segundo Camargo:

A força política do padre Fleury tornou-se mais visível com o processo de superação do escravismo, desencadeado a partir de 1850, quando os escravizadores tinham de realizar Matrícula Especial dos escravizados, nas coletorias constituídas pelo Promotor Público, pelo Coletor e pelo presidente da Câmara. Para completar as informações prestadas pelos escravizadores, os párocos deviam fornecer informações sobre os nascimentos e óbitos de cativos. (2010, p. 79)

Além do papel religioso delegado a esses párocos que se lançavam nos sertões do Brasil, também influenciavam o cotidiano das pessoas. Ocupar cargos públicos denotava o controle sobre a população. Frei Mariano, também era proprietário de escravizados, e isso aparece nas fontes documentais, como uma carta de liberdade apresentada no Cartório do 2º Ofício de Corumbá no ano de 1876. O religioso tornou livre a escravizada Margarida, pagou indenização um conto de réis, e justificou a liberdade como um benefício à Margarida, era “pagar o mal [escravidão] com benefício” [alforria]. Encontramos outra carta de liberdade, no ano de 1880, esta localizada no Cartório do 1º Ofício de Corumbá. A liberdade era para escravizada Isabel:

Por esta que vai por mim feita e assignada concedo liberdade a minha escrava Isabel pelos bons serviços que prestou-me durante o pouco tempo que esta em meo poder, [...] Espero que como prometto não sera desconhecida a este benefício e continuará a morar em minha casa e servir-me sito que não tenho quem me sirva; porem sem constrangimento (Penteado, 1993, p. 33).

Conforme a carta de liberdade a escravizada continuaria a prestar serviços ao religioso. Bagnaia era vigário de Corumbá (1870-1886), contudo era responsável pela paróquia de Coxim, distrito de Corumbá. Em suas memórias publicadas por Sganzerla (1992), não encontramos nenhuma referência a essa escravizada, muito menos as obras memorialistas. Supomos que Margarida e Isabel prestavam serviços ao vigário em Corumbá, como também o

acompanhava em suas viagens, a fim de lhe ajudar no decorrer dos trajetos longínquos e servi-lhe nas paragens.

A presença de frei Mariano de Bagnaia na Guerra contra o Paraguai também é citada por na obra “Retirada da Laguna” (1921) Visconde de Taunay, que relata os anos do conflito, sobretudo a presença paraguaia em Mato Grosso e a reação do Império brasileiro. Segundo o autor:

A 22 de fevereiro de 1865, deixando Frei Mariano as margens do Salobro, onde se refugiara, ao aproximar-se a invasão, viera, de moto próprio, entregar-se aos paraguaios, no intuito de lhes pedir compaixão para com a desventurada paróquia. Ao chegar à vila, foralhe o primeiro cuidado correr à matriz, objeto da sua mais viva solicitude. Desolador espetáculo o esperava: altares derribados, as imagens santas despojadas dos adornos, enfim todas as mostras da profanação. Ao presenciá-lo, dele se apoderou tal sentimento de indignação e desespero, que não pôde dominar-se. Imediatamente, e em tom retumbante, à frente do chefe paraguaio e seus comandados, pronunciou solene anátema contra os autores de tais atentados. Ouviram-no todos cabisbaixos, como se esta voz severa fora a de algum daqueles Padres que outrora lhes haviam catequizado os antepassados, esforçando-se o comandante em convencer o missionário que os únicos culpados eram os Mbaias (Índios). (TAUNAY, 1921, p. 34)

Para Taunay, a destruição de Miranda, inclusive da igreja instalada naquelas paragens, tornou-se um tormento para o frei, o autor queixa que na guerra não houve respeito dos paraguaios, traduzido na prisão de Bagnaia e na ocupação daquele espaço religioso. Nada disso teria causado, segundo Taunay, incomodo algum às forças do Paraguai, para efetivação de sua ocupação era estratégica. Após sua prisão em Miranda, Bagnaia foi enviado para Nioaque e depois para Assunção. De Assunção foi removido para a prisão de Caacupê.

Segundo Alfredo Sganzerla, na casa que frei Mariano foi aprisionado havia pulgas, percevejos e cobras, além de viver incomunicável. No Paraguai os prisioneiros não sabiam de notícias dos acontecimentos da guerra, muitos nem sequer recebiam auxílio médico. Sganzerla narra que frei Mariano sofreu com feridas por todo o corpo, sem saber a procedência e a gravidade da situação que se encontrava:

Nesta agonia é que conheci as mais refinadas perversidades dos homens e a justiça divina. A minha classe que me perdoe se aqui consigno que os sacerdotes paraguaios foram instrumentos dóceis que o tirano López achou para saciar sua sede de sangue, que esquecidos de seus deveres sagrados e da caridade evangélica, alimentavam com suas costumeiras declarações aquele homem-fera, com vítimas humanas, não sem calúnias, por que experimentei em mim. Eram tão perversos aqueles indignos sacerdotes, que serviam-se de causar ao

missionário para, por em ordem de seu não menos indigno bispo para denunciar. Deus os tenha perdoado. Mas parece que a mão divina se serviu do mesmo feroz e assassino tirano que mandou trucidar uma boa porção (SGANZERLA, 1992, p. 242-243).

Nas cartas de Frei Mariano de Bagnaia, localizadas no Arquivo Público de Mato Grosso, constam que os sacerdotes paraguaios envolvidos na guerra, contavam com apoio a Solano Lopez e compartilhavam das torturas e extermínios de prisioneiros. A indignação do frei provocou-lhe dúvidas sobre a divindade cristã diante do fato de os sacerdotes paraguaios servirem de algozes dos prisioneiros para simplesmente fortalecer o poder de Lopez no Paraguai.

Sua libertação ocorreu durante o encontro dos dois exércitos, brasileiro e as tropas de Solano Lopez no ano de 1869. Aproveitando-se do lapso dos combatentes paraguaios, frei Mariano conseguiu escapar, sendo resgatado pelos brasileiros, os quais lhe prestaram os primeiros socorros. Conforme é assinalado no livro do General Dionísio Cerqueira (1974):

[...] Achamos muitos prisioneiros, nossos compatriotas. Entre eles estava o Frade Capuchinho, Frei Mariano de Bagnaia que caíra no meio das forças de Bárrios na invasão do Mato Grosso. Que diferença entre o sacerdote e os soldados. Aquele com hábito de burel muito gasto, mas com o corpo bem fornido de suas carnes, alegre e risonho os outros macientos e ademaciados parecendo ter perdido a lembrança do sorriso e o corpo retalhado de cicatrizes dos tagantes de ferro do ditador. (1974, p. 427)

Livre, o capuchinho foi levado pelos brasileiros até Miranda por via terrestre e depois por via fluvial até Cuiabá. No caminho até Cuiabá, sofreu um acidente, caindo do vapor que lhe conduzia. Foi resgatado pelo Alferes Antonio Corrêa de Oliveira, episódio publicado no Jornal Diário do Rio de Janeiro, em 1870:

Foi concedida a medalha de 2ª classe ao alferes de comissão do 19º batalhão de infantaria, Antonio Corrêa de Oliveira, por ter salvo, com risco da própria vida, a de frei Mariano Bagnaia, vigário em Corumbá, que, cahindo alta noute no rio Cuyabá, perceria a não serem os esforços do mesmo alferes. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1870, p. 3)

Frei Mariano Bagnaia, continuou seu trabalho missionário, e em 1870 foi nomeado pároco de Corumbá e Vigário de todo Baixo-Paraguai. Frei Bagnaia fora resgatado e enviado para Nioaque, depois para Corumbá e enfim para Cuiabá. Os prisioneiros regatados foram encontrados sem comidas, roupas e sapatos. Estes episódios foram explorados por Sganzerla, este que via o frei como um homem bondoso, por perdoar seus inimigos



Após o conflito platino, Frei Mariano voltou a exercer função eclesiástica em Mato Grosso, ao tornar-se pároco de Corumbá (1870-1886), mas não deixou de exercer influência em outras localidades. Coxim foi um dos lugares visitados.

Segundo Sganzerla, o religioso no ano de 1876 solicitou frente ao governo da Província de Mato Grosso medidas para melhorar as condições da localidade de Coxim, que segundo o religioso estava relegada ao abandono. Frei Mariano “(...) enumera uma série de itens como a migração nacional e a migração estrangeira; bem como o clima saudável; parece que cada transeunte ela abre o solo para mostrar-lhe a riqueza que encerra” (1992, p. 313). A preocupação com o povoamento da região, sobretudo a instalação de propriedades rurais pautavam as principais reivindicações de Bagnaia.

Conforme os dados estatísticos do IBGE (1940) o Núcleo Colonial do Taquary, criado através da Resolução nº 9 de 1862, foi elevado a Freguesia de São Jose de Herculânea pela lei Provincial nº 1 de 6 de novembro de 1872, mas sob a jurisdição da Vila Santa Cruz de Corumbá. O nome Coxim passou a referir-se o lugar, em razão do rio homônimo, através da lei estadual nº 13 de 26 de outubro de 1892. Dessa forma, entendemos a intervenção de Frei Mariano em Coxim, principalmente a nomeação de párocos para atuarem na região.

A Capela de São José foi inaugurada em 17 de março de 1870, com missa realizada por Frei Mariano. Como a região, era de difícil acesso, e com pouca atenção do Governo, o frei realizava visitas constantes, mas como exercia uma forte influência na sociedade de Coxim, nomeou o fazendeiro Antonio Luiz da Silva Albuquerque (Totó de Albuquerque) como zelador da igreja de São José (SGANZERLA, 1992, p. 314). Conforme Ferreira Neto, o irmão de Totó de Albuquerque, Luiz Generoso da Silva Albuquerque, também foi nomeado zelador da igreja Nossa Senhora do Carmo de Miranda (2004, p. 51-52). Como as viagens Frei Mariano entre Corumbá e Coxim duravam vários dias, era necessário deixar alguém que cuidasse da igreja. Neste caso era indispensável a presença de um zelador, sobretudo pela reivindicação do Governo de Goiás pela posse do território de Coxim.

### **2.9.1 Lendas sobre frei Mariano**

A história de frei Mariano de Bagnaia está ligada também a lendas e memórias controversas em sua passagem em distintos lugares do país. O autor do livro sobre a história de frei Mariano, Alfredo Sganzerla esboça duas lendas que envolvem o aspecto religioso. A primeira está relacionada ao período em que esteve como vigário de Corumbá (1870-1886),

em Mato Grosso e a segunda refere-se ao momento em que passou por Campos Novos Paulista, em São Paulo (1888).

Sua presença em Campos Novos Paulista aconteceu devido a uma desgastante relação que Frei Mariano viveu nos últimos anos como vigário da paróquia de Corumbá. Sua atividade em Campos Novos estava ligada à catequese dos indígenas (SGANZERLA, 1992, p. 225). Nessa cidade Frei Mariano se suicidou, segundo Sganzerla por sofrer de alucinações /devido o período em que foi prisioneiro na Guerra do Paraguai.

A lenda envolve o lugar onde morreu e no lugar em que foi enterrado. A casa em que morreu virou assombrada, segundo a memória da cidade, “[...] todas as pessoas que ali dormiam eram perturbadas em seu sono. Até que um casal teve a visão de que um frade por eles não identificado pedia que mandasse rezar uma missa por ele” (SGANZERLA, 1992, p. 229). Depois da missa, não houve qualquer tipo de assombração.

Sganzerla da conta de que Frei Mariano teria sido o único religioso enterrado no interior da igreja do Rosário, hoje em ruínas na cidade de Campo Novos Paulista. A população acreditava que os demais religiosos que passaram por ali não teriam sido dignos desse merecimento, teria sido dado pelas autoridades locais, graças ao prestígio que o frei garantiu por ter sido martirizado durante a Guerra do Paraguai. Após Guerra Frei Mariano foi nomeado Pregador da Capela Imperial pelo Imperador Dom Pedro II (1992, p. 304).

Em Campos Novos Paulista a lenda sobre o frei o transformou em figura bem quista na cidade, diferentemente do que ocorreu em Corumbá, anos antes de sua ida para Campos Novos Paulista. Através de seu relacionamento com a elite política de Corumbá e dos empreendimentos que realizava na cidade, como a construção da Igreja da Candelária, Frei Mariano contraiu amigos e inimigos. A questão envolve o término da construção da torre da igreja e um migrante italiano (SGANZERLA, 1992, p. 336). O italiano teria cedido o relógio que seria colocado na torre, contudo cobrava do padre o pagamento, já que o religioso conseguia verbas públicas para sua construção.

Segundo a lenda, o jornal Gazeta Liberal de Corumbá em 1885, o migrante italiano valendo-se de suas ligações partidárias, teria exposto a situação em suas publicações na imprensa local, sugerindo que Frei Mariano se negava a pagar o relógio adquirido como doação. Isso causou mágoas ao frei, que segundo a memória popular, antes de deixar a cidade, teria amaldiçoado a cidade.

Segundo Sganzerla, o frei, antes de embarcar deixou suas sandálias cair na água, dizendo que enquanto as mesmas não fossem encontradas, a cidade de Corumbá não se desenvolveria economicamente. Para o autor, a população atraiu a “maldição de Deus” por ter

destratado o frei capuchinho. A lenda permaneceria viva no imaginário corumbaense, devido à ingratidão ao religioso. Ao não suportar a ingratidão resolveu deixar a cidade.

Frei Mariano, segundo Sganzerla, abalado pelo passado na Guerra do Paraguai e pelo sofrimento vivenciado nos lugares por onde passou, e vítima de alucinações e de perturbações, tentou se matar atirando-se num rio em Campo Novos Paulistas, contudo foi resgatado. Sua morte ocorreu devido à perda de equilíbrio psíquico (1992; 357) e com uma navalha cortou a veia carótida vindo a falecer em 9 de agosto de 1888.

## 2.10 A população do Piquiry

Notícias mais conclusas sobre a população do Piquiry, também podemos tirar do “Mapa Estatístico da Província de Mato Grosso” publicado em anexo ao relatório do Presidente Provincial Joaquim José de Oliveira em 1849. No mapa 11, da população de Mato Grosso, encontramos: “6 fogos<sup>4</sup>; 19 livres e 5 escravos”. A população era pequena, em comparação à outras freguesias mencionadas no Quadro nº 1. Também verificamos a inferior quantidade de escravos em relação à população livre.

**Quadro nº 1:** Mapa da população de Mato Grosso em 1849

Municípios	Freguesias	Fogos	População		
			Livres	Escravos	Total
Cuiabá	Senhor bom Jesus do Cuiabá	1.612	2.846	2.051	5.500
	São Gonçalo de Pedro II	562	1.532	556	2.108
	N. Sra das Brotas	600	1.412	151	1.500
	Santo Antonio do Rio Cuiabá-abaixo	608	2.735	579	3.334
	N. Sra. Do Livramento	663	1.152	1.009	2.221
	Santa Anna da Chapada	350	669	1.551	2.220
	Santa Cruz do Piquiry	6	19	5	24
Mato Grosso	SS. Trindade de Mato Grosso	1.221	2.210	530	2.740
Diamantino	N. Sra. Da conceição do alto Paraguay Diamantino	879	1.833	1.129	3.012
	N. Sra. Do rosário do rio Cuiabá-acima	502	1.794	376	2.170
Poconé	N. Sra. do Rosário de Poconé	525	1.596	1.401	3.000
	S. Luiz de Villa-Maria	193	890	246	1.136
	N. Sra. da Conceição de Albuquerque	634	1.839	85	1.894
	N. Sra. do Carmo de Miranda	192	530	178	708
<b>Soma:</b>		<b>8.697</b>	<b>21.947</b>	<b>10.888</b>	<b>32.833</b>

Figura nº 1: Mapa da População de Mato Grosso em 1849. Extraído do Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim José de Oliveira de 3 de maio de 1849.

<sup>4</sup> A Definição de fogos refere-se a morada, casas.

No total de habitantes referido no mapa constam 24 moradores na Freguesia. Contudo ao analisarmos o referido Relatório, encontramos um total de 200 índios caiapós estabelecidos nas cabeceiras dos rios Paranaíba, Paraná e Taquary, ao que tudo indica corresponder aos caiapós que viviam próximos da estrada do Piquiry (OLIVEIRA; 1849; 31-32). Mesmo o número apresentado de indígenas, ou mesmo do número de livres, em outros relatórios provinciais e nos mapas estatísticos posteriores as informações não se alteraram.

## **2.11 As fazendas do Piquiry**

No roteiro descrito por José do Espírito Santo Barbosa em 1879 e publicado pela Revista da Sociedade Geografia do Rio de Janeiro em 1891 encontra-se a descrição do Piquiry, ressaltando os poucos moradores que ali habitavam, sobretudo nas fazendas e aldeias indígenas que se estabeleceram próximo da referida estrada do Piquiry. Esse itinerário apresenta características da região e descreve caminhos da cidade de Cuiabá a Santana de Paranaíba. A análise dessa documentação possibilitou-nos destacar alguns locais habitados por fazendeiros e índios caiapós, assim como as atividades econômicas existentes na região. Na descrição de Barbosa há informações de fazendas próximas dos rios, como também a existência de criação de gado e de lavouras.

Conforme o itinerário de Cuiabá até Santana de Paranaíba, a primeira localidade na região do Piquiry eram terras de Joaquim Sant'Anna, próximas ao rio Itiquira. Sobre a fazenda, José do Espírito Santo Barbosa informou que existia uma canoa que servia de passagem no rio, mas isso não ocorria sempre pela ausência do fazendeiro e por causa dos ataques dos índios, mas também porque, no caminho mais 19 léguas localizava-se as terras de Manoel Ferreira Velho, na serra Santa Luzia. Sobre esta serra, Barbosa descreveu a área onde assentava-se uma fazenda de gado, e nos caminhos percorridos até ali, havia terrenos pantanosos. Logo após essa fazenda, Barbosa descreveu duas aldeias de índios caiapó no rio Tauá, próximo do Destacamento do Piquiry. Em sua descrição em volta do referido destacamento havia alguns moradores, com habitações cobertas com capim. Destes dois fazendeiros trataremos no terceiro capítulo, quando analisaremos as fazendas e as relações de trabalho na região.

Outra fazenda referida de Antônio Theodoro de Carvalho, na qual criava gado vacum e cavalari. A fazenda ficava a 3 léguas do rio Piquiry e aproximadamente 5 léguas do rio Taquary, onde se encontrava a fazenda de Luiz Theodoro da Silva a caminho da barra do rio Coxim com o rio Taquary. Nesse ponto a região recebia fluxo de negociantes de

Goiás em direção à cidade de Corumbá (BARBOSA; 1891; 18). A fazenda de Luiz Theodoro, localizada entre o ribeirão Pedro Gomes e rio Taquary, era voltada também para a criação de gado vacum e cavalari.

Próximo do rio Taquary, o autor faz menção local denominado Aldêa, onde se encontrava habitações de índios caiapós. Próximo a aldeia encontrava-se um senhor, ao qual Barbosa denominou como Chagas, que possuía algumas criações. Entendemos que deveria ser um pequeno proprietário de terras, como veremos também na descrição de uma moradora cujo nome não é citado, com três filhas, com uma pequena propriedade de terras de lavoura e de criações localizadas no córrego do Barro Preto com o rio Jaurú.

O itinerário de José Espírito Santo Barbosa tracejou caminhos com descrições de córregos, rios, riachos e cachoeiras, e apresentou informações das serras e regiões planas. Esse documento não descreve minuciosamente a quantidade de propriedades localizadas na região do Piquiry, como vimos não eram muitas, mas Barbosa elencou povoados e aldeias indígenas vizinhas das grandes propriedades. Pela data da produção desse roteiro (1879), havia uma pequena população na região em relação ao povoamento incitado pelo Presidente da Província Estevão Ribeiro Rezende em 1840, que relatou que a população estava quase extinta.

## **2.12. Fronteiras em movimento**

A reconfiguração de uma fronteira geográfica no país trouxe a historiografia nacional desafios e análises cartográficas sobre os limites em que se estabeleciam essas populações. O avanço para áreas internas se justificava para o Estado e pela iniciativa particular o crescimento econômico.

A ocupação de terras ditas inabitadas apresentou-se como reinterpretação historiográfica no sentido de estabelecer entendimento sobre fronteira. Que fronteira era essa que foi transpassada e conseqüentemente garantiu a expansão territorial do país entre os séculos 17 e a segunda metade do século 19? Fácil seria entornar-se sobre toda a área ocupada brasileira um entendimento a exemplo do que fez Frederick Jackson Turner, na década de 1890, ao dar significado histórico à marcha da fronteira oeste dos Estados Unidos.

Outra questão a pensar é como tratar esse oeste ocupado por nativos que de certa forma sobreviviam em complexas nações, com suas respectivas estruturas político-administrativas, com suas atividades econômicas e seus aspectos sociais e culturais? Qual era

a fronteira que separava esses grupos de colonizadores portugueses e brasileiros do território indígena? Ou não separava? Houve uma transmutação cultural para o oeste?

Dadas as questões, buscaremos analisar como estabeleceu-se o contato entre esses grupos, que se deu mediante conflito, seja físico, armado e violento em disputa pelo espaço ou pelo choque cultural em contato com o estranho. Também avançaremos sobre a ideia de um contato cultural dicotômico, e tentaremos entendê-lo como uma reciprocidade de costumes, tradições e experiências que beneficiou a sobrevivência no “sertão”, assim como a formação de uma sociedade distinta da que se logrou no litoral brasileiro.

Apoiar-se nas definições de Turner mereceu esforços interpretativos em estabelecer ligações da história da fronteira oeste norte-americana com a história da formação social do oeste brasileiro.

Turner, autor de “O significado da fronteira na história americana” em 1893, definiu a fronteira Oeste como lugar decisivo no desenvolvimento social estadunidense, ou seja, o avanço sobre o oeste foi importante na história de formação e do desenvolvimento da nação norte-americana (OLIVEIRA, 2009, p. 25). Para ele, diferente de qualquer processo de ocupação nos Estados Unidos, o sentimento de americanização ocorreu a partir da ocupação da porção oeste daquele país.

Em sua tese, Turner, concentrou seu estudo na ocupação das terras livres, que segundo o autor a “existência de uma área de terras livres, seu recuo contínuo e o avanço dos assentamentos ocidentais explicam o desenvolvimento americano” (TURNER; 1893). Dessa forma o surgimento do ‘americano’ e da própria história do desenvolvimento dos Estados Unidos estava intrinsecamente ligada à ocupação do oeste norte-americano e o estabelecimento de atividades econômicas oriundas da posse de terras. E essa fronteira invisível, não demarcada institucionalmente, imperceptível ao olhar de aventureiros que habitavam o leste dos Estados Unidos, avançou em direção ao litoral do oceano Pacífico. No entendimento de Turner, não era uma fronteira fixa, que delineava divisas de região a região, mas uma fronteira móvel causadora de mudanças significativas nos indivíduos que transpassavam os limites institucionalizados, desde a ocupação do europeu.

A ocupação da fronteira oeste brasileira também significou o desenvolvimento econômico. O avanço à fronteira ocidental da colônia portuguesa não trouxe um sentimento nacionalista ou americanizado como ocorreu nos movimentos populacionais em direção a oeste dos Estados Unidos. A expansão dos domínios luso-brasileiros em direção ao oeste, no século 17, não trajava simplesmente um esperançoso crescimento econômico para homens que se aventuravam em terras desconhecidas. O poder metropolitano em busca de áreas de

extração mineral, sobretudo o ouro, deslocou a exploração linear norte/sul para novas possibilidades a oeste.

A fronteira definida como terra livre nos estudos de Turner demonstrava a possibilidade de crescimento econômico aos pioneiros norte-americanos que avançaram ao oeste. Para Ricardo Batista de Oliveira (2009) que analisou os trabalhos de Turner, os pioneiros que rumavam ao oeste dos Estados Unidos estavam distantes da legislação e de instituições instrumentadas nos moldes europeus, com isso se defrontavam com um novo mundo, “repleto de oportunidades, onde seus ideais de “liberdade e individualidade” poderiam se desenvolver favoravelmente” (OLIVEIRA, 2009, p. 14). A constituição de uma democracia norte-americana partia dessa entrada de indivíduos que se estabeleceram nesse “novo mundo” que deixaram a herança européia para trás e buscaram com as experiências vividas a formação de um novo país, com novas instituições e uma legislação paralela à estabelecida. Segundo Oliveira:

O individualismo proporcionado pela experiência vivida na fronteira Oeste foi o elemento essencial na construção da democracia americana. Distantes do poder centralizador da costa atlântica, os colonos experimentaram a possibilidade de se autogerirem e de estabelecerem suas instituições de acordo com a realidade vivenciada na fronteira (2009, p. 14)

A reforma da legislação agrária nesse país foi implantada de acordo com as experiências da ocupação do oeste. Dessa forma, a fronteira que distanciava as instituições do velho mundo da região “desocupada” pelos colonos, pela ação de alguns indivíduos formou-se um espaço de garantias de crescimento econômico. Com isso fez com que o estado incentivasse o povoamento dessas áreas, permitindo uma nova forma de organização política e social distinta do que existia no litoral leste norte-americano. A formação de valores americanos renascia da Fronteira, nos territórios estendidos no Oeste. O homem sobreviveu de sua vontade de se adaptar em uma região desconhecida. Nesse sentido privilegiou a reformulação da sociedade norte-americana.

Portanto, a fronteira conforme Turner era uma linha imaginária que dividia as terras ocupadas no leste das terras livres no oeste norte-americano. Segundo Mirian Silva de Jesus e Paulo César Possamai, no artigo “O avanço da fronteira interna: a ocupação do sertão no século XVII”, publicado em 2006, a fronteira para Turner significava também o encontro entre a civilização e a selvageria, elemento dinâmico por natureza, representava a renovação de culturas distintas através do contato (JESUS, POSSAMAI; 2006). Dessa forma a sociedade que se formou era dotada de hibridismos, mas com predominância do colonizador branco, que

utilizou da experiência nativa, meios para impor seu domínio ao ocupar esses territórios. A adaptação cultural serviu como mecanismo de dominação. A esse entendimento de Turner, houve uma readaptação do legado europeu à cultura nativa, conforme assinala Jesus e Possamai:

A fronteira estaria assim compreendida em três momentos: o contato inicial, onde o meio é mais forte que o homem, ou seja, a adaptação do adventício ao meio; seguida do retorno ao legado europeu, anexando elementos de sua cultura a realidade nativa; e por fim, o produto americano, obra do rearranjo da tradição européia sobre um fundamento de completa adequação aos padrões indígenas (2006).

Para Turner um retorno ao primitivo, com isso um resgate a formas simples de vivência, não significou receber outros aspectos culturais, mas representou tanto no caso norte-americano como no Brasil, dominação cultural. A colonização significou exploração e imposição cultural e a adaptação cultural ocorreu no sentido da sobrevivência do indivíduo branco ao meio até então dominado pelos indígenas.

A ocupação das terras ocidentais do Brasil no século 17 representava a conquista do ouro e a captura de nativos como mão de obra para o projeto colonizador. Mais do que isso, foi adaptação do bandeirante paulista aos costumes indígenas, na verdade um acultramento às avessas, como sugeriu Sérgio Buarque de Holanda no livro “Caminhos e Fronteiras” (1957). Segundo o autor, o português renunciou aos costumes europeus e se adaptou aos dos nativos para sobreviver. Dessa forma deixou as tradições lusitanas e incorporou um estilo de vida adaptável ao meio. Para Buarque de Holanda essa adaptação possibilitou enfrentarem as matas fechadas e caminhos desconhecidos. Através da interação com o nativo enfrentar as dificuldades nas áreas internas do Brasil fez com que o litorâneo adotasse técnicas de sobrevivência, como o conhecimento dos rios, dos alimentos, da medicina de origem indígena. Com isso promoveu o avanço das fronteiras, responsável pelo desenvolvimento da região oeste.

A interação cultural, sobretudo a adaptação à vida do indígena foi fundamental para a sobrevivência dos entrantes nos sertões. Buarque de Holanda descreveu como contribuições do indígena: a caça e a coleta, a lavoura, e principalmente o conhecimento dos caminhos terrestres e fluviais. Essa experiência nativa evidenciou as explorações de sertanistas no século 19, quando adentraram nos campos abertos do sertão mato-grossense e goiano em busca de pastos para a implantação da atividade criatória. No bojo desse movimento seguiam a marcha dos carros de bois famílias, escravizados, índios aliciados, pobres livres (camaradas), agregados entre outros. Levavam consigo móveis rústicos, fiandeira, tear de



tecer, ferramentas usuais, mantimentos, sementes, mudas de árvores frutíferas, cestos de galinhas, engradados de porcos e de gatos.

Essa proximidade de Turner e Buarque de Holanda se explica na caracterização do indivíduo que avança sobre territórios desconhecidos e utiliza da fronteira como mecanismo de sobrevivência e o que fortaleceu a padronização do aventureiro e desbravador dos sertões brasileiros ou do oeste norte americano. Foi à absorção de diversos fatores culturais, segundo Hilda Pívaro Stadniky, que analisou a fronteira agrária norte americana sob o olhar de Turner:

o sentido mais profundo da fronteira estava nos efeitos desta recapitulação social no caráter americano. Ele [Turner] afirmou: *A fronteira é a linha na qual existe a mais rápida e efetiva americanização.* A presença e a predominância de numerosos caracteres culturais, ou seja, *aquela rudeza e força combinadas com a agudez e a vontade de adquirir; a propensão prática e inventiva da mente, rápida para descobrir saídas; aquela tomada experiente de dominar as coisas... aquela incapacidade de descansar, a energia nervosa; o individualismo dominante,* todos esses fatores poderiam ser atribuídos à influência da fronteira (2007)

A vontade de conquistar territórios, avançar sobre os campos abertos no oeste, principalmente Mato Grosso, impôs ao entrante o contato com indígenas proporcionando-lhe a experiência e a força em lidar com adversidades naturais encontradas no “sertão”. Cabe ressaltar que não julgamos a interpretação de Turner como uma explicação salutar para a constituição do Bandeirante do século 18 ou do sertanista do século 19, no caso brasileiro, tampouco colocar as interpretações de Buarque de Holanda no mesmo entendimento da “Frontier Thesis” do autor norte-americano. Na verdade buscamos conciliações entre as situações, sobretudo entender a influencia da fronteira no povoamento do oeste brasileiro. Como dito, o que trazemos para nossa realidade é a influencia da fronteira na constituição cultural do habitante dos sertões do Brasil central, conforme assinala Buarque de Holanda quando comentou os estudos de Turner:

[...] em nosso continente, não obstante todas a diversidades étnicas e culturais, existem de norte a sul feições sociais com raízes idênticas, geradas da aplicação de velhas instituições e velhas idéias a uma terra nova e livre. Nesse sentido pode-se mesmo dizer que, como o Oeste do historiador Frederick Jackson Turner, a América é antes uma forma de sociedade do que uma área geográfica” (HOLANDA, 1978, p. 27)

Essa região de terras livres para apossamentos, conforme Buarque de Holanda e Turner, não faz menção à singularidade do indígena, colocando o colonizador como único usufruto da fronteira. Mas o que deve destacar que ambos trataram a fronteira como um

espaço sem limitação ou delimitação geográfica, em que salientam não existir fronteiras físicas, essas definidas pelo Estado. Nesse sentido podemos pensar num “sertão” mais complexo, em que a troca de experiências, não ocorreu de uma forma diacrônica, mas nessa movimentação de indivíduos trouxe culturas que estabeleceram sem o desaparecimento de suas singularidades. Na verdade ocorreu uma transposição daquela condição habitual e social, embora cultural, para outro lugar, sem escamotear seu *modus vivendi*, pois esse sertão, geograficamente, não possuía limitações, simplesmente a integração ou posse do conhecimento nativo serviu de mecanismo ao domínio luso-brasileiro.

Nesse sentido, ao tratar dos sertões do oeste brasileiro, partimos da análise de um extenso espaço em que as fronteiras naturais ganham maior importância em relação às linhas divisórias estabelecidas pelo império. Esse pressuposto evidencia a existência de um grande território que sobrepôs ao definido pelo Estado. Segundo Denise Maldini:

A partir do momento em que o termo “fronteira” é apropriado pelo discurso oficial no aparelho do Estado, passa a designar a expansão da sociedade nacional e a integração territorial. Exprime então um fenômeno global da sociedade e adquire uma dimensão simbólica que ultrapassa o seu aspecto concreto e localizado. Nesse sentido, é preciso apontar uma diferença primordial na percepção do espaço social como paradigma: no discurso do Estado começa a perder a sua referência tradicional de suporte coletivo do conteúdo estático de relações sociais móveis, para ser considerado como produto social no interior do discurso sociológico. Isto é fundamental, porque o Estado não é a expressão de uma realidade espacial preexistente, mas uma criação histórica que implicou novas configurações da realidade espacial, definidas através de fronteiras (1997, p. 212).

A ausência de limites ou fronteiras nesse espaço sem dimensão geográfica se justificava pelo trânsito de viajantes e aventureiros, que ainda no século 18 empreenderam o fluxo mineratório no século 19. Buscavam pastos na introdução da pecuária nessa região. Esses dois elementos promoveram a ocupação e a formação de povoados, e sob o incentivo do Estado garantiu a integração da região ao território nacional. Também, vale destacar, a interação com o nativo, experiência que garantiu a adaptação nos sertões.

O avanço sobre a fronteira indígena foi o indicativo da colonização do oeste. A interação representou a fragmentação da soberania indígena no território. Dessa forma os espaços constituídos de habitações nativas deram lugar a povoados desenvolvidos pelo projeto colonizador. Entretanto, através da tese de Galetti, “nem tudo era deserto” (2000; 43), mesmo em confronto com o nativo, a imposição cultural, ou mesmo a ocupação efetiva das terras, o “sertão” destacava-se com espaço promissor à integração nacional. Com isso uma

nova ordem se instaurou, onde se desenvolveu a atividade extrativa e a pecuária formaram-se freguesias, vilas e cidades com “extensas sesmarias e pequenas roças, construíram-se igrejas e fortes imponentes, vários aldeamentos indígenas, pousos e caminhos” (2000, p. 43-44). Com isso valorizou-se o espaço e constitui a sociedade colonial nas áreas internas do Brasil. Segundo Galetti:

Uma sociedade, um espaço social que se distinguia também pelos modos de vida de seus moradores: índios, mineiros, vaqueiros, desertores, escravos fugidos, senhores de muito cabedal e poder de mando, uns e outros constituindo a gente do “sertão”, não raro tida como arredia às leis da Metrópole e inclinada a liberdades mal vistas por seus representantes (2000, p. 44)

Mesmo Galetti ao afirmar que os modos de vida eram distintos, num sertão onde essas singularidades se aproximavam e se interligavam ao formar-se o sujeito histórico constitui nosso entendimento sobre o oeste brasileiro do século 19. Portanto, o sertão e seus habitantes não possuíam limites e de forma simbólica as fronteiras físicas estabelecidas pelo Estado só vieram culminar na exploração e desenvolvimento econômico da região. Cabe ressaltar a influência cultural e seus hibridismos como fomento da constituição de uma sociedade que interagiu com a natureza e buscou sua sobrevivência e crescimento econômico.

Não era um sertão dominado pela Metrópole ou depois pelo Império brasileiro, era um lugar que possuía a sua ordem e que a fronteira não era simplesmente o espaço geográfico, era o nativo e, principalmente, as terras livres do oeste a ocupar. Um lugar habitado por culturas móveis em que o colonizador se deslocava por caminhos, que controlava espaços e buscava, incessantemente, novas conquistas.

### **2.13. Disputa territorial com Goiás**

Durante décadas, principalmente entre 1840 a 1870, os governos de Mato Grosso e Goiás travaram acirrada disputa pelos territórios que compreendem Santana do Paranaíba e Coxim. Os debates no Parlamento reivindicavam posses, sobretudo defesa de limites que separavam os dois estados. Goiás ocupou o território sobre a região do rio Paranaíba, alcançando o Rio Pardo em Camapuã, traçando uma linha que percorria o Taquary, Piquiry fechando no Araguaia.

O início do desentendimento entre os dois governos remete-se à própria criação das capitânicas no século 18, contudo a região ainda não apresentava tamanho interesse a ambos. Com o povoamento da região empreendido pelos francano-mineiros e cuiabanos a partir de

1830, o espaço ganhou importância, sobretudo os caminhos que levavam à Província de São Paulo, essa localização estratégica da região era um motivo para disputa.

No livro “Limites de Goyaz com Matto Grosso” do General F. Raphael de Mello Rego, publicado no ano de 1891, tratou desse assunto em que apresenta os esforços dos governos provinciais em definir uma linha divisória favorável, sobretudo que possibilitasse vias de comunicação para a província de São Paulo. Segundo o trabalho de Rego após a criação das capitânicas de Mato Grosso e Goiás (1748) a disputa por essa região tornou-se frequente. Segundo o autor:

Creadas por cartas régias de 8 de novembro de 174 [sic] e 9 de maio de 1748 as Capitânicas de Goyaz e Matto Grosso em territórios desmembrados de São Paulo, e sendo declarado por provisão do Conselho Ultramarino de 2 de agosto de 1748, que os limites entre esta e de Matto Grosso seriam pelo Rio Grande (o Paraná) nada, entretanto, foi determinado quanto aos “confins e confrontações” entre os dous novos Governos, “pela pouca notícia que ainda há daquelles sertões”, rezava a mencionada provisão, razão porque “se ordenava ao novo Governador e Capitão-General de Goyaz, que informasse com seu parecer por onde poderia determinar-se mais commoda e naturalmente a divisão” (REGO, 1891, p. 6).

As determinações oriundas do Conselho Ultramarino da Coroa Portuguesa explicitavam qual seria o limite natural entre as duas Capitânicas, mas essa divisão era superficial, não garantia total cobertura de algumas áreas, com isso causava dúvidas de áreas que estavam nos caminhos que ligavam os dois governos. E a primeira manifestação sobre as fronteiras foi de Goiás. O primeiro Governador e Capitão-geral de Goiás, D. Marcos de Noronha, no ano de 1750 buscou determinar as distancias entre as duas Capitânicas, estabelecendo os devidos limites.

Conforme a proposta do governo goiano no ano de 1750, da divisão oeste entre as duas Capitânicas teria como limites pelo rio das Mortes com abrangência de limites sobre os rios Taquary, Coxim, Camapuã e Pardo, um avanço sobre as terras que compreendia o “sertão” de Coxim. Não houve grande polêmica em relação à proposta, o Conselho Ultramarino não se manifestou e o governo mato-grossense só se manifestou em 1760, mas apenas com reivindicações que se devia traçar linhas divisórias entre as duas capitânicas.

Anos mais tarde, no relatório do Presidente da Província José Antonio Pimenta Bueno de 1839, o governo voltou a questionar o posicionamento de Goiás. Conforme assinala:

O governo de Goyaz, segundo se collige do relatório por elle apresentado à assembléa provincial daquela província, em julho de 1837, entende que todo o espaço comprehendido pelos vertentes do

Araguaya, serra de Santa Martha, margens direita de Paranaíba e Paraná, margem esquerda do Rio Pardo e Rio Vermelho até a sua última origem e por uma linha imaginária deste ponto até um dos ramos do Rio das Mortes, pelo qual seguirá até o Araguaya, pertencente àquella província (PIMENTA BUENO, 1839).

A fixação dessa fronteira determinada pelo governo goiano causou indignação de Pimenta Bueno, que logo desconsiderou o posicionamento goiano, principalmente, se entendesse que nesse período as regiões que passariam a pertencer a Goiás já eram exploradas pelo governo mato-grossense desde as primeiras do século 19, com incentivo para estabelecimento de fazendas de criação de gado de migrantes oriundos do Triângulo Mineiro. Mais adiante em seu relatório Pimenta Bueno demonstrou preocupação com a região ocupada e afirmava a existência de articulação do governo provincial com o poder local:

Vê-se do mencionado relatório que os esclarecimentos ministrados pelo Governo de Goyaz são inexactos, até mesmo quanto à situação do estabelecimento e capella do delegado do Governo desta província de Matto Grosso, José Garcia Leal, e o número de povoadores que ahi há: parece mesmo haver falta de notícias do estabelecimento do Piquiry e aldeamento que ahi temos (Bueno, 1839)

A essa época (1839) Mato Grosso já havia estabelecido pontos de fronteiras, com a formação de núcleos de povoamento, exemplo disso o destacamento do Piquiry. A postura de Goiás, segundo o Presidente Pimenta Bueno, era infundada com o propósito de avançar sobre esses núcleos já habitados e organizados politicamente. Com a mudança da capital de Vila Bela para Cuiabá, em 1835, em Mato Grosso as vias de comunicações deixaram de priorizar a região amazônica para a região platina.

Com a ocupação do sul de Mato Grosso na década de 1830 surgiram diversos povoados como no destacamento do Piquiry e no sertão dos Garcia, que depois tornou-se a freguesia de Santana do Paranaíba. Criou-se vias para o abastecimento da província com o estreitamento de Mato Grosso com São Paulo.

No período da extração aurífera (século 18), segundo Julio César Suzuki, havia três caminhos que percorriam fluxos para abastecimento de Mato Grosso: um que passava pelos rios Tietê-Paraná-Pardo-Taquary-Paraguai-Cuiabá, outro pelos rios Guaporé-Mamoré-Madeira-Amazonas e um terceiro terrestre ligava Cuiabá a Goiás (2002, p. 03).

Para Carlos Eugênio Nogueira, que estudou as frentes de ocupação nos sertões de Mato Grosso e Goiás, na tese de doutoramento intitulada ‘Nos Sertões do Poente: conquista e colonização do Brasil Central’, apresentada no ano de 2008, além da mineração que era o impulso da colonização nessa região o incentivo de outros meios produtivos foi constante:

Tais ações teriam objetivos diversos: no Mato Grosso o incentivo ao desenvolvimento da produção agropecuária dava continuidade às ações de sedentarização da população, quer dizer, tinha o intuito de manter os colonos na fronteira, onde eram extremamente necessários; em Goiás, todavia, o grande declínio das minas começa a tornar visível uma vontade de incentivar a diversificação da pauta produtiva (2008, p. 121).

Os objetivos dos governos de Goiás e Mato Grosso eram o bem comum tanto da Metrópole portuguesa, como também já no período imperial brasileiro. A ocupação cresceu nas primeiras décadas do século 19, foi propulsora da formação das fronteiras do Império brasileiro e mecanismo de formação dos povoados no lado oeste do país. As outras atividades econômicas que acompanharam a mineração, e depois tornaram-se as principais ações produtivas, deram impulso na configuração de Mato Grosso no período Imperial, sobretudo no sul dessa Província. Motivos das discordâncias com Goiás.

#### **2.14. A criação da freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde**

Segundo a Memória apresentada no sexto Congresso de Geografia em Belo Horizonte por João Barbosa de Faria e publicada pela Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso em 1923, tais limites foram alterados com desrespeito a Província mato-grossense, e Goiás reivindicava posse da região ainda em 1832. Conforme assinala o Relatório do Presidente da Província de Goiás Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, datado de 1832:

Com a província de Matto Grosso servia-lhe de limites ao Poente o rio Grande, chamado Araguaya, mas posteriormente em virtude de um Auto de limites convencionado entre os governos de Goyaz e Matto Grosso ficou servindo de limites o Rio das Mortes desde sua origem em uma lagoa até a sua barra no Araguaya, como miudamente esclarecem os documentos (...): pelo sul foram alterados os limites pelo Alvará de 1816 que separando de Goyaz os julgados de Araxá e Desemboque e unindo-se à Comarca de Piracatu, e Província de Minas Geraes, ficou servindo de limites por este lado o Rio Paranahyba (...) cumpre-se agora expor a V. Ex. quaes são os limites ora subsistentes entre esta Província e as mais com que ella confina. (...) pelo Sul o mesmo Paranaíba até sua barra no Corumbá, e por este abaixo até onde já com o nome de Paraná recebe pelo lado direito o Rio Pardo em que sobem as canoas para Cuyabá, e Rio Pardo acima até o Rio Vermelho; este acima até a sua ultima origem continuando a divisão ao Poente, por uma Lomba, ou Chapadão dos Campos limpos até a cabeceira do Rio das Mortes e uma lagoa, e pelo Rio das Mortes até a sua barra no Rio Grande ou Araguaya até sua confluência no Tocantins (GOIÁS, 1832, p. 9-10).

A área reivindicada por Goiás correspondia às Freguesias de Santana do Paranaíba e do Piquiry. Já no ano de 1848 foram decretadas duas leis provinciais goianas que veio romper com Mato Grosso e estabelecer novos limites criando a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde. A lei nº 2 de 5 de agosto de 1848 solicitava um novo mapeamento topográfico da província. No segundo, criava a nova freguesia e estipulava seus limites, conforme a memória de João Barbosa de Faria:

Outra sob nº 6, datada daquele mesmo dia, creava a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde com os seguintes limites: rios Verde, Parahyba, Paraná até a foz do Rio Pardo; este até as suas cabeceiras, e uma recta, desde ponto às vertentes do rio Araguaya (Doc. n.). o que quer dizer que a freguezia creada abrangia a matogrossense de Sant'Anna do Parahyba! (FARIA, 1923, p. 10)

A publicação de leis que determinava os novos limites de Goiás teve a reação imediata por parte do governo mato-grossense. O Presidente da Província Joaquim José de Oliveira em seu Relatório apresentado à Assembleia legislativa mato-grossense em 3 de maio de 1849, deu destaque a mapas estatísticos informando as divisões eclesiástica, administrativa, judiciária e eleitoral de Mato Grosso. Além disso, fez constar as datas de criação das paróquias, municípios, comarcas e colégios de Mato Grosso (OLIVEIRA, 1849, p. 22). O Quadro nº 1 resume os argumentos do Presidente Joaquim José de Oliveira sobre a distribuição das vilas e paróquias no espaço mato-grossense:

**Quadro nº 2.** Municípios da Província de Mato Grosso em 1849.

COMARCAS	CRIAÇÕES	PARÓQUIAS
Cuiabá.....	Criada villa ao 1º de janeiro do 1827 pelo governador e capitão general de S. Paulo Rodrigo Cesar de Menezes. Elevada à categoria de cidade pela carta de lei de 17 de setembro de 1818. Declarada capital da província pela lei provincial n. 10 de 28 de agosto de 1825	Senhor Bom Jesus do Cuyabá, só Cathedral S. Gonçalo de Pedro II Nossa Senhora das Brotas Santo Antonio do rio Cuyabá Abaixo Nossa Senhora do Livramento Santa Anna da Chapada Santa Cruz do Piquiry.
Mato Grosso ...	Criada Villa pelo conselho Ultramarino de 5 de agosto de 1746. Elevada à categoria de cidade pela carta de lei de 17 de setembro de 1818	SS. Trindade de Mato Grosso
Diamantino .....	Criada Villa pelo alvará de 29 de novembro de 1820 .....	N. C. do Alto Paraguay Diamantino N. Sra. Do Rosário do Rio Cuyabá acima
Poconé .....	Criada Villa pelo decreto de 25 de outubro de 1831.....	N. Sra do Rosário do Poconé S. Luiz de Vila Maria N. Sra. Da Conceição de Albuquerque N. Sra. Do Carmo de Miranda Santa Anna do Paranahyba

**Figura 4:** Reprodução do Mapa estatístico dos municípios de Mato Grosso. Fonte: Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim José de Oliveira (3 de maio de 1849) APMT

Pelo mapa estatístico apresentado no Quadro nº 2 Mato Grosso reafirmava seus municípios contrapondo a decisão da Província de Goiás. As freguesias do Piquiry e de Santana do Paranaíba mesmo localizadas na mesma região pertenciam a diferentes comarcas, Cuiabá e Poconé respectivamente. Outra informação bastante contundente neste Relatório é que as freguesias de Santana do Paranaíba foram criadas no ano de 1838 pelo governo mato-grossense, e não goiano. Com isso o Presidente Joaquim José de Oliveira procurou mostrar a ilegitimidade do governo goiano quanto ao interesse de apossar das referidas freguesias, alegando que elas já vinculava-se às comarcas de Mato Grosso, dispondo de paróquia e moradores quantificados nas estatísticas de eleitores. Mesmo assim o governo de Goiás requereu esse espaço parte correspondente a seus limites em 1848.

Outra resposta mato-grossense foi o ofício encaminhado pelo Presidente da Província Augusto de Leverger em 1851 à Assembleia do Império. Nesse Ofício Leverger acusava a lei goiana, de 5 de agosto de 1848, como ilegal, solicitando providências ao governo Imperial em relação aos limites entre as duas províncias. Em anexo a esse ofício do Presidente da Província de Mato Grosso Augusto de Leverger, encaminhou o documento que proferiu à Assembleia Provincial de Mato Grosso em 1851:



[...] Cumpre porém que esta Assembleia Vos informe para que julgueis com conhecimento de causa que alem das razões que já conheceis, e que constituem o direito que ella em nome da província que representa, julga ter em todo território da Freguezia de Sant Anna do Parahyba accresce, que por toda a extensão della passa a estrada que vae desta para a Província de S. Paulo, e pela qual se exporta annualmente não pequena porção de gado vacum; para linha do correio à Corte; o que tudo concorre para que a Província muito se empenhe em conserval-a (FARIA, 1923, p. 12).

Em relação ao sertão de Coxim, cabe lembrar que a questão de limites entre as duas províncias desencadeou embates alcançando a legislatura imperial. Coxim já de um pequeno povoado formado na confluência dos rios Coxim e Taquary, cerca de 10 léguas do estabelecimento do Piquiry, aproximadamente uns 70 quilômetros. Conforme assinala Ferreira Penna em seu Relatório:

Note-se ainda que, com um ramal de nove a dez legoas, per se-há a mesma estrada em comunicação com a pequena povoação que disse estar-se formando na Cachoeira da Barra do Taquari, lugar onde podem os habitantes de Goyaz e do Sul de Minas vir aprisionar-se dos gêneros chamados molhados, trazidos pela navegação do Paraguay, os quais, vindo embarcados até a dita povoação, poderão seguir em carros para as referidas províncias. (PENNA, 1862, p. 89)

O Núcleo de Colonial do Taquary servia de entreposto comercial entre as províncias de Goiás e Mato Grosso, principalmente por ser banhado por vias fluviais próximas da referida estrada do Piquiry, principal via de transporte das mercadorias que circulavam de São Paulo à outras províncias.

A criação de núcleos urbanos era ao mesmo tempo uma forma de integração da Província com restante do país, ou mesmo do país com os países vizinhos, e também uma estratégia que envolvia criação de canais de comunicação. Era uma forma de estabelecer domínio sobre o espaço e viabilizar redes de comunicação (NOGUEIRA, 2008, p. 127), dessa forma incluiria as áreas povoadas ao trânsito dos viajantes e das boiadas que se deslocavam por esses caminhos.

Estes movimentos assumiu uma feição complexa, pois trouxe a troca de experiências, a cobiça concernente à aquisição de terras, a utilização da mão de obra do negro escravizado, a labuta do homem pobre e livre, a presença do agregado. No interior desses movimentos e apossamentos encontrava-se o nativo que a partir da interação com os entrantes foi os olhos, braços e pernas para abrir caminhos para o desenvolvimento do oeste.

Parte desses movimentos exigia planejamento e realização do poder público e privado, como recursos para obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, reparação,

manutenção dos empreendimentos. Estes deslocamentos envolviam também operações administrativas como agrupamento de pessoas, instrução, treinamento e divisão de trabalho; organização de transporte; desmatamento ou derrubadas para abertura de clareira, construções de ranchos, reparações de instrumentos, desmatamento, manutenção e operação de instalações e acessórios destinados a segurança, entre tantas atividades.

### **2.15. O surgimento de Herculânea (Coxim)**

Outro empreendimento de ocupação da região de Coxim deu-se graças à iniciativa do Presidente da Província de Mato Grosso Herculano Ferreira Penna que pela Resolução 9 de 25 de novembro de 1862, criou o “Núcleo Colonial de Taquary” junto ao antigo local que teria sido o Arraial de Belliago. Assim surgiu Herculânea (mais tarde Coxim), à margem direita do rio Taquary.

Com a criação desse núcleo, o governo mato-grossense solicitou o estabelecimento desse povoado, e no ano de 1863 os capitães Joaquim Gama Lobo D’Eça e Antonio Maria Coelho foram incumbidos da empreita do empreendimento. Foram responsáveis em abrir um caminho capaz de ligar aquele povoado à estrada de Goiás, além de reconhecer a navegabilidade do rio Taquary. Logo o governo Goiano se interessou por essas terras e determinou a abertura de um caminho que pudesse ligar essa região com Goiás.

O primeiro porto que actualmente possui a província jaz a 220 léguas de distancia da Capital. Pelas explorações que amndeis proceder cheguei ao conhecimento de que daqui ao Coxim, tomando-se uma nova e mais conveniente direcção, há apenas a distancia de 80 léguas; resulta, portanto, na comparação desta com a antiga, uma vantagem de 140 léguas, encurtadas. (FARIA, 1923, p. 46-47)

A intenção do governo goiano registrada em relatórios oficiais era estabelecer uma estrada de comunicação. Estes relatórios vinham recheados de reclamações contra a Província de Mato Grosso. Constam acusações de que os dirigentes da Província de Mato Grosso teriam mandado invadir terras goianas, e, sobretudo, reivindicações quanto ao direito a posses dessas terras. No relatório apresentado à Assembleia provincial datado de 1863, o presidente goiano José Vieira Couto Magalhães elucidou o desejo de desenvolver a Província, mas era necessário abrir vias de comunicação e, sobretudo delimitar seus limites rumo ao sul, ou seja, em terras mato-grossenses, conforme assinala:

Ter boas vias de comunicação eis o meio de ter rendas, de fazer prosperar esta província, eis a única cousa que, como as varas desses

antigos mágicos do Egyto, podem converter em florentes cidades essas matas sombrias, que cobrem nossa terra; em núcleos de população rica industrial e feliz essas campinas e paramos, que por ali se estendem quase que banhando as plantas no rio Prata e encostando a frente no Amazonas. Mas serão possíveis essas comunicações? Perguntareis-vos. Eu respondo – sim. Quaes são ellas? Eu direi: Cochim, Araguaia e Tocantins. Quando? Quando vos e eu quizermos sinceramente (MAGALHÃES, 1863).

O governo da província de Goiás reiterava a posição de ocupar as terras-pertencentes a Mato Grosso. As fronteiras se desenhavam na possibilidade de buscar o desenvolvimento econômico da Província. Em relatório oficial (1863), o governador goiano convidava deputados a lutarem frente à expressiva bancada mato-grossense na Assembleia do Império. No referido ofício (1863) enviado ao Ministro do Império Marquês de Olinda, o presidente Couto Magalhães afirmava que a única possibilidade de desenvolver o mercado goiano com o restante do Império, sobretudo com o sul, era Coxim. Tudo isso só teria sucesso com a construção da via de comunicação aproximando os municípios goianos com o mercado da capital do Império. Conforme assinala João Barbosa Faria:

Além das terras que já nos levarão, querem também agora, os de Mato Grosso apossar-se do Coxim, termo final da nova comunicação que estou abrindo com aquella Província, a minha única esperança de introduzir nas finanças de Goyaz alguma ordem, por que esse lugar tem de ser em muito pouco tempo a chave de toda a importação e exportação dos municípios que demoram ao sul desta Capital. Digo que se querem apossar, porque as notícias que tenho, apesar de não serem officiaes, são com tudo fidedignas; por ellas vejo que o lugar já se acha occupado por um destacamento de linha. (1923, p. 49)

O Núcleo Colonial do Taquary, estabelecido na barra do rio Coxim com o rio Taquary, posteriormente se tornou São José de Herculânea. Havia certa impaciência quanto a necessidade de solucionar com maior rapidez a questão de limites entre as duas províncias. O governo de Goiás tinha expectativa otimista, como se verifica na “Memória” de João Barbosa Faria:

Veja V. Exc. Senão é realmente desesperador esse estado de cousas. Eu a tratar com sacrificios immensos da Província e dos fazendeiros de abrir para Matto Grosso esta comunicação que trará a ella o abastecimento de generos indispensáveis à vida; e elles a tratarem de apossar-se pela força dessas terras, nas quaes não tem outro direito além do da força. (*Ibidem*, p. 49).

Desde 1830, o governo de Mato Grosso já havia aberto estradas carroçáveis na região de Coxim como também já havia estabelecido a posse e a exploração de núcleos de povoamento. Goiás vendo-se prejudicado pela distância em relação à capital do Império e

pelas dificuldades em se desenvolver economicamente passou a reivindicar energicamente a posse de terras localizadas no sul de Mato Grosso. Ter o domínio dessas terras garantiria a posse de escravizados e de moradores.

Se por um lado Goiás desejava estender território no sul até o rio Coxim, garantindo a navegação no rio Taquary, por outro lado, Mato Grosso não negava acesso do comércio goiano pelo rio, contudo era contrario a intenção do presidente da Província de Goiás Magalhães de se apossar do referido território.

A contenda entre as duas províncias se agravou quando foram enviadas tropas armadas por parte do governo mato-grossense para Coxim em 1864. Liderados por Antonio Maria Coelho, diretor do núcleo, as tropas chegaram à região para efetivar a posse mato-grossense. Conforme a “Memória” João Barbosa de Faria, na determinação do presidente Albino de Carvalho constava o seguinte:

À vista da participação que recebi do Capitão Maria Coelho, commandante da força estacionada em S. Lourenço, da qual envio a V. S. uma segunda via que me devolverá, tenho resolvido fazer avançar este official com 250 praças tiradas das que se acham sob seu commando, para occupar o ponto do Coxim, onde ficará em quanto se não determinar outra cousa, e neste sentido dará V. S. as convenientes ordens e providências. Ali permanecerá este destacamento, como vanguarda de nossas forças de operações, e o referido Capitão Antonio Maria exercerá igualmente o cargo de Director do Núcleo colonial, lugar que já occupou e do qual tem pleno conhecimento, quer para o restabelecimento da colônia, quer para oppor embaraços às pretensões de Goyaz (1923, p. 52-53)

Com a ocupação armada feita Maria Coelho restabelecia-se a posse mato-grossense sobre o território. Entretanto o embate partiu para Assembleia Geral dos Deputados. Em 17 de maio de 1864, às vésperas do Conflito Platino, iniciada em 11 de novembro de 1864, o deputado por Goiás Pádua Fleury apresentou projeto de limites entre Goiás e Mato Grosso, conforme consta na “Memória” de João Barbosa Faria:

Art. 1. – a divisa entre a Província de Goyaz e a de Mato Grosso fica estabelecida pelo rio das Mortes e por uma linha tirada de suas cabeceiras até as do Taquary; por este, Coxim e Camapuan até o varadouro de légua e três quartos que tem o mesmo nome, e, finalmente pelo rio pardo, desde suas cabeceiras ahi até sua confluência no rio Grande ou Paraná.

Art. 2. – Ficão revogadas disposições em contrário. (1923, p. 54-55).

Neste sentido a ocupação da região, não se justificava apenas em buscar uma via favorável aos propósitos goianos de aproximar-se de São Paulo, pois os limites estabelecidos

cobriam uma área já ocupada e com retornos rentáveis a Mato Grosso, conforme assinala Rego:

[...] não seria menos patente a iniquidade de tomar-se para limite das duas capitâneas [províncias] a linha do Taquary ao rio Pardo com o Coxim de permeio, aberta no interesse de Matto Grosso – pois era o caminho dos que se dirigiam para as suas minas – e passar por Goyaz nada menos do que metade do que chamou-se “distrito da Camapuana”, em que só pelo interesse das comunicações de São Paulo com Matto Grosso, houve habitações, agricultura e criação de gado em larga escala (1891, p. 32-33).

Em síntese, o interesse de Goiás voltado inicialmente para Santana de Paranaíba deslocou-se para a região que compreendia o sertão de Coxim. Com isso toda a produção econômica que era de grande monta para Mato Grosso, desde o período aurífero (1718-1830), passaria a pertencer à província goiana.

A proposta de criação da Freguesia Nossa Senhora das Dores do Coxim foi aprovada e determinado que se enviasse uma comissão estatística a região de Coxim. Dois dias após o Decreto 1863 Criava-se o colégio eleitoral de Santana do Paranaíba, provocando grande embaraço entre os representantes das duas Províncias.

Os debates calorosos prosseguiram durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) mesmo com a devastação do sul de Mato Grosso, principalmente do território de Coxim. Com o término da Guerra em 20 de junho de 1870 a região voltou a ser ocupada por moradores que procuravam campos e pastos.

No ano de 1870, os debates acirravam-se com posicionamento contrário ao Parecer da comissão de estatística da Província de Mato Grosso. Nesse quadro, o governo goiano lançou, no ano de 1870, a última tentativa de se apossar do território. Com o decreto da lei nº 458 de 30 de setembro de 1870 da província de Goiás, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Coxim, cujos limites correspondiam aos rios: Verdinho, Paranaíba, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquary, Caiapó Grande e Araguaia.

A rejeição ao Decreto da Lei n. 458 de 30 de setembro 1870 foi imediata, por parte do governo mato-grossense, concretizada na elevação do núcleo de Coxim para condição de Freguesia São José de Herculânea, jurisdição da Vila de Corumbá, através da Lei Provincial nº 1 de 6 de novembro de 1872.

Coxim obteve repentino desenvolvimento econômico, ensejando a criação do distrito judiciário de São José de Herculânea, subordinada a Corumbá. A denominação Herculânea deveu-se a homenagem que fizeram Herculano Ferreira Pena, que muito reivindicou a posse da região para Mato Grosso. (FERREIRA NETO; 2004; 102).

## 2.16. “Dias de Guerra e de sertão”

Ao analisar os bastidores da Guerra contra o Paraguai (1864-1870) através de trajetórias de alguns personagens, de forma direta ou indireta relacionamos a história de Coxim, sobretudo no que diz respeito ao sul do antigo Mato Grosso. Envolve a intenção de retirá-los do anonimato preexistente no discurso historiográfico regional. Despojados da merecida cientificidade os escassos escritos sobre o segmento social encontram-se restritos aos depoimentos isolados, memórias da elite regional e local.

Existem muitas fontes que tratam da guerra contra o Paraguai, sobretudo do conflito em solo sul-mato-grossense, muito encontramos nas narrativas de Alfredo d'Escagnolle Taunay, autor de diversas obras que contam sua participação no conflito. Taunay acompanhou a expedição a Mato Grosso, na função de ajudante da Comissão de Engenheiros, durante a guerra produziu relatórios que seriam publicados posteriormente em suas obras em língua francesa, mais tarde foram publicadas em português (SQUINELO, 2002, p. 60).

Durante a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), como parte das estratégias para o conflito, Francisco Solano Lopez transformou a Fortaleza de Humaitá no marco do seu poder militar. Construída na margem esquerda do Rio Paraguai, ao sul da capital paraguaia, controlava o aceso fluvial a Assunção, era o mais perigoso complexo militar paraguaio. Este complexo militar impossibilitava a invasão do Paraguai pela via fluvial. Assim, o Ministro da Guerra Beaurepaire Rohan<sup>5</sup>, encarregou Caxias, general brasileiro mais graduado e Senador do Império pelo Partido Conservador, a elaborar um plano de guerra para o teatro de operações contra a República do Paraguai. Segundo esse plano, a invasão paraguaia seria feita por três colunas. A primeira numa ação conjunta com a marinha entraria no Paraguai pelo Passo da Pátria<sup>6</sup>, cujo objetivo deveria ser anular a Fortaleza de Humaitá e ocupar Assunção; a segunda, no Mato Grosso, protegeria a cavallhada e o gado vacum e a terceira agiria em São Borja, impedindo a concentração de tropas em Humaitá e evitar que as forças paraguayas cortassem a retirada das tropas brasileiras, caso o ataque pelo Passo da Pátria malograsse (DORATIOTO, 2002, p. 117-118).

---

<sup>5</sup>Henrique de BeaurepaireRohan. Engenheiro militar foi designado em 1843 para servir na comissão militar de exploração e levantamento do Rio Paraguai, permanecendo em Mato Grosso por quase três anos. Escreveu *Anais de Mato Grosso*, um ordenamento cronológico (1718-1824) sobre os principais fatos históricos da Província, com base em suas pesquisas e anotações. Esta obra sobre Mato Grosso, foi publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 2001, na Série Publicações Avulsas, sob o número 20.

<sup>6</sup>Sobre a Batalha do Passo da Pátria, Consultar: DORATIOTO, 2002, p. 203-11.

Apesar da discordância de Pimenta Bueno<sup>7</sup>, o plano de Caxias foi aprovado. Pimenta Bueno, havia servido no Paraguai como representante diplomático e exerceu a Presidência da Província de Mato Grosso, portanto, conhecia o território paraguaio, dificilmente Humaitá seria conquistada por ataque frontal. Propunha que a fortaleza fosse contornada e as forças marchassem até Assunção, após a ocupação da capital paraguaia, as tropas desceriam e atacariam Humaitá.

O Império Brasileiro, após decidir pelo plano de Caxias, resolveu enviar uma coluna para Mato Grosso. Em Abril de 1865 a Coluna Expedicionária de Mato Grosso, depois denominada Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso começou a ser formada com a convocação de guardas nacionais de Goiás, Minas Gerais e São Paulo Para Doratioto, tinha “nome pomposo para uma força numericamente acanhada” (2002, p. 112).

Alfredo Maria Adriano D’Escragnolle Taunay, era filho de Félix Émile de Taunay e de Gabriela Hermínia de Robert D’Escragnolle, barão e baronesa de Taunay. Nasceu no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1843, vindo a falecer na sua cidade natal em 25 de janeiro de 1899. Portanto, durante sua curta existência, Taunay viveu o período de consolidação, auge e decadência do Império brasileiro, regime ao qual permaneceu fiel. Sob os cuidados do pai, Felix Émile Taunay, diretor da Academia de Belas Artes, professor do Colégio Pedro II, preceptor e amigo do Imperador, Alfredo D’Escragnolle Taunay recebeu instrução artística de bom nível acadêmico. Em 1858, bacharelou-se em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II.

Taunay desejou estudar Direito em São Paulo e das intenções, manifestadas por sua mãe, para que seguisse a carreira diplomática ou se tornasse clérigo, ficou resolvido que, a exemplo de seus antepassados, o jovem Taunay seguiria a carreira militar. Não obstante a reconhecida "falta de jeito para os estudos matemáticos", em 1859 matriculou-se na Escola Central, instituição voltada, à época, para formação de engenheiros civis e militares. Comissionado 2º tenente da arma de Artilharia em 1864, terminava o penúltimo ano da Escola Militar quando eclodiu a guerra com o Paraguai. Incorporado ao Batalhão de Engenheiros do Exército Brasileiro, tomou parte na coluna expedicionária que deveria expulsar os paraguaios de Mato Grosso (MARTINS JR, 2006).

---

<sup>7</sup> José Antonio Pimenta Bueno, foi Presidente da Província de Mato Grosso de 1836 a 1838 e Senador do Império de 1853 a 1878. Sobre a atuação de Pimenta Bueno como Representante diplomático no Paraguai, ver: DORATIOTO, 2002, p. 27; *Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço Antemural do Brasil em Matto Grosso*. In: *Estrangeiros Ilustres e prestimosos do Brasil (1800.1892) e outros escriptos*. São Paulo: Melhoramentos, [S.d]. p.82.

O Governo Imperial, através do Decreto 3381 de 21 de janeiro de 1865, convocou os Guardas Nacionais<sup>8</sup> de São Paulo e Minas Gerais para comporem a Coluna Expedicionária de Mato Grosso. A Coluna Expedicionária de Mato Grosso, formada por combatentes que não conheciam e nem estavam habituados à região, saiu de São Paulo em 1865, sob o comando do Coronel Manoel Pedro Drago com destino a Uberaba-MG. Em São Paulo, na cidade de Campinas, sofreu com a varíola e deserções, perdendo 165 homens. Em Uberaba foi reforçada pela Brigada Mineira de Ouro Preto. Nessa cidade, novamente houve deserções em massa, 96 soldados desertaram. A deserção em tempo de Guerra era punida com a pena capital, no entanto, os rigores da lei não impediam tais atos. A fim de impedir novas deserções, as autoridades policiais mantiveram presos 25 praças mineiros convocados para a guerra. Segundo Taunay em suas memórias, mesmo com esse zelo, todas as noites um soldado fugia, muitas vezes com o concurso dos próprios sentinelas que adentravam mato afora com os desertores (2005, p. 189).

A coluna partiu para Cuiabá em 4 de setembro de 1865 com 1.575 soldados. Cabe ressaltar, que a proposta de Caxias previa o envio a Mato Grosso de uma coluna composta por 12.000 homens.

Após passar por Goiás e Santa Rita, as margens do Rio Paranaíba, recebeu reforços de soldados goianos, passando a contar com 2080 homens. Novas ordens orientavam a coluna a marchar até Miranda, deveriam ocupá-la e restabelecer a soberania nacional. Taunay criticou duramente em suas memórias, o posicionamento das autoridades militares referentes aos planos concebidos para a coluna, afirmando peremptoriamente: “Todos os planos que partiam do Rio de Janeiro eram errados e só patenteavam a incompetência dos que os formulavam e o absoluto desconhecimento das vastíssimas regiões em que havia sido abandonada aos azares da sorte a triste e resumida coluna” (2005, p. 193).

O abandono da coluna era reflexo do descaso em relação a Mato Grosso, o português Luiz D’Alincourt, situado na historiografia mato-grossense como memorialista militar, já havia denunciado o abandono das forças aquarteladas nessa região, por ocasião dos trabalhos estatísticos realizados em 1828 sobre a província. Suas viagens pelo interior do Brasil renderam aos estudiosos valiosas informações sobre as Províncias, em geral, e particularmente sobre Mato Grosso e Goiás na Região Centro Oeste (MELLO, 2009, p. 113). Luiz D’Alincourt registrou dados estatísticos e topográficos do Centro Oeste, constante em

---

<sup>8</sup>Sobre a Guarda Nacional, consultar: COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-73; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.



algumas de suas obras, entre as quais “Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato-Grosso”, consta como a mais célebre (D’ALINCOURT, 1877-1878).

As dificuldades enfrentadas pela “pomposa” coluna as margens da confluência dos rios Coxim e Taquari, foram descritas por Taunay. O próprio barracão da Comissão de Engenheiros, considerados elite, era “mal feito e mal acabado”, sem contar o alojamento dos praças, conforme descrito abaixo:

Os camaradas moravam em esburacadas barracas ou pequeninos ranchos, cobertos de couros e folhas de palmeiras, tudo muito mal preparado e aberto aos ventos e às chuvas, freqüentes naquela estação de pesados aguaceiros. Era, de fato, rara a tarde em que deixasse de desabar violenta trovoadas após ardores estivais do dia abafado e de rigorosa soalheira (2005, p. 194).

Ilhada e sem comunicação permaneceu seis meses em Coxim, até junho de 1866. A falta de comida preocupava a tropa. De acordo com Taunay, as cheias prejudicavam o fornecimento de víveres, “refletindo dolorosamente na matalotagem”, “onde achar alimentos, simples gado, quando todas as planícies ficavam debaixo d’água “[...] transpor tudo aquilo, dezenas e dezenas de léguas de pavoroso tremedal, oceano de lama em que podiam afundar-se montanhas” (2005, p. 199). No Coxim, a fome pesava na tropa e andava de braços dados com soldados seminus na mais completa penúria.

Dos fatos envoltos no manto do silêncio ao longo da história, a ausência das mulheres nos retratos, contornos e ações nas guerras, talvez seja a mais sentida. Durante a Guerra contra o Paraguai tiveram participação ativa, entretanto não aparecem nos escritos, levando o historiador a tirar da opacidade, os fatos que os documentos não tencionavam demonstrar – a participação das mulheres.

As mulheres, durante a Guerra do Paraguai, acompanharam seus filhos e maridos nos pântanos e sertões de Mato Grosso. Para Maria Teresa Garritano Dourado, em sua dissertação de mestrado em História pela Universidade da Grande Dourados, numa sociedade dominada pelos homens, os vestígios femininos desapareceram intencionalmente.

Quando se fala em guerras dos séculos passados, imaginamos sempre homens marchando a pé ou a cavalo, em situação de combate. Esquecemos que as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos soldados e, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam, alimentando, socorrendo, plantando, lutando, ou mesmo comercializando gêneros de primeira necessidade. Viviam ocupadas demais em manter todo aquele aparato de guerra. De fato, a atuação feminina, sempre na retaguarda, não aparece como elemento que teve sua importância nas batalhas (2002, p. 11).

As mulheres também sofreram a “dor da agonia” e a penúria generalizada enfrentada pela Coluna Expedicionária de Mato Grosso. Para Dourado, eram:

Amantes ou legítimas esposas de soldados, elas cuidavam dos filhos, da comida, das roupas e, por vezes, enfrentavam os campos de batalha, pegando em armas e socorrendo os feridos, fazendo curativos e os conduzindo até os hospitais de sangue. Sofriam como os homens a marcha extenuante, o sol, o frio, a fome, as chuvas que alagavam os campos, as doenças, os acampamentos sem as mínimas condições de higiene e as mortes (2002, p. 79).

Essas “mulheres comuns e senhoras respeitáveis” das quais fala Maria Teresa Dourado, quase não tiveram visibilidade histórica na Guerra do Paraguai, na história escrita pelos homens, e nem direito a um “Cemitério dos Heróis”, entretanto morreram como os homens, da mesma “dor”. Historicamente a mulher sempre teve participação efetiva nos eventos de guerras, seja direta ou indiretamente sempre foram sujeitos históricos fundamentais nos períodos de conflitos. A participação feminina nas guerras se configura de diferentes formas. Maria Teresa Guarritano Dourado, em “História das mulheres na guerra do Paraguai: fome e doenças sob a ótica do poder patriarcal” (2008) ao discutir sobre participação das mulheres na guerra faz uma análise que nos remete a uma reflexão quanto à inserção da mulher na Guerra contra o Paraguai:

Um passado que, em muitos aspectos, ficou oculto e que gerou, durante séculos, desconhecimentos em algumas áreas, o que produziu lacunas na historiografia, principalmente, acerca da participação das mulheres, dos índios, dos velhos e das crianças de pouca idade, *um exército invisível*, já detectado por alguns pesquisadores. Na retaguarda ou ao lado dos exércitos, estes davam um suporte imprescindível aos militares e civis, lutando ao lado dos homens. Outros se deslocavam, com extrema habilidade, nas frentes de batalhas mais perigosas para socorrer os feridos ou levar refeições aos soldados. O preenchimento da lacuna histórica deixada, até agora, pelos estudos sobre a mulher brasileira exige levar em conta as marcas que nos legou nosso passado patriarcal. (DOURADO, 2008)

Durante a guerra contra o Paraguai, a Comissão de Engenheiros da força Expedicionária Brasileira (1866) percorreu caminhos lacustres, pantanosos e com presença de morros. As descrições dos caminhos percorridos e das situações vividas durante a guerra, sobretudo em Mato Grosso estão presentes nas memórias e romances de Visconde de Taunay.

Taunay formava a comissão dos engenheiros que acompanhava as tropas. Também não teve boas experiências em solo mato-grossense, sobretudo em Coxim. Sua simpatia ao

local somente é evidenciada quando descreve sua estadia na Fazenda de Antonio Teodoro de Carvalho na obra *Dias de Guerra e de Sertão* (1927). Segundo Taunay:

[...] a nossa exploração cifrou-se em estarmos de pousada na fazenda de um tal Carvalho, onde passámos bellos dias a tomar excellentes cornimboques de leite. (...) Era elle um espirito livre e só me citava *As Ruínas de Volney* e a obra do Barão de Holbach. Uma vez, conversamos com animação e eu me puz a combater as suas idéias materialistas e irreligiosas. De repente, por traz da parede que não ia até ao tecto, ergueu-se uma voz: “Deus abençoe a quem falla assim. Sem duvida é algum padre. Convença esse homem das suas heresias!...” Aí o Carvalho abaixou a cabeça e, com gesto risonho: “É a mulher, coitada, tem um medo que se pella das minhas idéias!” (1927, p. 30).

Para o autor, Carvalho não seguia acirradamente os ensinamentos das leituras que realizava e suas ideias causavam temor a sua esposa. Segundo Virgílio Correa Filho, a clausura de sua mulher, sua família, impedindo que os visitantes tivessem contato fazia parte do comportamento patriarcal existente nas fazendas do sertão. Era uma forma de preservar a família dos olhos de estranhos ou simplesmente impedia a mulher de participar de assuntos externos ao núcleo familiar. O contato de Taunay com os moradores da fazenda ficou restrito apenas ao senhor Carvalho, alguns de seus funcionários, seus familiares e as mulheres permaneceram distante dos espaços em que o visitante se encontrava.

A moradia simples de Carvalho inspirou o personagem senhor Pereira, pai de Inocência, romance escrito por Taunay em 1871 após a guerra. Sobre a moradia de Antonio Theodoro, em um documento encontrado por Virgilio Correa Filho, publicado em “*Pantanais Mato-grossenses*”, este descreve-a conforme uma carta em que Taunay enviara para seu pai em 23 de dezembro de 1865:

É um casarão de pau-a-pique, coberto de sapê, barreado, com dois lances a que se separa pequeno pátio, fechado por cêrca, muito amplo, mas de pé-direito atarracado. Pela frente da casa corre um alpendrado coberto por folhas de buriti e sustentado por grossos taquaruçus. A porta principal é muito larga e está ladeada por duas janelas muito apertadas, mal abertas e assimétricas, o que dá desagradável aspecto à mais que masquinha fechada (2009, p. 201-202).

Também encontramos notícias de Antonio Theodoro de Carvalho no “Relatório Geral da Comissão Engenheiros junto às forças em expedição a Província de Mato Grosso”, produzida por Taunay nos anos de 1865 e 1866. O relatório foi publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1874. Através do estudo do relatório encontramos um mapa produzido pela comissão dos engenheiros que atestam localização das

duas fazendas, assim como os caminhos que percorreram a referida comissão de engenheiros. O referido mapa, produzido em dezembro de 1866 com o título de “Reconhecimento topográfico dos dois caminhos que conduzem dos Valinhos ao Coxim e Piquiry”, encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Através dessa carta topográfica localizamos as duas fazendas existentes na região próximas à cabeceira do Rio Taquary e também ao rio Piquiry. A produção dessa carta ocorre durante a Guerra do Paraguai. Nela encontramos informações sobre os caminhos que a comissão da força expedicionária percorreu pelo sul de Mato Grosso no ano de 1865. O trajeto descrito se inicia no córrego de Valinhos e termina na confluência do rio Coxim com o rio Taquary (localizados na atual região norte de Mato Grosso do Sul), lugar que se estabeleceu o acampamento da força expedicionária.

A presença dos Theodoro de Carvalho possivelmente após o movimento migratório da década de 1830 favoreceu a formação tanto do núcleo do Piquiry (1835) como do núcleo do Taquary (1862). No relatório provincial do presidente Alexandre Manoel Albino de Carvalho de 1864, informava algumas notícias sobre o povoado que se formara nas margens do rio Taquari e um dos moradores que ajudou na exploração da comissão delegada pelo presidente foi Antonio Theodoro de Carvalho, citado como capitão. Também é citado como primeiro morador branco da região pela produção memorialística.

Antonio Theodoro de Carvalho, assim como o governo provincial, interessava-se numa via de comunicação ligando o Taquari ao Araguaia, as visitas de comerciantes eram frequentes, e também o interesse em se instalarem no núcleo. As primeiras vias de comunicação do sertão de Coxim foram abertas pelos Carvalho, conforme podemos observar no relatório do presidente de província Alexandre Manoel Albino de Carvalho:

Dando-me o Sr. Capitão Antonio Theodoro de Carvalho à cerca da abertura dessa estrada as mais lisongeiras esperanças, e convidando-me para examinar parte desses terrenos, accedi aos seus desejos, (...) Consta-me que o Capitão Antonio Theodoro está disposto a abrir a parte entre sua fazenda e a estrada do Araguaya, único terreno desconhecido existente, o que realizado, virão os carros ter à Povoação independentemente da passagem do Taquary (CARVALHO, 1864, p. 59-60).

O povoado se apresentava como promissor, sobretudo com as vantagens que poderiam oferecer as províncias de Goiás e Mato Grosso. Com a guerra o núcleo que se formara foi abandonado e a Fazenda Taquary de Antonio Theodoro de Carvalho saqueada e destruída pelas forças paraguaias. Após o conflito platino, expressivas incursões de criadores de gado

procedentes do Triângulo Mineiro, do nordeste brasileiro e São Paulo continuaram a ocupar a região com o propósito de formar fazendas, desencadeando o processo criatório na região.

As intempéries vivenciadas no Sertão de Coxim causou desgaste das tropas, pois muitos desconheciam esses caminhos, tão inóspitos para os soldados, ou mesmo para Taunay. A falta de alimentos juntou-se com a mata fechada, as longas distâncias, rumos desconhecidos que provocou a fuga de muitos participantes daquela companhia. Ao enfrentar a situação de guerra no sertão, muitos soldados desertaram pelos caminhos do Piquiry a procura da capital Cuiabá, Camapuã e Santana do Paranaíba. As tropas rumaram para Miranda, atravessando os caminhos pela serra de Maracaju.

Na companhia das tropas estava o guia José Francisco Lopes, de que Taunay descreve também com apreço. Os Lopes conheciam muito bem o sul de Mato Grosso, desde as entradas no sertão em que abriam matas e fundavam fazendas nos anos de 1830 e 1840. Os caminhos que percorreram vieram a se tornar futuramente povoados e cidades pelo sul de Mato Grosso.

Os Lopes ocuparam terras do sul de Mato Grosso, levantando fazendas e em muitas implantaram a pecuária. Para a historiografia regional os Lopes juntam-se às famílias pioneiras que desbravaram estes sertões, povoando toda região que atualmente corresponde a Mato Grosso do Sul. Moradores do Triângulo Mineiro e de Franca, encomendavam terras para Lopes que apossavam e entregavam a esses fazendeiros. Os Carvalho também chegaram nesse período, a entrada desses migrantes foi interrompida pela guerra.

Possibilitamos um diálogo da história com a memória sob outras perspectivas através de distintos personagens e espaços. O cruzamento da memória com o saber histórico elucidada o desvendamento de acontecimentos isolados no passado, torná-los conhecido, sobretudo compreendido, faz parte da operação histórica, dessa forma, nos dizeres de Paul Ricoeur: “O dever de memória é, muitas vezes, uma reivindicação, de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas” (RICOEUR, 2003, p. 6). Ainda existem reflexões e questionamentos sobre o conflito platino (1864-1870) no sul de Mato Grosso, bem como a situação dos civis durante a guerra, pretendemos possibilitar novas fontes para outros estudos que interessam-se sobre a história e a memória de Coxim. No capítulo seguinte, avançamos sobre como constituiu-se Coxim após a guerra contra o Paraguai, com possibilidade de análise da formação social dessa região, no final do Império e início da República. O contexto parte da formação agrária de Coxim e envolve proprietários e trabalhadores escravizados no final do século 19 e início do século 20.

### CAPÍTULO III

## TERRA E TRABALHO NO “SERTÃO” DE COXIM

#### Tareferos De Mis Pagos

Yo sé que a veces quisieras  
Revelarte a este destino  
Que te aporrea de lo lindo  
Sin ofrecerte una tregua.  
Pero ahí estás en mi tierra  
Como algo más del paisaje  
Se te ve por todas partes  
Como el caraguatá y la aruéra.  
La esperanza verde  
Que la tijera pone a tus pies  
Es reflejo fiel  
De la tierra roja  
Fecunda y hermosa  
Que te vio nacer.

Empapado de sudor  
O tiritando de frío  
Cargás el baita raído  
Del sino que Dios te dió.  
En tu día mi canción  
Quiere llenarte de halagos  
Tarefero de mis pagos  
Orgullo de mi región.  
(...)

Termino la zafra  
Nada ha cambiado  
Seguís igual  
Con tu karaya.  
Reviro y cocido hasta la carpida  
De un mandiocal  
O algún maizal.  
Cuan campito seco  
Prendes de nuevo otra ilusión  
En algún galpón  
Y su llama ardiente será  
Confidente de tú corazón.

Que fácil te acomodas  
Con lonadas y pellones  
En el galpón de los peones  
O al calor del barbacuá  
En tu día mi canción  
Quiere llenarte de halagos  
Tareferos de mis pagos  
Orgullo de mi región.  
Tareferos de mis pagos  
Orgullo de mi región.

**Fonte: Tareferos De Mis Pagos . Letra e Música : Héctor Cháves e Félix Cháves.**

Elegemos os fragmentos da música correntina (região de Corrientes, Província da Argentina), possivelmente de raiz indígena para abrir o capítulo sobre “terra e trabalho em Coxim”. A escolha não foi aleatória diante da importância desse tema na história de uma região que recebeu significativa influência do processo colonizador espanhol, graças às “fronteiras flutuantes” impostas pelas disputas territoriais ibéricas e, depois pelas ambições das repúblicas platinas (Argentina, Paraguai e Uruguai).

A música “Tareferos De Mis Pagos”, de Hector Chaves e Felix Chaves traz alguns focos de abordagens: um de cunho saudosista-lautatório dedicado à terra – “orgulho de mi region”; outro de lamento concernente à miséria do trabalhador; e finalmente a ambição do autor de saudar a riqueza e condenar a pobreza. Observa-se a preocupação dos autores em mostrar a miséria do trabalhador ou o pouco que recebe pelo próprio trabalho. Observa-se a pobreza do “tarefeiro” traduzido no “Carayá” ou restos de comida que dão se dão no fundo das folhas e no “Reviro”, Comida típica da região feita com farinha, sal e graxa (gordura). Este tarefeiros, interpretado por nós como homens pobres livres que se incumbia de tarefas temporárias ou não, por empreitadas ou por contratos. Estes, “molhados” de suor ou “tiritando” de frio encarregavam-se de pesadas tarefas, conforme o “destino” que Deus lhe deu. Para os autores os tarefeiros representam o orgulho da região.

Uma breve reflexão nos leva a entender que existe uma relação de trabalho que vai além das relações sociais. São tarefas que sobreviveram às mazelas modernas. Tarefas realizadas de forma compulsória ou não por homens, mulheres e crianças valendo-se de ferramentas, quando havia, ou diretamente com pés e mãos, sujos de terra. No entanto, os infortúnios vivenciados não impedem os “tarefeiros” de ver a tarefa terminada e o início de um novo ciclo a cada estação do ano. Nele o poeta vê a magia “no labor da terra”, enxergando também algo mais na paisagem, - o tarefeiro – que está em toda parte, como o “caraguatá” e a “aroeira”. São, na visão dos autores, atividades sofridas, realizadas por longos dias, e ao fim, se tem a “esperança verde” de tempos melhores. A luta pela sobrevivência perpassa entre safras e safras e, no intervalo do tempo livre obriga-se à prestação de outras atividades rurais desempenhadas nos mandiocais e milharais.

O capítulo que aqui se apresenta trata das relações de trabalho nas terras pertencentes ao “sertão” de Coxim, às terras aradas e cultivadas por homens, mulheres e crianças. Analisar as relações sociais que se constituíram no sul de Mato Grosso no século 19 é nosso objetivo nesse momento, sem deixar para trás a forte relação do homem com a terra.

\*\*\*

A discussão sobre as relações de trabalho estabelecidas no processo de organização do espaço agrário sul de Mato Grosso no século 19, sobretudo na região de Coxim, enseja questionamentos balizadores para a construção deste capítulo. Partindo do pressuposto de que as terras apropriadas em Mato Grosso (uno), no século 19 não estavam ainda amparadas num estatuto jurídico, pois situavam em espaço ainda indefinido. Partindo da ideia de que o oeste brasileiro, mesmo no século 19, era uma espécie de “fronteira flutuante” ligado ao passado colonial de disputas ibéricas, propomos discutir a forma como se estruturaram as unidades produtivas no espaço sul mato-grossense, com destaque para Coxim, considerando seu passado monçoeiro setecentista e o passado migratório oitocentista cuiabano, franco-mineiro.

Nossas reflexões abarcam as instalações das propriedades na região, aspecto que exige esclarecimentos sobre o nível de intervenção do poder privado, do poder público ou de forças milicianas no processo de consolidação ou ampliação da estrutura de dominação na região. Alguns questionamentos se impõem a partir dessas reflexões: Qual o papel ou o nível de reação dos grupos indígenas frente ao avanço das frentes oitocentistas de ocupação nesse espaço? As terras do “sertão” de Coxim foram apossadas a partir do gado? Como foram afirmadas? Qual o perfil da estrutura social formada a partir daí? Qual o papel família no processo de conquista territorial? Como foi o processo de acumulação da propriedade fundiária na região? Quais as características práticas dos costumes comuns (economia, crenças, técnicas culturais e criação de animal)? Como era o cotidiano de relação entre a elite proprietária e os aglomerados humanos (escravizados, pobres livres, camaradas, agregados) ou que viviam nas franjas das propriedades rurais?

Algumas respostas para tais questões foram buscadas nos papéis amarelados dos arquivos, como Processos-crimes e Inventários *post-mortem*, e destes “[...] extorquir as informações que eles não tencionavam fornecer” (BLOCH, 2001, p.95).

O exame dos processos de inventário iluminou algumas formas de riqueza social, deu pistas sobre a história da família e da história rural do espaço que elegemos como objeto de análise. Seguindo as reflexões da historiadora Maria do Carmo di Credo (1996, p.11) a respeito dos inventários como fonte, passamos a entender que “(...) origens da fortuna pessoal e familiar particularmente a aquisição de bens imóveis (e o) processo de formação da propriedade rural (...)” (*Ibidem.* p. 11). Dessa fonte foi possível arrolar objetos domésticos (bens móveis), ferramentas, bens semoventes, entre outros, os quais são prenhe de significados para quem se dispõe a enxergar através deles as relações sociais e econômicas locais, seja de indivíduos ou famílias. Para Di Credo o inventário é uma fonte passível de oferecer “(...) não só as origens da riqueza familiar – expressas em escravos, propriedade ou



outros bens – mas também colocar a trajetória de formação da fortuna pessoal e familiar através da identificação do tipo de bens arrolados” (1996, p. 12)

A análise das fontes encontradas no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), como processos-crimes, inventários *post-mortem* e testamentos nos permitiram elencar as principais famílias constituidoras do universo rural de Coxim. Desse material procuramos identificar as distintas instâncias da administração privada e estatal, bem como algumas estratégias desenvolvidas pela família na aquisição, ampliação e manutenção de poder como obtenção de cargos, benefícios, ligações de casamento e transmissões de heranças.

### **3.1. Família e propriedade**

O surgimento patriarcalismo na historia das aglomerações humanas possibilitou a consolidação do poder familiar, como fator de agregação e de ampliação de riquezas. Isso porque se tratava de um regime social que tomava com norma a descendência patrilinear (linha paterna congênita), casamentos patrilocais, herança , entre outros. Não raro, observou-se nos processo de inventários e de testamento o regime de casamento patrilocal, no qual o casal recém casado passava a viver na localidade do pai do homem, seja na casa, na comunidade, no povoado ou no arraial.

No caso do trabalhador escravizado foi possível observar sua utilização como mão de obra e a mulher como procriadora, de futuros herdeiros dos meios de produção. O papel da mulher escravizada, também era de gerar filhos que pudessem servir de força de trabalho. Através do poder masculino sobre o feminino, a unidade econômica da sociedade representou o modelo econômico dominante, conforme assevera Elizandra Lop:

A função, a participação, a dominação, a exploração, a subjugação e a opressão, a autonomia, emancipação e a liberdade de homens e mulheres no decorrer da história são facilmente compreendidos se houver a contextualização do modelo econômico predominante em cada época (LOP, 2009, 232).

Destarte, nas sociedades onde a propriedade privada dos meios de produção prevaleceu e passou a ditar as relações sociais, o homem assumiu a primazia sobre as mulheres e passaram a ser os únicos donos de propriedade.

Essa representação está presente na clássica obra de Gilberto Freyre (1933) ao pesquisar a história da formação social brasileira, sobretudo a formação familiar a partir do

patriarcalismo, assinalando na sua composição grandes núcleos familiares, sendo a cabeça composta pelo chefe (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais. No núcleo secundário, os filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, agregados e trabalhadores escravizados. O patriarca era responsável por defender a família e cuidar dos negócios.

Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: ou oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. [...] Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas - e mais tarde por eles realizada no Paraguai - da espanhola e da francesa (FREYRE, 1994, p. 22-3).

Esse modelo da família brasileira<sup>9</sup> seguia os mesmos padrões da família portuguesa e, conforme Freyre, esta força social que se desdobra em política e poder de mando (1994, p. 19) da qual se originou a organização da família colonial brasileira deveu-se a política econômica portuguesa. O rei de Portugal, reinando sem governar e distante de seu reino, possibilitara a família patriarcal ocupar este vácuo de poder, dirigir o Estado e exercer domínio sobre o público e o privado, inclusive na esfera da vida privada.

Para Freyre, a família se desdobra em política, o político não é algo a conquistar, mas desdobramento das relações sociais, sendo uma extensão e não uma ruptura destas. Em oposição a essa idéia Sergio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” traça um antagonismo entre “Estado e Família”, no qual o primeiro representa o geral sobre o particular representado nas relações familiares. Para Holanda o Estado não é uma ampliação da família, nem uma integração de certos elementos, não existindo uma gradação, mas uma descontinuidade ou até uma oposição. Ou seja, para os defensores do consagrado modelo patriarcal o Estado e suas instituições descendiam em linha reta da evolução da família.

---

<sup>9</sup>Cabe salientar revisões historiográficas feitas sobre a família patriarcal brasileira nas imagens construídas por Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Capistrano de Abreu, sob a perspectiva de arranjos familiares alternativos a este tipo de organização familiar. A historiadora Eni de Mesquita Samara da USP defende que este modelo, dominante e circunscrito às áreas rurais, não consegue explicar e ser usada como sinônimo da família brasileira. Consultar: SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade. [...] A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (HOLANDA, 1995, 141).

O historiador Ângelo Emílio da Silva Pessoa na tese “Em Ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia d’Ávila – família e propriedade no nordeste colonial” defendida em 2003 temas relevantes da formação social brasileira como família, colonização, índios, conflitos, pecuária, conquista territorial, “sertão”, poder, casa, tradição e relações de trabalho, tomando como base os Garcia d’Ávila, grande potentado baiano<sup>10</sup>, Pessoa ressaltou neste preciosas contribuições de Freyre e Holanda sobre a família patriarcal.

Seja condenando em certa medida esse passado patriarcal e propondo a sua superação (Buarque de Holanda), seja valorizando-o (Freyre), esses autores exerceram uma duradoura influência na conformação de um quadro da família patriarcal, centro de gravidade da sociedade colonial e responsável por uma série de limites à ação do poder público e às relações impessoais, características de uma sociedade moderna (PESSOA, p. 4).

Dentro do denso trabalho de Freyre e Holanda, pode-se perceber o interesse português em lucro fácil, garantindo autonomia e privilégios aos senhores rurais. A estratégia mercantilista e a autonomia incitada permitiram aos proprietários de terra governar sozinhas as terras brasileiras, nos três primeiros séculos de colonização. Para Gustavo Lemos em “Minas da Terra: família e organização do mundo rural: Guarapiranga, primeira metade do século XIX” (2012), a vontade do Estado, que buscava programar medidas para a organização da produção agrícola e da estrutura fundiária, era inexpressiva frente às ações da família (LEMONS; 2012; 2). Os interesses sobre a economia agrária e consequentes decisões partiam da instituição familiar, com isso acumulava funções sociais e econômicas.

No período colonial brasileiro a organização familiar era estritamente latifundiária, cujo “[...] o domínio rural [era] o centro de gravitação do mundo colonial. Na disseminação geral da população, lembra um pequeno núcleo solar com as suas leis e a sua autonomia organizada” (VIANA, 1973, vol. I, p. 66). A tendência de sobrepor os interesses privados sobre os nacionais foi marca da sociedade patriarcal, para tanto necessitava de estruturas comuns a toda sociedade. Para Viana (1973) a solidariedade gerada a partir de valores comuns

---

<sup>10</sup>As sesmarias dos Garcia D’Ávila se estendiam da Bahia até o Piauí, somando aproximadamente 200 léguas. In: FREIRE, Felisbello. História Territorial do Brasil. 1o. Volume (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Comércio” de Rodrigues & C., 1906, p. 16 e 21.

inexistia no Brasil, como não havia solidariedade prevaleceu os valores do clã e o poder de mando do patriarca.

Dessa forma criou-se uma estrutura patriarcal, evidenciando características através do relacionamento entre seus membros, a dependência da autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes (SAMARA, 2002, p.73). Essa estrutura se estendeu por todo o período colonial e imperial no Brasil, tanto famílias ricas como famílias menos abastadas, o modelo patriarcal foi predominante.

O poder familiar envolvia administração econômica e organização política. Seu poder estava evidente nas fazendas, assim como esse poder se estendia pelas imediações. O grande proprietário buscava formar uma família numerosa, com intenções de fortalecer o seu domínio sobre o lugar e manter o poder por longos períodos. Para Freyre, a família devia ser preservada, por essa razão era comum os casamentos entre parentes. A fortuna do clã e suas propriedades se mantinham assim indivisíveis sob a chefia do patriarca, estando o poder de mando, administração e destino da riqueza do clã nas mãos da família. A morte do “cabeça de casal” era um momento traumático a toda a família, envolvendo a herança deixada à parentela. A divisão do espólio poderia levar a ruína da propriedade.

[...] se, obedecendo à partilha legal dos bens, um irmão maior já instalado em sua própria unidade doméstica levasse consigo os poucos insumos agrícolas com os quais seus familiares trabalhavam suas lavouras, enquanto outro irmão, reclamando seu devido quinhão, levasse o único escravo que auxiliava no trabalho do eito, a unidade principal poderia facilmente ruir. Quando ricas, além do problema da divisão dos bens materiais, tinham também de se preocupar com o problema da queda do status e do enfraquecimento da influência pública. Famílias abastadas e influentes tinham de lidar diariamente com o peso de seus nomes. (LEMOS; 2009; 02-03)

Os inventários *post-mortem* utilizados no Brasil entre os séculos 16 e 19, era uma forma jurídica da partilha dos bens e do desejo do proprietário falecido. A declaração de bens num inventário também evidenciava o poder econômico da família. Nem todos realizavam a partilha de bens mediante inventários, sobretudo as famílias pobres. Numa sociedade patriarcal latifundiária o poder econômico estava centrado nas propriedades rurais, com isso a presença masculina como inventariado era evidente nos documentos de partilha de bens, ressalta-se que havia alguns documentos que atestavam a matriarca como inventariada, porém seu poder econômico era proveniente de herança deixada pelo pai e pelo marido. Para Maria do Carmo Di Creddo, o inventário é um testemunho de uma realidade complexa, permitindo a

reconstrução da história e fortuna familiar, desde bens de raiz, objetos diversos e semoventes (DI CREDDO, 1996, p. 11).

Dada sua importância, os inventários no Brasil era regida pelas Ordens Filipinas de 1603, baseadas no Direito Romano<sup>11</sup>, mesmo após a ruptura com Portugal em 1822. Tal legislação colocava a mulher como inferior no papel de possuidora dos bens. Parte dos bens herdados era transmitida aos filhos. Com a morte do marido mantinha-se a tradição do Direito Romano, o sistema de partilha dos bens do casal imputava à mulher posse de metade dos bens do casal e garantia à viúva assumir a cabeça da família (MELLO; MARQUES; 2001; 03). Fato que não garantia nenhum poder total dos bens deixados pelo marido falecido. Na sociedade ainda importava-se o sexo masculino, dessa forma, o domínio da viúva sobre a propriedade do casal era restrita. Segundo as pesquisadoras Hildete Pereira de Mello e Teresa Cristina Novaes Marques no estudo “A partilha da riqueza na ordem patriarcal” (2001), a viúva também poderia assumir controle dos bens herdados dos filhos, pois nomeada como tutora pelo juiz de órfãos e munida de um fiador, que se responsabilizasse pelo patrimônio da família, poderia exercer o poder sobre os bens de forma condicionada.

### **3.1. 1. A formação da propriedade e da família no sertão de Coxim**

A mulher quando se casava deixava de ser tutela do pai para ser do marido. Na casa do marido assumia a responsabilidade de cuidar do lar e da educação dos filhos. Com isso havia diminuição da autoridade paterna na família, pois quem comandava os assuntos referentes a casa era a mulher. Com a responsabilidade de administrar a produção das fazendas, ou mesmo ao realizar viagens longas o proprietário da fazenda deixava o comando à matriarca. Exemplo disso encontraram as esposas dos exploradores de terras no sul de Mato Grosso nas primeiras décadas do século 19. Imbuídos em abrir caminhos e fundar fazendas realizavam viagens que duravam dias, e até mesmo meses. Muitos levavam os funcionários da fazenda, e as mulheres acabavam por administrar as fazendas sozinhas.

---

<sup>11</sup> As primeiras Ordenações foram publicadas entre os anos de 1446 e 1447, em nome de D. Afonso V, iniciadas no reino de D. João I (1385-1433), com atenções às solicitações da Corte em atualizar o Direito em conformidade a vigência da época. Tinha por objetivo atualizar o direito da época. Com isso utilizaram fontes (direito romano, direito germânico, direito canônico, leis das sete partidas e os costumes nacionais), prevalecendo os preceitos de direito romano e de direito canônico para elaborar as Ordenações. Dessa forma, as Ordenações contribuíram para a consolidação do sistema jurídico português. Consultar: *ANDRÉ, André Luiz Pedro. As Ordenações e o Direito Privado brasileiro.* Disponível: [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/AndreAndre.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/AndreAndre.pdf). Acessado em 01/08/2013.

Mas como chegamos à identificação de família rural? Seguimos passos do estudo do historiador João Botelho Lucídio, que dedicou exaustivamente em definir o perfil da sociedade mato-grossense, sobretudo nos sertões que compreenderam Santana de Paranaíba e os campos de Vacaria. O autor identificou aspectos que definiu o mundo rural brasileiro oitocentista. Existem alguns elementos constitutivos do meio rural que o identifica: fazendeiro, trabalhadores escravizados, trabalhadores sem terra (agregados e camaradas) e sitiante (LUCÍDIO, 1993, p. 102).

A partir desses elementos sociais, buscamos estabelecer conexões com as teses sobre a formação familiar estabelecida no sertão de Coxim. Ao definir os fazendeiros como “pobres”, Nelson Werneck Sodré, buscou desvincular as propriedades rurais de Mato Grosso com o litoral, onde “a cultura canavieira, além dos sinais externos de sua existência [riqueza e opulência], teve seus cronistas seus homens de pena.” Ao comentar sobre as propriedades pastoris, instaladas na “planura baixa e lodosa do pantanal [eram caracterizadas] como baixo padrão de vida e a ânsia autônoma de suas populações” (SODRÉ, 2009, p. 65; 34). Portanto para Sodré a cultura pastoril foi visceralmente pobre <sup>12</sup>.

O regime pastoril, no baixo padrão de vida de seu elemento humano, não chegou a criar sinais visíveis de estabilidade social [...] O próprio vestuário em que se reflete, de um modo tão sensível o processo de trabalho, permaneceu preso a um primitivismo desolador (SODRÉ, 2009, p. 34-5)

Antes de Sodré, o naturalista Saint-Hilaire percorrendo o Brasil no século 19, descreveu a pobreza da vida rural, citando as habitações rurais como [...] “construída de taipa, coberta de sapé, e cujas entradas são portas estreitas fechadas com couro” (SAINT-HILAIRE, 1976, p.38). Luiz D’Alincourt também relatou a pobreza das habitações rurais “[...] todas as casas são de taipa e terras, à exceção de duas moradas, a maior parte delas são cobertas de telha vã [...]”. Também ao passar por Campinas, D’Alincourt teceu comentários sobre a cidade.

[...] geralmente as casas são pequenas, algumas de taipa, porém a maior parte construída de paus a prumo, ligados com ripas horizontais e os vãos cheios de barro; há somente duas moradas altas, a do Capitão Mor, e a da Câmara, com Cadeia, por baixo [...] (D’ALINCOURT, 1975, p. 51; 53; 59).

---

<sup>12</sup>Ao escrever com maestria sobre a pecuária na Formação do Brasil, Caio Prado Junior descreveu a pecuária como apêndice a economia do litoral, relegada aos sertões. In: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 13 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973. p. 187.

Focado na simplicidade e rusticidade, Sodré (2009) referiu-se a pobreza material e o desinteresse por fortunas na expansão pastoril rumo as terras do Oeste. Desconstruindo essa caracterização social de Mato Grosso, Lucídio (1993) questionou a simplificação de Sodré concernente aos fazendeiros que se deslocaram para os sertões mato-grossenses com toda a família, escravos, agregados e camaradas. Segundo o autor:

[...] Normalmente, tais elementos eram originários das Províncias vizinhas e sua mobilidade espacial é atribuída a dois fatores que, eventualmente, poderiam ser complementares: a procura de novas e melhores áreas para a criação de gado (principalmente vacum) e/ou as frequentes brigas políticas locais (LUCÍDIO, 1993, 112).

Os fazendeiros que se estabeleceram no sul de Mato Grosso para a criação de gado já possuíam alguns recursos, muitos até um poder político. Dentre esses entrantes, Joaquim Francisco Lopes, mineiro de Piumhi, após várias entradas em terras mato-grossenses, reuniu aviamentos e petrechos para realizar incursão ao sul de Mato Grosso em janeiro de 1834.

Em janeiro de 1834, aprontei o carro e quatro bois, e largando porcos, roças e tudo o mais que me era pesado, segui a marcha e chegando em Santa Quitéria fiz canoa de um pau de mamão-do-mato (que o chamam jacatiá), passei a bagagem ficando o carro, por não poder passar; matei um boi, sequei a carne, deixei a mulher e filhos e a escrava (*sic*) entregues ao tempo e fui buscar socorro (rompendo campos dois dias), cheguei em Santa Ana caminhando dezesseis léguas; encontrei mudado de novo o dito Garcia, o qual me deu um escravo, três bois e um cavalo, para coadjuvar-me; (BANDEIRA de Joaquim Francisco Lopes, 1929).

Mario Monteiro de Almeida relacionou algumas famílias que se instalaram nos sertões de Mato Grosso:

Os Ferreira de Melo fundavam o vasto latifúndio de Campo Triste. Os Novaes estabeleciam-se em Bananal e em Boa Vista, e os Souza, de Franca, em S. Pedro, Patrimônio dos Souzas e em S. José. Os Costa Lima radicavam-se no Imbirussú, exceto João da costa Lima, que pouco depois emigraria para as terras canavieiras di Miranda, na zona subserrana (ALMEIDA, 1951, 237).

O entendimento de Lucídio sobre esses entrantes, é que essas famílias, com numerosos indivíduos se estabeleceram nas terras sob o domínio de um patriarca. Esses indivíduos eram ligados a ele, seja em grau de parentesco ou não, poderiam buscar novas terras nestes sertões, mas todos se fixaram e assim se mantiveram sob o poder deste patriarca. Conforme Botelho:

Ainda que [...] a estrutura da organização social pareça clânica, uma vez que um dos membros exerce autoridade sobre os demais membros

de sua família direta ou a ele ligados pelos laços de parentesco (irmãos, sogros, cunhados, genros, etc.), cada chefe de família era responsável direto por sua unidade produtiva básica – a fazenda (LUCÍDIO, 1993, p. 115-116).

Dessa forma, as ligações familiares predominaram no estabelecimento das propriedades rurais no século 19. Pessoa (2003) em “Ruínas da tradição” também corrobora este modelo consagrado de família patriarcal ao observar sua grande influência nas esferas de poder frente à administração colonial. Segundo Pessoa:

O modelo consagrado [patriarcal] teria como principais características a preeminência absoluta e incontestada do poder do patriarca (chefe de importante família) sobre um amplo conjunto de dependentes que englobava desde a família nuclear (esposa, filhos, genro, nora e netos) passando pela família extensa (uma série de parentes variados graus muitas vezes morando junto à família patriarcal, até uma ampla rede de dependentes, agregados, escravos (*sic*), entre outros. Ao mesmo tempo esse patriarca junto com outros patriarcas semelhantes, reunia em suas mãos o controle da grande propriedade rural e a vida política local, constituindo-se numa espécie de pequeno régulo sempre as turras com o poder do Estado (2003, p. 17).

Muitas famílias se constituíram em volta de outra família, esta detentora do poder econômico e político. Dessa forma, compreendemos que no sul de Mato Grosso, também se estabeleceu famílias com extensas propriedades e com influência sobre outras. Destas famílias com poder político e econômico sobre outras ao adentrar os sertões brutos de Mato Grosso, destacamos os Garcia Leal e o padre Francisco de Sales Souza Fleury<sup>13</sup>. José Garcia Leal em 1836 se apossou de grandes extensões de terras nomeado pelo Governador da Província de Mato Grosso diretor da Povoação de Santana do Paranaíba e responsável pela abertura da Estrada do Piquiry.

José Garcia Leal, ainda naquele ano [1829], abriu as fazendas do *Coqueiro* e *Serra*, e terras escolhidas de Santa Ana, tributário do Paranaíba. Às margens deste, também estabeleceu situação em trato propício a cereais. Contígua à última gleba, Justino José de Souza, cunhado de José Garcia, fundou a fazenda *Cuspilus*. Instalou depois a fazenda *Barreiro*, em águas do rio homônimo. Ainda em 1829, nas cabeceiras do Pântano, afluentes do Paraná, foram fundadas mais duas fazendas, uma para Inácio Furtado e outra para Domingos Rodrigues. Estranhos à família Garcia Leal eram os primeiros povoadores dos sertões locais. No ano seguinte, José Coelho de Souza, sogro de José Garcia, fixou-se na fazenda Arerê, onde iria falecer (ALMEIDA, 1951, p. 237).

---

<sup>13</sup>O Padre Francisco de Salles Souza Fleury exerceu cargo de inspetor paroquial de instrução pública primária e de capelão local, ara detentor de glebas imensas, escravaria e semoventes. In: FLEURY, Justiniano Augusto de Salles. O Descobrimento do “sertão” e fundação de Santana do Paranaíba. Artigo extraído do Republicano de Cuiabá, de 12 de dezembro de 1895. (Apontamentos). Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso 6/7, t. 13.



Todos esses homens exerciam poder de mando e representavam o poder público na região. Cabe ressaltar que não pretendemos apropriar do modelo patriarcal constituído nas fazendas do nordeste brasileiro, muito menos negar de forma irredutível a existência do fazendeiro “pobre”, afirmado por Sodré. Mesmo se o fazendeiro em Mato Grosso fosse “pobre” em relação a outros no país, devemos considerar que este foi capaz de estabelecer um “tipo de vida que o colocava no centro das decisões econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas” (LUCÍDIO, 1993, p. 117), com isso criou-se meios a muitos fazendeiros de se submeter ao poder postulado no sertão.

### **3.2. Formação de uma elite agrária no pós Guerra contra o Paraguai**

Após a Guerra contra o Paraguai (1864-1870), a região de Coxim voltou a receber moradores que formaram fazendas, sobretudo no voltadas à criação de gado. A ocupação deveu-se às notícias de campos devolutos aptos a atividade criatória. Migrantes da região do Triângulo Mineiro, estados de Goiás e São Paulo estabeleceram fazendas nos sertões de Coxim, muitos apossaram ou adquiriram terras formando extensas propriedades. A partir da década de 1870 esse apossamento foi constante conforme se pode observar através de documentos produzidos no final do século 19, como Relatórios de Presidentes de Província e do Recenseamento do Brasil de 1872.

Outro documento relevante sobre as localizações das fazendas de criação de gado na região de Coxim refere-se ao o “Itinerário de José do Espírito Santo Barbosa”, produzido em 1879 e publicado na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro em 1891. O documento esboça um roteiro da cidade de Cuiabá à cidade de Santana de Paranaíba, com informações sobre rios, baías e fazendas. Esta documentação, somado às informações contidas nos inventários envolvendo o período de 1885 a 1918, oferece subsídios para a localização dessas propriedades regionais, sobretudo as estabelecidas até 1879, próximas à estrada do Piquiry.

A Estrada do Piquiry ligava Cuiabá a Paranaíba e começou a ser aberta em 1808. Foi concluída em 1836, com a conjunção de esforços da corrente migratória oriunda de Minas Gerais, capitaneada pelos Garcia Leal e irmãos Lopes. Estas famílias ajudaram a estender a picada do Rio Paranaíba até a estrada que vinha de Cuiabá. Conforme levantamentos do Engenheiro Francisco Antonio Pimenta Bueno, a estrada de Cuiabá até o rio Piquiry, possuía

uma extensão de 475 quilômetros, e deste até o Rio Paranaíba, 676 quilômetros<sup>14</sup>. Após a superação da economia mineratória em Mato Grosso, ocorreu o crescimento acelerado do rebanho, levando os criadores a se interessar pela abertura do Caminho do Piquiry. Este caminho interessava aos criadores do norte, por apresentarem “[...] percurso mais curto entre Cuiabá o Rio de Janeiro e São Paulo, transpondo o Alto-Pequiri e rumando em direção às cabeceiras do Sucuriú e ao Paranaíba nas proximidades de sua confluência com o rio grande, sem passar por Goiás”<sup>15</sup>.

Dessa forma, a Estrada do Piquiry contribuiu para interligar as regiões de Mato Grosso até o Triângulo mineiro para a venda de gado magro e a expansão da pecuária no sul de Mato Grosso, como pode-se observar nos inventários arrolados.

Num dos inventários analisados de D. Isabel Nunes da Silva, que teve como inventariantes seu esposo Joaquim José de Sant’Anna, e seu filho Joaquim José Sant’Anna Filho, constam como bens de raiz duas fazendas, referidas ainda como sesmaria, e uma posse de terras sem denominação, mas localizada à margem direita do rio Itiquira. A soma do valor das propriedades referia-se à Três Contos e Duzentos Mil Réis. A dimensão das propriedades está em medidas de léguas de Sesmarias<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup>Sobre a Estrada do Piquiry, ver: CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: INL, 1969. p. 496-562; RELATÓRIO PRESIDENTE DE PROVÍNCIA. Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Estevão Vieira de Rezende, enviado á Assembléia Legislativa Provincial em 02 de março de 1839. p. 39. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u427/>; PIMENTA BUENO, Francisco Antonio. Memória Justificativa dos trabalhos a que foi encarregado à Província de Mato Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1879. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

<sup>15</sup>Revista do Departamento de Geociências da UFSC, Florianópolis, n. 1, p. 39-53, 1. sem. 1986. p. 45-7.

<sup>16</sup> Com referência às Medidas Agrárias não decimais, publicado por Flávio Cavalcanti em *Com quantas braças se faz uma légua [s/d]* consideramos a medida de 1 légua de sesmaria seis mil e seiscentos metros. Disponível <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Medidas-antigas-nao-decimais.shtml> Acessado em 10 de novembro de 2012.

**Quadro nº 3 - Bens arrolados no inventário *post-mortem* de D. Isabel Nunes da Silva (1883)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALORES AVALIADOS EM RÉIS</b>
1 Sesmaria de terras de lavoura e de criação com a extensão de 1 légua de frente e 3 de fundo no lugar denominado Santo Antonio do Paraíso à margem direita do Piquiri (contendo casa coberta de telhas, currais cercados e ranchos e mais benefícios)	2:000\$000
1 posse de terras de campos de criar e matas de lavoura com 1 légua de testada e 3 de fundos, sito à margem esquerda do rio Itiquira.	600\$000
1 Sesmaria de terras de campos de criar e matas de lavoura com 1 légua de testada e 3 de fundos, sito no lugar denominado Santíssima Trindade (só contendo gado de criar)	600\$000
4 bestas (mansas de selas)	600\$000
1.800 cabeças de gado vacum (na fazenda Santa Luzia e Santo Antônio)	14:000\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Corumbá (1883). Caixa 02/documento 144.

O gado estava reunido em duas fazendas, Santa Luzia localizada às margens do Rio Piquiry e Santo Antonio do Paraíso, localizada em Santo Antonio do Rio Abaixo (atual Santo Antonio de Leverger/MT). Cabe lembrar que a fazenda Santa Luzia, também era propriedade da família. Segundo João Ferreira Neto, Jacintha Ferreira e Manoel Ferreira Velho III (conhecido como Pai Novo) ficaram órfãos, ainda crianças, e foram morar com os tios Joaquim José Santana e Izabel Nunes da Silva. Jacintha Ferreira herdou dos pais a fazenda Santa Luzia (FERREIRA NETO, 2004, 314).

Com a morte de Izabel Nunes da Silva, Joaquim José Santana casou-se com sua sobrinha Jacintha Ferreira da Silva, integrando as propriedades. No ano de 1893, o fazendeiro comprou a fazenda São Bento de Sabino José da Silva, ao lado da fazenda Santa Luzia. Conforme a escritura de compra e venda, localizava-se: à margem esquerda do rio Piquiry, a partir da barra do Coricho-Grande, dividindo com terras devolutas até a serra denominada “Barreira” e, com limites à Fazenda Santa Luzia. A fazenda foi comprada pela quantia de um conto e quinhentos mil réis – 1:500\$000. A localização pode ser vista através da Planta da propriedade São Bento.

Figura nº 4. Planta da propriedade São Bento de Joaquim José Santana



Fonte: FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande: EDUFMS, 2004.

A propriedade São Bento, aparece no Inventário de Amélia de Alvin Gaudie de Albuquerque, esposa de Manoel Ferreira Velho, cunhado de Joaquim José Sant'Anna. Com a morte de seu cunhado, sua esposa adquiriu a fazenda. Além dessa propriedade, constam do inventário um lote de terras pastais e lavradias, denominada Fazenda Palmeiras, menor que a



São Bento, com 6.855 hectares e uma residência urbana de 9,60 metros de fundo e 25 metros de cada lado.

**Quadro nº 4 - Processo de Partilha de bens e Inventário *post-mortem* de Amélia de Alvin Gaudie de Albuquerque (1918)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALOR AVALIADO EM RÉIS</b>
1 lote de terras pastais e lavradas (área de 40.485 hectares medidos e demarcados) denominado São Bento	<b>120:455\$000</b>
1 lote de terras pastais e lavradas (área de 6.855 hectares) denominado Fazenda Palmeiras	<b>20:565\$000</b>
1 casa residencial, edificada em um terreno urbano (9 metros e 60 centímetros de fundo, 25 metros em cada um dos lados) sito à rua Coronel Pedro Celestino, número 30	<b>4\$000</b>
<b>Dívidas:</b>	
José da Cruz Bandeira	<b>2: 220#00</b>
João de Albuquerque Ferreira	<b>500\$000</b>
Antonio João de Albuquerque Ferreira	<b>7:566\$000</b>
Oscar José da Costa	<b>745\$000</b>
Manoel Marcelino de Araújo	<b>181\$000</b>
<b>Total:</b>	<b>146:020\$000</b>

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Corumbá (1883). Caixa 184/documento 23.

Não encontramos no inventário de Amélia de Albuquerque referência ao número de cabeças de gado, somente com informações que as propriedades eram terras pastais e lavradas (aradas). Já no Inventário de Antônio Eulálio Fagundes, não consta as medidas da propriedade, apenas denominada como Araras, mas informa números e valores de animais.

**Quadro nº 5 - Inventário *post-mortem* de Antonio Eulálio Fagundes (1895)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALOR AVALIADO EM RÉIS</b>
<b>Móveis:</b>	
1 carro (ferrado, mal estado)	300\$000
<b>Semoventes:</b>	
20 vacas solteiras	360\$000 (18\$000 cada)
10 novilhas (2 anos)	120\$000 (12\$000 cada)
8 novilhas (1 ano)	80\$000 (10\$000 cada)
8 bois muares (de carro)	320\$000 (40\$000 cada)
10 garrotes (2 anos)	120\$000 (12\$000 cada)
12 garrotes (1 ano)	120\$000 (10\$000 cada)
2 cavalos muares (de sela)	160\$000 (80\$000 cada)
2 éguas "brabas"	40\$000 (20\$000 cada)
<b>Total:</b>	<b>1:320\$000</b>

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Corumbá (1883). Caixa 184/documento 11.

No inventário consta uma quantidade expressiva de animais, contudo não há como definir se era uma grande propriedade para a região ao comparar com a quantidade de gado

que possuía outros fazendeiros. Joaquim José Sant’Anna, por exemplo, no inventário de sua esposa constavam 1.800 cabeças de gado, uma quantidade ainda inferior foi encontrada no arrolamento dos bens de Idalécio Antonio Maciel, que foram arrematados em leilão no ano de 1903.

**Quadro 6 - Arrolamento dos bens de Idalécio Antonio Maciel (1903)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALOR AVALIADO EM RÉIS</b>
<b>Lote 1:</b> 1 cavalo preto	50\$000
<b>Lote 2:</b> 4 bois (1 de quatro anos e três de dois anos) em poder de Pedro Gomes Monteiro Sobrinho	54\$000
<b>Lote 3:</b> 2 vacas ( 1 com cria) em poder de Pedro Gomes Monteiro Sobrinho	50\$000
<b>Lote 4:</b> 1 novilha (2 anos) em poder de Pedro Mendes Monteiro Sobrinho	Não informado
<b>Lote 5:</b> 1 lote de terras (divisa ao lote de Pedro Mendes Fontoura)	Avaliado por 25\$000 (sob avaliação de 72\$000 = 97\$000 a rogo de Miguel Dualib; Lifraldino Bennitesi
<b>Lote 6:</b> 1 lote de terras urbano (na rua Miranda Reis – vulgarmente conhecida como rua do Capim)	Avaliado por 20\$000 (sob avaliação 2\$000 = 22\$000 a rogo do arrematante Candido de Souza Lara; Silvério Vieira D’Almeida.
<b>Lote 7:</b> 1 rede e uma foice	Avaliado por 5\$000 (sob avaliação 3\$000 = 8\$000, arrematante Caetano José Garcia

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Coxim (1894). Caixa 184/documento 14.

Nesta documentação já encontramos posse de terras. Pela análise, supomos que seja um lote de terras rurais e um lote urbano, conforme consta no quadro anterior. Ambos foram arrematados, o lote de terras por Miguel Duallibi e Lifraldino Bennitesi, pelo valor de 97\$000 e o lote de terras urbano, arrematado por Candido de Souza Lara e Silvério Vieira D’Almeida, pelo valor de 8\$000.

As relações jurídicas e comerciais estavam ligadas à atividade criatória em Coxim. Como vimos no Quadro nº 4 a participação em leilões era comum, sobretudo quando o falecido não deixava dependente, ou em alguns casos em relação às dívidas contraídas. Um exemplo refere-se a um caso de pagamento através de um ato de Adjudicação. Observe-se que este é um ato judicial que se declara a transferência de um bem móvel ou bem imóvel do dono para o credor, e este assume o direito de posse.

**Quadro nº 7 - Ato de Execução: adjudicação dos bens de Antônio Alves Ferreira em favor de Antonio Luiz da Silva Albuquerque (1899)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALOR AVALIADO EM RÉIS</b>
250 reses de um ano	20\$000 (cada)
1 carro (bom estado)	500\$000
16 bois (mansos de carro)	60\$000 (cada)
3 animais cavalares	150\$000 (cada)
1 animal muar	200\$000
02 ranchos e 1 pequeno cercado	200\$000
<b>Total:</b>	<b>7:310\$000</b>

Fonte: Autos de Execução – Cartório do 1º Ofício – Forum de Coxim.

A dívida de Antônio Alves Ferreira com o fazendeiro Antonio Luiz da Silva Albuquerque somava sete contos e trezentos e dez mil reis. O pagamento foi efetuado em bens, nesse caso em gado, e possivelmente em parte de propriedade. Era uma maneira também de se aumentar o patrimônio familiar neste período.

Alguns criadores possuíam animais, mas não possuíam propriedade era o caso de José Faustino da Silva Ruivo, conforme consta em seu inventário em que o gado declarado estava reunido nas terras de José Lemos da Silva. Há casos de pequenos proprietários ligados a um grande fazendeiro. Nesse caso seus bens não estão sob os domínios do grande fazendeiro. Inferimos a partir dessa constatação existência dos agregados nessas propriedades. Segundo Lucídio (1993):

Os agregados eram trabalhadores rurais que não possuindo terras requeriam de um proprietário (fazendeiro e/ou usineiro) licença para habitar em algum canto de seus, geralmente, vastos domínios. Uma vez ali instalados, dependendo do tipo de acordo – acerto – com o “patrão”, eles poderiam cultivar uma roça de subsistência ou até mesmo criar algumas poucas cabeças de gado [...]. (LUCIDIO,1993, p. 123-124)

Não possuir terras para criação não impossibilitava ser proprietário de alguns animais. No Quadro nº 8 verificou-se através dos bens declarados que José Ruivo seria um pequeno proprietário, e com alguns animais em propriedades de terceiros..

**Quadro nº 8 - Inventário do Espólio de José Faustino da Silva Ruivo (1898)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALOR AVALIADO EM RÉIS</b>
<b>Moradia no lugar denominado Ribeirão Grande</b>	
<b>Moventes:</b> 2 éguas (uma baia e defeituosa, outra cor rosilha de boa idade)	(não informado)
1 poldro (regulando ano, cor pampa e mamando)	(não informado)
1 poldra (de ano, cor castanha, o finado declarava como esmola do Senhor Divino Espírito Santo)	(não informado)
Gado (não se sabe o número de cabeça de criar, existentes nas terras de José Lemos da Silva)	(não informado)
<b>Total:</b>	?

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Coxim (1894). Caixa 184/documento 15

Os bens arrolados não informam valores, nem a quantidade animais ou outros bens, diferente dos outros inventários, sobretudo de possuidores de grandes propriedades e grande número de gado. Chegamos a essa conclusão a partir da informação de que seu gado não estava em suas terras, mas nas de outro fazendeiro.

Nos bens de raiz arrolados de João Baptista da Silva Albuquerque (Quadro nº 9) encontramos uma grande quantidade de animais de cria, além de informar as moradas e lotes urbanos, diferente de José Faustino da Silva Ruivo quanto às posses, João Baptista para os padrões da época era considerado um grande fazendeiro, razão pela qual é citado por memorialistas da região como uma família que manteve domínio político em Coxim, desde a sua chegada, na região, no final do século 19 até a década de 1950.

A manutenção do poder político da família Albuquerque sobre Coxim era típica da ausência de um municipalismo forte, onde a dependência da comunidade local em relação ao governo estadual e este com o governo federal estabelecia uma política de compromissos, visando manutenção do poder nas mãos das elites latifundiárias: “O papel que desempenhava o Coronel no processo eleitoral garantia a sobrevivência de um sistema político que alijava as classes populares” (JANOTTI, 1981, p. 50).

Para Vitor Nunes Leal no clássico “Coronelismo, Enxada e voto” (1997), um dos marcos da Ciência Política no Brasil, demonstrou a estrutura sistêmica do coronelismo do Brasil, sobretudo nas áreas rurais onde o mandonismo local era mais presente. O desprezo à municipalidade, o controle do município pautado na Constituição de 1891 deram a tônica ao mandonismo local pela “Política Café com Leite” e “Política dos Governadores”, possibilitando que os que políticos vistos como “coronéis”, a exemplo de João Baptista da Silva Albuquerque, exercessem o mandonismo político em Coxim. Esta hipertrofia do poder



sobrevivia graças a uma extensa rede de favores, conforme demonstra os estudos de Vitor Nunes Leal.

[...] o ‘coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra [...]. Desse compromisso fundamental resulta as características secundárias do sistema ‘coronelistas’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 1997, p. 40-41).

Grças à desorganização dos serviços públicos e um municipalismo forte, chefes políticos locais como João Baptista da Silva Albuquerque, amealharam grandes extensões de terra e acumularam bens consideráveis, conforme estampado abaixo.

**Quadro nº 9 - Inventário de João Baptista da Silva Albuquerque (1907)**

<b>BENS ARROLADOS</b>
<b>Bens de Raíz:</b>
1 fazenda (com campos para criar e matas de cultura, no lugar denominado ”São Romão”) com a superfície de 8.135 hectares, frente para o Rio Coxim e fundos para a serra das Torrinhas)
1 terreno de sesmaria (com campos para criar e matas de cultura, no lugar denominado “Onça”, limítrofe com “São Romão”, limites ao fundo o córrego da Onça e o curral situado à margem do córrego Pindayba, sem denominação de área)
1 sesmaria (denominada “Pontal”, com área de 3.608 hectares, com campos para criar e matas de cultura, entre os rios Taquari e Coxim).
1 fazenda (denominada “Pontinha”, com campos para criar e matas de cultura, com área de 7.200 hectares, ao norte com o rio Taquary e fundo com a serra Torrinhas)
1 sítio (denominado “Aldeia”, com área de 1.384 hectares, cercado de arame farpado, com benfeitorias, ao sul do rio Taquary)
1 posse de terras (em continuação de “Aldeia”, cercada com arame farpado, com poucas benfeitorias, com medidas de 456 hectares)
1 armazém coberto com zinco
1 sobradinho (anexo aos telégrafos, à rua Direita de São José)
1 casa (coberta de telhas, à rua Coronel Ponce)
1 casa (coberta de sapé, à praça Cândido Mariano, esquina com a rua Constitucional)
1 lote de terreno urbano (à rua 15 de novembro, esquina da rua Constitucional)
1 lote de terreno urbano (à rua 13 de junho)
<b>Semovolentes:</b>
300 reses de ano acima
7 muares
12 cavalos
10 éguas
20 bois de carro
<b>Móveis:</b>
1 alambique
1 carro mineiro
2 carretas com 15 cangas

Fonte: Fórum de Coxim – 1ª Vara-Cartório do Cartório do 1º Ofício – Coxim/MS

No inventário de João Baptista da Silva Albuquerque, conforme o Quadro nº 9 consta vastas propriedades, como duas fazendas com informações de extensão e tamanho, a citar Fazenda São Romão com 8.135 hectares e Fazenda Pontinha com 7.200 hectares. Encontramos também, duas sesmarias, denominadas respectivamente Onça e Pontal. Contudo, sobre a propriedade Onça, não há informações sobre sua extensão, mas como há referência a uma sesmaria, supomos uma área que alcance às medidas as duas fazendas anteriormente citadas, mas também poderia atingir a área de 3.608, conforme à sesmaria Pontal.

O fazendeiro também possuía dois terrenos de menores extensões, um sítio de 1.384 hectares e uma posse informada como extensão desse sítio com área de 456 hectares, ambos com denominação de Aldeia. No inventário encontramos também propriedades urbanas, como 2 casas, uma com cobertura de telhas e uma de sapé, além de dois lotes de terrenos.

Quanto ao número de animais de criar declarado, João Baptista da Silva Albuquerque possuía uma quantidade de 349 em suas propriedades. O gado somava 300 reses acima de 1 ano e 20 bois de carro. O número de animais em suas propriedades era inferior ao declarado pelos fazendeiros acima citados, mas o número de propriedades era superior aos demais. Com isso percebemos que o poder econômico de Albuquerque

Cabe ressaltar a liderança política na região de Coxim, sobretudo de seu irmão Antonio Luis da Silva Albuquerque. A proximidade do patrimônio das famílias Albuquerque e Ferreira se deu através da união de Manoel Ferreira Velho com a irmã de Antonio Luis, Amélia de Alvim Gaudie de Albuquerque (FERREIRA NETO, 2004, 313). Como citado anteriormente, Joaquim José Santana casou-se com sua sobrinha Jacintha Ferreira da Silva, irmã de Manoel Ferreira Velho. Isso nos leva a ressaltar a união de grandes proprietários em Coxim, promovendo o aumento do poder econômico e político dessas famílias frente outros moradores.

### **3.2.1. Redes de parentelas**

O agregamento parental e os casamentos arranjados para aumento do poder econômico e político, foram comuns ao longo da formação social brasileira. As Ordenações Filipinas determinavam a deserdação da filha que se casasse sem autorização do pai.

Se alguma filha, antes de ter vinte e cinco anos, dormir com algum homem, ou se casar sem mandato de seu pai, ou de sua mãe, não tendo pai, por este mesmo feito será deserpada e excluída de todos os bens ou fazenda do pai, ou mãe, posto que não seja por ele deserpada (ORDENAÇÕES, 1850).

Para Nestor Duarte os potentados locais tinham poder absoluto e independente do Estado, impossibilitando o desenvolvimento urbano e favorecendo o patriarcalismo e a formação de clientelismo. Nesta mesma esteira, Oliveira Viana, em “Populações Meridionais do Brasil”, credita a essas redes de sociabilidade uma das causas do atraso urbano no Brasil (VIANA, 1973). Nestor Duarte acentua que o laço parental define a cooperação.

Só o laço parental e doméstico definiria e resumia a cooperação econômica e social. A senzala e o escravo ainda são termos da comunhão doméstica. Endogamiza-se quase e só se estende para alargar a cooperação até outra família, pelo laço parental dos casamentos cruzados, na tendência em fundir-se numa só, ainda maior e numerosa, para dar lugar a verdadeira tribo de coesão por parentesco (DUARTE, 1966, p. 68).

Essas alianças matrimoniais sem se basearem em laços afetivos (HESPANHA, 1998), a exemplo das famílias de Coxim conforme constatados nos inventários analisados consolidavam as relações de parentesco, o poder de mando e mantinha a riqueza nas mãos da família, características essas fornecidas pelo modelo de sociedade patriarcal implantado no Brasil, segundo delineado por Sergio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, “A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos” (HOLANDA, 1995, p. 53).

Da leitura dos inventários percebe-se o agregamento parental como algo corriqueiro nas relações sociais e familiares de Coxim. Para Correa Filho, (1946), a ocupação do Pantanal Sul assumiu uma feição singular, exibindo “ar de família”, baseada na relação de camaradagem e parentesco ou numa forma de agregamento parental, que Alcântara Machado, estudando o passado bandeirante, identificou como “organização defensiva” (1978, p. 143). Esse tipo de agrupamento envolvia o chefe com autoridade irrefutável sobre a mulher, a prole, os agregados, familiares, proletários livres e cativos indicando uma política de ocupação nitidamente vinculada à segurança (MELLO; BRAZIL, 2008, p. 314).

Em muitos inventários não foi possível por falta de dados fazer o cruzamento dos inventariados e inventariantes para se estabelecer as relações citadas acima, mas ancorados no referencial teórico de Thompson (1978, p. 199), sobre as evidências históricas, permitiram detectar algumas propriedades da organização familiar estabelecidas no espaço coxinense.

Na obra “Herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII” (2000), de Giovanni Levi, buscou na trajetória de um padre inquisidor para explicar a sociedade de pequeno vilarejo europeu suas estratégias cotidianas, sobretudo explorar o mundo camponês do século 17. Levi analisou como fonte de pesquisa indícios em

documentos como certidões de casamento, de batismo, de óbitos, de nascimento e testamentos, atas de “cura” de exorcismo, inventários e estratégias do uso da terra. O autor buscou entender o universo social dos moradores de uma pequena aldeia denominada Santena e através de sua análise percebemos quais eram as estratégias de sobrevivência e constituição de poder de algumas famílias sobre as outras.

Do estudo de Levi podemos encontrar o entendimento do entrelaçamento familiar em Coxim, como estratégia de poder econômico. Segundo o autor: “[...] a rede formal das relações de consanguinidade ou de aliança tinha um papel igualmente importante na complexa estratégias das escolhas, das exclusões e das integrações que tornavam o organismo familiar mais elástico” (2000; 98). Dessa forma, um pequeno grupo de fazendeiros de Coxim se articulava e promovia a união das famílias. O interesse no crescimento e na manutenção do poder econômico distanciava um grupo familiar das outras famílias, mas um núcleo complexo, originado do entrelaçamento de três famílias (Albuquerque, Ferreira e Sant’Anna).

Antonio Luiz da Silva Albuquerque, conhecido como Totó de Albuquerque, nasceu 20 de junho de 1838, era filho de Joaquin da Silva Albuquerque e Anna Alvim Gaudie Ley, sua mãe era irmã de André Gaudie Ley, presidente da província de Mato Grosso na década de 1830. Antonio Luiz em 1881 foi escolhido pelo Frei Mariano de Bagnaia zelador da paróquia de São José de Herculânea (Coxim) (ZGANZERLA, 1992, p. 314), e em 1899 elegeu-se vereador e juiz de paz de Coxim. Na qualidade de juiz, foi o primeiro a presidir uma eleição a intendente-geral em Coxim (FERREIRA NETO, 2004, p. 301). Seu irmão João Baptista da Silva Albuquerque, nascido em 16 de fevereiro de 1845, foi eleito o primeiro intendente-geral de Coxim no ano de 1899. A irmã de Antonio Luiz, Amélia de Alvim Gaudie Ley, nascida em 08 de fevereiro de 1852, promoveu o primeiro entrelaçamento familiar, casou-se com Manoel Ferreira Velho na cidade de Cuiabá em 1879. Ferreira Velho nasceu em 15 de abril de 1858 (idem. 302-303), sua mãe de nome Maria Antonia da Silva e do pai de nome homônimo faleceram em 1867 de varíola, com sua irmã Jacintha Ferreira da Silva ficou sob a tutela dos tios Joaquim José Sant’Anna e Izabel Nunes da Silva, irmã de sua mãe (idem. p. 311-312).

Outra informação que encontramos da obra do memorialista João Ferreira Neto, que Izabel Nunes da Silva, nascida em 17 de abril de 1836, era filha de Antônio José da Silva e Maria Luiza Albuquerque Nunes, esta irmã Anna de Alvim Gaudie Ley, esta casada com Joaquim da Silva Albuquerque, pais de Totó de Albuquerque.

A constituição de um poder econômico centrado nas mãos de três famílias, do mesmo modo, o poder político que colocava a importância dessas famílias no cenário coxinense no final do século 19, infere-se a um agrupamento de pessoas. Do entrelaçamento familiar como

estratégias de domínio político e econômico esse grupo concentrou propriedades rurais e dinamizou a política de Coxim no final do século 19 e nas primeiras décadas do século 20. Para Levi que analisou essa aliança parental no século 17:

A melhoria econômica era um objetivo subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência. Foi dentro deste contexto que as formas de associação entre famílias se tornaram significativas como um dos elementos estratégicos para criação de uma certa segurança. As relações eram evidentemente provenientes da consangüinidade e das alianças. Entretanto, esta foi apenas a via principal que pôde ser ampliada ou reduzida e na qual se pode escolher e criar hierarquias. (LEVI, 2000, p. 105)

Associamos essa segurança na sociedade estudada por Levi, às formas de hegemonia das famílias Ferreira, Albuquerque e Sant'Anna, daí a possibilidade do crescimento econômico através do entrelaçamento parental. Essas alianças promoveram a inserção da elite agrária nas decisões políticas. Cabe lembrar que a posição econômica privilegiada não impedia articulações de pessoas e grupos isolados ou distantes daquele núcleo familiar.

Conforme o estudo de Levi, podemos identificar tais relações como um esquema comportamental em que defini fatores da formação desse agrupamento, seja ele parental ou não-parental. Segundo o autor ao definir as alianças entre famílias não-co-residentes, geralmente ligadas a laços consanguíneos, era uma forma de proteção, ampliação demográfica e crescimento econômico de determinado grupo. Ao colocarmos esse entendimento de Levi em Coxim, não confrontamos ou desfazemos a compreensão do núcleo patriarcal, essa relação existiu, a partir do momento que analisamos as formas de alianças horizontais e verticais entre famílias no século 19. Portanto essas relações coexistiam como manutenção do poder político e econômico, e no caso de pequenos proprietários e desprovidos de propriedades, manterem-se ligados a uma família abastada no sentido de obter privilégios e sobrevivência financeira

### **3.2.2. Patrimônio material**

Na análise dos bens pertencentes a Canuta Ambrozina de Oliveira declarados em 1910, verificamos que correspondiam a artefatos de ouro e utensílios de casa, dessa maneira pode-se identificar o cotidiano dessas famílias através dos objetos, utensílios e joias deixados como herança, conforme verificado no Quadro nº 10.

**Quadro nº 10 - Inventário dos Bens pertencentes ao Espólio de D. Canuta Ambrozina de Oliveira (1910)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALOR AVALIADO EM RÉIS</b>
<b>Ouro:</b>	
1 trancelim de ouro com medalha	25\$000
1 Dita de ouro com cruz também de ouro	50\$000
1 anel de ouro	5\$000
1 Dita de ouro (em mal estado)	1\$000
1 par de biscoitos pequenos de ouro	5\$000
1 medalha de ouro (Santa Luzia)	2\$000
<b>Móveis:</b>	
1 cotim corado (em mal estado)	12\$000
3 tamboretas	4\$500
1 caçarola pequena	1\$000
2 caldeirões (de ferro batido)	5\$000
2 panelas de ferro	6\$000
1 tacho pequeno de cobre	8\$000
2 gamelas de madeira	2\$000
2 tábuas	2\$000
1 bule louçado	500 réis
1 bacia de cobre	8\$000
1 bandeja grande	500 réis
1 mesa pequena de madeira	5\$000
2 potes de barro	2\$000
2 caixas de madeira	7\$000
2 castiçais de metal	2\$000
2 pratos fundos	500 réis
1 Dita de rosa	100 réis
6 ditas de pó de pedra	1\$500
9 Ditas louçadas	2\$400
1 copo pequeno de vidro	200 réis
1 canastra meora	6\$000
1 caneca louçada	500 réis
1 bandeja pequena	1\$000
19 pares de xícaras louçadas	1\$800
8 colheres de ferro	800 réis
16 garfos de ferros	1\$000
2 facas para mesa	1\$000
<b>Bens de Raiz:</b> 1 lote de terreno urbano, sito na rua Pedro Celestino, treze metros e 70 centímetros de frente, entre os lotes de Maria Jezuína da Silva e Pedro Severo dos Santos (com frente ao Poente e fundo ao nascente), com 50 metros de fundo	100\$000
<b>Total:</b>	269\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Coxim (1894). Caixa 184/documento 18

Na descrição dos bens de D. Canuta de Oliveira, verificamos uma série de utensílios de cozinha, de ferro, barro ou louça. Há uma grande quantidade de xícaras (19 pares) e de garfos e colheres (16 e 8 respectivamente), em relação à quantidade de pratos e copos (2 pratos fundos e 1 copo pequeno de vidro). Sobre a mobília declarada identificamos 2 caixas de madeira, 2 castiçais de metal e 1 mesa pequena de madeira. Mesmo com a declaração de

ouro e peças de porcelana, não identificamos Canuta de Oliveira como possuidora de grandes riquezas conforme comparamos com os bens declarados por outros moradores, mas possibilitou verificar a dimensão dos objetos presentes nas casas dos moradores da cidade.

Diferente do inventário de Canuta Ambrozina de Oliveira o de Dona Isabel Nunes da Silva, (Quadro nº 11) apresentou bens móveis cujos valores somavam Três Contos, Quatrocentos e Quinze Mil e Quinhentos Réis, valores expressivos para a época.

**Quadro nº 11 - Bens arrolados no inventário *post-mortem* de D. Isabel Nunes da Silva (1883)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALORES AVALIADOS EM RÉIS</b>
<b>Utensílios:</b>	
2 tachos (de cobre, usados, 15 quilos)	300\$000
2 formas (de cobre, para torras farinha)	208\$000
1 Alambique	1.000\$000
2 Espingardas	800\$000
1 mesa grande de jantar	300\$000
3 Ditas (pequenas, com gavetas)	15\$000
<b>Prata e Ouro:</b>	
12 pares de talheres de prata	620\$000
1 salsa de prata	12\$500
1 Freio de prata	20\$000
1 par de combos de pratos de ouro	30\$000
2 pulseiras de ouro	30\$000
2 correntinhas de ouro	10\$000
1 Dita de coral com engate	5\$000
7 anéis de ouro	28\$000
1 Dita contendo 1 pedra	25\$000
3 pares de brincos de ouro	12\$000
Total:	3:415\$500

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Corumbá (1883). Caixa 02/documento 144

Os valores dos utensílios declarados de D. Isabel Nunes são superiores de D. Canuta, mas a última não era fazendeira, nem detentora de riquezas. Diferente do inventário de D. Canuta Ambrozina de Oliveira, declarando um imóvel urbano com 13,7 metros de frente e 50 de fundo, no inventário de D. Isabel foi declarado duas propriedades extensas com campos de cria. Essa diferença dos bens arrolados não garantia a diferença social, mas determinava o poder econômico e político na região.

No Espólio de Tompsom Meyer, um imigrante norte-americano, encontrado morto em sua casa, apresenta um diferencial. Como não possuía parentes no Brasil, seus bens foram arrematados por outros moradores de Coxim. Neste inventário, encontramos dois documentos referentes a Meyer no ano de 1909, um no arquivo do Museu de Coxim, um edital de leilão de seus bens, e outro no arquivo do Memorial do Tribunal de Justiça em Campo Grande, o Espólio dos bens arrolados.

**Quadro nº 12 - Espólio de Tompson Meyer (1909)**

<b>BENS ARROLADOS</b>	<b>VALOR AVALIADO EM RÉIS</b>
<b>Lote 1:</b> 1 revólver com 24 balas	10\$000
<b>Lote 2:</b> 1 arreio com seguintes peças: um pelego de cor preta, uma casona velha, uma rédea com cabeçada e freio, uma chinxá, 1 par de estribos com loros e passadoreso que é isso???	100\$000
<b>Lote 3:</b> 1 rede, um cobertor, 1 paletó de brim branco, um pincel para barba, um par de óculos e uma navalha para barba	10\$000
<b>Lote 4:</b> 1 machado com cabo, 1 martelo com cabo, 1 machadinha com cabo, 1 compasso novo de ferro, 1 esquadro novo de ferro, 2 gramminhos, 3 plainas encepadas, 1 juntura encepada, 1 chave inglesa, 2 lápis para carpinteiro	50\$000
<b>Lote 6:</b> 1 nível de metal	15\$000
1 documento no valor de 1 conto de réis firmado por Simplício de Assis em favor de Tompson Meyer e um recibo de dinheiro em depósito na mão de José Estevão de Albuquerque em favor de Tompson Meyer	1:000\$000
<b>Total:</b>	1:185\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Coxim (1894). Caixa 185/documento 12

Conforme os bens declarados, pode-se inferir que Meyer era um carpinteiro, provavelmente realizava serviços aos moradores do lugar. Possuía alguns bens que não chegavam a 200 mil réis, entretanto tinha posse de um documento no valor de Hum Conto de Réis, cujo recibo de depósito em dinheiro estava com Estevão de Albuquerque, leva a crer a ausência de Agência Bancária ou representante bancário em Coxim, tendo como fiel depositário alguém proeminente na cidade, José Estevão de Albuquerque.

No Espólio de José Faustino da Silva Ruivo, proprietário de gado, conforme o Quadro nº 13 pode-se perceber bens de valores modestos, declarados por Maria Inês de Lara, sua esposa. Foram declarados bens domésticos, outros ligados ao trabalho no campo e duas armas. O único utensílio cujo valor foi informado é conjunto de roupas do material Brim.



### Quadro nº 13 - Espólio de José Faustino da Silva Ruivo (1898)

BENS ARROLADOS	VALOR AVALIADO EM RÉIS
<b>Moradia no lugar denominado Ribeirão Grande</b>	
<b>Moveis:</b> 1 tacho de cobre, regulando meia arroba de peso (em mau estado)	(não informado)
1 caixa (em mau estado, sem fechadura, na qual existiam em seu centro roupas velhas do finado marido, que para a mesma não tem valor)	(não informado)
2 bancos de madeira (em bom estado, de comprimento regular)	(não informado)
1 caldeirão pequeno de ferro estanhado (em bom estado)	(não informado)
1 caçarola da dita (em bom estado)	(não informado)
1 chocolateira de ferro estanhado (tamanho regular, em bom estado)	(não informado)
3 pratos de ferro laçado (em mau estado)	(não informado)
1 aparelho de roupa de Brim da Angola (riscado, que a mesma viúva vendeu para suas necessidades).	9\$000
1 garrucha (de dois canos em bom estado, faltando um ouvido)	(não informado)
1 espingarda (de dois canos, em bom estado)	(não informado)
<b>Total:</b>	?

**Fonte:** Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Corumbá (1894). Caixa 184/documento 15

As informações encontradas nos inventários analisados nos permitiu identificar o perfil econômico da região, em sua maioria voltada para a pecuária. Possibilitou-nos comparar extensões de propriedades, mesmo que muitas sofreram alterações ao longo de décadas, e passaram para outros proprietários. Através da análise dessa documentação adentramos nas moradias encontrando descrições das casas, algumas com características de qual material foi utilizado em sua construção, além de identificar os bens, utensílios domésticos e mobiliário presente em seu interior ou nas áreas contíguas.

#### 3.2.3. Práticas coronelísticas na região

Os primeiros ocupantes dessas terras estabeleceram na região do rio Piquiry, próximos do Destacamento Militar criado em 1835. As propriedades existentes na região se restabeleceram após a Guerra do Paraguai. As fazendas de Antonio Theodoro de Carvalho e de Luiz Theodoro de Carvalho permaneceram localizadas nas margens dos rios Piquiry e Taquary. Logo após a Guerra outros moradores despontaram. Entre eles Joaquim José Sant'Anna e Manoel Ferreira Velho, conforme documentação consultada estabeleceram grandes propriedades. Mas um fazendeiro despontou como principal criador de gado, proprietário de extensas fazendas e domínio político: Antonio Luis da Silva Albuquerque.

A família Albuquerque consolidou práticas coronelísticas na região de Coxim, dadas as características de ocupação e poder de mando exercido. Para Maria de Lourdes Monaco Janotti em “O Coronelismo: uma política de compromisso” (1981), o coronelismo encontra-se presente em todas as sociedades onde se registrou o predomínio do rural sobre o urbano, “[...] onde há maior concentração da propriedade latifundiária e onde as relações de produção capitalistas não chegam a se implantar ou a se desenvolver completamente” (JANOTTI, 1981, p. 17).

Na identificação das propriedades de Coxim e seus respectivos proprietários, atestado do poder coronelísticos desses potentados, o Ministério da Agricultura recenseou as propriedades rurais de todas as localidades do país, dentre elas Coxim. Através do censo de 1920, realizado através da Diretoria Geral de Estatística, foi publicada relação nominal das propriedades rurais e respectivos proprietários. De acordo com essa relação, Coxim possuía 151 fazendas destinadas à lavoura e a criação de gado. A superfície territorial do município era de 9.825.400 hectares, com 1.423.965 hectares de área ocupada por estabelecimentos rurais. Outra informação do Recenseamento do Brasil em 1920, da superfície territorial 797.420 hectares eram de matas nos estabelecimentos rurais. Quanto ao número de cabeças de gado Coxim possuía 195.746 bovinos, 7.445 equinos, 1.562 muares, 268 ovinos, 323 caprinos e 5.865 suínos. O município era o 4º maior criador de bovinos de Mato Grosso. O Estado possuía o número de 2.690.454 animais bovinos, sendo a região sul com o maior número de animais por estabelecimento rural (Campo Grande com 372.919 animais, Bela Vista com 212.736 animais e Corumbá com a quantidade de 202.012 animais).

A partir as informações do censo brasileiro de 1920 percebemos de propriedades no município destinadas a essas atividades. Buscamos analisar fontes posteriores ao nosso recorte temporal, pois evidenciava a importância do município quanto a economia mato-grossense. Relacionamos também, no sentido de avançar sobre os dados estatísticos sobre Coxim, que anterior à 1898 era um distrito ligado à Corumbá. Cabe salientar a concentração do poder político nas mãos da elite agrária, nesse sentido o entrelaçamento das famílias foi inevitável.

A formação de uma rede de relações de poder e clientelística assegurou o domínio e a concentração de grandes propriedades rurais em Coxim no século 19. Mesmo com o advento da legislação de terras de 1850, a estrutura política e econômica estava articulada à subordinação de uma sociedade a uma elite que se consolidou na formação de grandes latifúndios em Coxim. Portanto, a elite agrária não representava simplesmente de um grupo

isolado, devemos considerar sua formação e consolidação política sobre suas relações em sociedade, como as redes de aliança.

### **3.2.4. Requerimentos e emissões de títulos de terras**

Ao verificarmos documentos referentes à regularização das terras e o atraso de se cumprir a Lei de Terras de 1850, encontramos requerimentos para a emissão de títulos de terras em Coxim<sup>17</sup>, no período de 1909 a 1914. Essa documentação está disponibilizada no arquivo do Museu Municipal de Coxim. A lei de Terras de 1850 determinava sua operacionalização nas províncias de acordo com artigo 6º.

Art. 6º - Haverá nas províncias uma Repartição Especial das Terras Públicas nelas existentes. Esta repartição será subordinada aos Presidentes da Província, e dirigida por um Delegado do Diretor-Geral das Terras Públicas (SABOYA, 1955, p. 121).

Em Mato Grosso esta determinação legal foi regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854, criando na Província, a referida Repartição “por Decreto nº 2092 de 30 de janeiro do ano findo, foi criada nesta província a Repartição especial das terras públicas” (SABOYA, 1995, p. 121). Os debates em torno da Lei de Terras se deram no bojo da Campanha Abolicionista, motivadas pela resistência do cativo ao cativo. Os latifundiários perderiam o controle sobre o trabalhador escravizado, mas não sobre a terra.

A Lei de Terras constituiu resposta das classes proprietárias no Brasil à ameaça de futura falta de mão de obra escravizada devida à interrupção do tráfico transoceânico de trabalhadores naquele ano. O fim da entrega gratuita de terras pretendia impedir que a ampliação da classe de camponeses proprietários desviasse o homem livre pobre da necessidade de vender sua força de trabalho a um preço vil nos latifúndios (MAESTRI, 2005, p. 257).

A Lei de Terras tinha duplo objetivo: impedir o acesso à terra do trabalhador pobre e garantir o monopólio da manutenção da mão de obra nas mãos da classe senhorial. A referida lei permitia a regularização das posses havidas antes da lei, devendo ser registradas nas paróquias, ao vigário. Este ato preventivo, denominado Lei de Terras, adotado pelo governo imperial em atendimento aos interesses dos grandes proprietários rurais, impediria o acesso a terra, aos trabalhadores pobres e escravizados.

Para o historiador Mario Maestri (2006), a Lei de Terras e conseqüentemente toda a legislação subsequente que tratasse da Questão Agrária, tinha “o feitiço exagrande

---

<sup>17</sup>No Quadro 14 lista alguns destes requerentes.

proprietário”. Para os autos de medição, necessários para a regularização das terras, contratação de agrimensores, declaração de posse, testemunhas e ainda suportar a pressão dos grandes proprietários que desejavam aumentar seus domínios, não resistiam aos poucos recursos do camponês.

Todos os domínios de raiz estavam previstos através de sua legalização na Repartição de Terras, criada pela Lei 24 de 16 de novembro de 1892 e regulamentada pelo decreto de 12 de janeiro de 1893, mediante solicitação ao Juiz Comissário de medição. A legalização das posses na Repartição de Terras públicas favoreceu ainda mais a formação de grandes propriedades. Instrumentos como fraude, grilagem, intimidação e violência foram usadas ao longo da nossa história, dando origem à ‘Questão Agrária’, insolúvel ainda hoje (MELLO; BRAZIL, 2008, p. 309).

Em Mato Grosso a regulamentação de terras ficava a cargo de representantes do poder local, assegurado pela própria lei de 1850. Contudo, muitas propriedades foram se estabelecendo sem solicitar a devida titulação. Esses processos de titulação se alongaram na segunda metade do século 19. Já no período republicano a preocupação em estabelecer a ordem e regulamentar as propriedades em Mato Grosso o Estado criou outra legislação, na verdade uma forma de fazer cumprir a Regulamentação da Lei de Terras de 1854. Para Lúcia Osório da Silva, em artigo “Las tierras públicas en la construcción del Estado: una perspectiva comparada”, apresentado no Segundo Congresso Nacional de História Econômica do México (2004):

En sus primeros artículos, la ley prohibía la adquisición de tierras “devolutas” por otro medio que no la compra. Por otro lado, determinaba la forma como los particulares, tuvieran ellos títulos legítimos o no, podrían convertirse en propietarios plenos. Para eso bastaba que midiesen y demarcasen sus tierras y entrasen con un pedido para expedición de título que sería proporcionado por una repartición general de las tierras públicas a ser creada. El gobierno marcaría los plazos dentro de los cuales deberían ser medidas las posesiones (“poseses”) y las “sesmarias”, designaría e instruiría las personas que harían las mediciones, pudiendo, caso juzgase conveniente, prorrogar los plazos marcados. Cabía al gobierno realizar la medición de las tierras “devolutas”, respetando los derechos de los ocupantes (“posseiros”) y “sesmeiros”, lo que significaba respetar los plazos marcados para el cumplimiento de las determinaciones de la ley (OSÓRIO, 2004, p. 15-16).

O governo ficou responsável em medir e demarcar as terras ocupadas, regularizando as propriedades dotadas de títulos ou não. Contudo essa premissa não funcionou. As medições e demarcações ficaram a cargo dos próprios proprietários, com possibilidade de fraudes, sobretudo quanto ao aumento da extensão das propriedades.

O Decreto nº 130/1902 de Mato Grosso, criado para normalizar a distribuição de terras e possibilitar a titulação de propriedades, tornou-se ineficaz, na medida em que o agrimensor responsável de demarcar as terras para a efetiva titulação poderia burlar a lei. Conforme Moreno, o agrimensor poderia manobrar os processos de venda ou regularização de terras para atender os interesses dos proprietários em potencial (MORENO, 1999, p. 71). A fiscalização pelo órgão de terras era ineficiente, e muito, os próprios responsáveis pelo órgão eram proprietários ou mantinha relações políticas com a elite agrária. Para Moreno a aplicação deste regulamento afastava o posseiro de suas terras e possibilitava sua ocupação pelos grandes proprietários geralmente ligados ao poder e exercendo o mandonismo local, conforme já discutido.

Essa era uma estratégia para defender as terras desocupadas, mas já sob o domínio particular, principalmente no sul do Estado, atual Mato Grosso do Sul, onde registrava-se a presença frequente de pequenos posseiros. Por outro lado, a lei também proibia ocupações em terras devolutas, colocando o posseiro na condição de invasor, sujeito a despejo e cominações (Lei nº 20/1892) (MORENO; 1999; 72)

Através da afirmação de Gislaene Moreno, explicitamos que concomitantemente a existência de grandes propriedades rurais no sul de Mato Grosso, o apossamento de pequenas porções de terras era frequente. A possibilidade de regularizar essas terras fez com que o Departamento de Terras e Colonização (DTC) criado a partir da Lei nº20/1892 e vinculado a Secretaria de Agricultura, Colonização e Viação Pública, passasse a receber requerimentos de títulos de terras e emitir as certidões. Nos municípios os editais referentes à solicitação de compras e títulos gratuitos, assim como os prazos para medições e demarcações de terras eram fixados nas Câmaras Municipais. Segundo Moreno:

[...] a concessão gratuita ficou circunscrita à zona fronteira, numa faixa de 60 km fora das reservas feitas para a implantação de núcleos coloniais. As terras deveriam ser utilizadas exclusivamente para lavoura, em lotes de 50 ha, e para criação de gado, em lote de 200 ha. Aos imigrantes que haviam se estabelecido no Estado, de 15/11/1889 até 15/11/1894, foi assegurado o direito de compra desde que se comprovasse cultura e morada efetiva, nesse intervalo de tempo, e não ultrapassasse os limites de 3.600 ha para pastoreio, 900 ha para lavoura e 450 ha para a indústria extrativa, nos termos da lei nº 20/1892. (MORENO, 1999, p. 73).

Em documentação produzida na década de 1910, podemos verificar proprietários de terras que se estabeleceram ou efetivaram a regularização de suas terras. A documentação encontra-se no arquivo do museu “Furna do Retrato” no município de Coxim. Entre os

requerentes encontramos em sua maioria de origem de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, conforme a transcrição no Quadro nº 14:

**Quadro nº 14 – Requerimentos de Título Gratuito de Terras no município de Coxim**

<b>DATA DOS REQUERIMENTOS</b>	<b>REQUERENTE</b>
Data não informada	Lázaro Marçal Ignácio (migrante do Estado de Goiás)
20/01/1914	José da Cruz Bandeira (não há informações sobre sua origem)
26/01/1914	Ananias Monteiro Barboza (migrante do Estado de São Paulo)
28/01/1914	João do Couto (migrante do Estado do Parahyba do Norte)
31/01/1914	Protogenes Theodoro de Carvalho
31/01/1914	Constantino Braz da Silva
31/01/1914	João Theodoro de Carvalho (imigrante do Estado de São Paulo)
31/01/1914	Pedro José Rufino (migrante do Estado do Rio Grande do Sul)
19/02/1914	Salomão Duallibi (imigrante da Turquia-Syria)
19/02/1914	Antonio Augusto do Nascimento (migrante do Estado de Goiás)
26/02/1914	José Alves de Oliveira (migrante do Estado de Minas Gerais)
02/03/1914	Lazaro Ignácio Simões (migrante do Estado de Goiás)
10/03/1914	José Ramos Nogueira (migrante do Estado da Bahia)
15/03/1914	José Antonio Velasco
18/03/1914	Severino Antonio de Rezende Velasco (migrante do Estado de Minas Gerais)
18/03/1914	Pedro Elias Francisco (migrante do Estado de Goiás)
18/03/1914	Manoel Moreira dos Santos (migrante do estado de Goiás)
18/03/1914	João Elias Francisco (migrante do Estado de Goiás)
27/03/1914	João Felisberto de Carvalho (imigrante estrangeiro)
15/05/1914	José Vicente da Silva (brasileiro, natural do Estado da Bahia, com família composta por esposa e oito filhos, tendo a anos migrado do seu Estado natal, firmando residência no município de Coxim) (representado por Manoel Francisco das Neves).
17/06/1914	João Baptista de Sousa (representado por Manoel Francisco das Neves)
19/12/1914	Mayses Abraão Simão (imigrante estrangeiro)

Fonte: Arquivo Museu de Coxim/MS. Requerimentos de Títulos de Terras. Caixa 150.

A solicitação de Título Gratuito de um lote de terras era embasada no Decreto Estadual nº 130/1902, contudo já em 1895 a resolução nº 102, previa a concessão gratuita de terras devolutas a quem interessassem em promover a colonização. As terras eram medidas e demarcadas pelo agrimensor indicado pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC).

Nos Editais emitidos pela Secretaria de Agricultura, Colonização e Viação Pública, havia informações como tamanho da propriedade requerida, localização dos lotes e os prazos determinados em 30 dias para reclamação ou reivindicação de revisão. Interessa-nos também nessas informações, a localização dessas propriedades, com a possibilidade de mapear as fazendas existentes no sertão de Coxim, como veremos mais adiante.

Os requerimentos também serviam de recenseamento das propriedades, quanto a sua extensão. Era uma forma de o Estado ter conhecimento dos apossamentos de terras e da realidade dos lotes devolutos no sul de Mato Grosso.

Dos requerimentos de titulação gratuita, verificamos que alguns proprietários buscavam adquirir mais de um lote de terras. Por exemplo, o migrante do Estado da Bahia, José Vicente da Silva, que apresentava no requerimento uma família numerosa (esposa e mais oito filhos), solicitou “tantos lotes de terras devolutas” para atender o número de pessoas da família. Outro caso, três migrantes estrangeiros que requereram título gratuito. Conforme a legislação essa possibilidade somente ocorreu em 1918, com a Resolução nº 775 de 10 de julho, que autorizava a concessão de terras devolutas a imigrantes estrangeiros. Podemos considerar que estes poderiam solicitar terras por não ter condições financeiras para a compra ou solicitar terras para estender suas propriedades, não declaradas. Essas situações ocorriam também para proprietários nacionais. Nessa situação, parentes, agregados ou os próprios solicitavam a titulação gratuita.

Um exemplo disso percebe-se no requerimento de Protogenes Theodoro de Carvalho, parente de Manoel Theodoro de Carvalho proprietário da fazenda Cachoeirinha, nas margens do rio Taquary. Também, pela localização, acreditamos que o mesmo tinha parentesco com Antonio Theodoro de Carvalho, um dos primeiros moradores do sertão de Coxim. Essas ocupações e requerimentos de titulação em nome de familiares tornou a região de Coxim um negócio de camaradagem, assumindo o que uma “feição singular, um ar de família”.

A formação de extensas propriedades no sertão mato-grossense avançou no início do período republicano, também na forma de divisão da posse em outras menores, com tamanho igual ou inferior ao que era determinado, 3600 hectares. Muitas propriedades mantinham seus limites superiores a este limite. Segundo Virgílio Correa Filho (1923):

Já então governava o segundo Presidente [Período Republicano], Dr. Antonio Corrêa da Costa, que, mais adstricto ao espírito da lei, observou os limites de área (3.600 hectares ou 3.600 mais 150) na maioria dos processos de legitimação de posses, mandando cobrar o excesso verificado nas medições do terreno, [...] (CORREA FILHO, 1923, p. 58, grifo nosso).

A tentativa do governo era cumprir a legislação, mas a política de mercês impedia o estrito cumprimento das normas estabelecidas. A Política de Mercês surgiu no contexto da Guerra da Reconquista quando o rei concedia a aristocracia terras, privilégios e recompensa por serviços prestados. Com a tomada de Ceuta no Marrocos em 1415, essa prática foi transladada as colônias portuguesas, chegando ao Brasil em 1500 e se tornando meio de vida, influenciando diretamente na relação do público com o privado. Para Maria Fernanda Baptista Bicalho indivíduos ou grupo sem troca de serviços prestados requeria uma mercê, reafirmando sua obediência, para legitimar a troca de favores deveria obrigatoriamente uma retribuição (BICALHO, 2001, p. 219). O contexto analisado por Bicalho no artigo “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” (2001) referia-se aos primórdios da colonização portuguesa no Brasil, mas conforme se pode perceber esta prática permaneceu viva no modelo agrário implantado no Brasil, inclusive nos recônditos do sertão de Coxim.

O governo republicano ao trazer para si a solução dos conflitos, entre eles a disputa de terras em Coxim, trouxe também o que José Murilo de Carvalho chama de “[...] indistinção entre a administração e a política, entre o particular e o público [...]” (CARVALHO, 1996, p. 145). Ao trazer a administração do conflito privado para a esfera pública, mantinha o privado ao poder justamente pela capacidade de praticar certas mercês.

As mercês praticadas no espaço coxinense era a legalização de terras além daquelas previstas Na legislação de 3.600 hectares. Virgílio Corrêa Filho na obra “Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense” nos dá noção de como eram formados essas extensas propriedades.

Raramente, porém, cada proprietário rural contentar-se-ia com uma única, indicativa de comedidas aspirações. Adquirida, mediante concessão do Governador, a primeira sesmaria que servisse de núcleo, em tórno dela seriam requeridas as terras contíguas, até que perfizessem conjunto grandioso, [...] De mais a mais, os limites mencionados vagamente abrangiam, não raro, área muitas vezes maior que a devida, quando não se processasse a medição de acôrdo com as exigências legais. A facilidade na aquisição, por título gratuito, de glebas imensas, cujas divisas os vizinhos longínquos respeitavam, por não lhes minguar terreno bruto, [...] (CORRÊA FILHO, 1955, p. 20).

Essas glebas imensas das quais fala Corrêa Filho, em parte foi devido à aplicação dos regulamentos de 1854 (Regularização da Lei de Terras) e de 1893 (legalização dos domínios de raiz na Repartição Especial de Terras Públicas). Dessa forma garantia-se a legitimação das terras através de registros, não impedindo que muitos apresentassem documentos anteriores a



1850, pois o governo reconhecia “[...] escritos particulares de compra e venda ou provassem posse mansa e pacífica decorrente da ocupação primária” (CORRÊA FILHO, 1955, p. 22).

Muitas vezes essas ocupações não eram nem mansas nem pacíficas. O artifício utilizado para comprovação de posse primária ficou conhecido como grilagem de terras. Segundo o Direito Agrário, grileiro é todo aquele que por meio de fraude ou meio ilícito, falsifica documentos públicos ou privados para obter pra si imóvel alheio (SANTOS, 1983, p. 284).

### **3.2.5. Legitimando o latifúndio**

No caso de Coxim o imóvel alheio eram as terras devolutas. Os presidentes do Estado de Mato Grosso promoveram tentativas de regulamentar as posses e o direito às terras seguindo o regulamento de 1893. Somente o regimento estabelecido pelo Decreto nº 130 de 1902, de forma racional, conforme observou Correa Filho, tomou medidas efetivas em relação aos apossamentos de terras. Segundo Corrêa Filho, reconhecia o direito às terras, contudo se não houvesse excedente aos limites impostos, considerando dessa forma terras delimitadas e demarcadas como devoluto. O governo não legitimaria mais a posse das terras devolutas, com isso caberia ao posseiro pagar pelo excedente. Dessa forma interpretamos que os requerentes a compra de terras ao Estado, listados no quadro abaixo, já possuíam propriedades.

Mesmo esta “forma racional” defendida por Corrêa Filho na regulamentação destas posses, não impediu a formação de latifúndios, no qual uma pessoa em nome de outra adquiria terras do Estado ou requeria sua legalização.

**Quadro nº 15 – Requerimentos de Compra ao Estado de Terras no município de Coxim**

DATA DOS REQUERIMENTOS	REQUERENTE	DESCRIÇÃO
20/10/1913	Arlindo de Andrade	Compra ao Estado de terras devolutas pastais com 3.600 hectares mais ou menos nos extremos do rio Novo, município de Coxim.
17/12/1913	Francisco Pereira França (representado por Marques Irmão Aureo)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais de 1.800 hectares mais ou menos.
04/02/1914	Antonio Pedro Alves (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de terras devolutas pastais com área de 1.800 hectares mais ou menos.
04/02/1914	Damas Marçal Ignácio (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras pastais e lavradas de 500 hectares mais ou menos.
10/03/1914	Marcelino de Araújo	Compra ao Estado de Terras devolutas pastais de 3.600 hectares mais ou menos
15/05/1914	Antonio José Theodoro (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais com 200 hectares mais ou menos.
15/06/1914	Feliciano da Cruz Serrou (procurador Marques Irmão Aureo)	Compra ao Estado um lote de terras devolutas pastais com 500 hectares mais ou menos
19/06/1914	Inocencio Setti (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais de 500 hectares mais ou menos.
30/06/1914	Coronel Henrique de Paes de Barros (representado Luiz L. Leite)	Compra ao Estado de terras devolutas pastais e lavradas de 1.800 hectares mais ou menos.
11/07/1914	Henrique Paes de Barros e Pedro Paes de Barros	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais de 3.600 hectares mais ou menos.
18/09/1914	José Godinho de Oliveira (procurador Marques Irmão Aureo)	Já tendo anteriormente requerido compra ao estado um lote de terras pastais e lavradas de 2.700 hectares
28/09/1914	Pedro da Rocha Monteiro (representado por Marques Irmão Aureo)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas com 100 hectares mais ou menos.
28/09/1914	Pedro da Rocha Monteiro (representado por Marques irmão Aureo)	Compra ao Estado de terras devolutas de 100 hectares mais ou menos.
08/10/1914	Bernadino Ferreira da Cunha (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais com 500 hectares mais ou menos.
08/10/1914	Boaventura Ferreira Rosa (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais de 3.000 hectares mais ou menos,
11/11/1914	Theodoro de Lara Falcão (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais com 500 hectares mais ou menos.
11/11/1914	José Ramos Nogueira (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais e lavradas com 100 hectares de área aproximadamente.
12/11/1914	Joaquim Antonio de Santanna (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de um lote de terras devolutas pastais com 200 hectares mais ou menos.
01/12/1914	Américo Ferreira Lima (representado por Nicola Verlangieri Filho)	Compra ao Estado de terras devolutas pastais de 1.500 hectares mais ou menos.

Fonte: Arquivo Museu de Coxim/MS. Requerimentos de Títulos de Terras. Caixa 150).

As extensões de terras requeridas na modalidade de compra variavam, mas não superior ao limite imposto pela lei de 3.600 hectares. Verificamos em alguns requerimentos a compra de terrenos de 100 a 500 hectares, com isso pode-se identificar proprietários que compraram terras devolutas com o intuito de estender suas fazendas ou mesmo pagar o excedente ao limite das terras, consideradas devolutas.

É o caso de Pedro da Rocha Monteiro, que requereu comprar 100 hectares de terras, em 28 de setembro de 1914. De acordo com os requerimentos de títulos de terras na mesma data, o proprietário requereu tais medidas cujos limites eram contíguos à sua fazenda, denominada Boa Sentença. O primeiro Requerimento encontrado refere-se a terras localizadas ao oeste de sua propriedade. O segundo, limitando-se ao leste. Outro fazendeiro que solicitou a compra de terras devolutas, em 10 de março de 1914, foi Marcelino de Araújo, informado pelo Edital da Diretoria de Terras Colonização, requereu 3.600 hectares. Neste caso as terras também limitavam-se à sua propriedade:

Situado no lugar denominado 'Barreiro da Pedra' com águas vertentes para os ribeirões Claro e Salto, limitando ao Norte com terras de José da Costa e Silva e terrenos devolutos, ao Nascente com terras do requerente e a fazenda da Estiva desde o limite com José da Costa e Silva, até o córrego da Onça, ao Sul com o dito córrego da Onça até sua cabeceira, e desta a Nascente da Cascavel e desta ao córrego dos Veados, e por esta abaixo até sua confluência com o ribeirão do Salto e por este acima até uma cabeceira que deságua no mesmo Salto pelo lado direito de sua origem, ao Poente com uma linha que partindo do lado direito do mesmo Salto até confrontar o ponto de partida. (Arquivo Museu de Coxim/MS. Requerimentos de Títulos de Terras. Caixa 150).

Este requerimento espelhava o desejo do fazendeiro de estabelecer grande domínio na região. Muitas situações perpetuaram durante o período republicano, sobretudo por ocasião da primeira lei republicana de terras em Mato Grosso em 1892 no Governo de Manoel José Murtinho.

Para Gislaene Moreno, a história da terra em Mato Grosso demonstra como se deu a passagem das terras de domínio público para o privado e como as leis deram sustentação a essa política fundiária voltada aos interesses dos grupos rurais encastelados no poder. Essa ligação possibilitou alegação de milhares de hectares quando a legislação estipulava um limite de 900 hectares para a agricultura e 3600 hectares para a pecuária e deixando livre a área para compra e arrendamento. Manoel Murtinho deliberadamente ou não, estava beneficiando a concentração da grande propriedade, enquanto as vendas, concessões e legitimações

compreendiam áreas imensas as concessões gratuitas se restringiam a pequenas propriedades em média de 50 hectares (MORENO, 2007, p. 67-69).

Essa situação perdurou durante a Primeira República e teve continuidade no primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas (1930), pois o novo regulamento de terras aprovado pelo Decreto 786 de 23.12.1927 perdurou até 1949.

A área de algumas propriedades regularizadas, originárias desses domínios, chegava a alcançar 15.000 ha, enquanto a área média ficava em torno de oito mil hectares, quando a legislação estadual havia estipulado área máxima de 3600 há para as legitimações de posses. [...] seria mais prudente fechar os olhos diante da prática dos proprietários em burlar a lei, com a pluralidade das posses contíguas, e efetuar a legitimação das posses e dos excessos incorporados. (MORENO; 2007; 73).

Esta prudência está ligada a conexão entre o público e o privado onde os interesses privados dos requerentes têm seus defensores na esfera pública. Como no início do período republicano a concentração maior da população era no campo, os proprietários rurais ganharam uma moeda de troca – o voto – residindo neste instrumento à política das mercês, facilitando a legalização, arrendamento ou compra de glebas imensas em troca de apoio político aos candidatos situacionistas. Para Moreno (2007) a concentração de terras em Mato Grosso de 1892 a 1930 quando imensas áreas de terras de domínio público passaram para o domínio privado seguiram basicamente os processos abaixo:

- 1 – Regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses;
- 2 – Concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros, e concessões especiais a colonizadores e empresas particulares;
- 3 – Arrendamento e aforamento para a indústria extrativa de vegetais;
- 4 – Contrato de compra e venda de terras devolutas. (MORENO, 2007, p.77)

No Quadro nº 15 – Requerimentos de Compra ao Estado de Terras no município de Coxim – percebe-se claramente um dos processos de concentração fundiária em Mato Grosso, destacado por Moreno, processo este realizado em Coxim sob a complacência do poder público.

A omissão em fiscalizar e providenciar medidas que impedisse o descumprimento da legislação ficou somente nos discursos das autoridades. Por outro lado, a possibilidade de formação de propriedades de alguma forma trouxe a rentabilidade para o governo, nesse sentido a ocupação de terras públicas, sobretudo na região sul, ganhou forma na constituição de grandes latifúndios, “[...] facultado tanto por uma legislação permissiva quanto pelas fraudes praticadas pelos proprietários, com a conivência ou não de funcionários do órgão de

terras e também de representantes do poder público, que faziam vistas grossas perante os abusos cometidos” (2007, p. 100).

A ocupação de terras durante o governo nacionalista de Vargas e segundo a geopolítica da Marcha para o Oeste deveria ser feita por toda sociedade dentro da estratégia de ocupação dos espaços ditos vazios<sup>18</sup>. Estes espaços foram por conta dessa política, preenchidos por aqueles que próximos ao poder e às vezes nele assentado formaram grandes latifúndios dando origem à “Questão Agrária”, insolúvel ainda hoje (MELLO; BRAZIL, 2008, p. 309).

### **3.3. Relações de Trabalho no sertão de Coxim**

Tratar das relações de trabalho no século 19, não tange abordagens de construções esquemáticas da história social do trabalho, e se ainda fosse não caberia abordar conflitos paradigmáticos que retomam teses que interpretaram e subjugarão práticas sociais eficientes ou desnecessárias. Pretende-se levantar algumas questões que cerceavam as relações de trabalho no período imperial, por entender que ainda existam interpretações equivocadas e inconclusas sobre o passado escravista. Visamos estudar essas relações na implantação da atividade criatória no sul de Mato Grosso que contribuiu para a ocupação e apossamento de terras na região de Coxim.

No caso de Mato Grosso, especificamente, encontramos diversas obras voltadas para a escravidão negra e indígena, por exemplo, as obras “Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso:1718-1888” (2002) de Maria do Carmo Brazil e “Cativos nas terras dos Pantanais: Escravidão e resistência no sul de Mato Grosso Séculos XVIII e XIV” (2008) de Zilda Moura. Contudo, em sua amplitude, estudos que abordam a existência do trabalho livre concomitantemente ao trabalho escravizado são escassos ou recentes. Nessa construção a pesquisa empírica tem um papel fundamental no estudo sobre a escravidão, através da análise de documentos produzidos no passado escravista, como cartas de alforria, recibos de compra e venda, lista de classificação de escravos, nos inventários *post-mortem*. Dessa forma a produção histórica sobre o passado escravista permite ao historiador, no diálogo com as fontes documentais, contribuir com novas abordagens sobre a formação social brasileira.

---

<sup>18</sup>Esses *espaços vazios* ocupados pela expansão agropastoril na região de Coxim nunca foram vazios, pois foram antes da ocupação branca território dos caiapó, dado as singularidades do trabalho, a ocupação anterior e durante a fundação do Arraial de Belião pelos indígenas não será discutida.

### 3.3.1. Sobre o “Código do sertão”

Com a existência da economia de mercado e de subsistência no Brasil no período oitocentista, a presença de grandes e pequenas propriedades dinamizou a atuação de trabalhadores livres pobres, na condição de moradores e agregados. Essa condição social não privilegiou o “camarada”. Maria Sylvia de Carvalho Franco, autora da obra “Homens Livres na ordem escravocrata” (1969) se dedicou de forma germinal ao estudo sobre a complexidade do trabalho livre no período escravista. Carvalho Franco buscou na análise de fontes como processos-crimes e atas da Câmara Municipal de Guaratinguetá, na área do Vale do Paraíba (entre Rio de Janeiro e São Paulo), entender as condições pessoais e materiais do homem livre e pobre da região.

Ao discorrer sobre as relações comunitárias dos homens livre e pobres de Guaratinguetá, durante o século 19, Franco atribuiu a atuação dos mesmos como atribuição pelo poder público diante do sistema mercantil ainda muito forte no país.

Para a autora utilização de mão de obra escravizada no sistema de produção mercantil, sobretudo a produção cafeeira, coexistiu à mão de obra livre, ou seja, o trabalhador livre era aquele que recebia por sua força de trabalho que era utilizada durante certo período.

Ao estabelecer o conceito de “Código do sertão”, a autora buscou descrever a violência entre os homens livres e pobres. A relação de proximidade entre eles prezava a bravura e a ousadia, a violência vista como uma forma de resolver qualquer ofensa que impedisse a boa relação em comunidade.

O “Código do sertão” foi herdado da tradição cristã mediterrânea, trazido para o Brasil pelo colonizador português, no qual se estabelecia regras morais e de conduta não escrita, justificando o uso sistêmico da violência na solução de conflitos. Para Carvalho Franco “Essa violência atravessa toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura” (FRANCO, 1997, p. 27). A esse respeito Holanda, em “Caminhos e Fronteiras” (1994), inferiu que essa cultura não pode ser separada das condições que a geraram, ou seja, um ambiente hostil marcado pela violência e tolerância em relação aos crimes de morte, sobretudo, na defesa da honra. O padrão cultural herdado do português fez com que o sertanejo incorporasse hábitos de violência (1994, p. 120-121).

Nessa cultura do sertão não apenas a violência marcava o cotidiano, mas a relação de camaradagem. Ao tratar da relação dos tropeiros, vendeiros e sitianteiros com os fazendeiros Carvalho Franco afirmou que existia uma relação de troca de favores. A necessidade de

ambos os aproximavam, e estabelecia uma relação de domínio. Conforme assinala a autora, ao tratar dos tropeiros:

[...] o próprio fazendeiro esteve preso ao tropeiro, dependendo de suas decisões em fornecer-lhe animais dentro dos prazos e dos preços convenientes. Nesse período, os controles pessoais, ao que parece, foram eficientes para garantir ao fazendeiro a regularidade de suprimentos e, ao tropeiro, a formação de sua clientela (FRANCO, 1997, p. 68).

Nessa linha de interpretação percebe-se que os conflitos eram mínimos, que a relação estabelecida era distinta quanto ao interesse de ambos, contudo o poder econômico do fazendeiro garantia a existência do trabalho tropeiro, sendo assim o fazendeiro mantinha o controle nessa relação. Embora dispusesse de certa autonomia, ao contatar com diversos fazendeiros, o tropeiro estava sujeito à existência de um proprietário e do preço pago a seu serviço. Esse tipo de relação foi denominado por Émile Durkheim de solidariedade orgânica, semelhante a um organismo biológico que se interage e interdepende cada órgão deste organismo tem uma função e depende dos outros para sobreviver, assim cada membro exerce uma função na divisão do trabalho. A solidariedade orgânica é característica das sociedades capitalistas, onde a divisão social do trabalho tornam os indivíduos interdependentes. Esta dependência garante a união social, não pelos costumes e tradições como na solidariedade mecânica caracterizada pelos laços de parentesco, a exemplo do patriarcalismo, mas pelas trocas, no caso estudado entre tropeiros e fazendeiros.

Esta divisão era fruto das desigualdades sociais onde os indivíduos, neste caso fazendeiro e tropeiro, se unem pela necessidade de trocas e serviços. Nesta troca prevalecia o poder de mando e econômico do fazendeiro, logo esta situação de conflito mínimo se dava pela força do fazendeiro nestas relações (DURKHEIM, 1999. Cap. III, p. 87-109). Para Durkheim, uma das maiores anomias<sup>19</sup> das sociedades modernas refere-se ao egoísmo, resultado das fragilidades das normas de controle, na ausência deste controle, no contexto estudado o poder emana dos grandes proprietários de terras.

Outra categoria de livres pobres abordada por Maria Sylvia de Carvalho Franco foi sitiante, que manteve também uma relação de dependência com o grande fazendeiro. Nesse caso a autora entende que a proximidade e a dependência eram estabelecidas pelo compadrio. A entrega do filho de um pequeno proprietário para um grande proprietário era uma forma de garantir ligações entre ambos. Para o sitiante o compadrio possibilitava romper com o

---

<sup>19</sup>Anomia para Durkheim é a perda de identidade provocada pelas transformações do mundo moderno, onde há um rompimento com os valores tradicionais.

processo de dominação, mas para o fazendeiro deixava claro suas intenções: impedir que o sitiante dispusesse de qualquer autonomia sobre suas terras. Com isso há a afirmação de igualdade, contudo o fundamento que se estabelece e o princípio de dominação (FRANCO, 1997, p. 86). Portanto a afinidade entre o fazendeiro e o sitiante é firmada em assistência econômica e retribuições como, por exemplo, filiação ao posicionamento político ou resposta afirmativa aos mandos do fazendeiro.

A relação entre o proprietário e o agregado, assim como o camarada era de cordialidade. A amizade estabelecida entre eles denotava proteção, no sentido paternalista, o fazendeiro protegia seus moradores. A proximidade de ambos “[...] é coerente com o caráter pessoal das relações entre eles e o correlato esquema de dependência, que atingia as áreas mais íntimas da vida” (FRANCO; 1997; 100). O proprietário estabelecia laços de proteção, mas não deixava de expor a condição do agregado e do camarada como subordinados ao trabalho, condição de permanência e sobrevivência na fazenda.

O camarada representa apenas a viabilidade da absorção do caipira ao setor da sociedade que está articulado economicamente, num processo que em larga medida é de perda dos atributos do tipo social anterior (grande e pequeno proprietário). O agregado ou morador, ao contrário, reelabora o antigo estilo de vida, embora carente de suas próprias bases: a livre disposição da terra e a participação em pequenos grupos sociais coesos (FRANCO; 1997; 99).

A diversidade social, sobretudo de trabalhadores, era aparente quanto à localização e função de trabalho. No meio rural era menor diversidade de categorias de trabalhadores como existia na cidade.

### **3.3.2. Pobres livres**

No campo havia duas categorias o escravizado e o livre pobre, que em sua maioria ocupavam quase as mesmas funções. Isso decorria da extensão da propriedade. Também percebemos através da autora, que o agregado possuía um nível social assegurado quanto ao camarada. As distinções quanto aos privilégios galgados durante o cotidiano desses trabalhadores correspondia à existência dos mesmos em volta ao proprietário.

A relação entre o proprietário e o agregado, assim como o camarada era de cordialidade. A amizade estabelecida entre eles denotava proteção, no sentido paternalista, o fazendeiro protegia seus moradores. A proximidade “é coerente com o caráter pessoal das relações entre eles e o correlato esquema de dependência, que atingia as áreas mais íntimas da



vida” (FRANCO, 1997, p. 100). O proprietário estabelecia laços de proteção, mas não deixava de expor a condição do agregado e do camarada como subordinados ao trabalho, condição de permanência e sobrevivência na fazenda.

A presença do agregado era comum nos sertões do Brasil, caracterizada por uma dominação sistêmica, hereditária, baseadas na reciprocidade. Entretanto, esta cordialidade era conseguida no exercício do mando do fazendeiro sobre aqueles que ocupavam seus domínios, seja sob quais condições fossem, habitando a periferia mal delineada da fazenda, e consolidando laços de serviços mútuos e de amizade (QUEIRÓZ, 1957). Para Oliveira Viana (1973) o agregado resultou da lógica do regime sesmeiro e servil, caso falhassem uma delas, seria substituída por outra relação, mas todas elas dependentes da capacidade de conceder favores.

Esses agregados não eram nem proprietários nem trabalhadores, sua condição estava ligada ao favor de um grande fazendeiro. Para Roberto Schwarz a colonização no Brasil baseada no monopólio da terra, produziu o latifundiário, o trabalhador escravizado e o homem livre pobre, este último dependente de favores.

[...] esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como medicina, ou qualificações operárias, como tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário dependia dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário, para o seu posto (SCHWARZ, 2000, p.16).

Dentro destes mecanismos de reprodução das relações sociais envolvendo o homem livre pobre, identificamos a proximidade entre o proprietário e o camarada no século 19 em Mato Grosso, na obra de Visconde de Taunay “Narrativas Militares (Scenas e Typos)” de 1878, com o pseudônimo de Silvio Dinarte. Nestes textos o autor reúne cinco narrativas, respectivamente: Um Irmão, A Vingança de um Recruta, O Capitão Caipora, Um dia de Paixão e O Tio Hilário. Todas resultam de experiências militares durante a Guerra do Paraguai.

A primeira narrativa, conforme a organização da obra é “Um Irmão – o camarada”, que Taunay buscou caracterizar o perfil profissional desse tipo social. Ao iniciar o texto o autor deixou claro a necessidade de um camarada: “A bem de algum socego de espírito e commodidade de corpo, quem viaja pelos fundos sertões deste immenso Brazil precisa ter em primeiro lugar um, bom camarada” (TAUNAY; 1878; 9). Essa necessidade entende-se que

para o serviço mais árduo, no caso embrenhar-se no sertão desconhecido para o autor, o camarada revelava-se como pronto e preparado, que lhe garantiria comodidade. Segundo Taunay:

Um camarada, enérgico e inteligente, traquejado nas labutações da vida do deserto, observador cuidadoso das menores particularidades da natureza, é quem substitue, embora em esphera limitada, as regalias que a communhão social e civilisada proporciona ao homem nos centros de população (Ibid. p. 9)

Essa fidelidade esboçada pelo autor evidenciava o propício trabalho do camarada que sobremaneira era mais confiável que do trabalhador escravizado e não apropriada ao patrão. De nome Alexandre de Campos Leite, era mestiço de negro com indígena, “sertanejo por índole e educação”, segundo o autor. Campos Leite pertencia ao Corpo de Cavalaria de Nioaque, cidade localizada no sudoeste de Mato Grosso do Sul, que fora dissolvido com a invasão paraguaia da cidade de Miranda em 1865. Conhecedor das paragens apresentou-se à Comissão de engenheiros que se estabelecera em Coxim no ano de 1866.

O perfil do camarada é traçado por Taunay como um indivíduo cheio de qualidades, preparado para servir, conhecedor da ambiência rural agia antecipadamente, segundo o autor, possuía várias funções:

É elle quem marca com antecedência o pouso e o prepara, desbastando-o das hervas mais altas; quem levanta a barraca ou arma o toldo e suspende a rede; quem accende o lume; vai ao córrego buscar água; trata da comida; cuida dos animaes; pensa-lhes as feridas; *atalha* as cangalhas; arreja os cargueiros, os tange, os soccorre nos tremedaes; nos atoleiros, derruba a carga; torna a levantar-a, e tudo isto que representa incessante actividade nos inesperados episódios de um dia inteiro, de sol a sol, sem a mais ligeira demonstração de impaciência, sem o mais leve vislumbre de aborrecimento ou de fadiga (1878, p. 10).

Nessa descrição percebemos as qualidades quanto aos serviços prestados a Taunay, mais adiante em sua narrativa é possível encontrar funções que se aproximam do perfil do camarada.

Desappareça, por exemplo, um animal. É preciso então revolver grandes extensões, estudar o rasto, segui-o ás vezes léguas e léguas, bater matos e capões – afanoso trabalho, tanto mais de enfernizar quanto parar a viagem éum dia perdido, levantando-se com sol alto o pouso, para ir-se pernoutar pouco adiante. E se na manhã seguinte se repetir o facto, como é usual, recomeção as mesmas pesquisas, reproduzem-se peripécias idênticas, cada vez mais desesperadoras para a paciência mais- experimentada e sofredora, e que entretanto em nada abalão a impertubavel serenidade do sertanejo (1878, p. 11).

Um dos trabalhos mais corriqueiros do camarada empregado nas fazendas do sertão mato-grossense era alçar o gado solto, além de capturar o que fugia. Aliado a outros camaradas, ou escravizados negros e indígenas, coordenava a ação, denotando habilidade em lidar com as adversidades das matas e caminhos fechados que existiam em volta das fazendas que se estabeleciam, sobretudo no século 19.

Dessa forma, nessa primeira narrativa de Taunay – caracteriza esse camarada, observa-se a incessante dedicação em servir o patrão. Sem reclamações, o trabalho era realizado com devidas instruções e se no caso não houvesse determinações, o camarada tinha conhecimento de suas obrigações no campo. Nessa premissa aproximamos do camarada descrito pelo sociólogo Abílio Leite de Barros em “Gente Pantaneira” (1998), que afirma existir uma relação amigável entre empregado e patrão.

Ao referir-se sobre o camarada vaqueiro do Pantanal, Barros apresenta um perfil próximo do trabalhador romantizado por Taunay. A convivência amigável e a relação de proximidade são abordadas por Barros, contudo o autor salienta que não era de igualitarismo, e a dinâmica entre patrão e empregado era de subordinação: “uns que mandam e outros que obedecem” (BARROS, 1998, p. 165). O autor justifica essa relação de cumplicidade:

Com camaradas de confiança, o relacionamento se daria sem maiores apreensões. E como eram poucos os empregados, três ou quatro em cada fazenda, o relacionamento com eles era muito intenso e íntimo. [...] Assim, havia, sem dúvida, uma dependência mútua entre patrões e empregados, até para as mínimas necessidades de convívio social. [...] O fato de toda área ter tido uma ocupação muito semelhante quase familiar, por pessoas de mesma origem, mesmos princípios e valores culturais, fez com que a mesma coesão interna e solidária encontradas em cada fazenda se estendesse a toda região. Fez com que, também, se formassem traços sociais e de caráter comum [...] (BARROS, 1998, p. 165-166).

Para Abílio de Barros a relação de dependência e de solidariedade entre os camaradas e seus patrões justificava-se pelo número pequeno de funcionários das fazendas estabelecidas no Pantanal, trabalho em conjunto, expondo a necessidade de se aproximarem e a origem destes que se apresentava como traços e caráter em comum. Diferente do exposto por Taunay, em que o patrão não sobreviveria sem o trabalho realizado pelo camarada.

Nos estudos de Edward Palmer Thompson sobre a cultura plebéia na obra “Costumes em Comum- estudos sobre a cultura popular” (1998), onde o autor retrata as relações sociais, as tradições e as formas de trabalho na Inglaterra do século 18. Thompson considera a existência de uma cultura tradicional rebelde na sociedade inglesa, a classe plebéia da

Inglaterra do século 18 vivera sob costumes desencadeados pelo paternalismo e o conformismo. Dessa forma buscamos entender as relações entre os proprietários de terras e seus agregados e camaradas, em que os interesses comuns formavam um teatro de dominação. O camarada aproximava-se do patrão, construía relações de lealdade, mas não deixava de significar um intruso na família. Do outro lado, o fazendeiro acolhia esse trabalhador em suas terras, oferecia privilégios e cumplicidade, diferente da relação com os escravizados, mas com a posição de que o camarada vivia subordinado ao seu domínio econômico. Sobre essas relações sociais adotamos a explicação de Thompson:

Sem dúvida nenhuma, comer à mesa do empregador, morar no seu celeiro ou acima de sua oficina, era submeter-se à sua supervisão. Na casa-grande, os criados que dependiam dos “trocados” dos visitantes, das roupas da senhora, das sobras clandestinas da despensa, passavam toda a vida granjeando favores. Até os ganhos extras multiformes dentro da indústria, cada vez mais redefinidos como “roubo”, tinham mais probabilidade de sobreviver nos lugares em que os trabalhadores os aceitavam como favores e se submetiam a uma dependência filial (1998, p. 42).

Nesse sentido, o fato “quase familiar” romantizado por Abílio de Barros, na verdade era uma relação de dependência. Dessa forma entendemos que o agregamento gestava obrigações na propriedade rural, a confiabilidade no camarada não significava uma relação familiar, o simples fato de manter o camarada dentro da propriedade também era uma forma de domínio. Para Thompson:

[...] na prática, o paternalismo era não só responsabilidade efetiva como teatro e gestos, e que, longe de uma relação calorosa, familiar, face a face, podemos observar uma ensaiada técnica de domínio. Embora não houvesse nenhuma novidade na existência de uma cultura plebéia distinta, com seus próprios rituais, festivais e superstições, sugerimos que no século 18 essa cultura era extraordinariamente robusta, muito distanciada da cultura da elite, e já não reconhecia, exceto de modo superficial, a hegemonia da Igreja. À medida que dialeto e norma culta se afastavam, a distância aumentava. (1998, p. 62)

O camarada transitava no ambiente da elite, como no ambiente dos trabalhadores, as relações perpassavam significativos mecanismos de dominação. O agregamento não significou herdar sentidos de Família, mas garantiu vantagens, por essa razão que o “livre pobre” se distinguiu do trabalhador escravizado. Diferentemente do escravizado, o camarada buscava privilégios, não havia resistência. Cabe ressaltar, que o escravizado buscou mecanismos para se sobressair da situação em que se encontrava, mas não em uma posição privilegiada como o camarada, ser livre.

Aproximamos nosso entendimento ao conceito *habitus* de Thompson, em que todos os grupos almejavam vantagens, “cada um se aproveitava dos costumes do outro” (1998; 90), ou seja, o fazendeiro oferecia regalias, o camarada aproveitava e buscava trabalho, moradia, comida e após adquirir confiança conquistava terras para cultivar.

Nas obras de Abílio de Barros e Visconde de Taunay o entendimento é como se não houvesse conflito ou mesmo a violência. A existência de livres pobres no sul de Mato Grosso, com enfoque ao trabalho do camarada deve-se uma análise mais criteriosa. Não se deve cair no equívoco de interpretação acerca das relações de trabalho na região, estas romanceadas por Taunay e Abílio de Barros, como ligações predominantemente amigáveis e sem conflitos. Isto seria negar a própria história. Os agentes sociais não são passivos, no caso dos camaradas diante do latifundiário, ao contrário, resistem à dominação e subordinação, pois “Se só houvesse a escravização, a submissão e a passividade, seria o fim da História” (GREGOLIM, 2003, p. 101).

Há que se desconstruir discursos destinados a afirmação dos homens de elite ou de representantes na medida em que sugerem que as relações de trabalho constituíam-se numa “incessante vontade de servir o patrão”. Neste caso as práticas de obediência e submissão destacadas por Abílio de Barros e Taunay torna-se normas diante da autoridade de quem fala, mas não regras de quem deveria obedecer, ensejando resistência contra o mandonismo, mesmo às vezes disfarçado na forma de submissão.

O trabalho de Maria Sylvania de Carvalho Franco apresentou uma sociedade organizada nos princípios do capitalismo comercial, ou seja, a produção visava à exportação. Nesse sentido, paralelo à formação de uma elite agrária a existência de despossuídos de terras e de meios de produção era constante, e a luta por *status* econômico travestia formas de sobrevivência no sertão.

A existência do trabalhador livre no Mato Grosso antecede o século 19, ou melhor, antecedeu a ocupação pastoril. Já nas minas de ouro encontravam-se homens livres e expropriados cujo trabalho era realizado por interesses, em busca de benefícios para sobreviverem (CAMARGO, 2010, p. 152).

Em “Cativos do sertão”, Luiza Volpato dedica parte de seu estudo aos livres pobres em Cuiabá, “seja como camaradas, seja como agregados”, afirmando que na corrida para o ouro em Cuiabá, não só homens de cabedais rumavam à região, mas pobres aventureiros em busca de fortuna (1993, p. 198). Estes livres pobres trabalhavam em atividades profissionais urbanas ou em casa de proprietários.

Ao abordar o trabalho livre em Mato Grosso na obra de Luiza Volpato, evidenciamos que a relação entre agregados e camaradas com o proprietário da fazenda não era cordial, diferente das relações destacadas por Taunay e Abílio de Barros. Segundo Volpato, os camaradas estavam sujeitos às ordens de um gerente, sujeitos a castigos, a muitos não era permitido manter suas famílias dentro da propriedade (1993; 201). Num ambiente marcado por hostilidades, violência e autoritarismo, era difícil manter tensa a cadeia da subordinação, provocando resistência dos camaradas a docilidade desejada pelo fazendeiro.

Em “Pantanaes Mato-grossense: devassamento e ocupação”, Virgílio Correa Filho afirmava que pessoas livres e pobres (Agregados e Camaradas) trabalhavam nas fazendas e usinas de cana-de-açúcar que produziam para o consumo interno e para os mercados do Paraguai e Bolívia. Essas pessoas, segundo Correa Filho, formavam uma “classe de inferior nível social”.

Maria do Carmo Brazil, na obra “Fronteira negra”, registrou que os trabalhadores livres de Mato Grosso desempenhavam serviços avulsos nas fazendas, sendo muitos deles encarregados de construir bretes, currais, plantio de pasto e campeio do gado (BRAZIL, 2002). Estes homens, segundo Divino Marcos Sena, já eram expressivos nas expedições monçoeriras responsáveis pela linha de suprimentos às zonas mineiras de Mato Grosso, “Além desses, podemos acrescentar todos os tipos de pessoas, com as mais diferentes ocupações que, sabendo das minas de ouro, se direcionaram para as mesmas em busca do metal precioso” (2010, p. 63).

Divino Marcos de Sena (2010) em estudo dedicado aos camaradas em Mato Grosso, analisou essa categoria e como era o seu cotidiano durante o período escravista. Sena avançou sobre os relatos de viajantes e relatórios de Presidentes de Província, assim como se debruçou nas fontes produzidas (processos crimes, inventários *post-mortem* e mapas de população) nas primeiras décadas do século 19. O autor afirma que camarada também era usado para definir trabalhadores livres ou libertos, contratados para desenvolver uma determinada atividade. Segundo Sena:

Os camaradas estavam presentes nos meios urbanos e rurais da capitania/província de Mato Grosso, no desenvolver de todo tipo de atividade. Poderiam ser encontrados também nas áreas de mineração, contratados por mineiros (as). Os camaradas nos ambientes urbanos poderiam ser vistos morando nos arredores das cidades, ou na casa de seus patrões. Em Cuiabá, por exemplo, eram contratados por famílias que poderiam ou não possuir escravos, para desenvolver diversos tipos de atividades como transporte de todo tipo de carga, serviços de pedreiro, ferreiro, marceneiros etc. As mulheres livres e pobres

trabalhavam como lavadeiras, engomadeiras, costureiras etc. (SENA, 2010, p. 68)

As atividades dos camaradas eram diversas e estavam aliadas às próprias funções exercidas pelos escravos. No meio urbano e no meio rural a opção por essa forma de trabalho se apresentava como segurança em certas funções, ou seja, a garantia de ter um homem livre que exercesse função de vigilância para tanto devia ser dotado de certa autonomia. Eram homens de confiança destinado a conter resistências. A presença do camarada nas mais distintas atividades representava tranquilidade para o patrão. No entanto, não raro, muitos homens livres pobres eram solidários ou aliados de negros escravizados, índios rebelados e brancos marginalizados.

Para Divino Marcos de Sena as pessoas que não trabalhassem em uma atividade regular poderiam ser taxadas de vadias, preguiçosas e desordeiras (SENA, 2010, p. 69). Lembra Sena que no século 19, o país ainda era escravocrata, e a mão de obra utilizada era o negro, com isso o “trabalho regular, sistemático era identificado por parcela da população livre como trabalho cativo” (Ibid. p.69). Dessa forma ao entender que o trabalho era imposto, ou melhor, regulado, meio de mantê-los sobre obrigações, maioria dos livres pobres se negava a trabalhar.

Mello (2009) explica que a expansão cafeeira no Brasil oitocentista impunha-se a demanda de terras, mão-de-obra e capital. No entanto a Lei Eusébio de Queiroz (1850) ao proibir o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil determinou o fim do escravismo e, conseqüentemente provocou a escassez de braços para suprir as necessidades da produção num país que tinha por base a utilização do braço escravizado.

Brazil (1995) explica que inúmeras estratégias políticas foram tentadas no sentido de solucionar o problema mão de obra no Brasil com a superação do escravismo a partir de 1850, como, as disposições da Lei Rio Branco (1871), os projetos dos Congressos Agrícolas (1878), a criação dos Contratos de locação (1879), entre outros.

Em 15 de março de 1879 foi expedido Decreto nº 2.827 (contrato de locação de serviços), que dispunha sobre o modo como devia ser feito o contrato de locação de serviços. Segundo estudiosos a respeito como Maria Lucia Lamounier (1988), essa foi a primeira lei geral sobre trabalho rural, abrangendo a locação de serviços propriamente e a parceria (agrícola e criatória). Surgiram a partir daí as primeiras organizações profissionais, através de ligas no campo e aglutinações operárias. Para Lamounier a discussão da Lei de Locação de Serviços de 1879 “veio no bojo da política implementada para a extinção da escravatura em 1871 e é dentro desse quadro que cabe analisa-la”. Nessa legislação devia ancorar as relações

contratuais entre a elite proprietária e estrangeiros fixados no país, nacionais livres, ou que eventualmente para cá e lançassem.

Parte da população livre no país rejeitava o trabalho manual e mecânico, nesse sentido evidenciava-se a presença do escravo na organização social brasileira. Com a existência do trabalho escravizado, o homem livre era associado à vadiagem. Com a aquisição de terras férteis na Província de Mato Grosso, os livres pobres não serviam de mão de obra nas lavouras e campos de criar, com isso causava indignação dos grandes proprietários, sobretudo após 1850 quando diminuiu-se o fluxo de trabalhadores escravizados, resultado do fim do tráfico, que comprometeu a economia da Província.

Com base nas experiências dos estudos de Carvalho Franco e de Luiza Volpato, que dedicaram análises dos processos crimes em Guaratinguetá e Cuiabá respectivamente, avançamos também sobre a documentação produzida na segunda metade do século 19, sobretudo processos crimes referentes à Coxim, denominada até 1898, como São José de Herculânea, pertencente à Comarca de Corumbá. Também serviram de suporte para nossas análises os Relatórios dos Presidentes de Província, dos anos de 1871 a 1898.

A referência aos crimes relatados no Relatório do Presidente de Província General José Miranda da Silva Reis, envolve quatro camaradas e dois escravos, além do casal de proprietários. No início do mês de janeiro de 1873, o senhor Joaquim José de Azevedo com sua esposa D. Carolina e mais um filho de nome José Ignácio, saíram da fazenda Santo Antonio do Paraíso, propriedade de Joaquim José Santana em São José de Herculânea (Coxim) em direção a Goiás. A família estava acompanhada dos escravos Jacob e Gabriel e os camaradas Antonio Pedrozo de Alvarenga, José da Cruz, José Pereira e Manoel Rodrigues, e durante alguns dias de viagem, conforme o relatório, a família foi morta pelos três últimos camaradas citados. Além deles, mataram o escravo Jacob e espancaram Gabriel.

Os camaradas José da Cruz, José Pereira e Manoel Rodrigues retornaram à fazenda Santo Antonio, acompanhados do camarada Antonio Pedrozo e do escravo Gabriel, estes forçados a seguirem viagem com os assassinos. Antonio Pedrozo foi morto chegando a fazenda, mas não conseguiram o mesmo com o escravo Gabriel. Segundo o relatório a intenção era consumarem o crime e fugir para a Bolívia. Contudo foram surpreendidos pelos policiais José Hypólito Lino e Antonio Rodrigues do Prado, mas dois escravos, Manoel e Luiz. Os três camaradas foram mortos por resistência à prisão. (MATTO GROSSO, 1874, anexo/p. 6).



A intenção do crime não foi esclarecida, pois as providências tomadas foi a instauração de inquérito para Lino, Prado e os escravos Manoel e Luiz a justificarem as mortes e averiguação dos bens de Joaquim José de Azevedo.

### **3.3.3. Escravizados**

Como a violência presente no sertão era de alguma forma corriqueira, o assassinato da família do senhor Joaquim José de Azevedo em 1873 evidenciou o envolvimento de camaradas em assassinatos de proprietários de fazendas e trabalhadores escravizados. Em alguns casos os envolvidos dividiam o mesmo espaço e trabalho. Mas a criminalidade em São José de Herculânea (distrito de Coxim) não ficava restrita apenas aos camaradas. No relatório do Presidente de Província General José Miranda da Silva Reis de 1874, informou o ataque de indígenas, no dia 10 de setembro. Índios “coroados”<sup>20</sup> atacaram um menino de nome José Bernardo do Espírito Santo, de 14 anos, a flechadas no lugar denominado Praia Alta no rio Piquiry. Dessa forma entendemos a violência praticada pelos indígenas como resistência à presença do branco em terras que somente eram habitadas por eles, daí as hostilidades aos moradores das fazendas e adjacências.

No relatório do Presidente da Província Gustavo Galvão em 1881, a informação de crimes em Coxim estava relacionada a homicídio de escravos. No mês de dezembro do ano de 1880, o escravo Timotheo matou a tiros de espingarda o escravo Manoel Joaquim. O assassino foi preso e enviado para a cadeia de Cuiabá. Nos relatórios de presidente de província, muito não indicavam a descrição dos processos, como está evidente quando analisamos um processo-crime. Nele foi possível encontrar informações além do próprio crime, como procedência dos escravos, envolvidos, testemunhas e mesmo inferir o cotidiano desses escravizados.

No século 19 por ocasião da construção Estrada do Piquiry no Governo de Pimenta Bueno, ligação mais próxima e segura entre Mato Grosso e a Corte passando por São Paulo, os Coroado passaram e resistir à ocupação de seu território, promovendo ataques aos trabalhadores e fazendeiros locais. Nesse sentido os poderes locais se viam na necessidade de

---

<sup>20</sup>Bororo Coroado – habitavam as cabeceiras de diversos galhos do rio São Lourenço. Poucas e exatas são as notícias que temos do seu número, de sua índole e dos seus usos, pois não se relacionam com os nossos moradores e viandantes, e para hostilizá-los tais disposições e dominado por sua situação, as estradas que vão desta cidade para Goiás e para São Paulo, os Coroados tornariam as mesmas estradas intransitáveis para os cristãos se não fosse o sentimento de covardia comum a quase todas as nações indígenas, que faz com que raríssimas vezes acometam rastros descobertos ou expostos a sua vida ao menor risco. Os mesmos índios chegam a cometer estragos matando e com incendiando até em sítios do termo desta cidade e distância dela menos de vinte léguas. In: Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. APMT. 1848-1860.

proteger seus interesses, diga-se de passagem, contrário aos interesses dos indígenas, enviando bandeiras para o sertão a fim de reprimi-los, conforme observação do Cadete João Augusto Caldas (CALDAS, 1887).

Nos processos-crimes referentes à cidade de Corumbá, disponíveis no Arquivo do Memorial do Tribunal de Justiça de Campo Grande, encontramos uma Caixa contendo 146 referentes aos processos de 1875 e 1877.

No processo 18, um caso de homicídio envolvendo as três categorias de trabalhadores, escravizados negros, indígenas e livres pobres, no caso pequenos lavradores. No dia 18 de abril de 1875 o índio caiapó José Lobo matou a facadas o escravo de nome Claudino, seu companheiro de trabalho. Na volta do trabalho os dois mais Manoel Caburé<sup>21</sup>, da freguesia São José de Herculânea, resolveram tomar banho numa represa. Lá foi consumado o crime. Lobo assumiu a culpa, por orientação de seu “patrão”. O réu foi condenado a pena mínima de sete anos de prisão. Nos depoimentos no processo crime é evidenciado o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Como também nos autos aparece o envolvimento de homens livres pobres. O caso envolve como testemunhas treze lavradores.

O documento atesta a existência das categorias de trabalhadores escravizados, livres e indígenas. A coroa portuguesa através de lei assinada em 20 de março de 1570 por D. Sebastião procurou proibir uma prática sistemática nas terras brasileiras de escravização dos “negros da terra” (indígenas). (CUNHA, 1992). Entretanto, a necessidade de braços para levar adiante o projeto de colonização, levou os portugueses a tratarem a questão da liberdade dos nativos de forma dúbia. A proibição de escravizar os nativos não era taxativa, pois permitia a escravização desses nas chamadas “guerras justas” ou para coibir as práticas antropofágicas.

Aproveitando-se dessas brechas na lei, o indígena foi capturado e escravizado sob o pretexto das chamadas “guerras justas”. Para John Manuel Monteiro (1995) na medida em que o escambo com os indígenas se tornou pouco eficaz, os europeus recorreram a apropriação da mão de obra indígena sob a forma de escravidão.

Inicialmente, a aquisição de escravos permanecia subordinada à configuração das relações intertribais. Contudo, com a presença crescente de europeus, as guerras intertribais passaram a adquirir características de ‘saltos’, promovidos com o objetivo de cativar escravos para as empresas coloniais (MONTEIRO, 1995, p. 33).

As empresas coloniais fossem elas agropastoris, auríferas ou diamantíferas utilizavam o nativo como mão de obra. O trabalho forçado imposto pelo colonizador ensejou no nativo

---

<sup>21</sup> Fenótipo que significa cafuzo; mestiço de índio com negro; caboclo.

um sentimento de resistência, a exemplo do ataque as expedições monçoeiras responsáveis pelo abastecimento das minas de Cuiabá fartamente documentadas nos relatos setecentistas. Para Affonso E. Taunay, a jornada monçoeira, que durou até 1829, representa singularidade em nossa história, a prodigiosa navegação fluvial de Araraitaguaba a Cuiabá<sup>22</sup>, não encontra similaridade nos movimentos de ocupação. Tão grandiosa e singular quanto à epopéia paulista, na “faina do desbravamento e na submissão do gentio”, foram às dificuldades e perigos à sua execução (TAUNAY, 1953, t. 2, p. 193).

Os primeiros contatos dos paulistas com as populações indígenas durante as monções não foram amistosas, o encontro trazia estranhamento, sobretudo, temor de ataques promovidos pelos nativos em reação à ocupação de seus domínios. O estranhamento seguido de medo era de tamanha simetria que as ofensivas eram violentas de ambas as partes. Conforme Amorim:

O indígena em sua resistência não perdeu a condição de ator social e foi capaz de imprimir derrotas ao colonizador como também, ao longo dos anos, assimilou a cultura estranha e influenciou as práticas do adventício, em um caldeamento de ações, valores e técnicas (2004, p. 93)

Visconde de Taunay ao descrever o depoimento de João Cabral Camelo cuja expedição navegava sobre o rio Paraguai, evidencia a preocupação com os ataques nativos frente ao colonizador. No depoimento do sertanista percebemos a necessidade dos paulistas de buscarem caminhos mais calmos, ou seja, distante dos paiaguás, que promoviam ataques surpreendentes, muitas vezes de surpresa.

A chegada dos primeiros escravizados negros no Mato Grosso corresponde ao século 18, com a formação de alguns povoados através do movimento das bandeiras e depois com as Monções<sup>23</sup> que rumavam ao oeste brasileiro em busca de índios e do ouro nas minas de Cuiabá. A escravidão na região inicia com a exploração das minas de ouro encontradas pela Bandeira de Pascoal Moreira Cabral. Consequentemente, no rastro desses acontecimentos

---

<sup>22</sup>Sobre essa navegação consultar AMORIM, Marcos Lourenço de. *O segundo eldorado brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro - de Araraitaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. Dourados: UFGD, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2004.

<sup>23</sup>É importante definir o significado das monções, por diferirem das bandeiras paulistas, “pela historiografia de monções, cujo termo refere-se originalmente aos ventos fortes dos mares do oriente que impulsionavam as embarcações marítimas e facilitavam as navegações rumo às Índias, no século XVI. Na historiografia brasileira o termo refere-se ao fenômeno de deslocamento de paulistas e oficiais portugueses às minas auríferas de Cuiabá com o objetivo de garimpar ouro nas suas cercanias e comercializar produtos oriundos de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Enquanto as bandeiras tiveram caráter exploratório, as monções tinham objetivos de colonização, pois no trajeto monçoeiros surgiram diversos portos, fazendas, povoados e vilas”. BRITO, João Aparecido da Silva. *Rota das Monções: As dificuldades do trajeto na busca do Ouro*. Campo Grande: UCDB, 2002, p. 08

surgiram portos, fazendas, povoados e vilas, muito deles estrategicamente localizados para darem suporte às intrépidas comitivas de canoeiros, aquelas expedições denominadas monções que singravam os rios das Bacias do Paraná e Paraguai em canoas, pirogas e batelões.

O escravismo em Mato Grosso entrou em processo de superação, acompanhando várias regiões do Brasil. Com a extinção do tráfico transatlântico em 1850 determinou a escassez da mão de obra escravizada, anunciando gradativamente o fim do trabalho servil. A extinção do tráfico de escravos no Brasil, segundo Prado Jr: “veio bruscamente acentuar e aprofundar as contradições do regime escravista. A escassez de braços e o desequilíbrio demográfico entre as diferentes regiões do país acrescentavam-se aos problemas que antes já derivavam dele.” (2004, p. 174).

Em Mato Grosso muitos proprietários de escravizados visando a queda da produtividade, superaproveitaram a força do cativo na lavoura já a espera do esfacelamento da escravidão no país (BRAZIL, 2002, p. 139-140). Esse superaproveitamento demonstrava a preocupação desses proprietários. Segundo o cronista Herbert Smith:

Mas se o escravo vai ser libertado dentro de dez, quinze ou vinte anos, a política a seguir é tirar dele tanto serviço quanto possível. Um negro jovem, robusto e capaz, mesmo trabalhando em excesso e sendo cruelmente tratado, pode razoavelmente durar uns vinte anos (SMITH, 1941, 14-17 In: RIBEIRO, 1974, p. 115)

Os conflitos entre os favoráveis e contrários à permanência do sistema escravista exigiram do governo leis emancipadoras que previa a extinção de forma lenta, gradual e indenizada da escravatura. A Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871<sup>24</sup>, criava o Fundo de Emancipação, garantindo a compra de alforrias seletivas. Segundo Brazil, entre os anos de 1872 e 1873, os proprietários realizaram inscrições de escravizados às Matrículas Especiais, garantindo-lhes a indenização por parte dos governos provinciais. As informações contidas nos livros de matrículas apontavam qual o número de cativos que seriam favorecidos com o fundo. O governo indenizaria os proprietários, após uma avaliação realizada previamente sobre o trabalhador escravizado, com isso os donos aumentavam o valor do cativo, para mantê-lo produtivo (2002, p. 139-140).

Essas formas violentas de explorar o máximo da força do escravizado, além de dificultar a sua liberdade, fizeram com que aumentassem as manifestações abolicionistas,

---

<sup>24</sup>Conhecida também como lei do Ventre livre, pois garantia a liberdade dos escravos nascidos a partir da data de publicação. Conforme Prado Jr.:“ela estabeleceu para os filhos de escravos até sua maioridade um regime de tutela exercida pelo proprietário dos pais. Ele teria a obrigação de sustentá-los, mas podia utilizar-se de seus serviços. De modo que continuaram escravos de fato,o mesmo que os pais.” PRADO JUNIOR.Op.Cit.179.

exigindo a extinção da escravidão imediatamente, sem que houvesse indenizações. Contudo, aprovaram mais uma lei emancipadora, a Lei dos Sexagenários (28 de setembro de 1885), que libertava os escravizados a partir dos 65 anos, pois atingira a velhice e não tinham condições para o trabalho.

No Mato Grosso com a Lei Rio Branco não houve grande expressividade, pois o contingente de escravizados alforriados com 65 anos era pouco, e mesmo, nos livros de matrículas não havia muitas inscrições. A abolição, finalmente, ocorre com muitas pressões internas como externas, principalmente por parte da Inglaterra, que já adotava uma postura agressiva frente o Brasil em relação ao tráfico, fazendo com que o país solucionasse o problema, atendendo seus interesses. A liberdade destes escravos desagradava os grandes proprietários, que alegavam o direito de propriedade.

A Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, tornou o Brasil um dos últimos países sul-americanos a libertar seus escravizados e, em comparação com o desenvolvimento econômico e social, os outros países estavam à frente, exigindo que o Império brasileiro abolisse a escravidão sem indenizar os proprietários. O impacto não foi apenas para os proprietários de escravos, os libertos saíram às ruas para comemorar. Eufóricos caminhavam pelas ruas sem rumo e também sem propriedade, pois a Lei não reconduzia os negros para terras, dando-lhes o direito de produzir para sua subsistência. Conforme Manuel Correia Andrade:

[...] os homens que fizeram a abolição não sabiam que a simples libertação dos escravos não resolveria a situação destes e nem da nação. [...] essa medida deveria ser continuada e consolidada com a necessidade de condutos que levassem os libertos à propriedade da terra, organizando-se a pequena produção de alimentos ao lado das grandes explorações agrícolas (1987, p. 08-09).

Em Mato Grosso as notícias chegavam. Mas o governador da Província só foi comunicado oficialmente em 6 de julho de 1888, providenciando leis punitivas aos negros que se encontrassem andando pelas ruas. Alguns libertos praticavam a extração, a pesca e a lavoura de subsistência. Mas a grande propriedade, o latifúndio, engoliu muito dessas pequenas propriedades de recém-libertos, pois a Lei Áurea não garantia posse.

Portanto, as populações autóctones, os escravos negros e os camaradas acompanharam o desenvolvimento das atividades econômicas no Mato Grosso, sendo mineira e/ou pastoril. Tiveram papel fundamental na relação com a terra e seus domínios, sobretudo como principal mão-de-obra embrenhando-se nessas matas, principalmente negros e camaradas, servindo de engrenagem para o projeto de expansão por parte do colonizador.

No livro de Zilda Moura, “Cativos nas terras dos pantanais: escravidão e resistência no Sul do Mato Grosso séculos – XVIII e XIX”, resultante da sua dissertação de mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo em 2005, a autora analisou as propriedades escravistas na região sul do Pantanal. Uma das fontes utilizadas são as listas de classificação de escravos a serem libertados no ano de 1877, constando nome de escravos e seus respectivos proprietários. Na lista disponibilizada no referido livro localizamos propriedades na região que corresponde a Coxim. Na lista encontramos dados como a cor, a idade, o sexo, a profissão e sua morada. Quanto à morada, encontramos denominações como Herculânea, Taquary e Coxim.

Outro tipo de fonte, fundamental acerca da presença de negros escravizados em Coxim, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, está disponível no livro “Como de Ventre livre nascido fosse” (1994) organizado pela historiadora Yara Penteado e publicado pelo Arquivo Estadual de Mato Grosso do Sul. Encontramos Cartas de Liberdades e Compra e Venda de Escravos. Nos livros de notas referentes à Santa Cruz de Corumbá e Corumbá, encontramos cartas de liberdade de escravizados de moradores de São José de Herculânea (Coxim). Conforme Quadro 16:

**Quadro 16 -** Relação de proprietários e negros escravizados de São José de Herculânea - 1874-1888.

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ano</b>	<b>Escravizado</b>	<b>Proprietário</b>
Escritura de compra e venda	Livro nº 02 Doc. 01 p. 10	1874/1875	Escravo Simião	Venda: José Francisco Ferreira Compra: Manoel Pedroso de Barros
Carta de Liberdade	Livro nº 03 Doc. 01 p. 13	1875	Joaquim Crioulo	Antonio Theodoro de Carvalho
Escritura de compra e venda	Livros de Notas nº 01 Doc. 01 p. 46-47	1876	Escrava Josefa	Venda: Major João Lopes Carneiro da Fontoura Compra: Germano José da Silva
Procuração	Livro nº 12 Doc. 04 p. 213	1881	Outorgante: Francisco de Lara Falcão. À Serafim José de Barros e João José Cardoso de Jatahi (Goiás) e Sant'Anna de Paranaíba	
Carta de Liberdade	Livro nº 02 Doc. 01 p. 41 2f	1884	Escrava Eva	Ignácio Alves dos Santos
Carta de Liberdade	Livro nº 02 Doc. 05 p. 71 2f	1884	Escravo Manoel, tornou-se camarada com salário de quinze mil réis mensal e cento e oitenta mil réis anual	Joaquim José de Sant'Anna
Carta de Liberdade	Livro nº 03 Doc. 02 p. 24	1887	Escrava Joana	Domingos Ribeiro Guimarães (genro de Francisco de Lara Falcão)
Carta de Liberdade	Livro nº 03 Doc. 03 p. 25	1887	Escrava Eva	Domingos Ribeiro Guimarães
Carta de Liberdade	Livro nº 11 Doc. 01 p. 16	1887	Escravas Maria e Rosa	Manoel José de Carvalho
Carta de Liberdade	Livro nº 12 Doc. 01 p. 15v 6	1888	Escravo Gabriel, filho da liberta Esméria com obrigação de serviços durante 5 anos	Francisco de Lara Falcão
Carta de Liberdade	Livro nº 12 Doc. 02 p. 37	1888	Escrava parda Juliana 17 anos	José Gomes Monteiro

Quadro nº 16: Relação de proprietários e escravizados de Coxim. Quadro elaborado pelo autor. Fonte: PENTEADO, Yara. *Como de ventre livre nascido fosse: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos (1838-1870)*. Campo Grande: SEJT, MS; SEEB, MS; Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1993.

Nesta documentação encontramos cartas de liberdade, termos de compra e venda de escravos, notamos que alguns condicionavam o escravizado a trabalhar por mais alguns anos, antes de sua alforria. Por exemplo, o trabalhador escravizado Gabriel cujo proprietário Francisco de Lara Falcão impôs a obrigação de trabalhar por mais cinco anos. Outra liberdade que condicionava o escravo a tornar-se camarada, como é o caso do escravo Manoel, que ganha sua liberdade, contudo continua empregado na propriedade recebendo o salário de quinze mil réis mensais. No que se pretende analisar não enuncia o debate teórico de uma escravidão condicional, pois não compartilhamos dessa tendência, mas visamos quais mecanismos os proprietários utilizaram para explorar ao máximo do trabalho escravizado, assim como mantê-los na labuta a fim de não causar prejuízos.

Outro dado que a literatura memorialista escamoteia refere-se à presença de indígenas, na verdade há pequenas referências. O próprio Paulino Mendes Fontoura evidencia a presença caiapó no prólogo de seu livro, citando os casais caiapós, como também descendentes. Contudo no decorrer do livro quando publica as “famílias pioneiras” da região omite a descendência caiapó. Segundo Fontoura:

Citaremos alguns dos casais mais antigos do arraial do amarra-cabelo, alguns descendentes diretos dos índios caiapós ou bugres natos, como eram conhecidos. Outros, já descendentes destes bugres e outros ainda, pioneiros vindos de outras terras, que aqui constituíram família, ou já vieram com suas famílias e aqui constituíram seus descendentes, plantando suas raízes de pioneirismo em nosso município (FONTOURA, 1995, p. 15)

O autor refere-se muito ao pioneirismo, mas não define o termo, identificando todas as famílias, mesmo as que chegaram depois da constituição do município como “pioneiros”. Paulino cita casamentos de caiapós, caiapós com brancos que vieram a ocupar a região, mas estes não estão no grupo das famílias consideradas tradicionais no município, são “pioneiras”, contudo não fazem parte da elite.

Mas o que seria essa elite? Consideramos, sobretudo, a concentração de poder, de terras, a manutenção da hegemonia política sustentada em uma memória que graduava a referida elite afirmada pelo discurso memorialista. Entendemos que as ações, as atividades e as construções realizadas por um determinado grupo atuante na área agrária e política local salienta o pertencimento ou não da referida elite local.

Na obra de Ronan Garcia da Silveira (1996) também há referências dos enlaces matrimoniais dos índios caiapós. Contudo, um casamento que poderia reforçar a existência da escravidão em Coxim. Segundo o Silveira:

José Bento da Silva Graça e Francisco Dias de Moraes declaram que Miguel Lopez de Carvalho, filho de pais desconhecidos, o conhecem desde o tempo que foi escravo de Antonio Theodoro de Carvalho e que entrou nesta vila desde o ano de 1860 e que Mariana Delphina dos Santos é filha de Antonio Ferreira dos Santos e de Delphina da “Tribo Caiapó” (1996, p.38).

O autor esclarece que Manuel era analfabeto, assim como sua esposa no ato do casamento. Podemos também inferi que Manuel Lopez de Carvalho era escravizado negro de Antonio Theodoro de Carvalho, pois na convivência aparente pacífica com os caiapós, o



cativo não seria indígena. Por serem analfabetos necessitaram de declarantes. Como era comum, também, informar a procedência dos casados nos processos de casamento.

Outra informação sobre a origem étnica de Manuel seria o sobrenome, ou melhor, o segundo nome, pois em sua maioria o registro do nome dos escravos informava-lhe a cor e/ou a origem. Por exemplo, outro escravo de Antônio Theodoro de Carvalho cujo nome era Joaquim Crioulo, conforme o quadro 16. Na maioria dos registros de batismo, matrimônio ou mesmo em listas de classificação de escravos, informava apenas o nome, ou o nome seguido de cor ou origem africana. No caso de Manuel é diferente. Ele possuía sobrenome, mas desconhecia seus pais. Portanto inferimos que o dito escravizado recebera o sobrenome de seu proprietário ou adquiriu de forma desconhecida após ganhar a liberdade. O historiador Stuart Schwartz, em “Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial” (2005) assinala:

a aquisição da liberdade ou alforria era um evento que levava a adoção de um sobrenome [...], o sobrenome simbolizava a condição social de livre, porém não inteiramente. Alguns escravos, crioulos e pardos em particular tinham sobrenomes (2005, p. 327).

Os memorialistas relataram um longo período, omitindo a existência da comunidade indígena, assim como não se debruçaram sobre a presença do trabalho escravizado em Coxim, sobretudo nas fazendas existentes na região. Negaram a história dos referidos grupos e efetivaram o discurso elitista, dos “desbravadores” que chegaram, ocuparam lugares ditos vazios, e desenvolveram o lugar com braços fortes, daí a construção do discurso apologético dos entrantes ou adventícios como heróis da conquista, desconsiderando aqueles que estiveram sob jugo das famílias ditas pioneiras. Com relação a ocupação do sul de Mato Grosso, ainda permanece o discurso de culto aos heróis ou referências laudatórias aos ocupantes não-índios na região. O texto de apresentação da segunda edição da obra “Santana de Paranaíba” (2002), escrito por Ramez Tebet evidencia a tendência conservadora:

Como é grandiosa a nossa história. São os Garcia Leal (José, o maior deles), que chegam a este sertão e o desbravam. São os Lopes; Joaquim Francisco, para nós o mais importante; José Francisco (o Guia Lopes da Laguna), glória para os sul mato-grossenses – que marcam e implantam fazendas, vasculham todos os rios, reconhecem a terra dadivosa do vácuo. São os Barbosa, que daqui emigram para iniciar o povoamento da Vacaria. Ainda os Lima, os Pereira, os Sousa. E tantos, tantos outros. Não é demais afirmar que o povoamento de nosso Estado começou aqui, daqui se espalhou para a Vacaria e, em parte, para o Campo Grande, permitindo proclamar que Paranaíba é o berço de Mato Grosso do Sul (TEBET In. CAMPESTRINI, 2004, p. 9).

Isabel Camilo de Camargo (2010, p.72) explica que a “grandiosa história” mencionada por Tebet, então Senador da República “foi construída por inúmeros atores sociais anônimos, como nativos, trabalhadores livres e pobres, agregados e escravizados”. Quanto aos caiapós, Camargo explica que eles “foram aproveitados no serviço de transporte de gado exportado para Piracicaba, São Paulo, no tráfego de barcas de passagem, no trabalho da roça”.

A elite que se formou em Coxim, principalmente após a década de 1870, destacou-se o fazendeiro Joaquim José Sant’Anna, proprietário de terras e de escravos, verificamos no Quadro nº 17 a quantidade de escravos declarados no inventário *post-mortem* de sua esposa D. Isabel Nunes da Silva:

**Quadro nº 17 - Escravizados arrolados no Inventário *post-mortem* de D. Isabel Nunes da Silva (1883)**

Nome	Cor	Idade	Estado	Origem	Valor
Manoel	Crioulo	54 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	600\$000
Jesuíno	Preto	50 anos	Casado com a escrava Benedicta da herança de Manoel Ferreira Velho	Africano	600\$000
Brasilina	Cabra	18 anos	Solteira	Natural de Mato Grosso	800\$000
Guerino	Crioulo	49 anos	Casado com a escrava Luciana (crioula, natural de Mato Grosso); com 4 filhos – Veceslao (pardo), Olinda (preta), Leandra (preta), Barnabé (preto).	Natural de Mato Grosso	Família: 2:000\$000
Joaquim	Crioulo	38 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	800\$000
Luiz	Cabra	40 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	800\$000
Benedicto	Crioulo	35 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	700\$000
Manoel	Crioulo	33 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	800\$000
Geraldo	Crioulo	28 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	800\$000
Feliciana	Cabra	18 anos	Solteira	Natural de Mato Grosso	800\$000
Athanásio	Crioulo	14 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	800\$000
Mariano	Cabra	15 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	500\$000
Macário	Cabra	14 anos	Solteiro	Natural de Mato Grosso	300\$000
Benedicta	Mulata	65 anos	Solteira	Natural de Mato Grosso	200\$000
Theresa	Crioula	38 anos	Solteira com 4 filhos – Guilherme (preto), Euzébia (preta), Joana (preta), e um recém nascido que tem de ser batizado de nome Gabriel (preto)	Natural de Mato Grosso	1:200\$000
Ignácia	Cabra	35 anos	Solteira com 3 filhos – Marcelina (cabra), Baldoina (cabra) e Leocádia (cabra)	Natural de Mato Grosso	1:000\$000
<b>Total</b>					12:700\$000

Fonte: Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Documentos Históricos/Corumbá (1883). Caixa 02/documento 144.

Um número significativo de escravos para as propriedades agropastoris que se estabeleceram no sul de Mato Grosso. Cabe ressaltar que a proprietária possuía três fazendas

de lavoura e de criação de gado, com isso havia a possibilidade da distribuição de trabalhadores escravizados por propriedade. A média de idade era de 30 anos, com apenas uma escrava sexagenária, Benedicta, e três escravos na faixa de 14 anos. Outros possuíam a média de 30 a 40 anos. No inventário encontramos descrição de famílias de escravizados, como é o exemplo o trabalhador escravizado Guerino casado com a escrava Luciana, possuíam quatro filhos. A família somava o valor de dois contos de réis. Também é descrito a existência de duas escravas solteiras que possuíam filhos, como é o caso da escrava Theresa, com quatro filhos e da escrava Ignácia, com três filhos.

A formação de famílias de cativos em Mato Grosso não era diferente do restante do país, a união sexual estável constituía a norma cultural entre os cativos, quando as condições de vida dos escravos permitiam as relações conjugais, eles buscavam esse tipo de união (SLENES, 1988, p. 194). A presença de famílias cativas cuja união fosse estável devia-se a sua permanência na mesma propriedade, claro que havia a possibilidade de existir casais de escravos moradores em fazendas distintas, mas não era regra. Também havia casos de fazendeiros impedirem a formação conjugal entre os escravos numa medida de impedir qualquer resistência.

A mesma situação de formação de casais deu-se com a permanência de filhos, ainda pequenos, junto à mãe. D. Isabel possuía duas escravas nessa situação, e no inventário pode-se ver a cor e o sexo dessas crianças, mas não informa a idade destas. Mas como podemos inferir que ainda eram pequenas, somente há a informação de um recém-nascido, filho de Theresa, de nome Gabriel, onde há recomendação que devam batizá-lo. Cabe ressaltar que as crianças estavam sob o regime da lei Rio Branco de 1871, que garantiu-lhes a liberdade.

Ao lado do apossamento de terras e o estabelecimento de grandes latifúndios no Sertão de Coxim, as relações de trabalho incorporaram um dinamismo complexo. Ao verificarmos a documentação disponível sobre a região, como inventários *post-mortem* e processos crimes produzidos nas décadas de 1880 a 1890 e Listas de Classificação de Escravos, produzidas na década de 1870, trouxe-nos a dimensão do trabalho em Coxim.

**Quadro nº 18-A** – Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877

Class.	Escravo	Cor	Idade	Estado	Profissão	Aptidão/ trabalho	Nome do senhor	Morada
1	Frederico	Preta	18	Solteiro	Roceiro	Bastante	Anna Alves Ferreira	Herculânea
2	Felipe	Preta	14	Solteiro	Roceiro	Bastante	Anna Alves Ferreira	Herculânea
3	Francelina	Preta	24	Solteira	Lavrador	Bastante	Anna Alves Ferreira	Coxim
4	Candida	Preta	53	Viúva	Cozinheira	Bastante	Anna Alves Ferreira	Coxim
14	Sophia	Preta	24	Solteira	Roceira	Bastante	Antonio Gomes de Arruda	Taquary
73	Antonio	Preta	45	Solteiro	Roceiro	Boa	Carlos Antunes D'almeida	Coxim
74	Antonia	Parda	30	Solteira	Cozinheira	Bastante	Carlos Antunes D'almeida	Coxim
75	Thomas	Preta	39	Solteiro	Vaqueiro	Boa	Carlos Antunes D'almeida	Coxim
76	Pedro	Preta	29	Solteiro	Vaqueiro	Boa	Carlos Antunes D'almeida	Coxim
77	Amélia	Parda	10	Solteira	---	Boa	Carlos Antunes D'almeida	Coxim
78	Amélia	Parda	28	Solteira	Cozinheira	Boa	Carlos Antunes D'almeida	Coxim
94	José	Cabra	30	Solteiro	Roceiro	Bastante	Francisco de Lara Falcão	Taquary
95	Antonio	Cabra	20	Solteiro	Lavrador	Bastante	Francisco de Lara Falcão	Taquary
96	Joana	Preta	21	Solteira	Roceira	Bastante	Francisco de Lara Falcão	Taquary
97	Romanna	Preta	31	Solteira	Roceira	Bastante	Francisco de Lara Falcão	Taquary

**Fonte:** Livro de Classificação dos Escravos a serem libertados pelo fundo de Emancipação – 1877 p.1-23  
Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

**Quadro nº 18-B** – Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877

117	Thomazia	Preta	55	Solteira	Cozinheira	Bastante	João Baptista da Conceição	Coxim
119	Antonio	Preta	28	Solteira	Roceira	Bastante	João Baptista da Conceição	Coxim
126	Joaquina	Preta	38	Solteira	t.serv.	Bastante	José Bento da Silva Graça	Coxim
131	Amálio	Preta	33	Solteiro	Jornaleiro	Bastante	José de Souza Lima	Taquary
132	Rufino	Preta	19	Solteiro	t. serviço	Bastante	José de Souza Lima	Taquary
133	Miguel	Parda	27	Solteiro	Lavrador	Bastante	José de Souza Lima	Taquary
134	Luferm	Parda	7	Solteiro	Nenhum	Nenhuma	José Francisco Alves	Coxim
135	Marcelina	Parda	29	Solteiro	s. domestico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
136	José	Parda	49	Solteiro	t. serviço	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
137	Ananias	Parda	12	Solteiro	s. doméstico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
138	Maria	Parda	11	Solteira	s. doméstico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
139	Leoforme	Parda	4	-----	-----	-----	José Francisco Alves	Coxim
140	Ananias	Parda	12	Solteira	s. doméstico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim

**Fonte:** Livro de Classificação dos Escravos a serem libertados pelo fundo de Emancipação – 1877 p.p. 1-23 Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

**Quadro nº 18-C** – Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877

117	Thomazia	Preta	55	Solteira	Cozinheira	Bastante	João Baptista da Conceição	Coxim
119	Antonio	Preta	28	Solteira	Roceira	Bastante	João Baptista da Conceição	Coxim
126	Joaquina	Preta	38	Solteira	t.serv.	Bastante	José Bento da Silva Graça	Coxim
131	Amálio	Preta	33	Solteiro	Jornaleiro	Bastante	José de Souza Lima	Taquary
132	Rufino	Preta	19	Solteiro	t. serviço	Bastante	José de Souza Lima	Taquary
133	Miguel	Parda	27	Solteiro	Lavrador	Bastante	José de Souza Lima	Taquary
134	Luferm	Parda	7	Solteiro	Nenhum	Nenhuma	José Francisco Alves	Coxim
135	Marcelina	Parda	29	Solteiro	s. domestico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
136	José	Parda	49	Solteiro	t. serviço	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
137	Ananias	Parda	12	Solteiro	s. doméstico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
138	Maria	Parda	11	Solteira	s. doméstico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim
139	Leoforme	Parda	4	-----	-----	-----	José Francisco Alves	Coxim
140	Ananias	Parda	12	Solteira	s. doméstico	Bastante	José Francisco Alves	Coxim

**Fonte:** Livro de Classificação dos Escravos a serem libertados pelo fundo de Emancipação – 1877 p.p. 1-23 Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

**Quadro nº 18-D** – Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877

141	Valentin	Preta	34	Solteiro	Roceiro	Bastante	José Gomes Monteiro	Taquary
142	Bento	Preta	18	Solteiro	Roceiro	Bastante	José Gomes Monteiro	Taquary
143	Ephigenia	Preta	19	Solteira	s. domestico	Bastante	José Gomes Monteiro	Taquary (Filho livre em virtude da lei: Sabino, 2 anos)
144	Gabriel	Preta	26	Solteiro	Roceiro	Bastante	José Gomes Monteiro	Taquary
145	Juliana	Parda	23	Solteira	Roceira	Bastante	José Gomes Monteiro	Taquary
146	Maria	Preta	26	Solteiro	Roceira, carpa	Bastante	José Gomes Monteiro	Taquary
155	Antonio	Preta	26	Solteiro	Roceiro	Regular	Luis José Coelho	Taquary
156	Cesário	Preta	23	Solteiro	Lavrador	Regular	Luis José Coelho	Taquary
157	Soméria	Preta	20	Solteira	Roceira	Bastante	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
158	Fermiana	Preta	33	Casada	Roceira	Bastante	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
159	Sebastiana	Preta	33	Casada	Roceira	Bastante	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
160	João	Preta	38	Casado	Roceiro	Bastante	Luisa Leite Mesquita	Herculânea
161	Germano	Preta	33	Casado	Roceiro	Bastante	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
162	Vitoriano	Parda	70	Casado	Lavrador	Pouca	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
163	José	Preta	66	Solteiro	Roceiro	Boa	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
164	Vicente	parda	42	Solteiro	Oleiro	Boa	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
165	Benedicta	Preta	18	Solteira	Roceira	Bastante	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea
166	Crispiniana	Preta	22	Solteira	Roceira	Bastante	Luisa Leite de Mesquita	Herculânea

**Fonte:** Livro de Classificação dos Escravos a serem libertados pelo fundo de Emancipação – 1877 p.p. 1-23 Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

**Quadro nº 18-E** – Lista de classificação de Escravizados a serem libertados no ano de 1877

169	Rufina	Preta	39	Solteira	Cozinheira	Bastante	Manuel Ge. Clementino da Silva	Taquary
170	Antonio	Preta	24	Solteiro	Lavrador	Bastante	Manoel J. de Carvalho	Coxim
171	Francisca	Preta	44	Solteira	Roceira	Bastante	Manoel J. de Carvalho	Coxim
172	Vicente	Preta	42	Solteiro	Oleiro	Bastante	Manoel J. de Carvalho	Coxim
173	Antonio	Preta	24	Solteiro	Lavrador	Bastante	Manoel J. de Carvalho	Coxim
174	Leonarda	Parda	24	Solteira	Gnogomadeira	Bastante	Manoel Máximo de Sousa Mello	Coxim
175	Margarida	Parda	50	Viúva	Cozinheira	Pouca	Manoel Máximo de Sousa Mello	Coxim
183	Evaristo	Preta	12	Solteiro	Roceiro	Bastante	Manoel Valentin de Sousa	Taquary
184	-----	Preta	8	Solteira	s. domestico	parca	Manoel Vicente de Souza	Taquary
185	Florinda	Preta	34	Solteira	Roceira	Parca	Manoel Vicente de Sousa	Taquary
197	Manoel	Preta	28	Casado	Roceiro	Bastante	Possidônio Vieira D'almeida	Herculânea
198	Ignácia	Preta	25	Casada	Cozinheira	Bastante	Possidônio Vieira D'almeida	Herculânea
199	Anna	Preta	44	Solteira	Roceira	Regular	Possidônio Vieira D'almeida	Taquary
200	Honório	Preta	39	Solteiro	Lavrador	Bastante	Possidônio Vieira D'almeida	Taquary
201	Clara	Parda	11	Solteira	s. domestico	Bastante	Sabino José da Silva	Taquary

**Fonte:** Livro de Classificação dos Escravos a serem libertados pelo fundo de Emancipação – 1877 p.p. 1-23 Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

A presença de trabalhadores escravizados foi constante nos campos pastoris no sul de Mato Grosso no decorrer do século 19. A atuação dos homens livres ficou evidente através de narrativas de viagem e de guerra, memórias e nos processos-crimes. O trabalho do



escravizado esteve presente nas grandes propriedades agrárias que se estabeleceram nos sertões de Santana de Paranaíba, Corumbá, Vacaria e também no Sertão de Coxim.

Conforme a lista de classificação de escravizados a serem libertados pelo Fundo de Emancipação em 1877 de Corumbá somava-se 47 escravizados localizados, (conforme Quadros 18-A, 18-B, 18-C, 18-D e 18-E). Podemos identificar a idade, a profissão e seu proprietário. Dessa forma possibilitou-nos verificar quais eram as profissões existentes nessa região.

As duas profissões que somavam um número maior de escravizados na lista estavam ligadas à atividade agrícola, com evidência aos trabalhadores roceiros, que possuíam maior quantidade do sexo feminino, com 14 escravizadas, e com número menor do sexo masculino, 13 escravizados. O número de escravos na profissão lavrador somava 8, todos do sexo masculino. A presença feminina também se destacava quando a profissão voltava-se ao trabalho no interior das casas. Cozinheiras e serviços domésticos eram definitivamente profissões do sexo feminino.

Entre as mulheres verificamos que a maioria das escravas cadastradas, a profissão do serviço doméstico reuniam menores de idade, com no máximo 14 anos. Conforme o Quadro 18-C, o proprietário José Francisco Alves possuía duas escravas menores de idade, Ananias (12 anos), Maria (11 anos), e quando declarado a aptidão para o trabalho, foi “bastante”, nesse sentido a exploração de crianças escravas foi constante em Coxim. Também é o caso de uma escrava de Manoel Vicente de Sousa, cujo nome não foi declarado, mas a idade informada era de 8 anos de idade.

Também o trabalho na roça foi frequente a participação de menores de idade, dois escravos declarados roceiros, Felipe com 14 anos, de propriedade de Ana Alves Ferreira (Quadro 18-A) (Quadro 18-E) e Evaristo com 12 anos do proprietário Manoel Valentim de Sousa. A aptidão para o trabalho de ambos: “bastante”. Com isso podemos verificar a exploração do trabalho dos mais jovens, sobretudo as crianças, com valores superiores aos mais velhos, assim eram valorizados pelo tempo que ainda poderiam trabalhar, com muita disposição.

No Quadro 18-D de escravizados a serem libertados pelo fundo de emancipação, a proprietária que declarou o número maior de escravizados foi Luisa Leite de Mesquita, com 10 escravos com profissões variadas. O Quadro 18-D evidencia as profissões voltadas para a agricultura, com escravos de 18 anos a escravos com mais de 60 anos. Apenas o escravo Victoriano, com 70 anos se enquadrava na profissão lavrador e o cativo José, com 66 anos à profissão de oleiro. Ao primeiro a aptidão ao trabalho foi declarada pouca, entendemos em

decorrência a idade avançada. Ao segundo, também com idade avançada, foi declarada boa. Aos jovens a profissão era destinada à roça. Dos escravos classificados de propriedade de Luísa Mesquita nenhum era menor de idade.

Outra informação importante no quadro é sobre a formação de famílias, que na lista de classificação não há informação sobre o cônjuge. Cinco escravizados são declarados como casados, três homens e duas mulheres. Se possuíam filhos, não foi declarado. Dos próprios classificados poderia haver algum laço familiar, mesmo por que apenas dois foram observados que ignorava-se quem era a esposa.

Nessa documentação apenas dois escravos eram vaqueiros, com evidência que a essa profissão a responsabilidade destinava-se frequentemente ao trabalhador livre. O material por nós consultado no arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com destaque para os processos crimes, revelaram a presença, não tão intensa, do cativo campeiro nas atividades agrárias de Coxim. Mas, cabe enfatizar que desde o século 18, o escravizado era uma presença importante nas atividades pastoris gaúchas, estudos recentes sobre o Norte de Minas Gerais e os Campos de Goitacazes também têm revelando a importância do escravizado pastoril nos respectivos esquemas regionais de abastecimento ou de exportação, igualmente desde o século 18.

Conforme destacamos a proximidade de camaradas com escravos era evidente em Mato Grosso, sobretudo no trabalho no campo. Os escravos Thomas (39 anos) e Pedro (29 anos), de Carlos Antunes D'Almeida, de aptidão “boa”, eram os vaqueiros de sua propriedade, os outros escravos declarados eram roceiros e cozinheiras.

As relações de trabalho envolvendo as três categorias abordadas nesse capítulo, a voltaram-se, sobretudo em Coxim ou São José de Herculânea, como era chamada, para as atividades na lavoura e na criação de gado. Buscamos focar como se estabeleceu essas modalidades de trabalho, assim como se constituiu as primeiras famílias que ocuparam o Sertão de Coxim. Cabe ressaltar que entendemos que a Abolição (1888) desagradava os grandes proprietários, que alegavam o direito de propriedade.

A Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, impactou não apenas para os proprietários de trabalhadores escravizados. Inúmeros relatos coevos do momento imediato da promulgação da Lei Áurea revelaram um quadro desolador, conforme registrou Emília Viotti da Costa na lapidar reflexão: “[...] promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca [...] libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros a sua própria sorte” (COSTA, 1997, p. 250)

Os políticos que promoveram, desde 1850 (Lei de Terras), a extinção lenta, gradual e indenizada da escravidão, por associá-la às marcas do “atraso” frente às nações européias, negligenciou o debate sobre as questões ligadas os destinos dos recém-libertos, conforme observou Brazil (2002, p. 154) na seguinte passagem:

“O projeto abolicionista de democratização do solo visando a sobrevivência e a integração do negro na sociedade de classe foi sumamente atropelado pelos dispositivos da Lei de terras, os quais foram criados, desde 1850, com o objetivo de preservar o monopólio de poder (a terra), sob controle da classe hegemônica (os latifundiários escravistas). Por isso, o governo, sob a direção política dessa classe, utilizando-se de um mecanismo jurídico, criou determinadas dificuldades ao trabalhador livre de acesso à terra. À medida que o grupo dirigente via seus monopólios ameaçados - terra e escravo - passou a propor medidas para assegurar tais monopólios. Ou seja, já que a escravidão ficou condenada com a extinção do tráfico, o grupo tratou de deslocar o peso da dominação sobre o escravo para a terra”

Alguns libertos praticavam a extração, a pesca e a lavoura de subsistência. Mas a grande propriedade, o latifúndio, sorveu muito dessas pequenas propriedades de recém-libertos, pois a Lei Áurea não garantia-lhes posse. Essa situação fez surgir formas de exploração dos trabalhadores agrícolas, principalmente escravos, que eram explorados na forma de meação, arrendamento, prestação de serviços gratuitos, para se estabelecerem em pequenas propriedades de terras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Qual o objetivo de todos esses exercícios [no processo de construção histórica]? Não é simplesmente descobrir o passado, mas explicá-lo, e ao fazer isso, fornecer um elo com o presente.*

Hobsbawm, 1998.

Durante a pesquisa que permeou esta dissertação surgiu-nos questionamentos: como avançar sobre os documentos e escrever história? A investigação do passado ganhou novas abordagens e possibilitou ao historiador a busca de novas fontes? Através dessa dúvida, nossa pesquisa amadureceu ao percorrer “corredores” de arquivos e investigar caixas “empoeiradas”. Dessa forma, entendemos o que mudou em relação ao documento. Foi seu tratamento do pesquisador em relação ao documento.

O documento sempre apresentou dilemas ao historiador, no sentido de prova. Na escola Metódica, mais conhecida como “positivista”, o documento valorizou-se nos fundamentos escritos por Charles Langlois e Charles Seignobos. Na obra “Introdução aos estudos históricos”, os autores afirmam que o documento supera o próprio historiador, “despreza o papel essencial das questões colocadas pelo historiador às suas fontes e louva o apagamento do mesmo historiador por detrás dos textos” (BOURDÉ & MARTIN, 1983, p. 103).

E foi através da análise do documento, da superação dos pressupostos de Langlois e Seignobos, que possibilitou-nos entender de trajetórias familiares, cotidiano, posse de bens, a maneira de se vestir, partilha de bens, dívidas, enfim as atividades econômicas que estas pessoas estavam envolvidas. Debruçamos sobre essa fonte como Jacques Le Goff sugeriu: “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado” (1996, p. 535). Contextualizar e buscar procedimento que possibilite não escamotear informações e, sobretudo, não simplesmente reproduzi-las sem a devida análise. Portanto, ao historiador a cientificidade, o conhecimento teórico-metodológico do campo em que visa se inserir foi fundamental para esse trabalho.

As informações contidas no documento esclareceu nossos questionamentos sobre a formação socioestrutural da família que habitava os “sertões” de Mato Grosso. Ao pesquisar uma família possuidora de escravizados, não nos permitiu alinhar-se a escrita de uma história política, da elite. A análise de inventários esclareceu-nos como se deu as relações de trabalho existente na época, retiramos informações como o número de escravizados, a origem, a idade e o campo de atividade. Ao lidar com o estudo da memória foi possível explorar experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada (SHARPE, 1992, p. 41). Contudo, o historiador ao buscar esse campo de pesquisa depara-se com algumas restrições de fontes, entretanto, essas não são escassas. Portanto, a análise do inventário revelou opiniões da elite, bem como no documento, de forma implícita, experiências de grupos despercebidos pelo historiador. Com isso possibilitou sintetizar a

compreensão histórica, garantindo uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história.

A investigação dos rastros históricos da formação social de Coxim, que se deu através da ocupação das terras no sul de Mato Grosso, assim como a implantação da pecuária, a partir das entradas de migrantes no oeste brasileiro, no século 19, de alguma forma tratamos como condição geopolítica de domínio sobre a região. A formação de uma elite latifundiária e consequentemente a concentração de terras em Coxim (Mato Grosso) foi possível, pois a própria legislação não controlou eficazmente e de forma estratégica beneficiou o grupo de fazendeiros dotados de riqueza, prestígio e poder que se instalaram nessas terras. Desde o período aurífero, sob os interesses da metrópole, as intrépidas expedições paulistas e as oficiais não só possibilitaram a exploração do ouro, mas o domínio lusitano do lado oeste da América meridional. Isso refletiu o apossamento de terras que dinamizaram o século 19 sob as terras mato-grossenses, pois na fase imperial do Brasil, os legisladores estavam preocupados em povoar, ocupar e defender as regiões entendidas como fronteiriças.

Através da pesquisa, apresentamos possíveis conseqüências de como se deu a ocupação e povoamento do sul do antigo Mato Grosso. Outra contribuição foi o estudo sobre a atividade criatória na região de Coxim (1830-1898) no sul do antigo Estado de Mato Grosso, hoje norte de Mato Grosso do Sul. Avançamos sobre o entendimento de como se formou o “Sertão” de Coxim, além do período monçoeiro e com aprofundamento científico contribuimos com a construção de parte da História de Coxim, bem como, com a História do sul de Mato Grosso (uno), compartilhando o estudo que possivelmente pode se transformar em análise referencial para outros estudos sobre a memória e história de Coxim, sendo disponibilizado para o acesso de todos os interessados sobre a temática.

A pesquisa em questão ampliou o conhecimento sobre esse fenômeno essencial, sobretudo da história econômica e social de Mato Grosso do Sul e da história do Brasil, em geral. A pesquisa definiu procedimentos para investigações congêneres envolvendo regiões pouco estudadas do Brasil que, a partir de pesquisas localizadas, encetam interpretações gerais, ainda que exploratórias.

Nosso estudo vinculou-se no campo da História Agrária e Regional, com pretensões em investigar o uso e a posse da terra no sertão mato-grossense. Analisamos a formação de uma hierarquia social decorrente de movimentos migratórios em meados do século 19, período imperial, que possibilitou o entendimento do apossamento de terras, a transição do trabalho escravizado para o livre, da implantação da pecuária e os reflexos dessa atividade nos espaços ocupados. Sobre História Agrária, preferimos a definição de Linhares: “História da

gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas (1997, p. 167). Com isso, entendemos como modalidade da história social da agricultura, com foco a apropriação de terras, bem como seu próprio uso. O estudo do trabalhador rural e suas relações de produção completam os elementos envolvidos no estudo da História Agrária.

A cultura pastoril, o desdobramento dos rebanhos e sua atração sobre os agrupamentos humanos, fixaram focos de condensação humana em direção ao oeste, “Tudo o que o Oeste ainda hoje é quase se deve ao regime pastoril” (SODRÉ, 2009, p. 76). E Coxim uma ilha a oeste, parafraseando Joaquim Ponce Leal, em sua obra “Os Homens e as Armas”. Dessa forma Coxim poderia ser vista, do surgimento como entreposto monçoeiro no século 18 à sua “descoberta” como espaço pastoril nas primeiras décadas do século 19. Ao se referir a Cuiabá como uma ilha, Ponce Leal reafirma o modo de como sempre foi tratada, em sua concepção, distante e de certa forma impertinente aos assuntos do Império. Uma Sibéria canicular sob o olhar de Euclides da Cunha. E surgiu definitivamente para os olhos do Império, com a ocupação de áreas habitadas por índios através de investidas de migrantes de Cuiabá, Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

Nosso objetivo era penetrar nesse Sertão de Coxim, e entramos. Pretendíamos contribuir para o avanço da historiografia nacional e regional, e de igual relevância entendemos que suprimos algumas lacunas deixadas pela produção memorialística e, por que não acadêmica, nos estudos sobre o surgimento de Coxim, a ocupação populacional, a questão agrária e as relações de trabalho estabelecidas ali. Mas isso é apenas um começo. Pretendemos alçar novos voos com objetivo de engajarmos na corrente de esforços acadêmicos empreendidos desde fins da década de 1960 e início da de 70 quando pesquisadores como Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969), José de Souza Martins (1979) e Maria Yedda Linhares (1981), encetaram as primeiras trilhas que levariam ao entendimento de parte da ruralidade brasileira, a partir de matrizes históricas decisivas na relação propriedade e trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1 Fontes documentais

- Diário do Rio de Janeiro. Sexta-feira, 23 de setembro de 1870. p. 3. Acervo da Biblioteca Nacional. Disponível: [http://memoria.bn.br/rmhbr/\\_pdf/094170/per094170\\_1870\\_00263.pdf](http://memoria.bn.br/rmhbr/_pdf/094170/per094170_1870_00263.pdf). Acesso em 18 de junho de 2011.
- Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno na primeira sessão da segunda legislatura da Assembléia Provincial (01 de março de 1838) APMT.
- Informação sobre o estado atual dos objetos existentes no Presídio de Coimbra e Miranda, na fronteira do Baixo Paraguai. Coimbra, 10 de outubro de 1825. APMT. Lata 1825-B (documentos avulsos).
- Lei Provincial N 4 de 19 de abril de 1838. Assembléia Legislativa de Mato Grosso/Secretaria de serviços legislativos. Disponível: <http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewLegislacao.php?cod=430>. Acesso em 04 de junho de 2012.
- Lei Provincial N 7 de 12 de agosto de 1835. Assembléia Legislativa de Mato Grosso/Secretaria de serviços legislativos. Disponível: <http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewLegislacao.php?cod=430>. Acesso em 04 de junho de 2012.
- ORDENAÇÕES e Leis do Reino de Portugal. 12. Ed. Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1850, 5 v.
- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa de Goyaz pelo Presidente da Provincia, o Ex.mo Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1.o de junho de 1863. Goyaz, Typ. Provincial, 1863.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Estevão Ribeiro Rezende (1º de março de 1840) APMT.
- Relatório do Presidente da província de Mato Grosso Herculano Ferreira Penna (3 de maio de 1862).APMT
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso Joaquim José de Oliveira (3 de maio de 1849) APMT
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno (30 de novembro de 1836) APMT.
- Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso José Antonio Pimenta Bueno (01 de março de 1837) APMT.

### 5.2 Crônicas e obras memorialísticas

A BANDEIRA de Joaquim Francisco Lopes - 1829. In Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo, 1943. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub00038a.pdf>.

*Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço Antemural do Brasil em Matto Grosso. In: Estrangeiros Ilustres e prestimosos do Brasil (1800.1892) e outros escriptos. São Paulo: Melhoramentos, [S.d].*

AYROSA, Plínio Marques da Silva. *As entradas de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot. O Barão de Antonina. São Paulo: RIHGESP, 28:221-229, 1930.*



CAMPESTRINI, Hidelbrando. *Santana do Paranaíba: dos caiapós à atualidade*. Paranaíba: Prefeitura Municipal de Paranaíba, 1994

CAMPESTRINI, Hildebrado e GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Academia sul Mato-Grossense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1991.

CARVALHO, J. R. de Sá. *Memórias do sertanista Joaquim Francisco Lopes*. O povoamento do Sul de Mato Grosso centenário em Mato Grosso dos Barbosas, dos Lopes dos Garcias (1829-1929). *Diário do Sul*. Campo Grande, 29 de dezembro de 1929. Ano I, n. 69. p. 2.

D'ALINCOURT, Luis. *Resultados dos Trabalhos e indagações estatísticas da Província de Mato-Grosso*. In: *Annaes da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, vol. VIII, tomo III, 1880.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

D'ALINCOURT, Luiz. *Ofício sobre estatística, defesa e administração da Província de Mato Grosso* enviado em sete de setembro de 1824 a João Gomes da Silveira Mendonça, ministro e secretário de estados dos negócios da guerra. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1857. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Volume 20.

D'ALINCOURT, Luiz. *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato-Grosso* por Luiz d'Alincourt, sargento-mór engenheiro encarregado da Comissão Statistica Topographica acerca da mesma província – Cuiabá, 1828. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, 1877-1878.

FARIA, João Barbosa de. *Memória do sexto Congresso de Geografia em Belo Horizonte*, *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. 1923. Ano IV, Tomo IX-X.

FERREIRA NETO, João. *Raízes de Coxim*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2004.

FONTOURA, Paulino Mendes. *Pioneiros de Pedro Gomes*. Pedro Gomes. 1995

GOMES, Otávio Gonçalves. *Mato Grosso do Sul na obra de Visconde de Taunay*. Brasília: Senado Federal, 1990.

MARTINS, Wilson Barbosa. *Senhorinha Barbosa Lopes*. *Revista da Academia Sul-mato-grossense de Letras*. nº 8, ano, 2008.

PEDROSA, Ledir Marques. *Origem Histórica e Bravura dos Barbosas*. Campo Grande: 1986.

SILVEIRA, Ronan Garcia. *História de Coxim*. Campo Grande: Ruy Barbosa, 1995.

TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1953, t. II.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Melhoramentos, 1946.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille. *Scenas de Viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Americana, 1868.

TAUNAY, Visconde. *Dias de Guerra e de Sertão*. São Paulo: Melhoramentos, 1927

Taunay, Visconde de. *Inocência*. São Paulo. Ática. 1987.

TAUNAY, Visconde. *Relatos Monçoeiros*. História das Bandeiras Paulistas. Relatos Monçoeiros. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975, t. III.

TAUNAY, Visconde. *Retirada da Laguna*. São Paulo: Melhoramentos, 1921

### 5.3 Descrições e discursos

A bandeira de Joaquim Francisco Lopes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul*. n. 1 Dezembro de 1998.

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, trad. do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix, 1977.

A bandeira de Joaquim Francisco Lopes - 1829. In *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, vol. III. São Paulo, Tip. Do Globo, 1943. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ub00038a.pdf>. Acessado dia 26 de julho de 2009.

AYRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: imprensa Régia, 1817. de 2010.

ELLIOT, João Henrique. *Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2 ed. Rio de Janeiro, 1870, p.153-177.

ITINERÁRIO da viagem exploratória empreendida pelo senhor Antonina. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert. n. 9. Primeiro trimestre de 1848. p. 164. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=QkkDAAAAMAAJ&printsec=frontcover&source=gbs\\_v2\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q=bravio&f=false](http://books.google.com.br/books?id=QkkDAAAAMAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v=onepage&q=bravio&f=false). Acessado em 22 de abril

ITNERÁRIO das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o baixo Paraguai na Província de Mato Grosso; feitas nos anos de 1844 e 187 pelo sertanista Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo mapista inglês João Henrique Elliot. Cf. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1848, vol. 10, p. 153-262.

LACERDA e ALMEIDA, Francisco José de. *Diário da Viagem de Vila Bela Capital da Capitania de Mato Grosso até Vila e Praça de Santos na Capitania de São Paulo*. De 13 de

setembro de 1788 a 13 de maio de 1790. Transcrito por Magnus Roberto de Mello Pereira e Rosângela Maria Ferreira dos Santos. CEDOPE. PR, 2004.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso: seguida de um roteiro da viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Tipografia de Henrique Schroeder, 1869.

#### 5.4 Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região*. Dourados: MS: Fronteiras v., n. 17, p. 55-67, jan/jun. 2008

ALEXANDRE, Luís Fernando Pessoa. *Antonil e as instituições coloniais do Brasil-Colônia na virada do século XVII para o século XVIII: uma análise das relações entre o poder espiritual e o poder temporal*. Disponível: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st12/Alexandre,Luis.pdf>. Acessado em 20 de março de 2012.

ALMEIDA, Mario Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

ALVES, G. L. *Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864*. 2.ed. rev. Campo Grande: UFMS, 1996

AMADO, Janaina. *História e Região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos. (Org) *República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMORIM, Marcos Lourenço de. *O “Segundo Eldorado” Brasileiro: navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Araritaguaba a Cuiabá (1719-1838)*. Dourados, MS: PPG/UFMS, 2004.

ANDRADE, Eduardo de Moraes. *Das “Sesmarias” à “Lei das Terras de 1850”*: Jatahy, um dos diversos Brasils nascido no contexto da problemática da questão agrária. Anais do I Congresso Internacional do curso de História da UFG/Jataí-GO. 2010

ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Ática, 1987

AYRES DE CASAL, Manuel. *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: imprensa Régia, 1817.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João Luis. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOUDIEU, Pierre. *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Escolas Históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983

BRAZIL, M.C. *Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso*. In: IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre-PUC, 2000, v. CD ROM.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888*. Passo Fundo: UPF, 2002.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Presença quilombola em regiões além-fronteiras*. Mato Grosso colonial e fugas de escravos. In: Simpósio Escravidão na América do Sul: Economia, Cultura, Ideologia e Sociedade. II Congresso Sul-Americano de História. Universidade de Passo Fundo/Instituto Panamericano de Geografia e História. Passo Fundo-RS: UPF, 19 a 21 de outubro de 2005. <http://.ufgd.edu.br/~mcbrazil/docs/escravidão/alemfronteirass.pdf> . (Acesso em 20 de Janeiro de 2012)

BRAZIL, Maria do Carmo. *Sonhos de Liberdade. A escravidão e o fenômeno das fugas além-fronteiras em Mato Grosso Colonial*. In: Revista História & Luta de Classes. Ano 2. Edição 3, novembro, 2006. Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa: Rio de Janeiro, 2006.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Sobre os campos de Vacaria do Sul de Mato Grosso: considerações sobre terra e escravidão (1830-1889)*. In: MAESTRI, Mario; BRAZIL, Maria do Carmo. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo fundo: UdUPF, 2009.

BRITO, João Aparecido da Silva. *Rota das Monções: As dificuldades do trajeto na busca do Ouro*. Campo Grande: UCDB, 2002.

CALDAS, João Augusto. *Memória Histórica sobre os Indígenas da Província de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Moraes & Filhos, 1887.

CAMARGO, Isabel de Camilo. *O sertão de Paranaíba: Um perfil da sociedade Pastoril-escravista no sul do antigo mato Grosso (1830-1888)*. Dourados; 2010. (Dissertação de Mestrado)

CARDOSO, Ciro Flamarion. *A Brecha Camponesa no sistema escravista*. In: Clifford Andrew Welch... [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998

CERQUEIRA, Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929.

CORREA FILHO, Virgílio. *Questão de Terras*. São Paulo: Secção de obras do Estado de São Paulo, 1923.

CORREA FILHO, Virgílio. *Fazendas de gado no Pantanal Mato-grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. (Documentário da vida Rural), 1955.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CORREA FILHO, Virgílio. *Oeste*. In. Revista Brasileira de Geografia, ano 5, n.2, abr/jun. 1943,

CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanais Mato-Grossenses – Devassamento e Ocupação*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanais Mato-Grossenses Devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/CNG, 1946.

CORREA, Dora Shellard. *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2006, vol.26, n.51, pp. 63-87. ISSN 1806-9347.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

COSTA, Maria de Fátima. *Entre Xarai, Guaikurú e Payaguá: Ritos de Vida no Pantanal*. In. PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). *Senhores dos Rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-73; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – a elite política imperial*. Brasília: UNB, 1981.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação Indigenista século XIX*. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

DI CREDDO, Maria do Carmo. “O Inventário como fonte para a análise nas formas de riqueza social: reflexões sobre estudo de caso”. In: DI CREDDO, M.C., ALVES, Paulo, OLIVEIRA, Carlos Roberto (orgs.). *Fontes Históricas: Abordagens e Métodos*. Assis, SP: PPGH/FCL/UNESP, 1996.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *História das Mulheres na Guerra do Paraguai: fome e doença sob a ótica do poder patriarcal*. Anais Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis*. A presença feminina na Guerra do Paraguai. UFGD, 2002. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2002.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e A Organização Nacional*. São Paulo. Cia-Editora Nacional. 1966.

DURKHEIM, Émile. A solidariedade devida à organização do trabalho ou orgânico. In: *Da divisão social do trabalho*. Tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Cap. III, P. 87-109.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense*. In. MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (Org). *Peões, vaqueiros e cativos campeiros*. Estudos sobre a economia pastoril no Brasil Tomo I. Passo Fundo: Editora UPF, 2009. (Coleção Malungo).

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1997.

FARGE, Arlette. *Lê goût de l'archive*. Paris: Seuil, 1989.

FELIX JUNIOR, Osvaldo Silva. A medicina da Bahia na Guerra do Paraguai. *História & Perspectivas*, Uberlândia (41): 299-333, jul.dez. 2009. p. 299 a 333.

FELIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. BURSZTYN, Marcel. *Das Sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto*. Caderno CRH. Salvador Vol. 23. Nº 59. p. 385-400, Maio/Agosto 2010

FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brazil*. 1o. Volume (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Comércio" de Rodrigues & C., 1906.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997,

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado).

GOFF, Jacques Le, *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2001.

GORENDER, Jacob. *A Escavidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987

GOULART, José Alípio. *Brasil do Boi e do Couro*. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise(org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

HEINST, Andréia de Cassia. *Memória e Pioneirismo: batalhas de narrativas em uma área recente de Mato Grosso*. Revista História e Imagem. Edição 5 nº 23, setembro de 2007. Disponível: <http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/23-mem.pioneirismo-heinst.pdf>

HERRERA, Hemerson. *Entre a História e o Mito: narrativas apologéticas da escravidão no Brasil (1700-1840)*. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. (Orgs). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: ED. UPF, 2009. (Coleção Malungo).

HESPANHA, Antônio Manoel & Xavier, Ângela Barreto. “As redes clientelares”, in MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa. Editora Estampa 1998.

HOBBSBAWN, Eric.– Sobre História. Tradução: Cid Knipel Moreira – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo uma política de compromisso*. São Paulo. Brasiliense. 1981.

JESUS, Mirian Silva de; POSSAMAI, Paulo César. *O avanço da fronteira interna: a ocupação do sertão no século XVII*. Anais eletrônicos do VII Encontro internacional da APHLAC. Campinas – 2006. Disponível: [http://www.anphlac.fflech.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/mirian\\_silva.pdf](http://www.anphlac.fflech.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/mirian_silva.pdf). Acessado em 23 de junho de 2013.

JUNIOR, Carlos Martins. *Mato Grosso do Sul e a retirada da Laguna: memória, história e perspectivas de turismo*. Patrimônio: Revista eletrônica patrimônio: Lazer & Turismo. Programa de Mestrado em Gestão de Negócios. UNISANTOS, set, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1992

LEAL, Victor Nunes. 3 ed. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE MOS, Gusthavo. *Minas da Terra: família e organização do mundo rural. Guarapiranga, primeira metade do século XIX*. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de Novembro de 2012

LIMA, André Nicácio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. São Paulo: USP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 167

LINHARES, Maria Yedda. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Le Portugal ET l' Europe Atlantique, Le Brésil ET l' Amérique Latine. Mélanges offerts à Frédéric Mauro, vol. XXXIV, Lisboa, Paris, DEZ., 1995. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg2-6.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf)>. Acesso 15 de dezembro de 2011.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A questão de Agricultura de Subsistência*. In. Clifford Andrew Welch... [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOP, Elizandra. *Condição da mulher como propriedade em sociedades patriarcais*. Visão Global, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 231-250, jul./dez. 2009

LUCÍDIO, João Lucídio. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul de Mato Grosso, 1830-1870*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 1993.

MAESTRI, Mário & FIABANI, Adelmir. *O Mato, a Roça e a Enxada* (hortiquilombola –séc. 16-19), 2006. (Artigo não publicado/xerox cedida pelos autores).

MAESTRI, Mario. *A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira*. In: STEDILE, João Pedro. (org.). *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.v.2. p. 217-277.

MAESTRI, Mario. *O Banquete de Pantagruel*. Diário La insignia. Brasil, 2006.

MAESTRI, Mario; Fiabani Adelmir. *O mato, a roça e a enxada: a Horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI-XIX)*. In. ZARTH, Paulo; MOTTA, Márcia. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história* Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: UNESP, 2009

MALDI, Denise. *De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX*. *Rev. Antropol.* [online]. 1997, vol.40, n.2, pp. 183-221. ISSN 0034-7701.

MAZZA, Maria Cristina Medeiros [et al.]. *Etnobiologia e Conservação do Bovino Pantaneiro*. Corumbá: Embrapa, 1994.

MELLO, Saulo Álvaro de. *Recrutamento Compulsório e trabalho em Mato Grosso: disciplina, violência, castigos e reações*. *Revista História e Reflexão*, UFGD, 2010.

MELLO, Saulo Álvaro de. *O ARSENAL de MARINHA em Mato GROSSO*. Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-



1873). Dourados, UFGD, 2009. Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009. p. 133.

MELLO, Saulo Alvaro de; BRAZIL, Maria do Carmo. *Questão agrária e trabalho no sertão Mato-Grossense: 1850-1930*. In: XI Semana de História, 2008, Três Lagoas. XI Semana de História: História e Historiografia: perspectivas e desafios. Três Lagoas: UFMS/CPTL, 2008. p. 305-317.

MELLO, Saulo Álvaro. *A dor da agonia e o cemitério dos heróis nos episódios da Retirada da Laguna – Jardim/MS*. ERETUR.

MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. *A partilha da riqueza na ordem patriarcal*. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Nacional de Economia, ANPEC, realizado em Salvador/BA – Brasil, de 11 a 14 de dezembro de 2001. Disponível: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101222.pdf>. Acessado em 10 de março de 2013.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra - Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme. *A interiorização da Metrópole (1808-1853)*. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Dimensões 1822*. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1972

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. São Paulo: UNICAMP, 1996 (Tese de doutorado)

MOTTA, Marcia Maria Menendes. *Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850)*. In: ZARTH, Paulo; MOTTA, Márcia. *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história* Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: UNESP, 2009

MOURA, Zilda Alves. *Cativos nas terras dos Pantanais: Escravidão e resistência no sul de Mato Grosso Séculos XVIII e XIV*. Passo Fundo: EdUPF-Coleção Malungo 15, 2008.

NEVES, E. F. *Uma comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Salvador: Ed. UFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

PALÁCIOS, Guilherme. *Política Externa, Tensões Agrárias e Práxis Missionária: os capuchinhos italianos e as relações entre o Brasil e o Vaticano no início do Segundo Reinado*. *Revista de História*. São Paulo, nº 167, p. 193-222, JULHO/DEZEMBRO 2012.

PERARO, Maria Adenir. *O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no séc. XIX* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 55-80. 1999

PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 17

PESSOA, Angelo Emílio da Silva Pessoa. *As ruínas da tradição: a casa da torre de Garcia D'ávila. Família e propriedade no nordeste coloquial*. 2003. (Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 13 ed. São Paulo: Ed.Brasiense, 1973.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Relatos Oraís: do “indizível” ao “ dizível”* . in: SIMSON, Olga Moraes Von. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: vértice, 1988. P. 14-43.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Anhembi, 1957.

QUEIROZ, Paulo Cimó. Apresentação de SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

REYNALDO, Ney Iared. *Guerra do Paraguai: um conflito anunciado (1852-1864)*. São Leopoldo, UNISINOS, 2009. Tese de Doutorado em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade de. A Lei de Terras (1850) e a política imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. *Revista Brasileira de História*. Historiografia propostas e práticas. São Paulo, São Paulo: Contexto, 1995. v.15, n.30, p. 115-136.

SANTOS, Jackson Novais. *Vestígios do “Lugar Social” na escrita dos memorialistas*. Ciclos Históricos (setembro de 2009) UESC. Disponível: [http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/jackson\\_novaes\\_santos.pdf](http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/jackson_novaes_santos.pdf), Acessado em 20 de junho de 2012.

SANTOS, Ulderico Pires dos. *O usocapião, doutrina, jurisprudência e prática*. São Paulo: Saraiva, 1983.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios dos romances brasileiros*. São Paulo: Duas cidades, 2000.

SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados, 2010.

SENA, Ernesto Cerqueira. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. Brasília: UNB, 2006. (Tese de Doutorado).

SGANZERLA, Frei Alfredo. *A História do Frei Mariano de Bagnaia*. Campo Grande: FUCMT, 1992.

SHANIN Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. REVISTA NERA – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005

SMITH, Herbet H. *Uma fazenda de Café no tempo do Império*. Rio de Janeiro: Departamento nacional do Café, 1941, p. 14-17. In. RIBEIRO, Déa. (Org). *50 Textos de História do Brasil*. São Paulo: Hicitec, 1974.

SODRÈ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Campo Grande/MS: Governo de Mato Grosso do Sul, 2009 (Coleção documentos para a história de Mato Grosso do Sul).

STADNIKY, Hilda Pivaro. *Fronteira e mito: Turner e o agrarismo norte-americano*. Disponível: [http://www.cyta.com.ar/suplementos/gecon/articulos/articulos\\_archivos/geo\\_v6\\_n2\\_a4.pdf](http://www.cyta.com.ar/suplementos/gecon/articulos/articulos_archivos/geo_v6_n2_a4.pdf).

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

VASCONCELOS, Cláudio Alves. *A Questão Indígena na Província de Mato Grosso*. Campo Grande: UFMS, 1999.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. *Escravos e Gado* Disponível: [http://e-groups.unb.br/face/eco/versiani/feb/textos/ESCRAVOS%20E%20GADO .pdf](http://e-groups.unb.br/face/eco/versiani/feb/textos/ESCRAVOS%20E%20GADO.pdf). Acesso em 12 de março de 2012.

VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

WOJCIECHOWSKI, Eula. *“Sem lei, nem rei”*: Debochados, vadios e perniciosos. Os soldados militares na Província de Mato Grosso. 1850 a 1864. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

